

TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES

**IMPACTOS DA DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO
NA PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO/ 2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES

**IMPACTOS DA DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA
PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Lúcia Martinelli.

**PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO/ 2006**

A Wanda, minha mãe, que me ensinou com seu exemplo de vida que “nunca se deve engatinhar quando se tem o impulso de voar”.

(Hellen Keller)

“Aprendi com as primaveras a me deixar cortar para poder voltar inteira”.

(Cecília Meirelles)

AGRADECIMENTOS

A Rosani que, com seu carinho e afeto, esteve presente dando força em todos os momentos desta caminhada.

À Profª Drª Maria Lúcia Martinelli, que soube compartilhar afeto, carinho, cobranças, “lágrimas” e sorrisos na dose exata, em tantos momentos difíceis neste percurso!

Aos amigos da Secretaria da Cidadania, da Prefeitura Municipal de Sorocaba, que comigo compartilham sonhos e esperanças, especialmente Isabel Silveira e Valdemar Rosa (que me “pegaram no colo” e dividiram lágrimas em um momento marcante de minha vida), Eunice Marçal e Helena Gomes.

Aos usuários dos serviços sociais, do Município de Sorocaba, que, com suas lutas cotidianas, mostram que é necessário o compromisso na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Aos professores e alunos do UNI FMU, que me desafiam cotidianamente a buscar a superação de limites.

Aos professores da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, onde iniciei essa trajetória marcada pela intensa vivência acadêmica; de maneira especial, a Ana Mourão, Ana Amoroso, “Badinha”, Luzia, Carolina e Leila Castilho.

Aos companheiros e amigos de caminhada do Conjunto CFESS-Cress que acreditam nesta profissão e buscam fortalecê-la em seus espaços organizativos.

Aos diretores do Cress-9ª Região/SP, nas gestões 2002/2005 e 2005/2006, pela confiança, e a seus funcionários, especialmente, Pierre Masato, Carmem Teixeira e Arlete pelo carinho e “paciência” com que sempre me atenderam;

Aos assistentes sociais, participantes da pesquisa, que compartilharam suas experiências nos processos de inserção ao mercado de trabalho profissional e à Profª Drª Ana Elizabete Mota e Eutália Guimãres Gazzoli, pelas entrevistas concedidas.

Aos Profs. Dr. Evaldo Amaro Vieira e Drª Carmelita Yazbek, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos companheiros do Nepedh-PUC/SP por compartilharem sonhos e esperanças na direção de que “um outro mundo é possível e absolutamente necessário”.

A todos que, de várias formas, torceram por mim, na superação de momentos extremamente difíceis neste período. A alguns afetos especiais, alguns próximos, outros um pouco mais distantes, mas não em importância, em minha vida, como Cida Forli, Renata Souza, Neide Fernandes, Cláudia Guedes, Carmem Eiterer, Ana Cláudia e Luciana Giovannini, André Mayer, Inês Pacífico, Tânia Elias, Elza Koumrouyan, Heitor, Damares, Cristina Brites e Maria Helena Severiano.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual, com certeza, esta tese não seria concretizada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASPTJ-	Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça
ABAS-	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS-	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS-	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANAS -	Associação Nacional de Assistentes Sociais
APAS-	Associação Profissional de Assistentes Sociais
BIRD-	Banco Interamericano de Recuperação do Desenvolvimento
CAPES-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS-	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS-	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS-	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CENEAS-	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
CFAS-	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS-	Conselho Federal de Serviço Social
CGT-	Comando Geral dos Trabalhadores
CGTB-	Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros
CLT-	Consolidação das Leis de Trabalho
CNE-	Conselho Nacional de Educação
CNPq-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS-	Conselho Nacional de Saúde
CNPL-	Confederação Nacional das Profissões Liberais
CONANDA-	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA-	Conselho de Segurança Alimentar
CRAS-	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS-	Conselho Regional de Serviço Social
CUT-	Central Única dos Trabalhadores
DCA-	Direitos da Criança e do Adolescente
ENESSO-	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS-	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

EUA-	Estados Unidos da América
FAB-	Força Aérea Brasileira
FENAS-	Federação Nacional de Assistentes Sociais
FENTAS-	Federação das Entidades Nacionais dos Trabalhadores na Área da Saúde
FHC-	Fernando Henrique Cardoso
FITS-	Federação Internacional de Trabalhadores Sociais
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFRAERO-	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
LBA-	Legião Brasileira de Assistência
LDB-	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MARE-	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC-	Ministério da Educação e Cultura
MNDH-	Movimento Nacional dos Direitos Humanos
MPAS-	Ministério da Previdência e Assistência Social
MTIC-	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MUT-	Movimento Único dos Trabalhadores
NOB-	Norma Operacional Básica
OAB-	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs-	Organizações Não-Governamentais
PEA-	População Economicamente Ativa
PIA-	População em Idade Ativa
PCB-	Partido Comunista Brasileiro
PT-	Partido dos Trabalhadores
PUC-	Pontifícia Universidade Católica
SESI-	Serviço Social da Indústria
SESC-	Serviço Social do Comércio
SUS-	Sistema Único de Saúde
SUAS-	Sistema Único de Assistência Social
TSE-	Tribunal Superior Eleitoral
UFAL-	Universidade Federal de Alagoas
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os impactos dos processos de desregulamentação no mercado de trabalho na profissão Serviço Social. Embora a profissão seja regulamentada como profissão liberal, majoritariamente o assistente

social exerce seu trabalho de forma assalariada. A pesquisa foi realizada no Estado de São Paulo com os assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados no CRESS 9ª Região/SP e utilizou dois níveis de abordagens: a quantitativa e a qualitativa combinando estratégias que possibilitaram enriquecer as análises. O cancelamento do registro é um direito do assistente social desde que não esteja no exercício de qualquer atividade ou função privativa. Realizamos o estudo nos prontuários dos assistentes sociais e posteriormente, no sentido de conhecer a experiência social destes sujeitos e qualificar as informações quantitativas, os contatamos através de um questionário. Realizamos ainda, entrevistas com os sujeitos que, através de suas inserções nos órgãos da categoria profissional, constroem esta profissão em suas dimensões normativa e formativa (CRESS e ABEPSS nacional). Esta tese possibilitou verificar que a profissão, em sua perspectiva formal e regulamentada, enfrenta desafios diversos relacionados ao campo das desregulações e que o movimento dos cancelamentos dos registros profissionais dos assistentes sociais no CRESS - 9ª Região/SP representa uma realidade marcada por dificuldades na inserção e/ou permanência no mercado de trabalho, com intensa mobilidade. Uma parcela significativa de assistentes sociais vivencia a luta pela inserção ao mercado de trabalho com incertezas e fragilidades, tendências a uma inserção precarizada, a convivência com o desemprego e maior competição, porém, no conjunto dos elementos trabalhados verificamos que não se trata de uma retração deste mercado. Pelo contrário, é um mercado em expansão o que demonstra a legitimidade alcançada pela profissão em seus 70 anos de efetivo exercício profissional no Brasil.

ABSTRACT

This thesis has as objective analyzes the impacts of deregulation's processes in the job's market in the profession Social Service. Although the profession is regulated as liberal profession, for the most part of social worker carries on as salaried worker. The research was accomplished in São Paulo State with the social workers that finished the year 2004 with their enrollment canceled in CRESS 9th

Region /SP and it was used two levels of approaches: the quantitative and the qualitative combining strategies that made possible to enrich the analyses. The cancellation of the enrollment is a right of the social worker since it is not in the exercise of any activity or exclusive function of social worker. We accomplished the study in the social workers' files and later, in the sense to know the social experience of these professionals and to qualify the quantitative information, we contacted them through a questionnaire. We still accomplished interviews with the professionals that, through its introduction in the organs of the professional category, they build this profession in its normative and formative dimensions (CRESS and national ABEPSS). This thesis made possible to verify that, the profession in its formal perspective and regulated faces several challenges related to the deregulations' field and that the movement of cancellations of the social workers' professional enrollment in CRESS - 9th Region/SP represents a reality marked by difficulties in the introduction and/or permanence in the job's market with intense mobility. A significant part of social workers live with the fight for an introduction in the job's market with uncertainties and fragilities; tendencies to a precarious introduction, the coexistence with the unemployment and a big competition; however, in the group of the worked elements, we verified that it is not treated of a retraction of this market. On the contrary, it is a market in expansion that demonstrates the legitimacy reached by the profession in its 70 years of effective professional exercise in Brazil.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – PROFISSÕES E O CAMPO DO TRABALHO NOS MARCOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	

1.	AS PROFISSÕES E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.....	24
2.	QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA: A REFLEXÃO NECESSÁRIA ..	32
3.	TRABALHO, MERCADO E DESAFIOS DA EMPREGABILIDADE	
3.1	O trabalho como processo histórico-social.....	37
3.2	Mercado de trabalho - regulamentação x desregulamentação e o debate sobre a empregabilidade	41
4.	O PAPEL DO ESTADO	48
5.	A REALIDADE BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS	53

CAPÍTULO II – O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

1.	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO	63
2.	O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	68
3.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS	73
3.1	Lei de Regulamentação Profissional.....	74
3.2	Código de Ética Profissional.....	77
4.	AS DIMENSÕES DA PROFISSÃO: NORMATIVA, FORMATIVA E ASSOCIATIVA	
4.1	A dimensão normativa.....	81
4.2	A dimensão formativa.....	83
4.3	A dimensão associativa.....	88
5.	MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL	93

CAPÍTULO III – DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO

1.	MOBILIDADE NOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS: OS CANCELAMENTOS DOS REGISTROS PROFISSIONAIS NO CRESS 9ª REGIÃO/SP	99
1.1	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros profissionais cancelados.....	104
1.2	Assistentes sociais que responderam ao questionário em uma abordagem qualitativa.....	110
2.	SENTIMENTOS E ESTRATÉGIAS NOS PROCESSOS DE	

INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL	
2.1	“Desânimo” e “esperanças”: faces de uma mesma moeda.. 123
2.2	A importância da capacitação continuada e a migração para outras áreas profissionais..... 126
3.	O CARÁTER CONTRADITÓRIO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO: SOLUÇÃO PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO?.. 131
4.	O OUTRO LADO DA MOEDA: A APOSENTADORIA E SEUS SIGNIFICADOS 133
5.	RELAÇÕES E EXPECTATIVAS FRENTE AO CONSELHO PROFISSIONAL 137
 CAPÍTULO IV - IMPACTOS DA DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL	
1.	RETRAÇÃO (?) AMPLIAÇÃO (?) OU VIAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE MANEIRA PRECARIZADA? 143
2.	A DESREGULAMENTAÇÃO E OS DESAFIOS NA DEFESA DOS PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL
2.1	Desafios para a profissão considerando seu campo normativo: o papel do conselho profissional..... 150
2.2	Desafios para a profissão considerando seu campo formativo. 153
3.	DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA NECESSÁRIA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA 156
3.1	CRESS 9ª Região/SP..... 157
3.2	ABEPSS Nacional..... 157
 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 160	
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 166	
 ANEXO 1 181	
ANEXO 2 182	
ANEXO 3 183	
ANEXO 4 187	

ANEXO 5	188
ANEXO 6	189
ANEXO 7	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Assistentes sociais ativos Distribuição por CRESS na região sudeste	19
Tabela 2 -	Relação de inscrições iniciais - reinscrições – cancelamentos período: 1996 a 2005 - CRESS 9ª Região/SP	103
Tabela 3 -	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - período de inscrição no CRESS 9ª Região/SP	105
Tabela 4 -	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - período de finalização da graduação	106
Tabela 5 -	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - local da graduação.....	106
Tabela 6 -	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - residência em 2004	106
Tabela 7 -	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - período do nascimento/faixa etária	108
Tabela 8-	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - número de cancelamentos efetuados	109
Tabela 9-	Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - motivos para o cancelamento	109
Tabela 10-	Concursos divulgados pelo CRESS 9ª Região/SP – bolsa de empregos - período: 2003 a junho de 2006	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação questionários enviados x recebidos.....	111
Gráfico 2 - Distribuição por gênero	111
Gráfico 3 - Residência em 2006.	112
Gráfico 4 - Faixa etária.....	113
Gráfico 5 - Período de formação.	113
Gráfico 6 - Tipo de faculdade da graduação em serviço social	114
Gráfico 7 - Tempo para inserção no mercado de trabalho profissional.....	115
Gráfico 8 - Motivos pelos quais nunca trabalhou como assistente social	116
Gráfico 9 - Nunca atuaram na área x expectativas.....	116
Gráfico 10 - Motivos para o cancelamento do registro profissional.....	117
Gráfico 11 - Tipo de Instituição em que trabalhava antes do cancelamento..	118
Gráfico 12 - Vínculo de trabalho antes do cancelamento	119
Gráfico 13 - Número de vezes em que efetuou o cancelamento	119
Gráfico 14 - Condições de trabalho em 2006	120
Gráfico 15 - Expectativas/desejos em atuar como assistente social	121
Gráfico 16 - Situação no CRESS em 2006.....	122
Gráfico 17 - Realização de outro curso de nível superior	129
Gráfico 18 - Realização de outros cursos de nível superior/áreas	130
Gráfico 19 - Aposentados x situação atual	136

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a desregulamentação do mercado de trabalho e seus impactos nas profissões, com destaque para o Serviço Social, em um momento histórico marcado por profundas mudanças societárias implica um “mergulho” no campo da história e no desvendamento de significados que apontam novas realidades.

Temos clareza de que a reflexão sobre questões conjunturais apresenta desafios e não podemos enfrentá-los de modo reducionista, com referenciais apenas do presente. A compreensão das dimensões que as constituem são fundamentais para o deciframento da realidade e a apreensão do movimento histórico em uma perspectiva dialética, imprescindível para situarmos tendências e desafios em momentos históricos determinados.

Neste sentido, esta Tese tem como objetivos analisar os impactos dos processos de desregulamentação do mercado de trabalho na profissão Serviço Social. Embora a profissão seja regulamentada como profissão liberal, com possibilidades do trabalho sem o vínculo empregatício, majoritariamente, o assistente social exerce seu trabalho de forma assalariada, o que o coloca vivenciando os mesmos dilemas e desafios postos aos trabalhadores.

Diante dessa inserção, a tese que defendemos é que seu trabalho profissional sofre constantes alterações devido às conjunturas societárias, o que acarreta limites e possibilidades, uma vez que a profissionalização do Serviço Social figura-se vinculada à dinâmica da ordem monopólica, sendo suas bases as formas como o Estado enfrenta a Questão Social.

Compreender esse caráter contraditório da profissão bem como seus dilemas e desafios tem sido propiciado pela atuação como assistente social desde 1991 e participação nos espaços organizativos da categoria profissional dos assistentes sociais. Essas inserções, principalmente a relativa aos espaços organizativos, têm possibilitado o acompanhamento do debate contemporâneo do Serviço Social no

Conjunto ¹ e, mais proximamente, no Cress 9ª Região/SP.

Desde 1995/1996, como conselheira na 3ª Seccional² de Sorocaba, do Cress-SP, intrigava-me o crescente número de assistentes sociais que compareciam ao local para solicitar o cancelamento de seus registros profissionais. Essa inquietação cresceu com a participação continuada nas Diretorias do Cress-9ª Região/SP, no período de 1999 a 2005, oportunidade em que compusemos as Comissões de Orientação e Fiscalização Profissional e a Permanente de Ética.

O cancelamento do registro profissional é um direito do assistente social, normatizado através da Resolução 378/98 do Cfess, estipulado no Capítulo V – Das Normas de Inscrição do Assistente Social nos Conselhos Regionais, Seção IV, e prevê a possibilidade do profissional requerer o cancelamento de sua inscrição, desde que não esteja no exercício de qualquer atividade ou função que envolva o exercício profissional do assistente social.

No período em que não está trabalhando como assistente social, pode solicitar o cancelamento de sua inscrição ao Cress de sua jurisdição e, a partir desse ato, cessam suas obrigações para com o Conselho, dentre estas, a do pagamento das anuidades e, no período em que perdurar o cancelamento, fica impedido de exercer a profissão. Se retornar ao trabalho profissional tem o direito à reinscrição.

No caso do aluno graduado em serviço social, por ainda não ter o diploma reconhecido pelo MEC, de posse de uma Certidão de Colação de Grau da Faculdade, sua inscrição pode ser efetivada e tem até dois anos para apresentar o diploma; pode, posteriormente, requerer a prorrogação com direito a mais dois anos, tendo, necessariamente que apresentar o diploma findado esse prazo. Se isso não ocorrer, o CRESS efetua o cancelamento ex-ofício, o que impede o assistente social de continuar trabalhando. Se o profissional continuar trabalhando com a inscrição cancelada, o Conselho entra com um processo por exercício ilegal da profissão.

Alguns dos questionamentos referiam-se aos motivos pelos quais os assistentes sociais cancelavam e as conseqüências à profissão. Acreditávamos que o movimento dos cancelamentos apontava importantes desdobramentos no mercado

¹ Denominação relativa às relações de organicidade construídas entre o Conselho Federal e os Regionais de Serviço Social no Brasil.

² Na época, Delegada e Delegacia Seccional eram as denominações utilizadas, conforme Regimento Interno do Conjunto.

de trabalho profissional. Como é no mercado que se materializa o trabalho profissional, a profissão estaria passando por alterações e desafios que necessitavam ser desvendados.

De maneira empírica, acreditávamos que o grande número de assistentes sociais solicitando o cancelamento de seus registros poderia estar apontando para uma retração no mercado de trabalho, o qual estaria sofrendo os impactos advindos dos processos de reestruturação produtiva que, a partir da década de 1970, com uma nova crise no sistema capitalista de produção, altera a materialidade e subjetividade da classe trabalhadora. Um dos aspectos centrais do processo de reestruturação produtiva é a precarização com a desregulamentação do uso da força de trabalho e a flexibilização dos contratos.

A retração do mercado de trabalho profissional estaria portanto, vinculada às reformas do Estado e inserida nas mudanças macrossociais com o novo padrão de acumulação baseado no modelo de produção flexível.

As inquietações direcionavam-se a uma questão-chave: diante das mudanças societárias, com novas definições quanto ao papel do Estado e suas repercussões no campo das políticas sociais, o processo de refilantropização da assistência social e um mercado de trabalho cada vez mais excludente, o que os cancelamentos dos registros dos assistentes sociais, em números crescentes e significativos, poderiam estar revelando?

Acreditávamos que poderia estar ocorrendo uma retração nesse mercado de trabalho e o aumento do desemprego para o intenso contingente profissional que, anualmente, também em número crescente, devido à expansão das Escolas de Serviço Social, buscava a inserção nesse mercado.

Conforme dados do Inep (2004), no período de 2002 a 2004, no Brasil, foi registrado um crescimento de 56% no total dos cursos de graduação em Serviço Social, com expressivo aumento na esfera privada. Ainda segundo o Inep (2006)³, em dezembro de 2005, a cidade de São Paulo contava com 159 instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC, sendo 153 de natureza privada e apenas seis de natureza pública. Quanto aos cursos de Serviço Social, o Estado contava com 41, sendo 9 na capital e 32 no interior, com predomínio das instituições de

³ Consulta na Internet em 18 de janeiro de 2006.

natureza privada. Esses dados possibilitam inferir o crescimento do contingente profissional que anualmente busca sua inserção no mercado de trabalho profissional.

O movimento dos cancelamentos dos registros profissionais poderia estar relacionado aos desafios que muitos assistentes sociais encontram nessa inserção advindos de uma acirrada e crescente competição por espaços de trabalho.

Cabe ressaltar que essas inquietações jamais se colocaram na perspectiva negativa de um possível “fim da profissão” e, sim, em aspectos que deveriam ser melhor apropriados no sentido da profissionalidade x empregabilidade inserida em um mercado de trabalho em mudanças.

Com a compreensão de que o movimento dos cancelamentos dos registros profissionais revela uma das facetas do mercado de trabalho do assistente social pelo lado da não inserção nesse mercado, buscamos conhecer os motivos que têm levado os assistentes sociais a efetuarem esse procedimento na certeza de que representam novas configurações e desafios à profissão, marcados pelos impactos advindos das alterações societárias, especificamente as relativas ao mundo do trabalho.

Para nos aproximarmos das estatísticas relacionadas aos cancelamentos, inicialmente, procuramos nos referenciar aos dados nacionais, porém muitas dificuldades se apresentaram, pois ainda não há, nacionalmente, essa consolidação.

Conforme dados do Cfess⁴, o País contava em junho de 2003, com 61.151 assistentes sociais ativos⁵, organizados em 24 Cress, 3 Seccionais de base estadual e 21 Sub-Seccionais ligadas aos Cress, compondo o Conjunto Cfess/Cress.

O maior contingente profissional situa-se na Região Sudeste, sendo Minas Gerais – 6ª Região, Rio de Janeiro – 7ª Região, São Paulo – 9ª Região e Espírito Santo – 17ª Região, com 33.049 assistentes sociais, totalizando 54% dos assistentes sociais ativos no País, assim distribuídos:

⁴ Pesquisa: Assistentes Sociais no Brasil – elementos para o estudo do perfil profissional – Cfess: Brasília, maio/2005.

⁵ Ativos: referem-se aos assistentes sociais, devidamente regulares em suas obrigações para com o Conselho podendo exercer livremente a profissão em todo o País.

Tabela 1: Assistentes sociais ativos - Distribuição por Cress na região sudeste

Região Sudeste	Inscritos Ativos	Região Sudeste (%)	País (%)
6ª MG	4.278	12,9	07
7ª RJ	7.891	23,9	13
9ª SP	19.689	59,6	32
17ª ES	1.191	3,6	02
Totais	33.049* *percentual em relação ao país: 54%	100	61.151

Fonte: CFESS. **Assistentes sociais no Brasil**. Elementos para o estudo do perfil profissional, maio/2005. Base de dados referentes a jun. 2003.

Pela não consolidação estatística nacional ou pesquisas/análises referentes aos cancelamentos⁶ (apesar do intenso debate no interior do conjunto vinculado à Política Nacional de Fiscalização), a dispersão dos dados em cada Cress e considerando a 9ª Região/SP, como a que congrega maior contingente profissional de assistentes sociais ativos no País e o crescente número de escolas e cursos criados nos últimos anos, optamos por analisar os dados relacionados aos cancelamentos dos registros profissionais no Estado de São Paulo.

No sentido de compreender esses contextos como desafios postos à profissão, o percurso metodológico desta Tese compreendeu dois níveis de abordagens: a quantitativa e a qualitativa, combinando estratégias que possibilitaram enriquecer as análises.

Minayo (2001) ressalta que a abordagem qualitativa possibilita trabalhar com o universo dos significados das ações e relações humanas que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. As variáveis quantitativas e qualitativas devem ser percebidas como complementaridade e articulação e não em relações de oposição.

Santaella (2001:143/144), nessa mesma direção, coloca que trabalhar com o universo dos significados não quer dizer ausência de exigências e critérios que

⁶ Cabe ressaltar pesquisa efetuada pela UFAL, organizada por Rosa Prêdes, intitulada: **Mercado de trabalho do serviço social** – fiscalização e exercício profissional em 2002, cujo 2º capítulo reflete: O movimento das inscrições e dos cancelamentos de assistentes sociais no Cress 16ª região: Indicações para a análise do mercado de trabalho do serviço social em Alagoas.

devem regular a pesquisa, pelo contrário, abre possibilidades para formas de abranger o objeto de pesquisa de maneira mais ampla e diversificada.

embora com características próprias, as pesquisas qualitativas também obedecem a certos protocolos, tais como a delimitação e formulação claras de um problema, sua inserção em um quadro teórico de referência, a coleta escrupulosa dos dados, a observação, as entrevistas, quando necessárias, a determinação de um método, a análise dos dados, o teste das hipóteses, a necessidade de generalização das conclusões, etc.

Nesse sentido, por considerarmos que a abordagem qualitativa possibilita conhecermos os significados dos processos de cancelamentos dos registros profissionais no Cress 9ª Região/SP, cabe destacar a conjunção de procedimentos metodológicos que materializam as possibilidades das análises constituintes desta Tese:

- ativa participação no Conjunto Cfess/Cress oportunizando a observação sistemática e participante no acompanhamento dos dados, debates e procedimentos;
- análise documental com base nos prontuários dos assistentes sociais no sentido do conhecimento dos motivos ou mesmo perfil dos que vêm efetuando os procedimentos relativos ao cancelamento de seus registros;
- intenso estudo bibliográfico sobre as temáticas afetas à área;
- as observações e anotações no diário de campo;
- a construção dos instrumentais de pesquisa, dentre esses, a elaboração do questionário e realização do pré-teste para adequação aos objetivos;
- a realização das entrevistas, mediante o uso do gravador, sua transcrição e análises à luz dos objetivos;
- estudos sobre os concursos ofertados nos últimos anos.

A pesquisa foi marcada pelas seguintes etapas:

- Inicialmente, mantivemos contato com o Cfess e os Cress da Região Sudeste com a intencionalidade das análises contemplarem a Região Sudeste, porém, como enfatizado anteriormente, a não consolidação dos dados em nível nacional e a dispersão ou dados incompletos remetidos pelos Cress inviabilizaram esse desejo;
- definida a pesquisa no Estado de São Paulo, efetuamos o levantamento cadastral nos prontuários do Cress-9ª Região/SP, no sentido de verificar os dados significativos que se apresentaram desde o início do lançamento informatizado no Conselho;

- tivemos acesso a dados mais especificados a partir do ano de 1996⁷ e, para fins da pesquisa com os assistentes sociais, optamos pelo conhecimento da realidade dos que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados; através do levantamento nos prontuários desses assistentes sociais buscamos verificar, principalmente, os motivos que os levaram a esse procedimento. Esse percurso foi marcado por dificuldades, como dados incompletos, pois quando o assistente social solicita o cancelamento, apenas lhe é solicitado o preenchimento de um formulário e declaração (ANEXOS 1 e 2) nos quais registra o não exercício das funções privativas do assistente social (previstas na Lei de Regulamentação Profissional) e a apresentação da carteira profissional⁸. Não há exigência sobre dados mais consistentes ou de natureza qualitativa que possibilitem o conhecimento dos motivos e outros elementos relativos ao ato do cancelamento;

- para conhecer a experiência social desses sujeitos e qualificar as informações quantitativas, elaboramos um questionário (ANEXO 3) tendo como público-alvo a totalidade dos assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados, quais sejam, 968 assistentes sociais, porém, por alterações na configuração na base de dados do Setor de Cadastro do Cress isto não foi possível, tendo sido remetidos apenas 695 questionários, ou seja, 71,8% dos que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados. Dos 695 questionários enviados, retornaram 192 (27,6%) com 176 respondidos (25,3%);

- optamos, ainda, por realizar entrevistas com os sujeitos que, através de suas inserções nos órgãos da categoria profissional, representam essa profissão em suas dimensões normativa, formativa e associativa. Buscamos ouvir o conjunto Cfess/Cress, a Abepss e a Fenass, efetuando a necessária reflexão sobre o mercado de trabalho e sobre os desafios e enfrentamentos que vêm caracterizando as diferentes dimensões da profissão. Através de um roteiro (ANEXO 4), efetuamos a entrevista com questões predominantemente abertas.

⁷ Em 1996, inicia-se a implantação, no Conjunto Cfess/Cress, de um novo Programa, o - Sistema de Cadastro e Fiscalização (Siscaf), com maiores possibilidades do cruzamento das informações.

⁸ Refere-se à carteira emitida pelo Cress quando o assistente social efetua sua inscrição. Embora a Resolução do Cress não aponte a necessidade da apresentação, no Cress 9ª Região/SP, no momento da solicitação do cancelamento, é solicitada, também, a apresentação da Carteira de Trabalho Profissional.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade da fala ser reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos (sendo ela mesmo um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2004:109/110)

Apesar de programadas entrevistas com todos os representantes dos órgãos da categoria profissional, por dificuldades, as agendadas com o Cfess e Fenas, não foram realizadas. Cabe ressaltar que Margareth A. Dallaruvera, presidente da Fenas na gestão 2003/2006, encaminhou algumas informações por *e-mail*, as quais encontram-se no corpo desta Tese.

Com Eutália Guimarães Gazzoli, presidente na gestão provisória 2005/2006 do Cress 9ª Região/SP e Drª Ana Elizabete Mota, presidenta na gestão 2004-2006 da Abepss Nacional, considerando o significado social de suas vivências nesse âmbito organizativo da categoria profissional, previamente agendadas, realizamos entrevistas gravadas, enriquecendo o processo de trocas e interação entre pesquisadora-entrevistadas.

O material oriundo desse percurso metodológico exigiu desta pesquisadora intensa articulação, fundamentada em análises com base no exame rigoroso da literatura e no trato das categorias emergentes da pesquisa realizada.

As respostas dos assistentes sociais que vivenciam ou vivenciaram o cancelamento de seus registros profissionais no Cress 9ª Região/SP e dos entrevistados que atualmente representam a categoria profissional, revelam configurações no mercado de trabalho profissional demarcadas, dentre outras, por novas vinculações funcionais, maior competição pelos postos de trabalho, a vivência do desemprego e/ou a precarização nas relações de trabalho.

Sendo assim, nesta Tese, no **1º Capítulo**, realizamos uma reflexão sobre o papel das profissões e do Estado nos marcos das profundas mudanças que afetam indistintamente todas as esferas da vida social, dentre essas, o mercado de trabalho, que coloca para os trabalhadores novos desafios no sentido de sua empregabilidade.

No **2º Capítulo**, efetuamos a necessária reflexão sobre o Serviço Social como profissão em seu processo de institucionalização, os instrumentos que a norteiam e suas dimensões normativa, formativa e associativa, finalizando com os desafios do

mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais.

No **3º Capítulo**, voltamos à discussão dos desafios presentes na inserção dos assistentes sociais ao mercado de trabalho, destacando os resultados da pesquisa com os que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados no Cress 9ª Região/SP. Dentre as categorias centrais de análise compreendidas como um conceito que abrange um conjunto de elementos ou aspectos com características comuns e que “trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso” (GOMES,1994:70) temos as relativas à mobilidade na inserção a esse mercado, os sentimentos advindos dessa relação incerta e as vinculadas aos sentimentos e às estratégias nos processos de inserção no mercado de trabalho profissional.

No **4º Capítulo**, trazemos as contribuições dos representantes do Cress 9ª Região/SP e da Abepss Nacional quanto ao mercado de trabalho profissional, ampliando as reflexões sobre os processos organizativos dessas entidades que se configuram como desafios à profissão, em uma conjuntura extremamente adversa aos trabalhadores.

Na certeza de que esta Tese não exaure o debate sobre a temática, pelo contrário, abre possibilidades para diversos aprofundamentos, nas **Considerações Finais** apontamos algumas conclusões na direção de tendências e desafios com a clareza de que essa profissão, em sua perspectiva formal e regulamentada, enfrenta condicionamentos vinculados ao campo das desregulamentações que a tensionam e ampliam seus desafios.

CAPÍTULO I

PROFISSÕES E O CAMPO DO TRABALHO NOS MARCOS DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

1. AS PROFISSÕES E SEUS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A emergência das profissões modernas está relacionada à divisão social e fabril do trabalho, a qual compreende os diversos processos que interagem desde a forma produtiva até as diferentes relações que nela são estabelecidas nos marcos do modo de produção capitalista. Hierarquizadas de acordo com as classes sociais a que destina o campo operacional correspondente, são determinantes para a profissionalização, a remuneração, os saberes, o reconhecimento social, a finalidade dos serviços e o mercado de trabalho.

A existência do mercado de trabalho reflete a legitimação das profissões, as quais nascem associadas à divisão social e técnica do trabalho e à produção e reprodução da própria existência humana com uma forte dimensão econômico-social. Definem-se a partir da importância da intervenção em determinada necessidade a ser suprida, vinculada a um saber organizado e a uma ética ordenadora das práticas. Sendo assim, as diferentes profissões, oriundas de diversas especializações, constituem inegável importância na sociedade.

Um de seus aspectos é o diploma, considerado como meio de acesso ao mercado formal de trabalho e que está intrinsecamente vinculado à formação necessária à intervenção social. A profissionalização vincula-se à formação dos sujeitos, possibilitando-lhes prover sua vida a partir do produto de seu trabalho em um espaço demarcado na divisão social e técnica do trabalho.

Em seu sentido etimológico, profissão vem do latim *professio*, que significa “declaração, profissão, exercício, ocupação, emprego” (PAPI, 2005:18). O termo, nos séculos XVII e XVIII, abrangia significados leigos e religiosos, com alteração no início do século XX, passando a ser expressão veiculada às profissões liberais, como a medicina e o direito.

A concepção atual do termo está vinculada à “atividade ou ocupação especializada e que supõe determinado preparo” (Idem, ibidem), como trabalho praticado a serviço de outras pessoas ou como prática contínua de um ofício, o que lhes imprime uma dimensão de utilidade social e pessoal. Essa dimensão vincula-se às relações estabelecidas entre o profissional, que realiza um trabalho que tem valor para a sociedade e que, em troca, recebe “recompensas”, tanto nos aspectos objetivos (salário) quanto nos subjetivos (realização pessoal/profissional). MARQUES (1998, in: PAPI: 2005,19) salienta que:

a profissão é concebida não somente como compromisso social solidário, mas como atividade que coloca os homens em determinados sistemas de relações materiais, sociais, econômicas, culturais e éticas e num patamar de exigências do saber técnico-científico.

As profissões diferenciam-se pelos conhecimentos que lhes são específicos, desenvolvendo-se através de determinados comportamentos, destrezas, valores e atitudes inerentes ao que se constitui o específico de cada uma.

O específico, aliado à inserção em determinado espaço, possibilita aos sujeitos profissionais compartilharem uma realidade de trabalho e regras socialmente pactuadas com a possibilidade do desenvolvimento de vínculos e sentimentos de pertencimento a uma organização profissional, com a construção de uma identidade coletiva forjada em um fazer comum, em realidades de trabalho equivalentes.

Dentre as dimensões das profissões, temos: a econômica, que se refere à capacidade do sujeito viver do produto de seu trabalho - remuneração; a social, que se encontra vinculada ao papel assumido e no lugar ocupado na esfera produtiva; a ético-política, relacionada à contribuição social através de seus campos de intervenção. É ético-política pois não basta apenas um fazer legitimado mas ações voltadas ao compartilhamento de normas, valores, conhecimentos, ações técnicas e linguagens previamente estabelecidas entre os sujeitos profissionais que impõem significados às práticas coletivas. Outra dimensão refere-se à corporativa, relacionada à capacidade de auto-regulação coletiva com a organização de seus membros na regulamentação da prestação dos serviços profissionais, sendo importantes os órgãos representativos das categorias profissionais, dentre eles, os órgãos de fiscalização do exercício profissional, os sindicatos e as associações profissionais.

Cabe destacar que as entidades de fiscalização profissional estruturam-se

nos séculos XVIII e XIX, mas surgem provavelmente no século anterior à Era Cristã, em Roma, com as primeiras congregações profissionais, denominadas *Coleggia* romanos.

a população era dividida de acordo com as artes ou ofícios exercidos. Diferentemente, todavia, não representavam expressão da voluntária ação dos profissionais interessados, já que criados e impostos pelo Estado a fim de, pela força, dirimir conflitos que se estabeleciam na sociedade acerca do exercício de alguma atividade. (PEREIRA, 2001:21).

Por volta do século XI, trabalhadores da Alemanha, Itália, França, Espanha, Portugal e Inglaterra organizam-se no sentido de desenvolver suas ações profissionais, ocasionando o surgimento das denominadas Corporações, conhecidas também como fraternidades, grêmios e sociedades de ofício.

a participação em um ofício em uma corporação marca o pertencimento a uma comunidade distribuidora de prerrogativas e de privilégios que asseguram um estatuto social para o trabalho. Graças a essa dignidade coletiva de que a profissão, e não o indivíduo é proprietária, o trabalhador não é um assalariado que vende sua força de trabalho, mas o membro de um corpo social cuja posição é reconhecida num conjunto hierárquico. (CASTEL:1998,155)

As corporações atingiram seu apogeu no século XIII e decaíram a partir do século XV, sendo extintas em sua maioria nos séculos XVII e XVIII.

No século XVIII, a crescente dinamização das relações comerciais entre os países e o intercâmbio entre os Estados possibilitam maior liberdade no exercício das atividades profissionais e as corporações perdem prestígio. O impulso nessa direção é dado com a Revolução Francesa, em 1789, quando o corporativismo sofre seu mais duro golpe. O liberalismo clássico⁹ no século XVIII, alimentado pelo Iluminismo¹⁰ limitava sobremaneira os poderes do Estado e pregava a plena autonomia dos indivíduos. Consagrava a liberdade para o exercício das profissões,

⁹ O liberalismo consolida-se com os acontecimentos de 1789, na França, que derrubou o antigo Regime, de cunho teocrático e absolutista centrado na idéia da origem divina do poder e da justiça fundada nas virtudes do bom governante. As teorias políticas liberais afirmam a existência de uma esfera de relações separadas da vida privada e da vida política, a sociedade civil organizada, em que proprietários privados e trabalhadores criam suas organizações de classes, realizam contratos, disputam interesses e posições, sem que o Estado possa aí intervir, a não ser que uma das partes lhe peça para arbitrar os conflitos ou que uma das partes aja de modo que pareça perigoso para a manutenção da própria sociedade. (CHAUÍ, 1994:402/403).

¹⁰ Movimento filosófico no século XVIII, conhecido como Esclarecimento, Ilustração ou Século das Luzes, caracterizado pela defesa da ciência e da racionalidade crítica contra a fé, a superstição e o dogma religioso. Fazia a crítica da organização social dominante assentada no poder (econômico e ligado ao monopólio do saber) da Igreja. Tinha como eixo a busca da verdade, do conhecimento sobre o real, fundamentando-se no uso da razão. (SALUM,1999:5/6).

artes ou ofícios, tendo, a nova estrutura social em formação, bases vinculadas ao individualismo, que se refletia nos aspectos econômico, político, social e jurídico. Os interesses centravam-se em quatro direções conforme Hobsbawm (1977: 211): “os negócios, a educação (que, por sua vez, levava a três metas: o funcionalismo público, a política e as profissões liberais), as artes e a guerra”.

Essas possibilidades ampliam o interesse na formação profissional através da educação abrindo perspectivas para várias carreiras. No campo político, há novas definições, pois o liberalismo, com seu mote de liberdade de mercado, incentivou as liberdades no plano do exercício profissional. Esse pensamento ganhou força e pôs fim às corporações tal como existiam.

Com o desaparecimento dos estatutos corporativos, prevaleceu em primeiro momento, a mais ampla liberdade de ação, chegando-se a conhecidos exageros, como por exemplo, o de não se subordinar a prática da Medicina à prévia obtenção de diploma universitário, por entender-se tal exigência contrária a liberdade individual. (REALE, in: PEREIRA, 2001:26)

A influência dos preceitos liberais, principalmente os que se referiam à liberdade irrestrita no exercício das atividades profissionais, impôs novos conflitos nas relações entre capital e trabalho. As discussões centravam-se nos enormes prejuízos causados por essa liberdade, o que possibilitou avançar no sentido de formas de controle em uma outra perspectiva que não a meramente corporativa e, sim, a vinculada aos interesses públicos.

No final do século XIX e início do século XX, todo um movimento foi implementado no sentido de responsabilizar o Estado quanto ao seu papel no combate às desigualdades e de proteção aos direitos e garantias individuais, bem como coletivas. A ênfase centra-se no papel intervencionista do Estado. Esse caráter do Estado pode ser percebido mais fortemente na Itália, em 1927, com a Carta del Lavoro, quando o Estado estabelece uma legislação centralizadora, com forte conteúdo demagógico e autoritário e passa a controlar, de maneira férrea, as relações de trabalho.

No campo das profissões, esse direcionamento do papel do Estado foi fundamental para o desenvolvimento de controles do exercício profissional que regulam o desempenho das atividades relacionadas aos interesses coletivos.

No Brasil, a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, o antigo liberalismo da Primeira República¹¹ é questionado e reforça-se o predomínio das forças antiliberais. Busca-se a cooptação dos movimentos sociais, incorporados sob a forma de um autoritarismo paternalista, com a instalação de um modelo estatizante que, em troca de alguns benefícios individuais, negava aos trabalhadores seus instrumentos de luta e reivindicações. Instala-se a ditadura política e impõe-se um modelo corporativista da vida social e econômica.

O Estado busca intervir diretamente no exercício das profissões, principalmente as de caráter técnico-científico e dá início à regulamentação do exercício de determinadas profissões liberais, criando pessoas jurídicas, separadas do Estado para fins de fiscalização do exercício profissional, o que possibilitou a emergência de vários conselhos, impulsionados pelo crescimento do mercado de trabalho e cursos de nível superior no país. A primeira entidade criada nestes moldes foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 18 de novembro de 1930, seguida por outros conselhos, como os de Contabilidade e de Medicina.

Os conselhos são pessoas jurídicas, reconhecidos como sujeitos de direitos e obrigações, dentre estas, o da fiscalização do exercício profissional. Suas funções são públicas e zelam pela qualidade dos serviços prestados. São autarquias, com função normatizadora e disciplinar das profissões, com o caráter dos serviços voltados aos interesses da sociedade e não os corporativos, visto a existência das profissões ligada às finalidades e necessidades criadas socialmente.

Apesar do caráter público, não se enquadram na esfera da prestação de um serviço público, pois não estão vinculados a nenhum Ministério ou outro órgão governamental. Dispõem de absoluta independência ídeo-política, porém, nas esferas administrativa e financeira, respondem ao Tribunal de Contas da União.

Para realizarem suas funções, têm legislações específicas, dentre estas, a lei que regulamenta as respectivas profissões para o efetivo exercício profissional e o Código de Ética, que normatiza o comportamento ético dos profissionais numa dada intencionalidade.

¹¹ Período em que a legitimidade do poder político centrava-se no domínio da aristocracia agrário-exportadora, comandada pelos interesses do latifúndio exportador. O Brasil buscou transplantar as idéias políticas neoliberais em ascensão na Europa em uma realidade marcada pelo capitalismo industrial tardiamente instalado no País. Denominado ortodoxo ou excludente, não permitia a ampliação de medidas relativas à legislação social. Ver Luiz Werneck Vianna (1976) e Boris Fausto (1977).

Compete aos Conselhos e Ordens defender a sociedade, pelo ordenamento da profissão tendo, por função, o controle das atividades profissionais respectivas, zelando o privilégio e controlando a ética. Valorizando a profissão ao impedir que pessoas inabilitadas exercitem as atividades profissionais e, ainda, combatendo a falta ética profissional. (FARIA JUNIOR, 2001:153)

Para além dos componentes formais que caracterizam e delimitam o campo das profissões, é importante considerar que as transformações que afetam a sociedade possibilitam que essas também se transformem no decorrer histórico.

As profissões surgem, historicamente, com a divisão social do trabalho e estão vinculadas à satisfação de necessidades advindas das transformações dos processos produtivos e da crescente complexidade e diversificação das formações sociais.

a divisão social do trabalho está na origem da formação de grupos homogêneos de pessoas e instituições que constituíram as corporações de ofício, posteriormente substituídas pelos grupos ocupacionais ou profissionais. (MANFREDI:2002,39)

No século XX, especialmente entre as décadas de 1920 a 1940, sob a égide do progresso e da modernização, eram fortemente centradas nos padrões tayloristas-fordistas e reconhecidas por sua eficiência técnica, sendo o conhecimento considerado restrito àqueles que possuíam habilidades técnicas embasadas em teorias explicativas sobre o real. No domínio das teorias estava implícita a formação.

O profissionalismo referia-se às habilidades técnicas, conhecimentos teóricos e ao reconhecimento daquela ação perante a sociedade. O treinamento profissional seguia o padrão vigente ligado a uma seqüência clara e linear articulada aos fundamentos seguidos pelos métodos e experimentação. Entre as certezas, encontrava-se a do emprego, centrada na crença da relação linear: escolaridade – formação – emprego.

O conjunto de modificações que vêm ocorrendo, principalmente após o último quartel do século XX em todo o mundo, quando o capitalismo enfrenta mais uma de suas crises, abala as certezas até então vigentes e altera substancialmente a materialidade e a subjetividade daqueles que vivem do trabalho. A crise instalada propiciou inúmeras transformações, dentre estas, a reestruturação produtiva do capital, sendo um de seus aspectos, a precarização com a desregulamentação do uso da força de trabalho.

O capitalismo passa por um período histórico singular, com diversas transformações¹² propiciadas pela aguda crise do capital vivenciada mundialmente principalmente após os finais da década de 1970. De acordo com Singer (1996:7), desde 1970

as economias capitalistas desenvolvidas abriram seus mercados internos aos produtos industrializados do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, a crise do dólar levou a flutuação das taxas de câmbio e à constituição de um grande mercado financeiro internacional – o mercado das eurodivisas – não submetido a qualquer controle público. O resultado das duas mudanças foi um novo grande salto adiante do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro.

Uma das características principais desse processo é a sua globalização. Ianni (1994:3) enfatiza que “a globalização do capitalismo carrega consigo a globalização do mundo do trabalho” sendo esse processo desigual e marcado pela alteração nas relações de produção.

A globalização econômica assume novas feições ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas que propiciam o aumento da capacidade de produção de mercadorias e novos processos de circulação com a conseqüente expansão dos mercados consumidores. Os estudos de Marx e Engels já apontavam para a necessidade imperiosa do capital avançar desenfreadamente à procura de mercados destruindo e reconstruindo padrões de sociabilidade.

Articuladas à globalização econômica, ocorrem outras formas de organização, ganhando terreno experiências ligadas à flexibilização da produção e dos processos de trabalho que dinamizam o mercado mundial com enorme salto tecnológico, expresso na automação, na robótica e na microeletrônica.

Essas transformações imprimiram mudanças significativas no campo das profissões e a todos os trabalhadores, tanto pela instabilidade econômica (capacidade de colocar-se no mercado de trabalho) quanto pelas mudanças dos processos produtivos.

Nesse contexto, o binômio escolaridade-formação não necessariamente indica a inserção no emprego pois as possibilidades de trabalho são difusas e passam a depender fortemente de atributos pessoais com ênfase nas capacidades individuais para melhor adequação ao mercado profissional.

¹² É expressiva a bibliografia na área, como Singer (1996), Antunes (1999) e Pochmann (2004), dentre outros.

Essa situação propiciou o deslocamento de um projeto de sociedade para o de pessoas e, no campo das identidades profissionais, essas são associadas

mais a estratégias individuais que se desenvolvem em resposta a determinados desafios do que às relações sociais coletivas que compartilham projetos em comum. Ao invés disto, os indivíduos incorporam fragmentos dispersos da realidade, reconstruindo para si o projeto pessoal. (RAMOS: 2002, p.247)

A construção de projetos pessoais em detrimento de projetos coletivos vem crescendo, fortalecida pelo pensamento de correntes que defendem estarmos vivenciando a pós-modernidade.¹³ São características desse período a discussão do papel da razão, a valorização da subjetividade¹⁴ e a negação das teorias totalizantes. Consideramos ser importante desmistificar um fazer profissional que se assente sobre projetos pessoais desvinculados das relações de totalidade e contradições inerentes à vida social no modo de produção capitalista.

A reestruturação produtiva impõe desafios às profissões com mudanças que redefinem identidades, redimensionam espaços, imprimem antigas e novas demandas, com novas exigências aos trabalhadores.

Concordamos com Mota (1991) que a construção das profissões vincula-se a uma relação dialética ligada às necessidades humanas básicas e à organização da produção, a qual é determinada pela imperiosa necessidade da acumulação e da reprodução capitalista. Nesse sentido, o conjunto de transformações iniciadas nos finais da década de 1970 afetou as instituições e, nelas, o campo das profissões.

Embora esse processo nada tenha de enigmático, é desafiante, com complexidades que exigem mediações socioinstitucionais diante das demandas colocadas às profissões e nas respostas coletivamente construídas.

Ao falarmos em desafios, estamos nos referenciando à concepção de profissão que defendemos, vista não como respostas individuais através de projetos pessoais e, sim, por seu caráter social, advindo de mediações históricas nas relações estabelecidas entre necessidades e possibilidades concretas de superação,

¹³ A Modernidade tem seu início no final do século XVIII, com as Revoluções Industrial e Francesa, e as idéias inspiradas no pensamento iluminista dos séculos XVII e XVIII, que rejeitavam os valores e instituições tradicionais e consideravam a razão como autolibertação humana. A pós-modernidade é marcada pela descrença na noção iluminista da razão universal. (BAUM, 1992:8)

¹⁴ Consideramos extremamente importante a valorização da subjetividade. Nossa crítica é como a leitura da subjetividade ocorre esvaziada de materialidade, sem outras mediações com o real.

através de uma ação especializada e técnica, fundamentada em teorias, saberes e práticas construídas e viabilizadas no próprio exercício profissional. Essas relações não podem ser percebidas de maneira mecanicista e, sim, em um movimento dialético em que estão presentes necessidades históricas, intrínsecas ao processo de existência objetiva dos homens.

Ramos (2002:249) indaga sobre o que consistiria atuar na elaboração do projeto pessoal dos indivíduos tornando-o maleável o suficiente para transformar-se em projeto possível no confronto com o mundo do trabalho. Sua resposta caminha no sentido do conceito de profissionalismo, indicando que o profissionalismo

estendeu-se para além da obtenção de um emprego e de fazer um trabalho bem feito. Este novo profissionalismo implica, primeiro, estar preparado para a mobilidade permanente entre diferentes ocupações numa mesma empresa, entre diferentes empresas e, até mesmo, para o subemprego ou para o trabalho autônomo. Segundo, pressupõe admitir que o exercício da atividade profissional possa evoluir do restrito plano operatório – em que o valor está na execução correta e precisa das tarefas – para um plano também reflexivo, quando se tem de enfrentar a complexidade dos processos, compreendendo-os e dominando-os.

A perspectiva colocada pela autora remete às reflexões sobre a necessidade de compreender a complexidade dos processos e destaca a importância do profissional ampliar seu repertório de conhecimentos; de não atuar apenas com as rotinas do cotidiano e, sim, mobilizar seus saberes e contextualizá-los diante das complexidades do real. Destaca, ainda, que esse saber não é de ordem estritamente técnica, nem unidimensional, mas transversal a outros conhecimentos que deverão ser colocados em prática, com estratégias, criatividade e tomada de decisões que não têm caráter individual.

Nesta direção, aponta a importância do “código ético-político das relações profissionais” com a discussão da profissionalidade inserida no debate contemporâneo sobre qualificação e competência articuladas ao conceito de empregabilidade.

2. QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA: A REFLEXÃO NECESSÁRIA

O conceito de qualificação nasce vinculado ao surgimento do Estado de Bem-Estar Social, no início do século XX, nos processos de consolidação da sociedade

industrial. A discussão sobre a temática surge com o aprofundamento da divisão do trabalho no capitalismo, passando a ser objeto de investigação de várias áreas, dentre elas, a economia e a sociologia, porém, somente após a 2ª Guerra Mundial ganha centralidade.

Trata-se de uma resposta à ausência/fragilidade de regulações sociais e apóia-se sobre dois pilares: as classificações e hierarquização dos postos de trabalho e o ensino profissional que classifica e organiza os saberes em torno das disciplinas.

Consolida-se com o modelo taylorista-fordista de produção, articulado aos padrões de formação, emprego, carreira e remuneração, impulsionada pelas lutas trabalhistas ligadas às disparidades na remuneração para atividades de natureza diversa ou idêntica.

Salários homogêneos para o mesmo tipo de trabalho, como expresso no *slogan* “para qualificações iguais, salários iguais”, tornam-se assim, a exigência central do movimento sindical, e varias greves foram realizadas neste sentido. Os trabalhadores vão se organizar e negociar normas de referência, primeiro no nível da empresa, depois da localidade e finalmente do ramo profissional. (TARTUCE, 2004:35)

Esses movimentos redimensionam as relações trabalhistas dando origem às classificações profissionais que definem regras na trajetória profissional dos trabalhadores, estabelecendo uma estruturação coletiva de normas para direitos e regulações do uso do trabalho, tais como: ordenamento hierárquico relacionado às qualificações de grupos de trabalhadores vinculados a postos de trabalho, seleção, contratos, remuneração básica, promoções, dentre outras.

Tartuce (2004:35), fazendo referência a Tanguy (1997)¹⁵, reforça que a noção de qualificação no debate francês, no pós 2ª Guerra Mundial, vai conduzir diversas medidas institucionais.

entre as quais as grades de classificação que repousam num compromisso social ao termo do qual são definidos os princípios de relação de duas distribuições hierarquizadas, a dos indivíduos segundo suas capacidades e a dos empregos aos quais são atribuídas remunerações. Tal trabalho de formalização e de codificação realiza-se geralmente na escala dos ramos profissionais, lugar de organização privilegiados pelos empregados e pelos assalariados na medida em que eles têm acesso, assim, à ação política e social.

¹⁵ TANGUY, L. **Formação**: uma atividade em vias de definição?, v. 42, n. 2, Porto Alegre: Vértices, jun. 1997. p.385-410.

Nos anos 1980, o debate sobre qualificação readquire centralidade em todo o mundo, especialmente na Europa, como decorrência das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que atingem a sociedade e o mundo do trabalho. Aponta para as possibilidades de uma divisão do trabalho menos acentuada com a exigência de uma nova qualificação dos trabalhadores. Porém, é nos finais da década de 1990, no contexto de maior flexibilização das relações de trabalho, que esta discussão retorna à arena pública, de maneira mais incisiva, e torna-se presente nos discursos que envolvem governos, empresários, sindicatos e trabalhadores. Qualificação e competência aparecem em alguns momentos como sinônimos e é importante resgatarmos historicamente tais conceitos para compreender suas implicações.

Georges Friedman e Pierre Naville são considerados os fundadores da Sociologia do Trabalho na França e suas contribuições são seminais e referência para as temáticas sobre qualificação e competência.

Friedman, em estudos nos anos de 1940, reflete sobre os conteúdos da qualificação como relacionados à complexidade da tarefa e à posse dos saberes para realizá-la, qual seja, a qualidade do trabalho aliada ao tempo de formação. Essa linha de pensamento denomina-se “essencialista” ou “substancialista”. Parte “da qualidade e da complexidade das tarefas para chegar aos atributos dos trabalhadores necessários para desempenhá-las” (Tartuce, 2004:362). Considera a qualificação do trabalho como os conteúdos do trabalho e a qualificação do trabalhador, o saber e “saber-fazer” necessários à execução.

Pierre Naville, com seus estudos na década de 1950, amplia esta compreensão e não concebe a qualificação centrada apenas na relação da técnica e do conteúdo do trabalho (embora os considere importantes), mas, sim, como processo e produto sociais decorrentes das tensas e conflituosas relações entre capital e trabalho, aliado a fatores socioculturais que influenciam o julgamento e a classificação que a sociedade faz dos indivíduos. Conhecida como “visão relativista” ou “historicista” enfatiza que

não basta pensar na qualificação do trabalhador e na do trabalho mas é preciso relacioná-las e ver os conflitos existentes entre as qualificações adquiridas pelos indivíduos e as qualificações requeridas pela “indústria” – ou seja, pela sociedade, para satisfazer suas necessidades. (TARTUCE, 2004: 365)

Nessa linha, considera que a qualificação do trabalho é uma relação social que varia conforme o momento histórico e o lugar vinculados estreitamente à capacidade de satisfação das necessidades sociais, o que imprime formas variáveis tanto em seu processo de codificação (como exemplo, nas classificações profissionais) como para avaliação (salários e prestígio).

A formalização das classificações profissionais na França padronizou os conteúdos da qualificação impondo a cada profissão ou posto de trabalho uma determinada formação e nível escolar e, uma vez adquiridos tais conhecimentos, o trabalhador poderia permanecer naquele lugar sem outras exigências em termos de novas aprendizagens, fortalecendo um sistema baseado em um ordenamento social das profissões relativamente sólido e estável, legitimado pelo diploma e vinculado ao tempo de formação necessário para a execução de determinadas ações. Essa consolidação permitia uma relativa segurança quanto a uma carreira profissional sólida. Cabe destacar que tal formalização seguia os parâmetros do trabalho baseados no “modo de regulação fordista”. A qualificação era entendida como um conjunto de saberes estáticos, especializados e formais, sem maior mobilidade.

Esse pilar de solidez e certeza se desfaz com o conjunto de transformações societárias, em escala mundial, pós anos 1970. Diante dos processos de automação flexível, foram grandes as mudanças organizacionais, ocorrendo novas exigências aos trabalhadores como as relacionadas a perfis e habilidades. As demandas estão voltadas não apenas para conhecimentos formais vinculados ao diploma - profissão, como também para as habilidades cognitivas e mesmo, comportamentais, ligadas à iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade e liderança exigindo um trabalhador polivalente.

a ênfase na “polivalência”, entendida como um conjunto de capacidades que possam enfrentar a complexidade e a imprevisibilidade do “novo” modo de produzir, significa a passagem do conceito de “qualificação” para o de “competência” (TARTUCE, 2004:359/360)

Essa ênfase desloca para o trabalhador a responsabilidade pelos processos produtivos vinculados a componentes subjetivos, relacionado à capacidade de mobilizar os saberes e, de forma autônoma, resolver os problemas que surjam nos espaços de trabalho, sendo o controle por objetivos e resultados e não mais por tarefas. Outro aspecto é que as seleções, remunerações e promoções estão vinculadas não mais aos cargos e, sim, às competências, consideradas as fornecedoras da flexibilidade exigida nos processos de produção. Competência,

nessa direção, está vinculada à dimensão da qualidade do trabalho e das características individuais para fazê-lo.

Rios (2002:48) enfatiza que a competência não é algo estático, ao qual o comportamento dos indivíduos deva se ajustar. Ela é construída cotidianamente nos processos de inserção dos sujeitos profissionais na malha produtiva. Sua dimensão técnica aponta para os significados relativos “ao saber” e ao “saber-fazer” que englobam o domínio dos conteúdos/conhecimentos que o sujeito necessita para desempenhar seu papel. Sua dimensão política materializa neste fazer como “saber fazer bem”, sendo este “bem” não concebido em uma perspectiva metafísica, mas como o que “responde a necessidades historicamente definidas pelos homens de uma determinada sociedade”. O conceito de competência, em Rios, abrange os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais presentes na sociedade, não se resumindo aos individuais, embora os comportem.

Na relação qualificação – competência, a qualificação não se reduz às capacidades individuais pois se insere em uma relação de mercado tanto formal como informal de trabalho e a competência é um dos elementos da qualificação, sendo que, somente após seu reconhecimento e legitimidade social, em termos sociais e monetários, é que se torna qualificação. Devem ser compreendidas como construção social e dinâmica, que envolvem o sujeito tanto nos aspectos objetivos quanto subjetivos da produção. São estabelecidas na íntima relação do sujeito em face da objetividade das relações sociais (pois dependem das condições concretas do trabalho) e também das condições subjetivas por meio das quais, como sujeitos ativos, constroem e reconstróem sua profissionalidade. Qualificação e competência são então, noções relativas e articuladas, vinculadas à profissionalidade no sentido dos aspectos objetivos e subjetivos dos processos de trabalho.

No Brasil, esse debate não ganhou a relevância que adquiriu nos países centrais e, mais fortemente, na França. Em nosso país, a relação diploma-cargo-salário nunca foi regulamentada e o reconhecimento da qualificação sempre ocorreu de maneira individual através do registro em carteira do trabalhador. Tartuce (2004) destaca que, pelo fato de não termos a contratação coletiva e a homogeneização dos salários, corre-se o risco de a passagem da qualificação para a competência se tornar sinônimo de maior desregulamentação das relações de trabalho, com a ampliação das condições de vulnerabilidade dos trabalhadores, situação que, infelizmente, já estamos presenciando.

3. TRABALHO, MERCADO E OS DESAFIOS DA EMPREGABILIDADE

3.1 O trabalho como processo histórico-social

como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, Karl, 1983:50)

Conforme Marx, o trabalho é fundamental para o homem e condição para sua existência enquanto ser social, sendo uma atividade fundante de sua vida. Por essa ação, ao transformar a natureza, o homem altera a sua própria natureza e proporciona o desenvolvimento da sociabilidade humana. Essa concepção possibilita a compreensão do homem como ser histórico que, pelo trabalho, produz sua existência, sendo fonte de realização pessoal e social.

Porém, no modo de produção capitalista esse processo sofre alterações: por um lado, o trabalho permanece como atividade orientada a produzir valores de uso e a satisfazer as necessidades humanas; e, por outro, reproduz dois fenômenos particulares: primeiro, o trabalhador atua sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho e, segundo, o produto é propriedade do capitalista e não do trabalhador. Nessas relações, o trabalho se configura numa relação assalariada, alienada e fetichizada¹⁶, conseqüência de uma relação social fundada na propriedade privada em que o trabalhador não tem o controle sobre os processos produtivos, estando o trabalho mais preso ao reino das necessidades do que da liberdade.

Por mais transformações que o trabalho tenha sofrido ao longo da história da civilização, essa relação permanece inalterada. Durante o primeiro milênio, o

¹⁶ O trabalhador produz bens que não lhe pertencem e cujo destino escapa ao seu controle. Assim, não pode se reconhecer no produto de seu trabalho, não concebe aquilo que criou como fruto de sua livre atividade criadora. A criação (o produto), na medida em que não pertence ao criador (ao trabalhador) se apresenta como um ser estranho, uma coisa hostil e não como resultado de sua atividade e do poder de modificar livremente a natureza. A força humana de trabalho, ao invés de ser reconhecida e valorizada, transformou-se em mercadoria. Por outro lado, na medida em que o trabalho não produz a mercadoria para seu uso e sim para o mercado, na medida em que o produto do seu trabalho escapa totalmente ao seu controle e parece adquirir vida própria, o processo da produção e circulação das riquezas obscurece e foge ao entendimento do trabalhador e o movimento das coisas no mercado aparece como um movimento automático, superior à vontade dos homens. A mercadoria não é vista como a expressão de um trabalho humano concreto, o que Marx denominou como “fetichismo” da mercadoria. (KONDER, 1945; 151-152).

trabalho não estava associado ao exercício da cidadania sendo que, na Grécia Antiga, possuía sentido pejorativo, vinculado àqueles que necessitavam prover suas necessidades de vida. Temos, aqui, a presença do escravo, responsável pelo trabalho e não reconhecido como cidadão.

Considerando as análises de Castel (1998), antes da Revolução Industrial, trabalho regulado (conjunto das regulamentações dos ofícios) e trabalho forçado representavam as modalidades principais da organização do trabalho. Os ofícios eram considerados atividades sociais dotadas de utilidade coletiva.

O idioma corporativista comandava o acesso ao que se poderia chamar de cidadania social, concebida pelo fato do trabalhador ocupar um lugar reconhecido, vinculado ao pertencimento orgânico das profissões. Por outro lado, encontrava-se o contingente de trabalhadores de certas profissões que não passavam pela aprendizagem reconhecida e formal constituindo-se naqueles que “ganhavam a vida com o trabalho de seus braços” vivendo exclusivamente da remuneração de sua força de trabalho, sendo assalariados, situação ampliada após a Revolução Industrial.

A condição de assalariamento propiciava uma situação de indignidade pois tratava “de pessoas ‘de estado vil’ ou de condições simples que só tem para trocar uma capacidade de trabalho manual e, amiúde, sob formas desqualificadas” (CASTEL, 1998:204) contrapondo às condições de dignidade oportunizadas na medida em que o Estado se estruturava e as profissões liberais se desenvolviam. É o caso dos ofícios que não se identificavam com uma relação salarial evocando mais uma forma de comércio do que um serviço público.

As transformações ocorridas no final do século XVIII, com a Revolução Francesa e o princípio do livre acesso ao trabalho, abrem uma era de incertezas balizadas na ampliação das contradições do sistema capitalista, principalmente quanto à divisão do trabalho.

Braverman (1981:70-71) ressalta que o mais antigo princípio inovador do capitalismo refere-se à divisão manufatureira do trabalho, sendo originária do princípio fundamental da organização industrial, a qual se diferencia do antigo sistema dos ofícios ou especialidades, com a capacidade de subdividir sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas e executadas por diferentes trabalhadores. Reforça que a divisão social do trabalho “é aparentemente inerente característica do trabalho humano tão logo ele se

converte em trabalho social, isto é, em trabalho executado na sociedade e através dela”.

Essa relação social permite a divisão da sociedade entre ocupações, cada qual vinculada a determinado ramo produtivo o que abre possibilidades do “parcelamento” do trabalhador além do barateamento dos custos do trabalho em uma sociedade baseada na compra e venda da força de trabalho. Para o mercado significa que a força de trabalho para a execução de determinadas tarefas poderia ser adquirida por um custo menor.

Assim, o modo de produção capitalista tem o poder de destruir automaticamente as habilidades à sua volta originando qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades, o que possibilita a divisão entre os próprios trabalhadores relacionada a seus conhecimentos. Sendo assim, tem-se dois setores de trabalhadores: de um lado, um pequeno e seletivo grupo, altamente qualificado, e, de outro, um expressivo grupo pouco qualificado. Os processos de trabalho sofrem alterações, com ênfase na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, tendo como resultados a desqualificação e o controle como marcas da inserção dos trabalhadores nos processos produtivos.

Essa lógica do capital pode ser melhor visualizada no período posterior às guerras vivenciadas no século XX, com as exigências de maior quantidade e variedade de produtos, o que possibilita uma inegável ampliação da capacidade produtiva industrial. Nasce uma forma de organização do trabalho, denominada fordismo, com base na aplicação dos métodos tayloristas, cuja principal meta era controlar e intensificar o trabalho por meio do parcelamento das tarefas e a separação entre planejamento e execução do trabalho.

o domínio do processo de trabalho alcançado pelo fordismo permitiu ao capital a intensificação da exploração da força de trabalho. A parcelização, por sua vez, possibilitou o adestramento da habilidade de cada operário de modo a diminuir o trabalho morto¹⁷ de cada atividade e a aumentar a intensidade do trabalho. (MARCELINO, 2004:52).

O trabalhador tem uma real perda de suas qualificações específicas, em razão da homogeneização dos processos de trabalho, porém, foram fortes as reações, com

¹⁷ Por trabalho morto, entende-se o tempo gasto com atividades não diretamente vinculadas ao processo produtivo.

variadas formas de resistência na recusa do trabalho alienante e na possibilidade deste se transformar no centro de suas vidas.

No final dos anos 1960 e início de 1970, o regime fordista apresentou sinais de esgotamento, fruto de uma nova crise do capital. É importante ressaltar que a acumulação¹⁸ é o motor que potencializa o modo de produção capitalista, sendo que o sistema capitalista cria e recria-se incessantemente e encontra-se inserido em graves tensões inerentes às suas relações contraditórias, o que potencializa suas crises.

Algumas manifestações das crises podem ser percebidas pelo aumento do desemprego e subemprego crônico, pelo excedente de capital, pela falta de oportunidades de investimento, pelas taxas decrescentes de lucro, pela falta de demanda efetiva no mercado (HARVEY, 2005:46). As crises, que são periódicas, teriam como efeito a busca da expansão da capacidade produtiva aliada a renovadas condições de acumulação.

A partir dos anos de 1970, nova crise atinge a sociedade capitalista. Antunes (1999) enfatiza tratar-se de uma crise estrutural do capitalismo, assentada, dentre alguns de seus aspectos, na queda da taxa de lucro devido ao aumento do preço da força de trabalho; nas lutas operárias no final da década de 1960; e no esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo.

O capital procura desenvolver uma nova ordem produtiva e de consumo assentada na acumulação flexível marcada pela necessidade de desregulamentação ampla; na monopolização de vários setores industriais; na flexibilização dos direitos trabalhistas; e na busca de ampliação de novos mercados rentáveis para o consumo privado.

O novo padrão tem em suas bases a desconcentração produtiva, a produção com tecnologias avançadas (exemplo da microeletrônica), o uso intensivo da terceirização e a utilização de novas técnicas organizacionais, cujas funções

¹⁸ A acumulação é central, no capitalismo: “o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido num determinado empreendimento industrial e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento de seu capital, para preservá-lo; no entanto, ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio da acumulação progressiva”. (MARX, 1983:592)

estariam voltadas à renovação das técnicas de controle presentes no modelo japonês, denominado toyotismo ou ohnismo.¹⁹

Conforme Marcelino (2004), os pilares básicos do toyotismo encontram-se na produção *just-in-time*, ou seja, a produção na medida e no tempo certos, de acordo com a demanda e na auto-ativação produtiva, com as máquinas contendo dispositivos passíveis de serem acionados quando da detecção de problemas na produção; na capacidade do capital aumentar seus lucros por meio da diminuição gradativa da força de trabalho; na reorganização do espaço produtivo; na desconstrução da autonomia sindical e dos direitos dos trabalhadores; e na desregulamentação do mercado de trabalho, cerne das relações sociais no modo de produção capitalista, espaço em que, a relação homem-mercadoria ganha materialidade.

3.2 Mercado de trabalho – regulamentação x desregulamentação e o debate sobre a empregabilidade

Na era anterior ao capitalismo industrial, a família tinha papel preponderante e era a responsável pela maioria dos processos produtivos, com a produção e o consumo vinculados ao espaço privado aliado a uma limitada quantidade de mercadorias em circulação normal.

Com a expansão do capitalismo industrial e o aumento da utilização da força de trabalho, os trabalhadores foram incorporados aos processos fabris e, ao serem inseridos na malha urbana, as antigas práticas de auto-abastecimento tornaram-se inviáveis, propiciando a expansão das relações de compra e venda de mercadorias, “facilitada” pela renda oriunda do trabalho.

Nessa transformação das relações sociais, outros componentes ideológicos passam a ser incorporados, fortalecendo as relações inseridas no mercado, dentre estes,

¹⁹ Devido a Taiichi Ohno, engenheiro da empresa automobilística Toyota Motor Co, com as primeiras idéias modernizadoras, no decorrer da década de 1940, na implantação de estratégias para aumentar os lucros e diminuir os gastos com a força trabalho.

a pressão do costume social sobretudo sobre a geração mais jovem alternadamente pelo estilo, moda, publicidade e processos educacionais (tudo isto transforma o “feito em casa” em menosprezo e o “fabricado” ou “comprado fora” em vanglória); a deteriorização das especialidades (junto com a disponibilidade de materiais); e a poderosa necessidade de cada membro da família de uma renda independente, que é um dos sentimentos mais fortes instilados pela transformação da sociedade em um gigantesco mercado de trabalho e artigos, uma vez que a fonte de status já não é mais a capacidade de fazer coisas mas simplesmente a capacidade de comprá-las. (BRAVERMAN, 1981:235)

As relações sociais passam a ser centradas/canalizadas nas relações de mercado, em processos de compra e venda, e com a mudança, a vida social se transforma, com os vínculos sociais (comunitários) e familiares sendo substituídos por serviços e mercadorias colocadas em circulação, caracterizando um novo impulso no movimento da sociedade capitalista no sentido da inovação de produtos e serviços, conseqüentemente, em seus processos de acumulação.

De acordo com Braverman (1981:239), é somente na era dos monopólios que o mercado ganha *status* central e enfatiza que três aspectos são centrais para a criação do mercado universal: primeiro, a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; segundo, a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias e, a terceira, um “ciclo do produto” que inventa novos produtos e serviços. Nesse sentido, é engendrada uma teia de bens-mercadoria e serviços-mercadoria que colocam em total dependência as relações sociais diante do mercado.

Em uma sociedade do capital marcada pela relação de compra e venda da força de trabalho, esse cenário propicia tensas e contraditórias relações sociais nas quais o produto do trabalho humano é convertido em mercadoria deixando de ser uma função natural e tornando-se uma atividade alienada. O salário é o preço desse processo de compra e venda.

Essa relação, historicamente, tem sua gênese nas corporações de ofício e o pertencimento a uma delas expressava prerrogativas e privilégios que asseguravam um estatuto social para o trabalho como a imposição de valores sobre seus produtos/serviços e, posteriormente, com a regulamentação das profissões que busca impedir o surgimento de um mercado sem controle.

A preocupação com o controle do mercado de trabalho não é atual, data de

1910, com William Beveridge²⁰ que acreditava que o principal obstáculo à racionalização do mercado de trabalho vinculava-se à existência dos chamados trabalhadores intermitentes, quais sejam, aqueles que não mantinham regularidade quanto à formalização em postos de trabalho.

Na França, no início do século XX, as discussões se centravam na relação entre a regulação do mercado de trabalho e o desemprego que começava a demonstrar índices preocupantes. Como resposta a essa questão, pontuava-se a necessidade, em um primeiro momento, da organização das contratações, tarefa sob a responsabilidade inicial dos agrupamentos profissionais.

Em sentido mais amplo, mercado refere-se às relações estabelecidas entre a oferta de bens e/ou serviços e/ou capitais. Como características dessas relações, encontram-se a capacidade da oferta de bens e/ou serviços que são estabelecidos em uma relação de compra e venda, em um espaço de disputas de interesses. No que se refere a mercado de trabalho, este

organiza a produção e a distribuição como uma relação de troca entre trabalho e o desempenho, contrapondo, como em todos os outros mercados, ofertantes e demandantes de “trabalho”. Um outro traço comum consiste na ocorrência da relação de competição em todos os mercados: ofertantes e demandantes sempre competem com outros ofertantes e demandantes. (OFFE, 1989:46/47)

A divisão do trabalho na sociedade capitalista possibilita o trabalho dissociado, o que, em termos de mercado, indica que a força de trabalho pode ser comprada mais barata estabelecendo ganhos consideráveis aos empregadores que procuram ampliar seu capital. Isso significa que a força de trabalho se converteu em uma mercadoria não sendo mais organizada de acordo com os interesses daqueles que a vendem e, sim, dos empregadores, que a compram, numa clara vinculação aos seus interesses de maior rentabilidade. Essa relação é mediada pelos contratos de trabalho, nos marcos da regulamentação.

O campo da regulamentação indica a conjugação de normatizações que mediatizam os conflitos de interesses entre os que compram e os que vendem sua força de trabalho, dentre essas, legislações específicas, que representam a proteção ao trabalho, relativas à jornada, limites de idade para a aposentadoria, direitos

²⁰ William Henry Beveridge (1879-1963), britânico, coordenou a London School of Economics no período de 1919 e 1937. Em 1941, tornou-se presidente do Comitê Administrativo Interministerial, encarregado de um exame geral do sistema previdenciário britânico que resultou no Plano Beveridge (1942), o qual, aplicando as teorias Keynesianas de redistribuição de renda, serviu de base para a reforma da estrutura da previdência social na Inglaterra e em vários países. (SANDRONI, 1992:27)

trabalhistas (férias, proteção em caso de impedimento para o trabalho), dentre outros.

Ao conceito de mercado de trabalho estão presentes indicativos relacionados à oferta de mão-de-obra, custos da produção, remunerações, contratos, capacidade de geração de postos de trabalho, produtividade, estabelecendo as relações constitutivas de uma sociedade marcada pela vinculação ao trabalho, dita por Castel, como sociedade salarial, qual seja, assentada majoritariamente sobre aqueles que se encontram com sua subsistência vinculada aos salários/remuneração.

Com o conjunto de transformações propiciadas pelos processos de reestruturação produtiva alavancada pelo paradigma da flexibilidade, ocorrido pós anos 1970, as balizas de uma sociedade salarial assentada no binômio trabalho-remuneração vem sofrendo as conseqüências de um modelo altamente excludente em relação ao mercado de trabalho, com mudanças nas modalidades de emprego, na estrutura industrial e na organização do trabalho. Somam-se a esse cenário, as políticas macroeconômicas que impõem às economias mundiais baixas taxas de crescimento econômico agravando o quadro de desemprego além da convivência de relações duais e ambíguas em que o espaço econômico ocupado pela informalidade e o setor de serviços encontram-se em franca expansão.

O setor de serviços²¹ é historicamente aquele que agrega um conjunto de atividades consideradas distintas das produtivas, na medida em que são efetuadas para manter as condições da produção; dentre essas, encontram-se os serviços comerciais e os públicos.

as atividades de prestação de serviços consistem em que todas elas têm a ver com a segurança, conservação, defesa, vigilância, certificação das formas históricas de circulação e das condições funcionais de uma sociedade e seus sistemas parciais. Sua característica distintiva é a manutenção de algo. (OFFE, 1991:18)

O crescimento do setor de serviços foi amplamente analisado por vários estudiosos²², com teorias diversas, dentre essas, a deste crescimento estar ligado à incapacidade do setor industrial da economia em absorver parcela dos trabalhadores ou a da sua necessidade no processo capitalista, como mecanismo que “acomoda”

²¹ Claus Offe é referência indispensável para o aprofundamento das análises relativas ao setor de serviços. Ver: **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”, v. II – Perspectivas. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1991.

²² Ver: BARAN, P.A.; SWEEZEY, P.M. **Capitalismo monopolista** – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

os trabalhadores não necessários ao processo de acumulação.

O impacto das mudanças relativas aos processos produtivos tem rebatimentos diretos no mercado de trabalho, com uma progressiva e crescente desregulamentação, processo que têm oportunizado a redução do trabalho formal e o aumento do trabalho temporário, terceirizado e em tempo parcial.

o mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (..) O propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns (HARVEY,1992:143-144)

Esse conjunto de mudanças estruturais vigentes mundialmente aprofunda as desigualdades definindo um novo reordenamento na Divisão Internacional do Trabalho marcada por diferenciações na repartição geográfica do trabalho, com ênfase no papel das grandes corporações transnacionais nos sistemas produtivos nacionais, o que intensifica polarizações, recrudesce as relações de trabalho nos diversos países e acirra desigualdades que dificultam aos países pobres melhores empregos, elevando brutalmente as disparidades concernentes à distribuição de renda das populações.

No universo do trabalho e dos trabalhadores, constitui-se uma nova composição no emprego, com destaque para as ocupações profissionais superiores e diretivas que, segundo Pochmann (2001), estão relacionadas à mudança na configuração ocupacional, sendo que as consideradas inferiores, aquelas que exigem operações simples e manuais, vêm perdendo espaço na esfera produtiva.

As possibilidades profissionais estão voltadas às ocupações que utilizem maior informação e com atividades multifuncionais, sustentadas principalmente pela maior escolaridade e qualificação, sendo os perfis associados à capacitação tecnológica. No que se refere ao mercado de trabalho, aprofunda-se uma distorção em sua estrutura.

de um lado, aqueles empregados que fazem parte do mercado de trabalho central e que possuem trabalho em tempo integral, benefícios indiretos, salários altos, aposentadorias, segurança maior no emprego, perspectivas de melhoria na carreira, apoio da empresa para melhoria da formação profissional e que, em geral, são considerados importantes para as corporações; de outro, os que se encontram na periferia da estrutura ocupacional e que representariam dois grupos diferentes: o primeiro consiste de empregados em tempo integral e que possuem qualificações que são amplamente disponíveis no mercado de trabalho. Essa característica leva este grupo a uma acentuada rotatividade. Já, no segundo subgrupo periférico estão aqueles que possuem uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregado casual, pessoal, com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico. (RODRIGUES, 2002:156)

Estes elementos reforçam a análise sobre a precarização do trabalho, marcada pelas constantes investidas nos direitos conquistados pelos trabalhadores, materializada na desregulamentação das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho e na expansão da terceirização.

O universo do trabalho foi duramente atingido com a flexibilização dos processos de trabalho, de mercados, produtos e padrões de consumo, com altos níveis de desemprego, passando, os trabalhadores a sofrer a instabilidade em seus postos de trabalho que são reduzidos e/ou extintos devido ao enxugamento das empresas.

talvez melhor do que a palavra “desemprego” seja precarização do trabalho a descrição adequada do que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, em sua maioria não oferecem ao seu eventual ocupante, as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo”. (SINGER, 1996: 8)

Nesse contexto, há um crescente contingente populacional de trabalhadores que convive com a super-exploração de sua força de trabalho e a redução em seus salários. Soma-se, ainda, o aumento do trabalho feminino e infantil.

O novo padrão de acumulação altera o mundo do trabalho não apenas pela questão do desemprego ou precarização das relações como também em sua inserção social. O conjunto dessas variáveis marca a fragilização dos vínculos entre direitos sociais e a inserção no mercado de trabalho e a concepção do trabalho como ordenador da vida social e elemento constitutivo da cidadania.

para os que vivem a situação do desemprego por muito tempo, não há somente a perda do trabalho. A inutilidade social os desqualifica também no plano cívico e político. Para os que ainda têm a felicidade de estar empregados, parcial ou totalmente, a possibilidade da demissão ou do fim do contrato determina que vivam somente o dia de hoje. Não existe amanhã no horizonte. Neste quadro de incerteza, o trabalho perde sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade. (MARQUES, 1995:51)

Em meio a esse quadro totalmente adverso aos trabalhadores, um conjunto de tendências extremamente prejudiciais são vivenciadas em uma realidade marcada por altas taxas de desemprego, diminuição do trabalho assalariado, fragmentação e desqualificação do trabalho e crescente deslocamento de postos de trabalho para a informalidade, baixos salários, a expansão das chamadas formas “atípicas” da contratação, como o trabalho temporário e em tempo parcial. Postos de trabalho que garantiam estabilidade se esfacelam drasticamente, ocasionando a insegurança, que passou a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores com vinculações formais de emprego.

Nesse cenário, o debate sobre a qualificação dos trabalhadores avança para o conceito de empregabilidade considerada como a capacidade do trabalhador em se manter empregado ou encontrar novo emprego quando demitido tornando-se empregável. A responsabilidade de se tornar empregável é individual, o que justifica a exclusão do mercado de trabalho pelo não atendimento das demandas exigidas.

Consideramos esse conceito bastante frágil, pois as responsabilidades são deslocadas para o trabalhador, descontextualizadas do complexo jogo de forças e interesses contraditórios presentes na sociedade. Com essa visão, o desemprego seria uma inadequação do trabalhador em termos da não qualificação às exigências do novo paradigma produtivo e as ofertas de trabalho estariam garantidas a todos, bastando sua adaptação à nova ordem produtiva, o que efetivamente não se realiza.

Esse conceito, da forma como vem sendo discutido, reforça mecanismos ideológicos que retiram do capital e do Estado suas responsabilidades e responsabiliza os trabalhadores quanto à não inserção no mercado de trabalho.

4. O PAPEL DO ESTADO

o Estado é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. (ENGELS, 1941:155)

O Estado origina-se na contraditória relação de interesses da sociedade, através das classes sociais que a compõem, vinculado à necessidade de manter seus antagonismos sob controle. Origina-se da luta entre as classes e, com base nas análises marxianas, comumente, o Estado da classe economicamente dirigente torna-se a classe politicamente dirigente.

No entanto, mesmo tendo que exercer o poder em seu próprio interesse de classe, necessita de uma legitimação social, visto que os interesses, de maneira ideológica, devem ser transformados em interesses gerais.

toda nova classe que se põe no lugar da classe dirigente anterior fica obrigada, para levar a cabo seu objetivo, a representar seus interesses como o interesse comum de todos os membros da sociedade (...) precisa dar a suas idéias a forma de universalidade, e representá-las como as únicas idéias racionais e universalmente válidas. (MARX e ENGELS, 1989,49)

Sendo assim, a legitimação do poder ocorre na medida em que as idéias dominantes passam a ser aceitas como as representantes dos interesses comuns, como verdades independentes de quaisquer interesses de classe específica.

Harvey (2005) afirma que as conexões entre a formação da ideologia dominante, a definição do “interesse comum ilusório” na forma do Estado, e os interesses específicos reais da classe dirigente são muito sutis e complexos, construídos na malha societária em que o papel das ideologias ganha destaque, com a apropriação de conceitos tão caros, aos trabalhadores, como são os relativos a direitos, justiça, liberdade, igualdade, dentre outros.

O Estado, no modo de produção capitalista tem, como algumas de suas funções mínimas, preservar a igualdade e a liberdade de troca; proteger o direito da propriedade; garantir que os contratos possam ser cumpridos; servir como árbitro perante os conflitos de interesse entre frações do capital.

Harvey (2005) e Braverman (1981) afirmam que o Estado deve ser visto como relação ou processo, qual seja, um processo do exercício de poder por meio de determinados arranjos institucionais que dão sustentabilidade ao capital.

no sentido mais elementar, o Estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que esse sistema enseja. (BRAVERMAN, 1981:242)

A ascensão do capitalismo foi acompanhada pela criação e transformação das instituições e funções estatais, ampliadas significativamente com o capitalismo monopolista que remonta as últimas duas ou três décadas do século XIX, relacionado à concentração e centralização do capital sob a forma de trustes e cartéis.

Esses processos possibilitaram a geração de um excedente econômico maior do que poderia ser absorvido; a internacionalização do capital, relacionado a mercados, matérias-primas e investimentos; o crescimento da miséria e da insegurança na vida social; e a rápida urbanização da sociedade, com o aceleração do ritmo da vida econômica e social.

Esse contexto vivenciado na conjuntura sociopolítica, ao longo do século XX, foi decisivo para ampliar as funções do Estado caracterizando uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo.

É importante destacar que, a partir dos efeitos perversos ocorridos com a Crise de 1929²³, é que o Estado intervém de maneira mais enfática. Ao estabelecer novas relações sociais com a intensificação de seus papéis ligados ao financiamento público do setor privado, que ocorre através do orçamento do Estado e dos contratos públicos e efetuar um efetivo poder de intervenção macroeconômica e de regulação sobre a dinâmica do capital, favorece enormemente seus processos de acumulação.

No sentido de sua legitimação política, lança mão das políticas sociais, porém essas encontram-se voltadas a assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, tratadas de maneira fragmentada e parcializada, destituídas do caráter contraditório das relações capital-trabalho.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica confirmando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorporam, sistema de consenso variáveis, mas operantes. (BRAVERMAN, 1981:26-27).

²³ Período também conhecido como a Grande Depressão, maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise do sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise alastra-se pelo mundo, reduzindo o comércio internacional e instaura a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados. (SANDRONI, 1992:151)

As políticas sociais são percebidas como um fenômeno contraditório, porque respondem, ao mesmo tempo, a interesses tanto dos representantes do trabalho como do capital.

O período compreendido entre 1880 e 1920 pode ser considerado inovador nesse campo, fortalecido pelas lutas dos trabalhadores. As políticas sociais são ampliadas e tornam-se a base da construção de um sistema de proteção social pública visto não apenas como direito básico como também um investimento em recursos humanos.

a noção de investimento em recursos humanos, acompanhadas das idéias Keynesianas que advogavam a intervenção estatal na economia, para assegurar altos níveis de atividade econômica, de consumo e de emprego, foram proposições que fundamentaram a posterior concepção beveridgina (de William Beveridge) de seguridade social – uma das pedras fundamentais do Estado de Bem-Estar consolidado após a Segunda Guerra Mundial. (PEREIRA, 1999: 54)

O sistema de seguridade social, implantado em 1942 na Inglaterra, foi o precursor de uma rede de proteção social e representou enorme avanço no terreno das conquistas sociais que serviram de base à instituição do Estado de Bem-Estar, o *welfare state*.

A consolidação deste Estado ocorre após a 2ª Guerra Mundial, com base na teoria Keynesiana²⁴ sobre a necessidade da ação reguladora e imprescindível do Estado sobre as crises do capital. Como idéia central, encontra-se o princípio de que o Estado é o responsável pela garantia de um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos como direito social.

Como papel do Estado está o de intervir, em uma ação regulatória, na economia de mercado, sendo três os seus pilares básicos: o pleno emprego, a universalização dos serviços sociais e a assistência social como uma rede de proteção social.

Apesar das diferenciações relacionadas à diversidade do estágio do capitalismo nos diversos países, são inegáveis as conquistas desse modelo. No campo do trabalho, ganhos obtidos em alguns países estão voltados a um mercado próximo ao pleno emprego, à segurança de renda, segurança no emprego e postos

²⁴ John Maynard Keynes (1883-1946), em sua principal obra – *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, rompe com a tradição liberal, ao declarar, em seus estudos, que não há equilíbrio natural e automático no capitalismo, o mercado não é auto-regulável, sendo o objetivo da economia capitalista obter o lucro e a reprodução do capital.

de trabalho garantidos por inúmeras regras e normas, com a criação de instrumentos de negociação, socialização de bens, recursos e serviços.

As redes de proteção construídas foram fruto das lutas dos trabalhadores, consolidadas no pós 2ª Guerra Mundial, porém, iniciam-se anteriormente, pressionadas pelo crescimento das indústrias e das cidades que suplantaram outros modelos como as formas de solidariedade ligadas às corporações de ofícios e à vida na área rural.

a formação histórica dos sistemas de proteção social se confunde com a própria construção da sociedade salarial. Em suas origens, encontram-se mecanismos de “ajuda mútua”, criados por trabalhadores da indústria, visando prover suas necessidades em situações de desemprego, doença, morte e velhice. A expansão desse tipo de proteção e sua eficiência estavam na dependência direta do grau de organização dos trabalhadores, reunidos por ramo de atividade, nas fases iniciais do processo de industrialização. (MARQUES, 1995:47)

A consolidação da ação do Estado pela responsabilidade na organização e gestão da proteção social ocorre no início do século XX, período que corresponde à gestão taylorista da força de trabalho. As iniciativas estavam voltadas à cobertura na ocorrência de acidentes de trabalho, na velhice e invalidez.

Nessa fase inicial, a cobertura restringia-se aos trabalhadores urbanos, sendo utilizadas, como fonte de recursos, as contribuições de empregados e empregadores. Uma segunda fase na construção dos sistemas de proteção social refere-se ao pós 2ª Guerra Mundial, caracterizado pela ampliação da cobertura para novos segmentos de trabalhadores ou, mesmo, grupos populacionais.

Impulsionados pelo crescimento das economias em escala mundial e sustentado pela expansão dos trabalhadores assalariados, o *welfare state* possibilitou a universalização da cobertura para o conjunto da população.

No conceito de universalização, estava presente a incorporação do conceito de cidadania como inserção em um sistema de direitos sociais e consumidor das mercadorias produzidas pelo mercado. Paulatinamente, os programas são ampliados com a concessão de benefícios não-contributivos, através da utilização de recursos públicos. Nos anos 1950 e 60, considerados os anos dourados do capitalismo, esse sistema de proteção se expandiu auxiliando na

implantação de uma forma particular de gestão da força de trabalho, uma das bases da acumulação fordista. Esta se caracterizava, em nível de unidade produtiva, pela estabilidade do emprego e a concessão de aumentos reais de salário; no plano social, pelo conjunto de garantias propiciadas pelo Welfare State, o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado como representantes legítimos da classe trabalhadora e a regulamentação do trabalho. (MARQUES, 1995:49)

A crise econômica que ocorre a partir de meados da década de 1970 propicia o colapso desse sistema. São diversas as variáveis dessa crise, dentre as quais o arrefecimento da produção com a crise do fordismo; a queda das taxas de lucro que afeta os processos de acumulação do capital; as altas taxas de desemprego; a diminuição das receitas de contribuições; a queda da relação contribuintes/beneficiários, decorrente do envelhecimento da população; a incapacidade de controle dos Estados sobre o movimento de capitais, com o crescimento do capital transnacional; e a diminuição das receitas dos Estados, com aumento das despesas propiciando um enorme déficit fiscal e endividamento público.

A emergência desses fatores foi solo fértil para o fortalecimento do pensamento neoliberal. Reforçado pelo processo da crise recessiva mundial de 1973, o neoliberalismo ganhou fôlego e se fortaleceu nos EUA e na Inglaterra, nos anos de 1980, através de uma ideologia capitalista defensora do ajuste dos Estados nacionais às exigências do capital transnacional.

Baseado em políticas de ajuste, na defesa da desregulamentação da entrada e saída de capitais dos países, na redução dos gastos públicos, na privatização das empresas públicas, na desregulamentação dos direitos, na defesa de um Estado parco para os “gastos” sociais, na estabilidade monetária como meta primordial, na disciplina orçamentária, o pensamento neoliberal tem sido nefasto às economias ditas periféricas, com o agravamento das condições de vida de suas populações.

Nesta ótica, o papel do Estado deixa de ser o de regulador na medida em que o fundamento é a concepção de que o legítimo regulador eficiente é o mercado. Sendo assim, um conjunto de princípios passa a ser defendido ferozmente objetivando definir novos processos de acumulação do capital.

Com a acumulação do capital fora do controle dos Estados, os investimentos produtivos são condicionados a ajustes políticos e institucionais dos Estados nacionais direcionados à desregulamentação da entrada e saída de capitais nos países. Liberação do comércio com a eliminação das barreiras alfandegárias,

privatização e transnacionalização das empresas públicas, redução dos “gastos” públicos que devem ser concedidos e explorados pelo capital privado; desregulação das relações de trabalho deixando-as sobre as condições do mercado, são um conjunto de estratégias e exigências no processo de reestruturação do capital.

5. A REALIDADE BRASILEIRA E SEUS DESAFIOS

A reflexão sobre a realidade brasileira exige a compreensão de seu processo histórico no contexto global de articulação mundial.

O Brasil surge na história do Ocidente quando da expansão do capitalismo mercantil europeu nos séculos XV e XVI. Sua trajetória vem sendo marcada pela excessiva dependência externa nas mais diversas áreas.

No período compreendido entre 1500 e 1930, o modelo adotado na área econômica centrava-se no primário-exportador, sendo que, nos primeiros quatro séculos sua estrutura econômica assentava-se em cinco pilares, conforme Brum (2005:164): na “produção primária, destinada à exportação, realizada no latifúndio, por mão de obra escrava ou assalariados mal-pagos e com características de monocultura”.

Na década de 1920, o País passa por uma grande crise que marca novas relações indicando importante momento de transição na evolução histórica brasileira. Essa crise figura-se com o despertar da consciência nacional sobre a necessidade do desenvolvimento econômico e social do País. Esse despertar foi favorecido pelas repercussões da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), conflito que mostrou ao mundo a necessidade do fortalecimento dos países em seus aspectos bélicos e de segurança nacional.

O Brasil começa a tomar consciência de sua condição de país periférico e dependente crescendo as forças político-sociais que propunham a renovação da vida nacional pela via da industrialização. Esse período é marcado por importantes transformações ligadas às discussões sobre a legitimidade do poder político da aristocracia e por eventos como a Semana de Arte Moderna em São Paulo (1922) e a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922).

No contexto mundial, outros fatores importantes também podem ser assinalados, como o deslocamento definitivo do poder da Europa (países

desgastados pela Guerra e em declínio no poderio e influência no mundo) para os EUA; o advento dos regimes totalitários²⁵ em vários países; e a Revolução Russa, em 1917, colocando as reais possibilidades da via socialista. O pós 1ª Guerra Mundial é marcado, na esfera econômica, pela aceleração do processo de monopolização, inicialmente baseado nas economias nacionais porém com crescente tendência supranacional e na emergência e afirmação da classe trabalhadora como sujeito político.

O Brasil vivencia o esgotamento das possibilidades do crescimento da economia por meio do modelo exportador centrado no café (agravada com a crise de 1929); a intensificação do processo de industrialização, com a presença do capital estrangeiro; a aceleração do processo de urbanização; e a ampliação do número de operários e respectivas organizações de trabalhadores. No que se refere ao campo político, o autoritarismo estava presente no coronelismo das oligarquias regionais (coronéis controlavam a política local) e na “política do café-com-leite”.²⁶

Com a Revolução de 1930, busca-se efetivar um projeto de industrialização para o País e, ao lado de uma agricultura forte, a consolidação do modelo industrial como base para o desenvolvimento.

No cenário mundial, tem-se a crise configurada na Depressão nos EUA, pela queda da Bolsa de Valores em 1929, causando instabilidade em várias economias européias e de outros países, o que propicia a intervenção do Estado na economia e, de acordo com as peculiaridades de cada país, a implementação de diversas políticas, tais como, nos EUA, o *new deal* (nova ordem); a seguridade social, na França; e o *welfare state*, na Inglaterra.

No Brasil, a participação do Estado, antes da década de 1930, era pequena, limitando-se às funções de regulação, controle monetário e de arrecadação. Seu desempenho na economia pode ser considerado marginal, realizado principalmente por meio de empresas públicas, como o Serviço Postal e a Casa da Moeda, construídas no século XVII.

Com a Revolução de 1930, essa situação altera-se substancialmente, passando o Estado a estabelecer um padrão intervencionista na economia brasileira

²⁵ Como o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, o franquismo na Espanha e o salazarismo em Portugal.

²⁶ Aliança das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo no revezamento do exercício da Presidência da República no Brasil.

e conforme Pochmann (2001:20-21), entre o período de 1930 a 1989, tem-se três períodos relevantes no padrão intervencionista do Estado na economia brasileira, sendo:

- um primeiro período, compreendido entre 1930 e 1955, quando as ações do Estado estão voltadas à constituição de um novo aparelho do Estado (administração e formação de quadros), com a regulação de vários setores de atividades econômicas e sociais;

- o segundo período, compreendido entre 1955 e 1964, refere-se ao Plano de Metas²⁷, durante o governo de Juscelino Kubitschek quando o nacionalismo perde força, dando lugar a uma nova articulação entre Estado, capital privado nacional e internacional;

- e o terceiro, compreendido entre 1964 e 1988, período em que o Estado busca garantir a aplicação da ideologia de segurança nacional e de ações voltadas à expansão das empresas estatais.

Cabe destacar que as estratégias regulacionistas no País não foram submetidas a pactos entre as classes e partidos e sim impostas pela elite conservadora, de origem oligárquica, com apoio na burocracia estatal e nas forças armadas.

No que se refere à política social, de caráter débil e tardio, inicialmente era tratada como questão de polícia. Após a década de 1930, com o avanço das pressões nas lutas dos trabalhadores influenciados pelas idéias anarco-sindicalistas, a política social passa a ser concebida como possibilidade de produção do consenso e da coesão social.

Nessa direção, principalmente na era Vargas (1930-1945) foi construído um sistema de proteção social marcado pela idéia da colaboração entre as classes. Dentre algumas iniciativas desse período, temos a CLT em 1943, inspirada na Carta Del Lavoro, do regime fascista italiano, e a subordinação da organização sindical ao Estado.

Nos anos subseqüentes, com forte presença reivindicatória dos trabalhadores e da sociedade civil organizada, a política social brasileira avança e, dentre algumas

²⁷ Consistia no planejamento de 30 metas prioritárias em cinco grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e construção de Brasília, (In: BRUM, 2005:234)

de suas conquistas, tem-se²⁸, em 1937, a criação do seguro contra a velhice, invalidez e acidentes de trabalho; em 1940, a instituição do salário mínimo; em 1945, a criação das instituições Sesi, Sesc e LBA; em 1974, a criação do MPAS.

Cabe destacar e é um fato que chama a atenção que, as políticas sociais brasileiras, além de tardias e periféricas, ampliaram-se mais nos períodos de ditadura do Estado brasileiro do que em períodos democráticos, o que demonstra e reforça as análises sobre o autoritarismo presente na esfera societária, implementada na contramão dos direitos de cidadania.

O período pós 1964 pode ser considerado como um processo na consolidação do capitalismo monopolista com o fortalecimento do Estado em uma perspectiva autoritária e a ausência de uma cultura política democrática. No cenário internacional duas realidades estavam presentes: a bipolarização do poder mundial entre as duas superpotências - EUA e URSS - que alimentavam a Guerra Fria e a internacionalização do capital, possibilitando a expansão das multinacionais e o comércio entre os países.

Na década de 1980, o País vivencia um processo de transição nos campos político e social, sendo a luta contra o autoritarismo, a redemocratização e os direitos sociais os motes nas pautas reivindicatórias. A necessidade de superar o autoritarismo por instituições democráticas tornou-se o cerne das lutas cívicas e a década de 1980 foi fundamental nessa direção, culminando com a aprovação da Constituição Federal de 1988.

Se, no campo social, os avanços foram expressivos, no campo econômico a década foi considerada “perdida”, visto a recessão econômica, com altos índices de inflação, que corroeu os rendimentos dos trabalhadores; o déficit do setor público; e as dívidas interna e externa (propiciando desequilíbrios na distribuição da renda); e o crescimento do desemprego.

Como saída para a crise, o governo lança mão de diversos planos econômicos que agravam o quadro social do País. A intencionalidade dos planos econômicos²⁹ era o de “conciliar o combate à inflação com a manutenção do

²⁸ Anteriormente à década de 1930 cabe destaque para a primeira lei, em 1891, relativa à proibição do trabalho aos menores de 12 anos; e a Lei Eloy Chaves, em 1923, que cria as Caixas de Aposentadorias e Pensões, configurando-se, mais tarde, na Previdência Social.

²⁹ Exemplo: Cruzado, plano lançado no Governo José Sarney, em 1986, conhecido como Programa de Estabilização da Economia Brasileira, posteriormente, Novo Cruzado, dentre outros.

crescimento econômico e do poder aquisitivo dos salários“ (BRUM, 2005:404), tarefas que se mostraram frustradas ao longo da década de 1980.

No final dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990, vários fatores internos e externos propiciaram o agravamento da crise, dentre estes, a estagnação/recessão do ritmo de desenvolvimento econômico e social; diversos ajustes internos em função da dívida externa, como compromissos assumidos com os credores; redução acentuada do ritmo de crescimento da economia; altos índices inflacionários; avanço no processo de concentração da riqueza e renda em detrimento à crescente proletarianização dos segmentos das camadas médias.

No cenário internacional, nos final dos anos 1980, temos a queda dos regimes comunistas nos países do Leste Europeu e a desintegração da URSS, colocando para o mundo “o triunfo do capitalismo” e o fortalecimento da perspectiva neoliberal justificada pela crise dos Estados nacionais. São marcas, desse período, a expansão dos processos de globalização financeira, comandada pelas transnacionais e, no campo da produção, a revolução tecnológica. Na esfera social, tem-se o aumento do desemprego e a deteriorização das condições de vida, agravados pelo novo papel assumido pelo Estado, na tendência de reduzir e/ou cortar conquistas e benefícios sociais criados com o *welfare state*.

No Brasil, não podemos afirmar a existência de um Estado de Bem-Estar Social como nas economias avançadas e, sim, a existência de um sistema de proteção social construído ao longo dos anos com a marca da tutela e não do direito. Mesmo com essa característica, esse sistema também foi duramente afetado pela crise, ocasionando a deterioração dos serviços sociais, principalmente nas áreas da educação, saúde e habitação. Como ações para o combate a essa crise, acentuaram-se a privatização e a descentralização das ações.

No final dos anos 1990 e anos 2000,³⁰ o País busca sua inserção competitiva no cenário internacional e, concordando com os ditames da ofensiva neoliberal, busca rever o papel do Estado.

A Reforma do Estado, preconizada em 1996, tinha como explicações a necessidade do Estado se ajustar a uma nova realidade sociopolítica mundial, visto a crise fiscal dos anos 1980, acirrada pela dívida externa que impunha a disciplina

³⁰ Governos de Fernando Collor de Melo (1989-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1996-2004).

fiscal, processos de privatização e liberalização comercial. Ao Estado, caberia o papel de coordenador suplementar e não o do executor direto das políticas.

Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que se reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a governance (capacidade financeira e administrativa de governar). A perspectiva da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa. O lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas. (BEHRING, 2003:173)

A Reforma do Estado, proposta pelo Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo MARE, sob a coordenação de Luís Carlos Bresser Pereira, e aprovado em 1995, justificava-se na necessidade de redefinir o papel do Estado; nas possibilidades de repassar ao setor privado as atividades que poderiam ser controladas pelo mercado; e, na descentralização para o “setor-público não estatal” de “serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem ser subsidiados por ele, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica”. (BEHRING:ibidem)

A reforma atingiu duramente o campo das políticas sociais. Ao serem consideradas como serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, abriu-se espaço para as parcerias com a sociedade, em seu financiamento, controle social e execução, possibilitando a regulamentação do Terceiro Setor, através das ações com ONGs e instituições filantrópicas.

As ações previstas no Núcleo de Serviços não-exclusivos propiciaram alterações significativas na relação Estado-Sociedade, marcadas por um processo de desmonte do Estado que se refletiu na privatização de empresas públicas e na crescente parceria do Estado com a sociedade civil, flexibilizando os serviços sociais e científicos. Os programas sociais passaram a ser articulados no trinômio

da focalização, privatização e descentralização. Assim, trata-se de desuniversalizar e assistencializar as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado. (BEHRING, 2000:29)

Esse cenário favoreceu o crescimento do serviço voluntário, não remunerado e a desprofissionalização da intervenção na área social embasadas ideologicamente em conceitos como o de solidariedade e realização do bem comum.

Esse conjunto de ações possibilitou a transferência de responsabilidades à sociedade civil, com o repasse de responsabilidades para instituições privadas e outras modalidades jurídico-institucionais assemelhadas, campo propício ao crescimento das ações de cunho voluntaristas, balizadas pelo discurso da solidariedade, propiciando a expansão do Terceiro Setor, compreendido como:

um amplo e diversificado conjunto de organizações e iniciativas privadas, sem definição clara, apoiadas por formas institucionais também diversificadas, que prestam serviços sociais a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, assumindo finalidades públicas no país e em todo o mundo. (YAZBEK, 2002:3)

Yazbek (2000:14) ressalta que a presença do setor privado na provisão de bens e serviços não é novidade no País, porém, nos últimos anos vêm se tornando relevante, “confirmando o deslocamento de ações públicas estatais no âmbito da proteção social para a esfera privada”.

No campo das reformas previstas relativas à proteção social, uma obteve atenção especial e atingiu duramente os trabalhadores: a da Previdência Social³¹. Como argumentos, encontravam-se o tão propalado déficit previdenciário, a diminuição na relação ativo-inativo (entre aquele que contribui e o que não contribui), a eliminação dos privilégios e o incentivo às aposentadorias. Dentre as principais mudanças tem-se:

troca de critério de tempo de serviço pelo tempo de contribuição, as regras de transição para a concessão de aposentadoria proporcional e o retardamento para a aposentadoria por tempo de contribuição, a adoção do fator previdenciário e o estabelecimento de um teto nominal para os benefícios. O corolário é a permanência por mais tempo dos trabalhadores no mercado de trabalho e a busca de um complemento de renda com o retorno ao trabalho dos aposentados. (SALVADOR, 2005:9).

Essas mudanças acirram os conflitos devido à concorrência na oferta de trabalho, visto a sociedade brasileira apresentar um crescimento da PEA acima do crescimento da PIA. Como é pela política previdenciária que se define a idade, o tempo de contribuição e, conseqüentemente o prazo de permanência no mercado de trabalho, essa política, em momentos de crise no mercado de trabalho, poderia contribuir para a regulação da oferta da mão-de-obra.

Com a redução no valor das aposentadorias, para complementação da renda, há necessidade de maior permanência dos trabalhadores em atividade, agravando a

³¹ Proposta em 1995 e, através de um conjunto de emendas, aprovada na Emenda Constitucional 20, em 15 de dezembro de 1998.

absorção de novos trabalhadores no mercado de trabalho. Entre as propostas aprovadas, constam as relativas ao tempo de contribuição mínimo, para as mulheres, 30, e, para os homens, 35 anos; aposentadoria proporcional, idade mínima: para mulheres, 48 anos, e, homens, 53 anos; fim das aposentadorias especiais, dentre outras.

Concordamos com Behring (2000) que o conjunto de idéias que materializaram o Plano de Reforma do Estado consubstanciaram-se em uma visão da crise como *do ou* localizada no Estado e não inserida em um feixe de determinações macrossociais relacionadas às reações do capital perante o ciclo depressivo aberto nos anos 1970.

A reforma levada a efeito pelo Governo de FHC revelou-se incapaz de eliminar os pontos de estrangulamento da administração pública, bem como os vícios do passado, sendo que as ações estiveram voltadas centralmente para a crise fiscal e a preservação da austeridade orçamentária. Como ações, foram fortes as ligadas à abertura da economia, à privatização de setores econômicos e à redução dos “gastos” com funcionalismo público.

Muitas das alterações propostas relacionavam-se a mudanças no Texto constitucional, as quais deveriam ser aprovadas pelo Congresso Nacional. Uma das características, fortalecidas na cena política nacional pós-FHC, vem sendo o uso abusivo de Medidas Provisórias, extrapolando os requisitos constitucionais da “urgência” e “relevância” e enfraquecendo as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo tornando esses espaços abertos às trocas de favores e ao clientelismo.

O século XXI inicia-se sob o signo da esperança, na instauração de outros rumos à sociedade brasileira com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil. Porém, finalizando seu primeiro mandato, o País assiste à mesma orientação macroeconômica do período FHC, ainda de maneira mais aprofundada, acirrando as contradições sociais. Como exemplos, temos o cumprimento, acima do esperado, do percentual do superávit primário; a continuidade da reforma da previdência social, alcançando patamares não conseguidos na era FHC; e as reformas na legislação trabalhista e sindical, demonstrando o assumir de uma prática “neoliberal” antes tão combatida.

As reformas sindical e trabalhista são apresentadas como diretrizes prioritárias do governo federal e, de maneira inequívoca, comprometem diretamente os interesses dos trabalhadores. Conceitos como “coesão social”,

“conciliação”/“colaboração” entre as classes, são premissas presentes nos debates que norteiam a agenda sindical.

No campo do trabalho, segundo Chahad (2002), a partir da década de 1990, destacam-se quatro importantes transições no País, com profundas implicações para o mercado de trabalho e para as mudanças nas relações de emprego:

- a primeira, a passagem de uma economia fechada para uma economia aberta, o que representa grandes desafios à indústria nacional na medida em que os avanços tecnológicos vindos do exterior são fortemente poupadores de mão-de-obra, além das possibilidades das crises, devido à volatilidade dos fluxos de capitais que aumentam a vulnerabilidade do mercado de trabalho;

- a segunda, de uma economia inflacionária para outra que convive com a estabilidade de preços e na tentativa de manter a inflação estável, o Governo tenta conter a demanda, o que possibilita a ocorrência de grandes bolsões de trabalho informal;

- a terceira, a modificação do papel do Estado na sociedade que, com suas reformas, pode comprometer a capacidade de investimentos no País;

- e a quarta, a redução do caráter intervencionista do Estado no mercado de trabalho.

Essas transições apresentam implicações diretas para o mercado de trabalho e, de acordo com indicadores do mercado de trabalho metropolitano, no período de 1992 a 2001³², destacam-se o crescimento da população ativa; a redução do emprego formal; o aumento da informalidade no trabalho, especialmente dos trabalhadores por conta própria, dos autônomos e dos trabalhadores sem carteira assinada sobre o total de ocupados; o aumento do tempo médio de duração da procura do emprego; o crescimento do número de beneficiários do seguro desemprego; e a elevação da produtividade do trabalho no setor industrial.

A conjugação de mudanças estruturais e ausência de crescimento dos empregos agudiza a crise marcada pela precariedade no mercado de trabalho que aponta a desagregação da estrutura socioeconômica, na qual o desemprego é a expressão mais nítida desse processo.

Esse conjunto de mudanças estruturais atinge diretamente a todos os trabalhadores e, embora a profissão Serviço Social, seja regulamentada como

³² Dados do Ministério do Trabalho e Fundação Instituto de Geografia e Estatística - FIBGE. (CHAHAD, 2002:12/13)

profissão liberal, com possibilidades do trabalho sem o vínculo empregatício, majoritariamente, o assistente social exerce seu trabalho de forma assalariada, o que o coloca vivenciando os mesmos dilemas e desafios postos aos trabalhadores.

Diante dessa inserção, seu exercício profissional sofre constantes alterações, devido às conjunturas societárias, o que traz limites e possibilidades, como podemos verificar a seguir.

CAPÍTULO II

O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

A institucionalização do Serviço Social como profissão adquire legitimidade, em cada contexto histórico e lugar, de maneira diferenciada, porém, tem como referência explícita o desenvolvimento capitalista industrial e as consequências sociais relativas à expansão urbana que se fez acompanhar de uma gama intensa de problemas relacionados à reprodução da vida social.

Na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo industrial é que gestam as condições para seu surgimento e legitimação e, dentre as características desse período tem-se, de um lado, a crescente oferta de trabalho, aliada a um significativo volume de investimentos com a acelerada expansão industrial; e, de outro, o excedente da classe trabalhadora em relação à demanda de mão-de-obra, reproduzindo o “inquietante fenômeno da generalização da pobreza” (MARTINELLI, 1991:70). As contradições e os antagonismos, expressos na crescente miséria e pobreza, possibilitam o tensionamento das relações sociais com o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores³³.

O Serviço Social como profissão não pode ser considerado apenas como resultante de um processo cumulativo relacionado à “organização” da filantropia e, sim, inserido em condições objetivas e históricas que demandaram a ação desse agente no mercado de trabalho.

Sendo assim, a constituição deste agente traz embutida a refuncionalização de referências e práticas preexistentes articulada a rupturas que se tornaram fundamentais na constituição do Serviço Social como profissão.

³³ Marx, na *Miséria da Filosofia* ressalta: “as condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta (...) essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe”. (1985:159)

a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem de sua intencionalidade. (Idem, 1992:68)

Nesse sentido, pensar a gênese da profissão implica contextualizá-la objetivamente em dois aspectos centrais: na condição do agente e no significado social de seu trabalho. Esse agente que passa a vender sua força de trabalho em uma relação de assalariamento e vinculado ao reconhecimento social de seu trabalho inserido na malha da reprodução das relações sociais.

As modificações ocorridas no século XIX, quando o capitalismo concorrencial é superado pelo dos monopólios, possibilitam inúmeros conflitos sociais, demarcados pela intensa contradição entre a socialização da produção e a sua apropriação privada. A profissionalização do Serviço Social figura-se vinculada à dinâmica da ordem monopólica, sendo suas bases as formas como o Estado burguês enfrenta a questão social.

Ao buscar legitimação política através do jogo democrático, o Estado tem de atender outros interesses, consubstanciados em demandas das classes subalternas. Esse processo é permeado por tensões relacionadas a conflitos de classes e, nesse jogo de forças, a questão social exige enfrentamento, abrindo campo para a implementação das políticas sociais.

O crescimento da pobreza em larga escala e os movimentos dos trabalhadores, com visíveis avanços em seus processos organizativos, pressionam o Estado ao atendimento das reivindicações antes relegadas às iniciativas privadas ou ligadas à Igreja.

O Estado passa a intervir estabelecendo novos modos de gerir os problemas sociais, campo fértil para as políticas sociais. Cabe reforçar o caráter das políticas sociais que atendem interesses contraditórios: por um lado, os vinculados à ordem monopólica, com o objetivo de administrar os problemas sociais e buscar a preservação e controle da força de trabalho; por outro, representam conquistas reivindicadas nas lutas dos trabalhadores por direitos sociais.

A intervenção do Estado possibilita um conjunto de novas ações, marcadas pela maior racionalização na prestação dos serviços sociais.

passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. (IAMAMOTO, 1986:79)

Inicialmente, as políticas sociais apresentavam características comuns, com a concepção de assistência assentada na perspectiva do controle da pobreza, sendo as ações fortemente direcionadas à intimidação e repressão. Mesmo com esse caráter, era necessária sua legitimação e um conjunto de estratégias foram implementadas no sentido de criar a aparência da ilusão em atender, majoritariamente, as reivindicações e interesses dos trabalhadores.

A inserção na execução das políticas sociais constitui as bases ligadas à institucionalização do Serviço Social como profissão, em um mercado de trabalho em franca expansão.

surgiam, assim, no cenário histórico, os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de “Serviço Social”(..) A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele está subjacente – alienação, contradição, antagonismo. (MARTINELLI ,1991:66)

Estes são fatores que compõem o caráter da profissão desde sua gênese. Seu exercício profissional é necessariamente polarizado por interesses de classes, reproduzindo, pela mesma ação, interesses contrapostos que convivem em tensão.

A legitimação de um estatuto profissional pressupõe um conjunto de requisitos, dentre eles, a capacidade de dar respostas às demandas que lhe são colocadas e as referências teóricas e prático-sociais, consubstanciadas na formação acadêmica, movimento deflagrado no Serviço Social com a criação das escolas.

A expansão das escolas foi importante no sentido de capacitar seus agentes no domínio dos conhecimentos imprescindíveis à atuação em patamares condizentes a um agir profissional.

A prática da assistência já não era mais tão só uma expressão pessoal de caridade ou o produto eventual de uma motivação religiosa; vinculava-se a objetivos mais amplos e apoiava-se em bases mais consistentes. Realizá-la implicava conhecer seus fundamentos, dominar os procedimentos que lhe eram próprios. (MARTINELLI,1991:108)

As primeiras Escolas de Serviço Social foram fundadas na Inglaterra e Holanda, em 1896, precedidas por outras, em vários países. A profissão consolida-

se nos espaços institucionais, inserindo-se socialmente em várias áreas de trabalho, o que possibilita sua legitimação, visto abarcar os atributos de um estatuto profissional.

Nos diversos estudos ligados às profissões, no campo da Sociologia das Profissões nos EUA, principalmente nos anos 1950, o reconhecimento de um estatuto profissional teria que atender necessariamente aos seguintes atributos:

sensibilidade e interesse público, ou seja, as atividades contribuem para o desenvolvimento do bem-estar das pessoas e o profissional é o responsável, perante o público, pela qualidade, orientação e condução da atividade; existência de um corpo de conhecimentos coerente, sistemático e transmissível, enraizado em teorias científicas que habilitam a profissão a utilizar conceitos e princípios e a aplicá-los a situações específicas; existência de um corpo identificável de valores e atitudes que determinam o relacionamento com colegas, beneficiários e a comunidade e que reflete uma subcultura profissional; existência de demonstração de competências, fundadas no conhecimento e atitudes, combinada com práticas que reelaboram conceitos e avaliam eficácia; o grupo é organizado e os seus elementos consideram-se membros de um grupo cujos conhecimentos, competências, atitudes e normas de conduta partilham e a cujo desenvolvimento se dedica. (HENRIQUEZ, 1998:80)

Essas reflexões alcançaram centralmente o Serviço Social com os trabalhos de Joseph Anderson (1945), Greenwood (1957), Boehm (1959) e Jonh Kidneigh, entre 1945 e 1960. Em 1949, Benjamim Youngdahl destaca cinco elementos que reforçam o caráter do Trabalho Social como profissão:

competência especial, adquirida através de uma preparação específica que desenvolve destrezas e habilidades técnicas; técnicas próprias capazes de serem transmitidas através da formação especializada que permite utilizar conhecimentos e destrezas adquiridos no aprendizado acadêmico; pessoas que praticam tais conhecimentos e técnicas, constituindo um corpo ou classe profissional, organizado em associações profissionais para defenderem os seus interesses e promover uma melhor qualidade desta prática profissional; preocupação com a melhoria da competência profissional através das próprias associações profissionais, pela observância de um código de ética e porque tais associações tornam acessível aos seus membros uma especialização cada vez maior: sentido de responsabilidade pessoal do profissional perante os outros colegas de profissão. (EGG, 1995:244/245, in: HENRIQUEZ, ibidem:79)

Outra importante contribuição nessa direção refere-se à obra de Bartlett (1965)³⁴, que busca aprofundar o conceito de profissão e os elementos que

³⁴ *A Base do Serviço Social*, monografia elaborada em 1965, que serviu como referência central à compreensão das necessidades e desafios do Serviço Social como profissão. Lançada no Brasil em 1973.

constituem seu estatuto profissional. Destaca dois atributos considerados essenciais: primeiro, o relativo ao grau de generalização e de sistematização dos conhecimentos e, segundo, a orientação para o interesse da comunidade, de preferência ao “interesse pessoal do indivíduo”. A formação seria a responsável pelo conhecimento e pelos valores da profissão. Efetuava uma distinção entre profissão e ocupação, que repousava na condição do maior acúmulo de conhecimentos da profissão sobre a ocupação. Destacava ainda:

as profissões têm muitas outras funções importantes, tais como a organização de seus membros para facilitar o alcance de objetivos, a formulação de um Código de Ética, o recrutamento de pessoal, as relações públicas, a manutenção de relacionamentos de cooperação com instituições e com o pessoal engajado em sua área geral de serviço e o encontro com os interesses de seus próprios membros. (Idem:1976:12)

Esse debate é intenso e conta, no Brasil, com contribuições de Junqueira (1974)³⁵, que resalta cinco requisitos a uma atividade para que essa possa ser considerada profissional.

- 1 - a atividade deve exercer-se em campo ou área definida do conhecimento e ou da intervenção;
- 2 - deve desempenhar uma função específica dentro dessa área;
- 3 - deve possuir ou ter condições de elaborar continuamente um corpo específico de conhecimentos teóricos transmissíveis e uma metodologia específica, também transmissível, seja de elaboração e sistematização de conhecimentos, seja de intervenção;
- 4 - deve, ainda, ser reconhecida legalmente, ou, pelo menos, tacitamente, pela sociedade como atividade da qual se espera prestação de determinado serviço;
- 5 - finalmente, deve tender a organizar-se no que diz respeito ao seu desempenho funcional e enquanto grupo profissional.

Os pressupostos relativos ao exercício profissional em determinado campo ou área de conhecimento e intervenção aliados aos teóricos que lhe davam sustentação, inicialmente, de inspiração positivista, possibilitaram o reconhecimento inicial da profissão no grupo das engenharias. Um dos conceitos que reforçaram esse conhecimento foi o relativo ao “funcionamento social” como “funcionamento das pessoas no desempenho de seus papéis sociais e com o meio”.

As discussões sobre a profissionalidade avançam nos anos posteriores com diversas críticas quanto à a-historicidade da análise funcionalista. Reforçavam que a

³⁵ JUNQUEIRA, Helena Iracy. I CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS PARA DEBATES NO SIMPÓSIO INTERPROFISSIONAL SOBRE SERVIÇO SOCIAL, PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA. **Comunicação**. Rio de Janeiro, 12 a 17 de maio de 1974.

escola funcionalista deixa de estudar as profissões em suas funções macrosociais colocando-as como abordagens estáticas.

Em um contexto de intenso fomento de idéias, reforçam-se como elementos importantes, o estabelecimento do controle sobre a formação, a criação da associação profissional, a proteção legal e a instauração do Código de Ética.

Esses pressupostos demarcam o campo da profissionalidade nos seguintes aspectos: um conjunto de conhecimentos reconhecidos e transmissíveis pela formação que baliza a intervenção social; uma área de trabalho legitimada com a existência de um mercado de trabalho; um código de ética que disciplina e regula o exercício profissional e o reconhecimento legal daquele fazer profissional, atributos alcançados pelo Serviço Social.

2. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A profissão Serviço Social nasce no Brasil na década de 1930, no berço do movimento católico, fortemente influenciada pelas matrizes teóricas norte-americanas. Precedem à sua institucionalização, práticas legitimadas por grupos ligados à ação social da Igreja Católica.

A partir da década de 1930, as questões se complexificam devido ao desenvolvimento capitalista industrial e pressionado por fortes tensões na relação capital trabalho, o Estado passa a intervir nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora estabelecendo formas de controle e legislações sociais para o enfrentamento da questão social por meio das políticas sociais.

Esse período caracteriza-se pelo aprofundamento do modelo corporativista do Estado, articulando repressão x ações no sentido de sua legitimidade social, demarcadas pela incorporação de parte das reivindicações populares e de criação das grandes instituições assistenciais.

Esse cenário é propício à profissionalização do Serviço Social, favorecido pela constituição de um mercado de trabalho e pela intervenção vinculada às instituições públicas ou privadas que vivenciam um processo de busca de legitimação do poder de grupos e frações da classe dominante. As ações voltam-se à execução das políticas sociais do Estado e, nesse sentido, as contradições são marca da

institucionalização da profissão pois a atuação do assistente social é polarizada pelo interesses de classes e

responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história. (IAMAMOTO, 1992:99)

Em sua inserção, as ações deixam de estar relacionadas aos mecanismos de distribuição de caridade privada para vincularem-se às estratégias relacionadas à execução das políticas sociais do Estado e a setores emergentes do empresariado.

Conforme análises de Netto (1992), a profissionalização do Serviço Social prende-se à dinâmica da ordem monopólica, marca da ruptura com as ações de cunho assistencial voluntária, assentada em um fazer institucional/técnico em que as atividades passam a ser legitimadas pela efetiva inserção no mercado de trabalho, consubstanciada em uma relação salarial de compra e venda da força de trabalho do assistente social.

No Brasil, com seus agentes inicialmente oriundos, predominantemente, dos grupos e frações das classes dominantes com vivência no movimento do apostolado leigo da Igreja Católica, a institucionalização da profissão aparece, em um primeiro momento, como “uma alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social” (IAMAMOTO, 1992:20). Em seu *modus operandis*, o fazer profissional é balizado por uma ação educativa na linha da prevenção e intervenção nos problemas sociais, com um discurso humanista; arranjo teórico-científico que possibilita conceber a profissão como “especial” voltada aos “elevados ideais de serviços ao Homem”. (Idem, 22).

Essas características são fortalecidas com as influências do pensamento conservador europeu e franco-belga e, posteriormente, na década de 1940, da sociologia conservadora norte-americana. Pressupostos da matriz positivista ligados à compreensão das relações sociais no plano da imediaticidade e a visão da questão social com o viés moral (influência do pensamento católico) compõem alguns dos elementos básicos de sustentação teórica da ação profissional em um mercado de trabalho em franca expansão e consolidado com a criação das instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas.

Nesse processo, o Serviço Social passa a ocupar um lugar no quadro das profissões, legitimado em seu percurso histórico pelas respostas formuladas em relação às demandas que lhe são pertinentes, no caso, as centralmente voltadas aos segmentos mais empobrecidos da sociedade e excluídos do acesso a bens e serviços socialmente produzidos.

A década de 1960 é marcada por uma conjuntura social de intensa efervescência política em todo o mundo. Como estratégias do capital, nova onda expansionista se alastra mundialmente e aos países considerados em desenvolvimento, são impostas condições de um desenvolvimento excludente e subordinado aos interesses externos o que agrava suas contradições internas e eleva os índices de pobreza e exclusão.

Esse cenário propicia reações de insatisfação nas diversas esferas da vida social e intensos debates e movimentos, com novos sujeitos na arena política. A influência da Revolução Cubana (1959) que colocava no horizonte a perspectiva socialista é fator positivo que dá novo vigor às manifestações sociais em todo o continente latino-americano.

O Serviço Social latino-americano assume as insatisfações e inquietações, direcionando os questionamentos aos “sentidos de seu fazer” e às possibilidades de contribuir para superar o subdesenvolvimento nesses países, culminando com o denominado Movimento de Reconceituação que constituiu-se em um amplo processo de revisão da profissão em seus campos teórico, metodológico e político.

As críticas eram direcionadas às práticas consideradas de cunho tradicional, vinculadas ao empiricismo, de caráter reiterativo, burocratizado e com pressupostos funcionalistas que direcionavam a um exercício profissional descontextualizado das mediações históricas presentes em sua inserção na contraditória relação capital trabalho, nos marcos de uma sociedade de classes.

assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face das expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social. (NETTO:2005,9)

Nesse debate, Netto (2005) ressalta o protagonismo de duas linhas de compreensão e direção sobre a profissão: uma que apostava na sua modernização,

compatibilizando-a com as demandas macrossocietárias (os reformista-democratas); e, outra, mais radicalizada, que buscava uma inteira ruptura com o passado profissional (os radical-democratas).

Esse movimento apresentou limites concretos, advindos do arrefecimento das lutas sociais, propiciados pela intensa repressão das ditaduras militares (décadas de 1960 e 1970) vivenciadas em diversos países do continente latino-americano, porém em dez anos (1965-1975), seu saldo foi extremamente positivo no sentido da “ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico”. (ibidem:11)

No Brasil, influenciado pelos movimentos vigentes na sociedade no que se refere ao campo dos direitos, o Serviço Social buscou romper com a prática considerada de cunho assistencialista.

a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados na sociedade. (IAMAMOTO, 1992: 37)

Este pode ser considerado um dos primeiros momentos com condições para a construção do denominado “projeto ético-político” do Serviço Social brasileiro, hoje hegemônico.

O debate fecundo do período inaugurado com o Movimento de Reconceituação, circunstanciado pela efervescência política na sociedade brasileira nos anos subseqüentes, possibilitou à categoria profissional dos assistentes sociais, linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica e a construção de novos referenciais fortalecendo a tradição marxista no início da década de 1980, auge dos movimentos pela derrubada da ditadura militar no País.

O período foi marcado pelas lutas sociais em favor da redemocratização do País, com intensas mobilizações sociais, conjuntura que propiciou a parcela significativa da categoria profissional incorporar-se às discussões e mobilizar-se ativamente na contestação política, trazendo para o âmbito do Serviço Social a disputa de projetos societários diferenciados.

Os debates centrados nas aspirações democráticas vinculadas aos interesses dos trabalhadores e ao papel da profissão ganham centralidade e hegemonia nos anos subseqüentes, imprimindo direção ao pensamento e à ação profissional

balizada em alguns princípios fundamentais, como a defesa da democracia, a eqüidade e a justiça social.

O projeto ético-político profissional posiciona-se firmemente em favor de uma nova ordem societária sem dominação e na defesa dos direitos humanos. Essa direção social é consolidada nos anos subseqüentes, sendo legitimada nas diferentes instâncias da categoria profissional e presente em seus instrumentos legais, como na Lei de Regulamentação Profissional, no Código de Ética Profissional e nas diretrizes curriculares.

Quanto ao papel da profissão, esse movimento de renovação propicia a reconstrução de sua compreensão, através de outros marcos teóricos, sobre a natureza da ação profissional, analisada não em um movimento endógeno e, sim, como prática condicionada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil em uma sociedade de classes.

As discussões avançam no sentido da compreensão dessa profissão, sob a ótica da totalidade, como um tipo de ação profissional que atua na produção/reprodução social, sendo o objeto do trabalho do assistente social as múltiplas expressões da questão social. Conforme Yamamoto (1999:62),

dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações quotidianas. É nesse campo que se dá o trabalho do Assistente Social, devendo apreender como a questão social em múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em suas vidas quotidianas.

Sendo assim, cabe ao assistente social decifrar a realidade e buscar construir propostas de trabalho a partir das demandas do cotidiano que rompem com a atividade burocrática e rotineira em que, muitas vezes, seu fazer comporta, o que exige um profissional atento e qualificado em todas as esferas que atua.

Como exigências, colocam-se a de ser um profissional propositivo e com uma bagagem de conhecimentos que possa extrapolar o cumprimento de atividades predeterminadas. Essa direção impõe a leitura dos processos sociais e rigoroso compromisso com os princípios ético-políticos assumidos pela categoria em defesa dos direitos sociais.

Nessa direção, cabe destacar a construção dos mecanismos objetivos viabilizadores das intencionalidades no processo de renovação do Serviço Social,

considerados os constitutivos de uma profissão sobre os quais, em seguida, passamos à reflexão, destacando sua importância nos processos legitimadores que consolidam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

3. INSTRUMENTOS NORMATIVOS

Alguns elementos formais constituem as bases legais de um exercício profissional. No caso das profissões consideradas de cunho “liberal” temos não só as Leis que as regulamentam como também um código de ética que norteia o trabalho profissional.

O termo “profissão liberal” carrega algumas ambigüidades. No senso comum, indica as profissões nas quais os profissionais podem trabalhar por conta própria, ou seja, sendo patrões de si mesmos, a exemplo da Medicina, do Direito, da Engenharia, dentre outras.

No entanto, o termo é mais amplo e abrange as profissões em que seus agentes podem exercer com liberdade e autonomia suas ações, embasados em uma formação de nível técnico ou superior específica, legalmente reconhecida. O trabalho profissional pode ocorrer com ou sem vínculos empregatícios e regulamentado pelos organismos fiscalizadores, no caso, os Conselhos Profissionais.

De acordo com Carvalho; Azevedo (2003), há poucos estudos que apontem, com precisão, quais as profissões, no Brasil, que vêm conseguindo resistir ao assalariamento, mas é de conhecimento que poucas se mantêm de maneira liberal ou autônoma, dentre essas, destacam-se as categorias dos dentistas, corretores de imóveis, contadores, advogados e médicos. Enfatizam ainda que, médicos, advogados e dentistas (nessa ordem), apesar de manter seus consultórios e escritórios, possuem no mercado formal de trabalho pelo menos um vínculo empregatício.

As profissões liberais assentam-se em instrumentos legais e em exigências vinculadas à formação acadêmica (universitária ou técnica) e na fiscalização do exercício profissional e quanto à conceituação de “profissional liberal”, a CNPL em seu artigo 1º, assim o define:

é aquele legalmente habilitado a prestação de serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução que lhe é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente de vínculo da prestação de serviço. (CARVALHO; AZEVEDO: 2003:38)

No Brasil, temos algumas profissões regulamentadas em que não se exige a formação universitária ou mesmo técnica, caso das ligadas aos Autores Teatrais, Compositores Musicais e Escritores. Em relação às estatísticas,³⁶ não há dados concretos de quantos seriam os profissionais liberais, apenas estimativas baseadas em dados fornecidos pelo TSE, sendo que, em 2002, encontravam-se na ordem de cinco milhões de profissionais em todo o País, em um cadastro de mais de 115 milhões de eleitores inscritos.

3.1 Lei de regulamentação profissional

O Serviço Social, embora regulamentado desde 1957 como profissão liberal, não tem uma tradição no trabalho autônomo. Suas atividades vinculam-se, majoritariamente, em relações salariais, com vínculos empregatícios, seja na esfera pública ou privada. Apesar desse caráter, apresenta traços que marcam sua condição de profissão liberal, dentre esses, a formação acadêmica que possibilita a prestação de serviços de natureza técnico-científica; uma direção social legitimada em um Código de Ética; a intervenção com possibilidades de certa autonomia e liberdade; as reais possibilidades do trabalho independente de vínculos, como no campo das assessorias, dentre outros.

A Lei que regulamenta a profissão - Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957 -, apesar de inserida em um momento político marcado por uma perspectiva reguladora do Estado brasileiro, representou importante momento no processo de legitimação do Serviço Social como profissão e sinalizou conquistas da categoria profissional que se materializaram nas definições sobre esse exercício profissional, em caráter nacional.

Dentre elas, cabe destacar o caráter da profissão de natureza técnico-

³⁶ Carvalho; Azevedo (2003:38).

científica; a designação de assistente social privativa aos habilitados com formação acadêmica na área; o livre exercício da profissão em todo o território nacional; o esclarecimento de suas prerrogativas e atribuições, a necessidade do registro em órgão fiscalizador; a fiscalização do exercício profissional, responsabilidades do CFAS e CRAS. Naquele momento histórico, a jurisdição dos Conselhos Regionais ficou assim delimitada:

Art. 7º Para o efeito da constituição e da jurisdição dos CRAS fica o território nacional dividido nas seguintes regiões:

- . 1ª Região: Amazonas, Pará e Território do Acre, Rio Branco, Rondônia e Amapá com sede em Belém.
- . 2ª Região: Maranhão e Piauí, com sede em São Luís.
- . 3ª Região: Ceará e Rio Grande do Norte, com sede em Fortaleza.
- . 4ª Região: Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha, com sede em Recife.
- . 5ª Região: Sergipe e Bahia, com sede em Salvador.
- . 6ª Região: Espírito Santo e Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.
- . 7ª Região: Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro.
- . 8ª Região: Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, com sede em Brasília.
- . 9ª Região: São Paulo, com sede na Capital.
- . 10ª Região: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. (LEI 3.252, de 27 de agosto de 1957)

Apesar do caráter regulatório imposto aos conselhos profissionais, na esfera do Serviço Social foi possível, principalmente no processo de renovação iniciado nos anos 1960/70, a construção de um espaço político para além dessa esfera, inserido nas demandas profissionais e articulado às lutas sociais, com a compreensão da regulamentação na perspectiva do fortalecimento profissional.

O sentido regulamentação–articulação, no contexto da democratização das instituições públicas, possibilitou a atualização do texto legal em 1993, através da Lei 8.662 de 7 de junho de 1993.

A revisão do texto, necessária pelos avanços da categoria profissional inserida nas lutas sociais, buscou articular a lei como instrumento na defesa dos princípios. Em seu conjunto, destaca-se:

- preserva os artigos que definem a liberdade do exercício profissional em todo o território nacional; o exercício da profissão somente aos possuidores do diploma em curso de graduação em Serviço Social; a designação privativa de assistente social aos graduados; a inscrição nos Conselhos para o exercício da profissão;

- altera a denominação de seus órgãos, na compreensão do conselho como espaço público, não de profissionais e sim de uma profissão, passando a denominação CFAS-CRAS para CFESS-CRESS, em seu art. 6º;

- avança em seus artigos 4º e 5º ao definir o campo das competências e atribuições privativas do assistente social.

Os artigos 4º e 5º da lei problematizam o agir profissional ao buscar definições sobre o que seriam competências e atribuições privativas.

Como competências (Art. 4º), consideradas as “capacidades para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional” (IAMAMOTO, 2002:16), temos, dentre outras, a elaboração, execução e avaliação de políticas sociais e de planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; o encaminhamento, providências e orientações sociais a indivíduos, grupos e à população; planejamento, execução e administração de benefícios e serviços sociais, pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e subsidiar ações profissionais; assessoria e consultoria; estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais.

Como atribuições privativas (Art. 5º), consideradas exclusivas do assistente social tem-se, dentre outras, a coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; o planejamento, organização e administração de programas e projetos em Unidade de Serviço Social; a assessoria e consultoria em matéria de Serviço Social; as vistorias, perícias técnicas, laudos periciais e pareceres em matéria de Serviço Social; o magistério em níveis de graduação e pós-graduação nas disciplinas e funções afetas ao Serviço Social; a supervisão de estagiários de Serviço Social; a coordenação das Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social (graduação e pós-graduação); a fiscalização do exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; a coordenação de serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas e privadas.

Esses artigos contêm aspectos importantes e com grandes desafios, sendo um deles, o relacionado à área ou matéria específica do Serviço Social. Qual a compreensão sobre a área ou matéria específica nesse início de novo século em que os espaços ocupacionais e áreas específicas sofrem significativas mudanças, com os esforços centrados no sentido da substituição da “rigidez” das regulamentações

para a abertura de mercados “mais flexíveis” à mobilidade laboral?

Considerando o objeto do Serviço Social, a questão social e suas múltiplas determinações na vida cotidiana, maior o desafio em delimitar, com precisão, os campos profissionais, compartilhados com outros profissionais atuando, muitas vezes, em ações semelhantes ao do assistente social. Nessa direção, Iamamoto (2003:28) reforça:

Só é possível avançar na definição da matéria do Serviço Social, na particularização das competências e atribuições do assistente social ao se considerar as expressões específicas da questão social, que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas”, (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos etc.). É a consideração das múltiplas manifestações desse fenômeno que demarca o padrão de sociabilidade dessa sociedade e que nos chegam sob a forma de demandas, que permite avançar na indicação de projetos, programas, atribuições e competências.

Nesse sentido, atuar nessa direção implica, primeiro, compreender os processos sociais que contribuem para o agravamento da questão social, dentre eles, o atual estágio do processo de acumulação capitalista que favorece os investimentos especulativos em detrimento da produção, acarretando altos níveis de desemprego e a retração do Estado no campo das políticas públicas; e, segundo, considerar a inserção dos assistentes sociais em diferentes espaços ocupacionais e demandas sociais, em uma relação de assalariamento que reproduz interesses sociais distintos e mesmo, contraditórios. As respostas às demandas dependem da apropriação teórico-metodológica para a compreensão dos processos sociais e de desmistificar as suas competências e atribuições, construídas nas relações contraditórias nas quais os assistentes sociais estão inseridos.

3.2 Código de ética profissional

A ética profissional é uma das importantes dimensões da profissão e tem de ser percebida articulada às dimensões teórica, técnica, política e prática. Nesse sentido, compõe organicamente um conjunto de particularidades consubstanciadas em orientações filosóficas e teórico-metodológicas e em ações ligadas à autonomia e consciência dos sujeitos.

Trata-se de uma resposta de determinada categoria profissional relacionada a um “dever-ser”, com valores e compromissos em uma dada direção social, o que permite uma identidade às categorias profissionais publicizando seus projetos societários, suas defesas, valores, o direcionamento de suas práticas, que se traduzem, na esfera normativa, nos Códigos de Ética, exigência estatutária no campo das profissões liberais.

O Código de Ética, como código moral,

prescreve normas, direitos, deveres e sanções determinadas pela profissão, orientando o comportamento individual dos profissionais e buscando consolidar um determinado projeto profissional com uma direção social explícita. (BARROCO,1999:129)

Apesar do caráter legal, sua apreensão pela categoria profissional não pode ocorrer de maneira dogmática e isenta de reflexões, pois a direção social só será legitimada com a aceitação consciente, autônoma e responsável de seus valores e princípios por parte dos sujeitos a que se destina. Essa aceitação pressupõe o reconhecimento do Código como um instrumento de legitimação política de determinado projeto profissional e, nesse sentido, o reconhecimento de seus condicionantes históricos, uma vez que a ética é considerada como capacidade humana, assentada na atividade prática livre e consciente dos sujeitos sociais.

Ao falarmos em projeto profissional, cabe ressaltar o reconhecimento de que o campo das profissões, em seu caráter de produção e reprodução da vida social, propicia a coexistência de projetos societários diferenciados que se transformam e se renovam historicamente na relação entre as conjunturas específicas e representam,

a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitima socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente, com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO:1999,95)

Nesse sentido, os Códigos de Ética explicitam o projeto profissional de determinada categoria profissional e representam suas escolhas teóricas, políticas e ideológicas que não se limitam a normatizações e/ou prescrições sobre comportamentos esperados, mas abrangem um projeto de profissão vinculado a uma

direção social dentro de uma determinada perspectiva.

O Serviço Social, em seu percurso histórico, conta com cinco Códigos de Ética, os de 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993. A trajetória, até a década de 1960, foi marcada pelo conservadorismo ético, reforçado por conceitos ligados à busca da harmonia social, compreendida como necessária ao bem comum ou à felicidade geral; na auto-realização da pessoa humana e na compreensão do agir profissional como vocação a ser exercido por indivíduos com um perfil ético-moral dado por qualidades natas. Os três primeiros códigos foram fortemente marcados pelo tradicionalismo profissional, com fundamentação tomista, que reproduzia a perspectiva humanista cristã tradicional, contrária às transformações que pudessem colocar “em risco” a instituição familiar.

Com a conjuntura sociopolítica da década de 1960 e a intensa participação de parcela da categoria profissional dos assistentes sociais nos processos sociopolíticos, há uma ruptura marcada pela confluência de outras perspectivas profissionais, abrindo campo, nos anos seguintes, para a renovação no Serviço Social alicerçada em um projeto profissional balizado em compromisso ético-político com a população usuária dos serviços e na explicitação da dimensão política do fazer profissional, que se materializa no código de 1986.

O Código de Ética de 1986 representa uma ruptura com os pressupostos abstratos e imutáveis dos códigos anteriores e supera a visão metafísica e idealista do real (superação de conceitos, como pessoa humana e bem comum); a negação da neutralidade profissional; a visão do assistente social como mero executor terminal das políticas sociais; e avança na defesa do compromisso profissional com os usuários e com a classe trabalhadora. É importante demarcar os avanços contidos neste código, porém, a perspectiva referente ao compromisso com a classe trabalhadora exigiu melhor explicitação já sentida nos finais dos anos 1980. Barroco (2001:177) enfatiza que:

na medida em que o compromisso e as classes não são tratados em suas mediações em face da ética profissional, o Código não expressa uma apreensão da especificidade da ética; em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirmar que tal classe é, *a priori*, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação.

Nesse sentido, intensas discussões foram deflagradas pelos organismos profissionais, protagonizado pelo conjunto Cfess/Cress e envolvendo a categoria

profissional em todo o país.

a revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundamentais – a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade (...). Em segundo lugar cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do usuário. (Código de Ética Profissional, CFESS,1993:15)

No processo de revisão, buscou-se garantir os avanços e superar as fragilidades do Código de 1986 e, como perspectiva central, a compreensão de que a ética tem como suporte valores e não compromissos com uma determinada classe social. Valores que

não são categorias abstratas, mas determinações da prática social que o pensamento reconstrói e conceptualiza. Tais determinações resultam da atividade criadora do ser social, tipificada no processo do trabalho. É mediante o processo do trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente. (PAIVA et al , 1996:164)

Com esse caráter, no Código de Ética de 1993, a liberdade é concebida como valor ético central, compreendida como o direito de escolhas concretas dos indivíduos sociais, como capacidade humana e historicamente determinada. A esse conceito, agrega-se a compreensão de que a plena realização da liberdade de um implica a realização da liberdade de todos o que a vincula a outros valores, como autonomia e emancipação. Agregam-se a esses princípios, os relacionados ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e à articulação com outras categorias profissionais que partilhem os princípios defendidos, principalmente os relacionados à construção de uma nova ordem societária, sem exploração e dominação. Como princípios, apresenta:

- reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure

universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CÓDIGO DE ÉTICA,1993)

Esses princípios referenciam o agir profissional em uma dada direção social, o que amplia a concepção do Código de Ética. Na sua articulação entre princípios/valores profissionais x deveres e direitos do assistente social, torna-se um importante instrumento para expressar uma identidade ético-política que perpassa o Serviço Social como profissão e delineia um projeto de sociedade mais justa e igualitária.

4. AS DIMENSÕES DA PROFISSÃO: NORMATIVA, FORMATIVA E ASSOCIATIVA

4.1 A dimensão normativa

O estatuto de profissão liberal impõe a necessidade de órgãos para fiscalizar o exercício profissional, no caso, os Conselhos Profissionais.

Na esfera da profissão Serviço Social, foi intensa a mobilização da categoria no sentido das articulações necessárias à aprovação da Lei de Regulamentação Profissional, ocorrida em 1957, o que possibilitou a constituição do então CFAS e dos respectivos CRAS, como órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Como entidades atreladas ao Estado e com o objetivo de fiscalizar e

disciplinar o exercício profissional, a trajetória do CFAS/CRAS foi, inicialmente, marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico, especialmente no período da ditadura, dificultando os processos de organização política da categoria.

No contexto da década de 1970, influenciados pela rearticulação das lutas sociais nos cenários nacional e internacional, é que se iniciam mudanças nas entidades de Serviço Social, inclusive do CFAS, que passa a promover diferentes eventos e discussões ligadas à prática profissional, ao Código de Ética e a uma nova concepção de fiscalização, o que lhe possibilita transformar-se em um importante espaço de luta e organização da categoria dos assistentes sociais.

Em finais dos anos 1970, o posicionamento assumido pela categoria no III CBAS, realizado em São Paulo, denominado o “Congresso da Virada”, expressa um novo momento profissional marcado pelo “desejo de transformação da práxis político-profissional do Serviço Social na sociedade brasileira” (CFESS,1996:175). Esse cenário propicia debates fecundos que inauguram a disputa entre projetos profissionais, espaço em que o conjunto CFAS-CRAS se coloca como um dos atores principais.

Com a revisão da Lei de Regulamentação, a partir de 1993, o conjunto passa a ser denominado CFESS-CRESS, uma clara alusão às ações de cunho mais amplo, referenciadas à profissão Serviço Social. Compõem, atualmente, esse Conjunto, o Conselho Federal, com sede em Brasília/DF, 24 Conselhos Regionais e 03 Seccionais de base estadual (ANEXO 6).

Esse conjunto vem construindo uma agenda política tendo como eixos a ação profissional voltada à defesa das políticas públicas e à qualidade dos serviços prestados na perspectiva de efetivar os direitos sociais e o aprimoramento dos instrumentos normativos relacionados à regulamentação e à fiscalização do exercício profissional.

Na perspectiva da defesa das políticas públicas e da inserção do Conjunto aos organismos internacionais ligados à profissão, cabe destaque para a participação e o posicionamento condizentes com os princípios do projeto ético-político profissional em diversas instâncias, no campo das políticas públicas, como na defesa da construção de uma política de seguridade social pública e universal; o assento em vários Conselhos de Direitos, dentre estes, no Conanda, no Fórum DCA, na Fentas, no Movimento Nacional de Direitos Humanos, no Consea, no CNS e no Fórum Nacional de Assistência Social; filiação e intensa participação em organismos

internacionais como na FITS e, no âmbito da América Latina, no Fórum Permanente Mercosul.

No que se refere ao aprimoramento dos instrumentos normativos relacionados à regulamentação e à fiscalização do exercício profissional, cabe destacar a Política Nacional de Fiscalização, em suas dimensões afirmativas de princípios e compromissos político-pedagógicos e normativo-disciplinadores, com o seguinte direcionamento:

- .- afirmativa de princípios e compromissos conquistados: esta dimensão referencia-se no fortalecimento do projeto ético-político profissional e de organização da categoria na defesa das políticas públicas e da democracia, e, conseqüentemente, a luta por condições de trabalho condignas e pela qualidade dos serviços prestados;
- político-pedagógica: esta dimensão prevê a conscientização e politização acerca dos princípios éticos profissionais junto aos assistentes sociais, às instituições e à sociedade em geral, sobretudo aos usuários do Serviço Social;
- normativo-disciplinadora: esta dimensão prevê ações no sentido de coibir, apurar e aplicar as penalidades previstas no Código de Ética Profissional, em situações que indiquem posturas profissionais violadoras dos princípios éticos, político-jurídicos e operativos do Serviço Social. (ABREU, 2002)

A condução destes dois eixos vem possibilitando ao conjunto Cfess/Cress uma direção que privilegia, no campo da fiscalização, ações de caráter educativo e preventivo, aliada ao constante incentivo à capacitação continuada tanto de seus agentes fiscais como dos assistentes sociais de uma maneira mais ampla; e, no campo da defesa das políticas sociais, o posicionamento em consonância com os princípios ético-políticos presentes no projeto profissional, hoje hegemônico.

4.2 A dimensão formativa

A formação acadêmica em Serviço Social inicia-se com a criação do CEAS em setembro de 1932. Após sua constituição, a meta era a criação de uma Escola de Serviço Social no Brasil e, nesta direção, duas de suas integrantes (Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl) foram para a Europa para realizar o Curso de Serviço Social na Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (Bélgica).

Ao retornarem ao Brasil, em finais dos anos de 1935, iniciam os trabalhos de

formação da Escola de Serviço Social de São Paulo, a qual foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1936³⁷, objetivando formar assistentes sociais (curso com duração de três anos) preparados para um mercado de trabalho em franca expansão. A partir desta, outras são inauguradas no Brasil; em 1937, no Rio de Janeiro e, posteriormente, nos Estados do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em 1949, o Brasil contava com 15 Escolas de Serviço Social, sendo 12 vinculadas às organizações católicas e 03 por iniciativas do governo federal. Destas, 13 Escolas tinham como público-alvo o feminino e apenas duas, o masculino.

A formação inicial é notadamente de inspiração católica e o aspecto técnico é incorporado quanto se concretiza a influência americana, possibilitada pelos intercâmbios para aperfeiçoamento e especialização dos profissionais brasileiros em escolas americanas. Com a influência americana, tem-se a perspectiva funcionalista aliada ao neotomismo cristão e a busca por maior racionalização, relacionada à instrumentalização do exercício profissional como bases para a formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. A influência americana possibilitou a diminuição gradual dos conteúdos religiosos para os técnico-metodológicos incorporando técnicas ligadas ao Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Esse cenário de expansão das escolas propiciou a articulação, dez anos apenas da criação da primeira Escola de Serviço Social, a criação da ABESS em 10 de outubro de 1946, no Governo Dutra, em uma conjuntura de forte repressão ao movimento operário, aliada a uma política de desenvolvimento econômico e intervenção estatal orientadas pelo liberalismo econômico.

A ABESS, atualmente ABEPSS, foi criada por um grupo de assistentes sociais, liderada por Odila Cintra Ferreira, da Escola de Serviço Social de São Paulo, com a finalidade de definir e coordenar uma política de formação profissional para o assistente social e construir a unidade nos processos de formação, direcionando seus primeiros passos na regulamentação desse ensino em nível universitário, objetivo alcançado com a aprovação da Lei 1.889 em 13 de junho de 1953.

A conjuntura deflagrada com a ditadura militar, nos anos 1960, dificultam as articulações e, somente a partir de 1975, em suas convenções torna-se possível um processo de discussões na direção de um currículo mínimo para o Curso de Serviço

³⁷ Em 1947, passou a integrar a PUC como Faculdade Agregada. Foi reconhecida pelo MEC em 1956, de acordo com a Lei 1.889, de 13 de junho de 1953, que regulamentou o ensino de Serviço Social no Brasil, colocando-o no nível universitário. **Boletim comemorativo aos 25 anos da PUC-SP.**

Social. Currículo que é aprovado na Convenção Nacional realizada em Natal/RN, em 1979 e, em agosto de 1982 é reconhecido pelo Conselho Federal de Educação.

O currículo mínimo aprovado em 1982 aponta a importância de uma formação que extrapole a simples preparação para o emprego e avança no sentido de indicar a necessária preparação técnica e científica que possibilite a intervenção qualificada para não só atender as demandas do mercado de trabalho como também, competência para conquistar novos espaços. As discussões centram-se no direcionamento da formação, os objetivos e a função social da formação profissional. Como direção, comungava com o debate presente no cenário profissional da necessária articulação aos interesses da classe trabalhadora, com ênfase na natureza do caráter contraditório do trabalho profissional.

Foi a partir da análise histórica do significado da profissão, no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, que se desvelaram as implicações sociais da prática profissional em suas contradições fundantes. (ABESS,1996:147/148)

A produção teórica no Serviço Social foi ampliada com importantes contribuições, produções matizadas nas reflexões sobre a centralidade do trabalho na constituição do ser social com base no pensamento marxiano. Outro vetor importante foi o relacionado às discussões sobre o pluralismo, no sentido do rompimento com a perspectiva eclética da formação.

Em 1987, buscando dar centralidade e incorporar a pesquisa na área de Serviço Social, foi criado o CEDEPSS como órgão acadêmico da ABESS, na direção de fortalecer e consolidar a pesquisa como princípio e condição da formação profissional, objetivando a articulação entre graduação e pós-graduação. Na gestão 1997/98, através da alteração em seus estatutos, se consolida a unidade ABESS/CEDEPSS passando, a entidade, a ser denominada ABEPSS. A incorporação da pesquisa na área de Serviço Social vem possibilitando à profissão ser reconhecida como área de conhecimento pelas agências de fomento como Capes e CNPq.

A partir de 1995, as oficinas da ABESS centram suas preocupações em torno do eixo do currículo, apontando três direcionamentos: “a política social, os padrões de proteção social e a história/teoria/método” (ABESS, 1996:148). Esse processo possibilitou a compreensão do eixo da formação

a partir dos elementos que dão concretude ao Serviço Social, pressupõe a apreensão entre a profissão e as novas configurações da questão social, apreendida no interior do processo de reprodução da relação entre capital e trabalho. (Idem, ibidem:149)

As discussões nos anos 1990 voltam-se para a preservação das conquistas e do currículo de 1982 e à superação de alguns aspectos, como os relativos aos conteúdos numa perspectiva formal e politicista.

Com a compreensão das mudanças na esfera da produção e a necessária tematização da relação entre profissão/realidade, sob os marcos da produção e reprodução das relações sociais, a questão social passa a ser o eixo do curso e suas múltiplas manifestações a matéria-prima do trabalho do assistente social.

A preocupação centra-se também sobre o mercado de trabalho como mediação do exercício profissional, sendo o assistente social considerado em sua condição de trabalhador assalariado, inserido nos processos de compra e venda de sua força de trabalho, mediados pelo salário, em uma sociedade marcada por processos de reestruturação produtiva e reformas do Estado que propiciam alterações objetivas em seus espaços sócio-ocupacionais.

Sob essa ótica, são apontadas novas diretrizes curriculares que apresentam um projeto de formação tendo como eixos a capacitação teórico-metodológica com a apreensão crítica do processo histórico como totalidade; a capacidade investigativa; a capacitação teórica, investigativa e ético-política para apreender as demandas tradicionais e emergentes, metas que pressupõem a capacitação permanente do corpo docente; o exercício do pluralismo e a definição de uma política de pesquisa e de áreas temáticas prioritárias para a investigação e prática profissional; dentre outras. Para a consecução dessas metas, a articulação ocorre por meio de núcleos de fundamentação, assim organizados: núcleo de fundamentação teórico-histórica das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho; núcleo de fundamentação do trabalho profissional.

A aprovação das diretrizes curriculares pelo MEC, em 2001, não se referenciou à proposta discutida e encaminhada pela ABEPSS em sua totalidade, embora tenha preservado os três núcleos de fundamentação, organizadores da estrutura curricular: núcleo de fundamentos do trabalho profissional, núcleo de

fundamentos teórico-metodológicos da vida social e núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

As mudanças inseridas pelo CNE, conforme Lamamoto (2003:12) resultaram da

ausência de parâmetros legais para se garantir um conteúdo básico à formação profissional no país, que passa a ser submetida à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados formalmente os referidos núcleos.

Ao falarmos na aprovação das diretrizes curriculares, torna-se importante situar este debate inserido na política de educação do País com a aprovação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, que impôs um conjunto de medidas lançadas pelo MEC no sentido da reforma universitária. Dentre as medidas, abrem-se possibilidades a novas modalidades de ensino, como os cursos seqüenciais, os mestrados profissionalizantes, o ensino a distância, o ensino de graduação a distância; estabelecem processos de avaliação nacional dos cursos e impõem o debate sobre a autonomia da universidade.

Esse conjunto de medidas propicia alterações que fragilizam a formação superior, atinge todas as profissões e insere-se na proposta de um modelo de educação no País.

Uma educação menos comprometida com a formação cidadã e mais voltada para os interesses de mercado, uma educação garantida mais como serviço privado e menos como direito social. Trata-se, enfim, de uma inversão nos propósitos educacionais de construção da cidadania. (FERREIRA, 2000:82)

Estas medidas não afetam apenas o Serviço Social, abrange profundas alterações para a política educacional brasileira, privilegiando o ensino particular em detrimento do público, com a proposta de autonomia universitária centrada na mercantilização da educação. A ênfase está colocada na educação como mercadoria, no estímulo das formações específicas e no encaminhamento de processos avaliativos como mecanismos de competitividade entre as Unidades de Ensino, descontextualizados de outras referências.

Para o Serviço Social, esse direcionamento atinge frontalmente as diretrizes curriculares construídas após amplo debate no meio profissional e em consonância com o projeto ético-político da profissão. Dentre os inúmeros desafios está o de assegurar, coletivamente, os conteúdos teórico-metodológicos presentes nas

diretrizes curriculares, pois refletem uma construção coletiva que materializa um projeto de profissão articulado a um projeto de sociedade.

4.3 A dimensão associativa

A história da organização sindical no País vincula-se ao processo de inserção da economia brasileira no capitalismo mundial, balizada pelas intervenções do Estado nas relações do mercado de trabalho.

Do final do século XIX até os anos 1930, estão presentes as primeiras articulações do movimento operário em uma sociedade de base escravocrata, caracterizada por um incipiente mercado de trabalho, fragilidades que possibilitam aos poucos trabalhadores uma organização por meio do sistema de corporações ou fraternidades, sob o controle da Igreja.

No início do século XX, com a inserção gradual de novos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho do País³⁸, é que se acirra o confronto entre as classes e aumentam as reivindicações de cunho economicista, voltadas às lutas por melhores salários, redução da jornada de trabalho, dentre outras; acarretando as greves gerais, como as de 1905, 1907, 1917 e 1919. O Estado responde através de fortes medidas coercitivas, aliadas a uma legislação para a área.

Com a influência dos trabalhadores estrangeiros, as bases da articulação sindical caminham no sentido do pluralismo sindical acarretando a criação das associações livres de trabalhadores, de âmbitos regional, estadual e nacional. Essa efervescência possibilita a realização de Congressos Operários que avançam na construção de uma central sindical única com o objetivo de unificar as lutas, proposta encaminhada já nos anos 1920. Nessa década, cabe destaque para a fundação do PCB, em 1922 e a CGTB, em 1929. A organização dos trabalhadores conquista algumas vitórias, dentre as quais, as regulamentações ligadas aos operários acidentados no trabalho (Lei 3.724 de 1919) e a instituição das Caixas de Aposentadorias e Pensões para Ferroviários (Lei Elói Chaves, em 1923). No sentido do controle, em 1925, o Estado cria o Conselho Nacional do Trabalho.

Os anos entre 1930 a 1945 são marcados pela crise recessiva de 1929, com

³⁸ Inicialmente os italianos e, posteriormente, os alemães, espanhóis e portugueses, com histórica inserção sindical ligada às correntes anarquista e socialista.

efeitos diretos na economia brasileira baseada na exportação cafeeira. Sob os auspícios do Governo Vargas, com base na Carta Del Lavaro, busca-se o controle sobre os sindicatos. Em novembro de 1930, é criado o MTIC que estabelece uma série de medidas, dentre estas, uma estrutura sindical dependente do Estado. Como medidas importantes desse período encontram-se a instituição do salário mínimo e o imposto sindical, em 1940, e a aprovação da CLT, em 1943.

O período compreendido entre os anos de 1946 a 1964, é marcado pelo acirramento do confronto com o Estado, com inúmeras manifestações dos trabalhadores fortalecidos pela criação do MUT, em 1945 (pelos comunistas) e a CGTB. Mesmo o País vivenciando um novo processo social com véis democrático, pós-derrocada de Vargas, não se altera a natureza corporativista do sistema trabalhista. Os confrontos expandem-se com inúmeras greves e rigorosa repressão, tanto que os sindicatos e o PCB passam a ser considerados fora-da-lei. As greves alastram-se, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em um momento de instabilidade econômica com altos índices inflacionários e perda do poder salarial dos trabalhadores.

No início dos anos 1960, sob forte instabilidade social marcada pela renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assume com o maciço apoio dos comunistas e uma plataforma ligada às reformas de base. Em 1962, nova vitória dos trabalhadores relaciona-se à aprovação do 13º salário. No campo da organização sindical, em agosto, após o IV Encontro Nacional Sindical, cria-se o CGT. O ano de 1964 inicia-se sob forte pressão social com grupos organizados tanto da considerada “esquerda” quanto da “direita” em confrontos político-ideológicos que culminam na deposição de João Goulart e a instalação da ditadura militar no País.

O período de 1964 a 1977 é considerado um dos mais violentos, com diversas medidas de cunho autoritário e coercitivo que incluem cassação de mandatos, suspensão dos direitos políticos, prisões arbitrárias de pessoas consideradas “suspeitas” na participação política, sindicatos e partidos de esquerda considerados ilegais. Mesmo com todo esse aparato, algumas mobilizações ocorrem, como as greves em Osasco/SP e Contagem/MG, no final dos anos 1960, além do crescimento do movimento estudantil, sendo cerceados pelo rígido e repressivo controle governamental. Os anos 1968-73 (os mais duros do período militar) são marcados pela radicalização dos setores da esquerda, que impõem um processo de abertura, iniciado em 1974, com a “política de distensão” e a “abertura política”

protagonizada no governo Geisel.

Com as greves, nos finais dos anos 1970, na região do ABC/SP, a fundação do PT, acrescidas por intensas mobilizações sociais na luta por liberdades democráticas, os anos 1980 iniciam-se com um amplo movimento pela redemocratização do País.

No âmbito sindical, a partir dos finais da década de 1970, as lutas se intensificam, com inúmeras greves por melhores condições de trabalho e renda e organização sindical, processos que culminam com a instauração do “novo sindicalismo”, caracterizado por formas mais autônomas de organização sindical, independente de partidos e do patronato.

O fortalecimento do novo sindicalismo pode ser percebido com o posicionamento assumido pelos trabalhadores na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1981, que aprova uma pauta de lutas voltadas ao emprego, ao salário mínimo real unificado, ao fim das intervenções nos sindicatos, e à proposta da formação de uma comissão nacional pró-CUT, que compôs as bases para a criação da CUT, em 1983, fundada com a perspectiva de unificar e centralizar as lutas dos trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais.

Na esfera profissional, a organização sindical articula-se nacionalmente em 1978 e, em 1979, se fortalece em dois importantes momentos: primeiro, no III CBAS com o crítico posicionamento em favor da classe trabalhadora e com os setores populares e, segundo, na criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais.

Essa articulação demonstra força e, conforme Abramides; Cabral (1995), o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em setembro de 1979, conta com a participação de entidades que representam 15 Estados distribuídos em cinco sindicatos, oito Estados, com representação da APAS; um Estado com representação da ABAS, e dois Estados com um grupo Pró-APAS.

No IV CBAS, realizado em Salvador/BA, em agosto de 1982, ocorre a 1ª Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, ocasião em que se aprova a criação de uma entidade nacional e, em outubro de 1983, é criada a ANAS, que posteriormente filia-se à CUT.

Dentre suas lutas, encontram-se as relacionadas ao salário mínimo profissional; às discussões sobre a criação de uma entidade única na esfera

profissional; importantes participações com o estreitamento dos vínculos com os outros órgãos da categoria profissional; e intensa e ativa participação no debate profissional dos anos 1980.

A luta pela instituição do salário mínimo profissional³⁹, vetado pelo então presidente Sarney em 1984, apontou as dificuldades da luta sindical na perspectiva corporativa e delineou discussões que já se encontravam no interior da CUT (aprovadas em seu 2º Congresso, em 1986), relacionadas às entidades sindicais por ramos de atividade econômica. Essa discussão ganha força no âmbito do Serviço Social em diversos debates e assembleias e, em 1987, é aprovada como indicativo na organização sindical da categoria.

reafirma a posição pela nova estrutura sindical, que se caracteriza por estabelecer a tarefa política para a ANAS, que é a de pensar a transitoriedade que se constitui em “implantar a nova estrutura sindical da CUT por ramo de atividade econômica onde a inserção majoritária da categoria se dá no serviço público”. (IV ANAS, 1979, In: ABRAMIDES; CABRAL, 1995:184)

Com essa diretriz, os desafios se apresentam no sentido de garantir a real inserção dos assistentes sociais em seus sindicatos por ramo e a construção da entidade única, debate que prossegue nos anos seguintes, culminando na extinção da ANAS, em sua VI Assembleia Nacional Sindical em 1994, em Brasília.

Naquele momento, o País contava na esfera do Serviço Social, com a seguinte configuração: 13 sindicatos extintos, os quais, de acordo com a ANAS, já tinham efetuado o processo de transitoriedade⁴⁰; 5 sindicatos em processo de transitoriedade; 3 em funcionamento; e 2 fechados há vários anos.

No VII CBAS realizado em 1995, em Salvador/BA, ficou estabelecida como tarefa das Entidades Nacionais (Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS) a discussão sobre a organização política da categoria, fato que propiciou a realização do Encontro Nacional de Organização Política da Categoria dos Assistentes Sociais, em 1997, em Luziânia/GO, promovido pelo CFESS, ABEPSS e pela organização estudantil - ENESSO e os sindicatos (perspectiva corporativa) ainda em funcionamento, no caso, os de Alagoas, Ceará, Caxias do Sul/RS, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Dentre os encaminhamentos, foi aprovada a aproximação do

³⁹ A proposta era um salário-base de dez salários mínimos.

⁴⁰ Transitoriedade refere-se ao processo de transferência da situação de sindicato corporativo para o de ramos de atividade econômica.

Conjunto CFESS/CRESS com os sindicatos por ramos de atividade, além da criação de espaços, em cada Estado, para as discussões sobre a organização e formação política da categoria.

Cabe ressaltar que, apesar dos direcionamentos efetuados e deliberados nos espaços de discussão política da categoria, não foi unânime nem consensual a extinção dos sindicatos na perspectiva corporativa, fato que possibilita que, em quatro Estados⁴¹, essa forma de organização permaneça, ainda que esvaziadas e com inúmeras dificuldades financeiras.

A conjuntura dos anos 1990, com as novas configurações marcadas pela precariedade no mercado de trabalho, possibilita a rearticulação dos sindicatos (na perspectiva corporativa), os quais, em dezembro de 2000, deliberam pela criação da FENAS.

A criação da FENAS reacende o debate sobre a organização sindical na categoria profissional, em um momento político de refluxo das lutas trabalhistas e vivencia o desafio de se fortalecer por meio da luta corporativa.

Apesar desses desafios, a FENAS tem conquistado alguns espaços importantes, como assento na Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (em 2003); inserção dos Sindicatos nos conselhos municipais e estaduais de assistência social e saúde; articulação para abertura de novos sindicatos no País e, em abril de 2006, foi eleita para compor o Conselho Nacional de Assistência Social.

Em São Paulo, a rearticulação sindical foi encaminhada com a criação de uma comissão pró-sindicato, em outubro de 2003 e, em 5 de agosto de 2006 em nova assembléia da categoria, o sindicato foi reaberto. Outros Estados⁴² encontram-se em processo de discussão, com possibilidades efetivas da reabertura dos sindicatos na perspectiva corporativa.

Independentemente dos direcionamentos político-ideológicos tomados na esfera sindical e o atual momento, com o posicionamento das entidades nacionais representativas da categoria quanto à forma de organização (se por ramo ou corporativo), a pertinência do debate demonstra a maturidade política alcançada pela categoria profissional.

⁴¹ Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul e Município de Caxias do Sul/RS e Sindicato Estadual do Rio de Janeiro (cinco sindicatos).

⁴² No Pará (Belém), Bahia, Paraná, Amazonas e Minas Gerais.

5. MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL

A profissão Serviço Social legitima-se assentada sob um fazer reconhecido nos marcos da divisão social e técnica do trabalho e seu exercício profissional vincula-se no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, nos parâmetros de uma sociedade de classes. O assistente social torna-se um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho em um mercado, ocorrendo seu ingresso no “universo da mercantilização passando a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade”. (IAMAMOTO, 2000:114)

Apesar do caráter de profissão liberal, não é essa a tradição profissional, pois o Serviço Social, em sua gênese, vincula-se à ação do Estado no processo de intervenção, de cunho regulatório, nas múltiplas manifestações da questão social. Esse caráter implicou o ingresso no mercado de trabalho pela via da contratação de seus serviços, como trabalhadores assalariados, participando das injunções históricas presentes nas relações de mercado.

Como verificamos, a categoria dos assistentes sociais vem, nos últimos anos, construindo um projeto que delinea uma direção social ao trabalho profissional. São visíveis seus avanços, tanto em termos teórico-práticos, organizativos e políticos quanto na organicidade com as lutas maiores da sociedade brasileira.

É importante destacar que, somente nos últimos 30 anos, torna-se possível a materialização desse projeto profissional articulado a um projeto de sociedade, porém é importante destacar também seus inúmeros desafios, visto vivenciarmos, nos últimos 30 anos, profundas alterações no padrão de acumulação capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro que introduziram mudanças radicais na divisão social e técnica do trabalho, com rebatimentos diretos nas relações de trabalho.

No amplo leque de mudanças, encontram-se as desregulamentações que extrapolam a ação estatal e abarcam as relações sociais e os mercados de trabalho, propiciando alterações nas configurações profissionais, com novas demandas, perfis, e a própria inserção nesse mercado.

A ampliação do mercado formal de trabalho, que ocorreu nos marcos do padrão taylorista/fordista e da regulação keynesiana, possibilitava associar emprego à indústria, postos de trabalho à estabilidade e garantias legais previstas no conjunto da proteção social.

Com a crise instaurada nos anos 1970, esse modelo sofre sério revés e profundas alterações nas formas da produção e gestão da mão-de-obra, com o direcionamento à focalização da produção, a terceirização das atividades e um novo desenho industrial centrado na empresa enxuta e competitiva, que exige uma nova base de conhecimentos e organização das tarefas baseadas na “ampliação da quantidade de tarefas exercida pelo mesmo trabalhador” e “maior polivalência” (POCHMANN, 2001:45).

Além dessas configurações, outras se apresentam, alterando substancialmente a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. Nessa direção, podemos elencar a oferta de trabalho menor que a demanda, ocasionando o desemprego; a substituição do trabalho humano pelas tecnologias informacionais; a descentralização do capital com a terceirização e subcontratações, transformando postos de trabalho com emprego formal para o campo de ocupações (distintas pela inexistência de garantias e direitos sociais). Tem-se, ainda, uma série de medidas que refletem em aumentos da jornada de trabalho, na desregulamentação das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho, com o objetivo de reduzir o custo fixo com a mão-de-obra.

Essas mudanças não estão presentes apenas nas economias avançadas, mas estendem-se aos países considerados periféricos, impondo novas concepções, como a relativa à empregabilidade, concebida como um conjunto de habilidades e comportamentos que tornam o trabalhador empregável, competitivo, em um mercado em mudanças, com disposição para aprender e capacidade empreendedora.

Outras importantes manifestações das mudanças presentes nas relações mercado-inserção, são apontadas por Antunes (2005) reforçando o caráter das relações mais desregulamentadas e informais, caracterizadas nos processos de terceirização; na expansão dos assalariados médios no setor de serviços, setor que transmuta, tornando-se reconhecido como atividade produtiva na lógica da racionalidade econômica; na crescente exclusão dos jovens com idade para o ingresso no mercado de trabalho, ao lado da dos considerados “idosos”, pelo capital, com idade próxima aos 40 anos; na inclusão precoce de crianças no mercado nas mais diversas atividades produtivas; na precarização, em maior expressão do trabalho feminino e na expansão do trabalho em domicílio.

Dentre os trabalhadores mais afetados por essa conjuntura desfavorável, encontram-se os jovens, as mulheres e os com mais de 45 anos de idade, com

empregos menos qualificados e remunerados. Antunes aponta ainda a crescente expansão do Terceiro Setor,

que assume uma forma alternativa de ocupação, por meio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades que predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. (ibidem:79)

Nessa direção, enfatiza que o Terceiro Setor tem a capacidade de exercer um papel funcional no mercado ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital e abandonados pela desmontagem do *welfare state*, que passam a desenvolver atividades não-lucrativas, incorporando-se, ainda que de maneira precária, ao mercado de trabalho, imprimindo às suas atividades um sentido útil e social.

A conjunção desses fatores altera a materialidade da classe trabalhadora, pois, ao subdividir os trabalhadores em grupos, de acordo com sua inserção ou não no mercado formal de trabalho, possibilita o esgarçamento do sentido de classe, fragilizando e enfraquecendo sua organização. Conforme Bihl (1998), a classe trabalhadora pode ser assim subdividida:

- a) os estáveis, com garantias de emprego, salário e os direitos adquiridos sob a vigência do fordismo;
- b) os excluídos do trabalho e até do mercado de trabalho em si, dependentes da seguridade social ou mesmo da solidariedade esporádica dos outros – vistos, por essa mesma sociedade, como os que não se adaptaram;
- c) entre esses dois pólos, uma massa flutuante de trabalhadores instáveis: os subcontratados, os que trabalham em tempo parcial, os temporários, os estrangeiros, os imigrantes. (In: MARCELINO, 2004:119).

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pela abertura da economia ao capital, o que propicia profundas modificações na estrutura econômica e potencializa os processos competitivos provocados pela liberalização do comércio externo, forçando as empresas brasileiras a adaptações, ampliando os processos de terceirização das atividades presentes desde meados da década de 1980. Baltar (2003:125) em suas análises relativas ao emprego urbano na década de 90, enfatiza que

o número de desempregados aumentou de cerca de 03 milhões para oito milhões, enquanto que o número de empregados em estabelecimentos aumentou de 30,8 milhões para 32,4 milhões e o de trabalhadores no serviço doméstico remunerado, de 3,9 milhões para 5,3 milhões,

demonstrando que, em números absolutos, o aumento do desemprego foi maior que o do trabalho assalariado total, a soma dos empregados em estabelecimento e dos trabalhadores do serviço doméstico remunerado.

O autor reforça as dificuldades de inserção no mercado de trabalho citando como exemplo a inserção dos jovens nas oportunidades de emprego, o declínio da participação no mercado de trabalho assalariado, o aumento do emprego sem carteira de trabalho e o crescimento do trabalho “por conta própria”. No que se refere aos empregos celetista e estatutário, reforça sua diminuição pós-92, na indústria de transformação e aumento lento e gradativo na administração pública, crescendo em ritmo expressivo em todos os demais setores.

No campo das tendências do mercado de trabalho brasileiro, Marques (1997:49), em suas análises, enfatiza “a interrupção da expansão do assalariamento formal” e “a precarização do trabalho naquele segmento que, mal ou bem, tinha garantido os direitos trabalhistas e a proteção social”.

Esse conjunto de alterações afeta duplamente o assistente social: como trabalhador que vende sua força de trabalho no mercado de trabalho; e no espaço cotidiano do trabalho profissional, no qual atua com as conseqüências de um modelo excludente e privatizante, com o retraimento do Estado em relação às suas responsabilidades e ações no campo social.

Esse conjunto de reflexões é melhor explicitado com os resultados da pesquisa efetuada pelo conjunto CFESS-CRESS em 2005, intitulada Assistentes Sociais no Brasil – Elementos para o Estudo do Perfil Profissional, que contou com uma amostra composta por 1.049 assistentes sociais, em todo o País.

Essa pesquisa traz preciosas informações no sentido de compreender a inserção profissional no mercado de trabalho aliada a elementos que configuram a identidade profissional.

Ao falarmos em identidade profissional, referenciamos o conceito de identidade trabalhado por Martinelli (2005:68) pensada com bases no movimento concreto e real e não no sentido estático e permanente; é reconhecê-la como campo da alteridade e diversidade, da diferença e do encontro de saberes e práticas que se complementam e interagem.

Nesta direção, implica pensar tanto o que nos une como o que nos diferencia, enquanto perspectivas ético-políticas e também pensar o conjunto dos sujeitos que materializam o trabalho profissional.

Enquanto perspectivas ético-políticas, temos correntes que disputam projetos profissionais diferenciados e, conforme Netto (1990), ao longo da profissionalidade do Serviço Social brasileiro, há a incidência de três perspectivas: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, protagonistas do projeto profissional hoje hegemônico⁴³.

No que se refere aos sujeitos profissionais, a pesquisa efetuada pelo CFESS possibilita o conhecimento do perfil profissional e os aspectos relativos à inserção do assistente social no mercado de trabalho, dentre os quais, destacam-se:

- confirma-se a tendência histórica de profissão de cunho eminentemente feminina, jovem, “com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se auto-declara branca, heterossexual e casada, sem filhos ou constituindo uma prole de dois filhos” (CFESS, 2005:22);

- quanto à capacitação/titulação, 55% informaram apenas ter a graduação em Serviço Social, percentual seguido de 36% dos que declararam ser especialistas na área;

- no quesito participação política, 32% informaram ter alguma participação política, com 44% nos movimentos ligados à categoria profissional; seguidos de 32% que participam de movimentos sociais;

- no que se refere às relações de trabalho, majoritariamente, com 77% da amostra, encontram-se os assistentes sociais, com apenas um vínculo empregatício, seguidos de 11% dos que declararam nenhum vínculo, ou seja, a não-inserção no mercado de trabalho do assistente social;

- quanto à natureza da instituição, 78% têm seus vínculos ligados à esfera pública, inicialmente municipal, seguida pelas estadual e federal. A esfera privada conta com 13%, seguida pelo Terceiro Setor, com 6%. Com a preponderância do vínculo funcional ligado ao setor público, seus contratos de trabalho são regidos, em 55%, pela condição estatutária, seguida pela celetista, com 27%.

- relativo às mudanças de nomenclatura de cargos e funções, presentes nos processos de reestruturação produtiva, essa tendência ainda é pouco significativa no âmbito profissional, com 85% dos assistentes sociais informando possuir o cargo de assistente social.

⁴³ Essas perspectivas são trabalhadas pelo autor em **Ditadura e serviço social** – uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1990.

- a carga horária predominante é de 40 horas semanais, com 50%, seguida por 30 horas, com 28%.

- como renda, a predominância salarial insere-se no intervalo de quatro a seis salários-mínimos, perfazendo 45% da amostra, seguidos de sete a nove, com 20%.

As mudanças que afetam os processos produtivos oportunizam impactos no mercado de trabalho que também afetam o assistente social, como podemos verificar no capítulo que se segue.

CAPÍTULO III

DESAFIOS PARA A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO

1. MOBILIDADE NOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS: OS CANCELAMENTOS DOS REGISTROS PROFISSIONAIS NO CRESS 9ª REGIÃO/SP

“o cancelamento do registro no CRESS é apenas um procedimento burocrático, simples de ser feito e que não era e nem o é, o foco do problema (que) é a inserção no mercado de trabalho. Acredito na profissão e mesmo diante das dificuldades, particulares e generalizadas, continuo buscando a inserção na profissão”.

“depois de ter cursado quatro anos de Faculdade, me esforçado tendo notas consideradas excelentes, cancelar meu registro foi muito triste, foi me ver uma não inserida no mercado de trabalho”.

Ao utilizarmos o conceito de mobilidade, o fazemos em seu sentido de “movimento”. A compreensão desse conceito pode ser ampliada com as análises de Antunes (2005:17) ao se referir às configurações presentes no mundo do trabalho com destaque para o seu caráter dual. Afirma que o trabalho ainda é central para a criação do valor sendo que o capital o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de perenidade (“cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, quase similarmente à época da Revolução Industrial”) ora seu sentido de superfluidade (“cada vez mais homens e mulheres encontram menos trabalho, espalhando-se à cata de trabalhos parciais, temporários, sem direitos, ‘flexíveis’, quando não vivenciando o flagelo dos desempregados”).

Com o sentido de superfluidade é que utilizamos o conceito de mobilidade, como movimento presente na categoria profissional dos assistentes sociais em seus desafios à inserção no mercado de trabalho. Dentre os desafios, encontram-se a procura pelo trabalho ou a inserção de maneira precarizada.

O movimento “inscreve-cancela-reinscreve-cancela” dos registros profissionais no CRESS aponta para uma parcela significativa da categoria profissional que vivencia a luta pela inserção ao mercado de trabalho marcada por incertezas e

fragilidades que implicam uma maneira precarizada ou, mesmo, a convivência com o desemprego.

“efetuei o cancelamento em 2004 por estar desempregada, foi angustiante por cancelar uma parte de minha vida e principalmente por não ter colocação no mercado de trabalho naquele momento”.

“sempre trabalhei na área, adoro o que faço e sempre faço o melhor, porém, devido à situação econômica atual, encontro-me desempregada e com meu CRESS cancelado”.

“à época que efetuei o cancelamento estava desempregada e passando por alguns problemas de família; optei por ficar afastada por um tempo até recuperar e melhorar a situação. Porém as coisas foram resolvidas e tive dificuldades de voltar ao mercado. Assumi um contrato de 10 meses para elaborar um projeto na área de reurbanização e fiquei muito feliz com a conclusão do trabalho; com o término do contrato voltei a ficar fora do mercado”.

“se surgir emprego na área, volto a efetuar ou requerer junto ao CRESS a inscrição”.

“me senti revoltada por deixar vínculo com uma profissão a qual pretendia continuar me dedicando devido à fragilidade do contrato de trabalho que não garantia qualquer estabilidade. Após esta data prestei e passei em alguns concursos públicos incluindo o concurso da (xxxxx) para o qual fui convocada duas vezes para escolha de vaga, porém não para a vaga efetiva divulgada no Edital mas para contratos temporários de um ano, um desrespeito com a carreira profissional”.

Conforme o depoimento inicial, o problema não se encontra no ato do cancelamento e sim, em seus significados, vinculados, em sua maioria, no movimento de busca pela inserção no mercado de trabalho profissional.

Os dados são reveladores dessa realidade que se acirra na década de 1990, porém cabe ressaltar que nem todos os assistentes sociais que efeturaram o cancelamento nestes anos, embora sejam a maioria, o tenham feito, motivados pelo desemprego ou inserção precária no mercado. Outras situações impelem ao cancelamento, como doenças, aposentadorias, mudança do Estado ou País, atuação/migração para outras áreas, conforme depoimentos:

“na realidade, estava querendo mudar de área por uns tempos e me desvincular do Serviço Social me causou um certo “alívio”, principalmente financeiro”.

“aposentei-me. Com muita convicção tinha criado um outro projeto de vida, além do que, não queria mais estar trabalhando”.

“logicamente que não é fácil sentir-se desempregada porém hoje priorizo resolver meu problema de saúde pois procurar emprego (..) e portadora de um problema que necessita cirurgia e com alguns meses de repouso e dor constante é difícil!”

“quando solicitei o cancelamento estava mudando de Estado, não tinha idéia de quando voltaria a trabalhar. Quando retornei ao trabalho de Assistente Social procurei o CRESS (outro Estado) e fiz minha reinscrição”.

O CRESS 9ª Região/SP iniciou o lançamento de suas informações no registro geral em 31 de janeiro de 1964, inscrição 001, com um assistente social do sexo masculino, falecido em 2002. Em junho de 2003, contava com 19.689 assistentes sociais ativos⁴⁴ e, em 31 de dezembro de 2005, o registro totalizava 35.956 assistentes sociais.

O recurso ao cancelamento vem sendo amplamente utilizado, sendo um direito previsto e garantido por normativa legal, quando, por quaisquer motivos, o assistente social não estiver exercendo suas funções privativas.

Cabe destacar que a modalidade ex-ofício é a única pela qual o Conselho cancela o registro profissional (sem a necessidade de anuência do assistente social) por irregularidades no processo de inscrição, como a não apresentação, nos prazos estabelecidos, do Diploma da Graduação reconhecido pelo MEC; prova falsa dos documentos para inscrição no CRESS; decisão definitiva em processo ético-administrativo; conhecimento comprovado de estar o inscrito impedido definitivamente de exercer a profissão, por motivo de incapacidade física ou mental.

A Consolidação das Resoluções do CFESS estabelece as normas para a efetivação do cancelamento e prevê, dentre alguns de seus aspectos:

Art. 51 - Qualquer profissional poderá requerer o cancelamento de sua inscrição, desde que declare o não exercício de qualquer atividade, função ou cargo que envolva o exercício profissional do assistente social.

Parágrafo primeiro: Serão devidos e cobrados pelas vias administrativas ou judiciais os débitos anteriores até a data do pedido de cancelamento da inscrição.

Parágrafo segundo: O deferimento desse pedido só se efetivará se o profissional não estiver respondendo a processo ético e/ou disciplinar.

Art. 52 – Para requerer o cancelamento, de que trata o artigo anterior, o interessado deverá anexar ao requerimento padrão sua Carteira e Cédula de Identidade Profissional, sendo admitido, para fim, a apresentação de qualquer documento, subscrito pelo interessado, que expresse inequívoca manifestação de vontade, em relação ao cancelamento de sua inscrição perante o CRESS.

⁴⁴ Conforme Pesquisa – CFESS: Assistentes Sociais no Brasil – Elementos para o Estudo do Perfil Profissional, 2005.

A utilização desse direito, que configura traços da mobilidade profissional no mercado de trabalho, pode ser verificada na relação inscritos-cancelados-reinscritos no período compreendido entre 1996 a 2005, em que houve forte expansão dos cursos de graduação em Serviço Social em todo o País, especificamente no Estado de São Paulo, cenário que possibilita tensionamentos ligados à competição por espaços de trabalho uma vez que um maior número de habilitados chega ao mercado anualmente. Outra referência importante relaciona-se à realidade brasileira, assentada em mudanças macro sociais que afetaram a economia nacional na década de 1990 com seus rebatimentos no início dos anos 2000.

Nesse período, a economia sofreu mudanças estruturais na esfera produtiva e financeira caracterizadas pela abertura indiscriminada tanto comercial quanto financeira, em ações ligadas ao combate da inflação ancorada em uma moeda sobrevalorizada, altas taxas de juros e a privatização de importantes empresas estatais.

Esses processos foram apresentados como um esforço de modernização da indústria e dos serviços, incentivo à maior competitividade do setor exportador e a busca por uma redefinição da inserção da economia brasileira nos mercados mundiais. Essa estratégia governamental sofreu sério revés, com a crise internacional de 1998, que demonstrou a debilidade da economia brasileira em sua inserção mundial. Como manifestações dessa crise, temos altas taxas de desemprego, condições de trabalho de pior qualidade e baixos rendimentos nas condições salariais, cerceadas por políticas públicas que atribuíam as causas do desemprego à baixa qualificação dos trabalhadores e a uma rigidez nas normas trabalhistas.

Conforme análises de Krein (2003:318), especialmente durante o Plano Real, no Governo FHC, evidencia-se o aprofundamento da desregulação das normas de trabalho e de uma flexibilização das relações trabalhistas compreendida como precarização do trabalho. Ressalta ainda, que as diversas medidas institucionais tomadas a partir de 1994 indicam alterações em cinco aspectos das relações de trabalho relativas à “determinação da remuneração, ao tempo de trabalho, à contratação do trabalho, à forma de solução dos conflitos e ao processo de descentralização das negociações”.

O conjunto dessas mudanças macroeconômicas e as ligadas às Reformas do Estado, a expansão dos cursos com maior número de profissionais habilitados anualmente à disputa por vagas no mercado de trabalho apontam rebatimentos no mercado de trabalho do assistente social e maior dificuldade de inserção, conforme podemos verificar na intensa mobilidade desse período através dos dados constantes na Tabela 2.

**Tabela 2: Relação de inscrições iniciais – reinscrições – cancelamentos
período: 1996 a 2005 - CRESS 9ª Região/SP**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Inscrições iniciais	921	695	779	748	812	738	923	989	984	1.031
Reinscrições	111	144	282	188	260	257	322	424	419	468
Cancelamentos	574	771	1.371	834	892	552	954	748	968	881

Fonte: CRESS 9ª Região/SP, dez.2005.

Na análise dos dados, chama a atenção o ano de 1998, com um expressivo número de cancelamentos que supera a totalidade das inscrições novas e reinscrições. Cabe lembrar que é justamente nesse ano que acontece a reforma da Previdência no Governo FHC e que incita diversos trabalhadores à aposentadoria e é também no período entre 1997 a 1999 que o número de cancelamentos é superior ao de inscritos novos, o que reforça a motivação pelo cancelamento ligada à aposentadoria como impactos da Reforma da Previdência. Em 2004, esses dados ficam muito próximos, ano em que novamente, na agenda política do País, se colocava a Reforma da Previdência, agora no Governo Lula.

Para a compreensão dos dados da tabela, cabe ressaltar que se referem ao fechamento estatístico anual do CRESS em dezembro e informam o número de assistentes sociais que finalizaram o ano com seus registros cancelados e não apresentam o somatório dos cancelamentos efetuados naquele ano. Isso indica que, durante o ano, podem ter assistentes sociais que utilizaram o recurso do cancelamento e/ou reinscrição não apenas uma vez, o que reforça nossa análise no sentido da mobilidade no mercado de trabalho do assistente social.

Na relação cancelamento – reinscrição outra importante análise refere-se aos reinscritos, pois estavam com seus registros cancelados no ano anterior, indicando o possível retorno ao mercado de trabalho como assistentes sociais.

Ao falarmos possível retorno estamos nos referindo a uma possibilidade pois muitos assistentes sociais ao se reinscrever, podem estar se tornando aptos a prestar provas em concursos ou processos seletivos o que, na realidade, não aponta um efetivo retorno ao mercado de trabalho profissional. Reinscrevem-se, tornam-se aptos a concorrer a determinado concurso ou seleção e, tendo êxito, permanecem com suas inscrições ativas; não tendo ou aguardando convocação, cancelam novamente, conforme depoimentos:

“prestei concurso logo que saí da Faculdade, passei - 2º lugar (para vagas que seriam abertas). Aguardei durante quatro anos (trabalhando neste período em entidades filantrópicas, substituindo professores e como educadora profissional) e este tão sonhado emprego estabilizado não saiu, caducou, nunca aconteceu e meu CRESS permaneceu cancelado. Hoje estou no aguardo para recomençar a trabalhar numa nova oportunidade que surgiu. Já faz dois meses que estou esperando me chamarem e até agora nada! Então, meu CRESS continuará cancelado”.

“a primeira vez (nota: refere-se aos motivos do cancelamento) foi por motivo de viagem à (viagem internacional). A segunda foi uma decepção pois me reinscrevi para trabalhar na (xxxxx) mas tanto eu como muitas colegas passaram no concurso mas não tivemos oportunidade de trabalhar. Estou sem trabalho até hoje e vou continuar cancelada até começar a trabalhar na área”.

1.1 Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros profissionais cancelados

Com o objetivo de conhecer a realidade dos assistentes sociais que cancelam, realizamos o levantamento dos dados dos profissionais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados e, muitas foram as dificuldades encontradas, pois, conforme ressaltamos anteriormente, quando o assistente social solicita o cancelamento não lhe são solicitadas outras informações que possam tornar conhecido os motivos pelos quais efetua tal ato.

Devido a essa situação, no percurso metodológico efetuamos a abordagem em dois momentos: inicialmente, através do levantamento cadastral do perfil dos assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados e, posteriormente, o encaminhamento de um questionário a esses profissionais, objetivando complementar e qualificar as informações.

O levantamento efetuado através dos dados do Setor de Cadastro do CRESS-SP aponta o perfil desses assistentes sociais.

Tabela 3: Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - período de inscrição no CRESS 9ª Região/SP

Período/Ano	Nº	%
1954	01	0,1
1966 a 1970	13	1,5
1971 a 1975	76	7,8
1976 a 1980	140	14,5
1981 a 1985	136	14,0
1986 a 1990	63	6,5
1991 a 1995	62	6,1
1996 a 2000	188	19,5
2001 a 2004	287	29,8
Não informou	02	0,2
Totais	968	100

Fonte: CRESS - 9ª Região/SP, dez.2004.

Percebe-se que a faixa predominante relaciona-se ao período compreendido entre 2001 e 2004, com 29,7% das situações, o que nos possibilita refletir que são assistentes sociais recentemente formados que encontram dificuldades em sua inserção no mercado formal de trabalho profissional ou as vias de entrada são outras não necessariamente com exigências do diploma como Bacharel em Serviço Social.

Em segundo lugar, temos o período compreendido entre 1996 e 2000. O somatório dos períodos 1996-2004 fica na faixa dos 49,2% os que buscam a inserção no mercado profissional, justamente na época de intensas mudanças, reformas, ampliação dos cursos de Graduação, com os respectivos rebatimentos no mercado de trabalho.

A análise quanto à inferência do maior número de cancelamentos nesse período estar relacionado aos profissionais recém-formados, ganha densidade com os dados da Tabela 4 relativos ao período da finalização da Graduação em Serviço Social. Os que não apresentaram o diploma, constituem a maioria e podemos inferir ter finalizado a graduação nos últimos quatro anos pois este é o prazo-limite para a apresentação do referido diploma.

Tabela 4 : Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - período de finalização da graduação

Período	Nº	%
1961 a 1965	01	0,1
1966 a 1970	16	1,7
1971 a 1975	92	9,5
1976 a 1980	133	13,8
1981 a 1985	115	11,9
1986 a 1990	66	6,8
1991 a 1995	39	4,0
1996 a 2000	65	6,7
2001 a 2004	26	2,7
Não apresentaram diploma *sem informações	371	38,3
Não consta informação	44	4,5
Totais	968	100

Fonte: CRESS 9ª Região/SP, dez.2004.

No que se refere ao local da Graduação em Serviço Social, predomina o interior, com 57,5%, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - local da graduação

Local	Nº	%
São Paulo e Grande São Paulo	388	40,0
Interior do Estado de São Paulo	556	57,5
Outros Estados	24	2,5
Totais	968	100

Fonte: CRESS - 9ª Região/SP, dez.2004.

Cabe esclarecer que consideramos, para fins estatísticos no somatório dos dados, a Região do ABCD como inserida no interior do Estado. Tal fato ocorreu pela existência da Seccional do CRESS na Região. Os dados da Tabela 5, referente ao local da Graduação, podem ser cruzados com os relativos à residência no ano de 2004 (Tabela 6).

Tabela 6: Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - residência em 2004

Local	Nº	%
São Paulo – Capital e Grande São Paulo	368	38,0
Interior do Estado de São Paulo	583	60,2
Outros Estados	17	1,8
Totais	968	100

Fonte: CRESS - 9ª Região/SP, dez/2004.

Os dados indicam que o maior número de assistentes sociais que terminaram o ano de 2004 com seus registros cancelados são do interior do Estado de São Paulo, com 60,2%. As dificuldades de inserção no mercado são apresentadas através de diversos depoimentos de assistentes sociais que relataram as relações extremamente difíceis no interior ligadas fortemente por proximidades, sejam as relativas a parentesco e amizades como as político-partidárias, fatores que influenciam o exercício profissional com exigências que, muitas vezes, fogem ao caráter técnico e reforçam a mobilidade com reais dificuldades na permanência no mercado de trabalho profissional.

“aqui em (xxxx), quando existe vaga em alguma Instituição, é necessário ser “conhecida” de algumas pessoas pois a indicação é muito grande. Trabalhei como Assistente Social em uma ONG por mais de um ano e havia uma assistente social contratada. A sogra desta Assistente Social é da alta sociedade aqui em (xxxx) e conseguiu outra coisa para ela... Sendo assim, ela se demitiu e foi para essa outra Entidade e eu por estar lá, achei que havia chegado minha vez, que iria ser contratada. Levei meu Curriculum à Diretoria e eles disseram para aguardar que chamariam para uma entrevista. Após duas semanas fiquei sabendo que eles já haviam contratado, sem ao menos me chamar para a entrevista como combinado... e a contratada, adivinhe? É parente de um dos membros da Diretoria. Aqui em (xxxx) a coisa funciona assim... infelizmente!”

“no interior, principalmente em pequenas cidades, ainda permanece o trabalho por indicação e “por lado político” o que implica que o profissional tem que estar sempre fazendo a análise de conjuntura e mediar sua própria situação enquanto profissional.”

“quando eu cancelei meu CRESS (registro) fiquei muito frustrada, pois amo o que faço, mas o Secretário que assumiu a pasta na Secretaria de (xxxx) era de outro Partido e não quis que eu permanecesse na função de Assistente Social, pois ele ia sair para vereador e não confiava em mim, pois eu era de outro Partido e a pessoa que havia me colocado lá, era concorrente dele. Então fui transferida para Secretaria de (xxxx); atualmente estou na Secretaria de (xxxxx).”

“mas quem sabe um dia posso voltar a ser Assistente Social! Quem sabe no próximo mandato (eleição) de Prefeito (...) posso até pensar se receber um convite.”

“vem outra pessoa que nem na Faculdade ia e paga para fazerem sua monografia e pega o seu serviço, a sua vaga só porque um parente importante coloca ela lá! Acho isso uma falta de ética enorme e uma falta de consideração com quem estuda e trabalha de verdade.”

“você encontra um mercado de trabalho que não dá oportunidade para quem não tem QI (quem indica).”

“o fato do jogo político e o apadrinhamento nos cargos de direção faz com que nós não conseguimos trabalhar. Ou você entra no sistema ou o sistema acaba com você!”

“sinto-me muito mal, sem esperanças diante de um mercado que não oferece perspectivas em uma cidade onde ainda se é perseguida politicamente, caso assumo uma posição contrária da atual administração pública.”

Os depoimentos remetem à reflexão sobre o público e o privado no Brasil. Sherer (2000) enfatiza que, progressivamente, o espaço privado vem se alargando em relação ao público e, diante de uma sociedade marcada por relações hierarquizadas, prevalecem as práticas clientelistas e do favor, dificultando a constituição da esfera pública.

O clientelismo e o favor são instrumentos importantes no sentido da domesticação das classes subalternas em um sistema assentado em características personalistas dos detentores do poder em que seu funcionamento ocorre mediatizado por relações de interesses pessoais, concessões e em troca de apoios.

É notória, na vida social brasileira, a incapacidade das elites dominantes - devido às relações sociais políticas arcaicas de dominação - de demarcar a distinção entre o público e o privado, bem como efetuar relações de responsabilidade e compromissadas com as instituições representativas dos sujeitos coletivos. (Ibidem:154)

Essas práticas são contrárias à noção do interesse público já que a este interesse vincula-se o tratamento igualitário, sem distinções de privilégios, regalias e lealdades pessoais. Os depoimentos das assistentes sociais reforçam essas relações que prejudicam, em condições de disputa igualitária, a inserção no mercado de trabalho.

No que se refere ao nascimento/faixa etária, a maior concentração está na faixa de profissionais com idades que variam entre 53 a 59 anos, com 19,3%, seguidos pelos de 44 a 48 anos, com 15,3% (Tabela 7).

Tabela 7: Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - Período de nascimento/faixa etária

Período	Faixa etária	Nº	%
1930 a 1935	69 a 74	01	0,1
1936 a 1940	64 a 68	01	0,1
1941 a 1945	59 a 63	19	2,0
1946 a 1950	54 a 58	129	13,3
1951 a 1955	49 a 53	188	19,3
1956 a 1960	44 a 48	148	15,3
1961 a 1965	39 a 43	110	11,4
1966 a 1970	34 a 38	112	11,5
1971 a 1975	29 a 33	137	14,2
1976 a 1980	24 a 28	114	11,8
1981 a 1984	20 a 23	09	1,0
Totais		968	100

Fonte: CRESS 9ª Região/SP, dez.2004.

A recorrência ao cancelamento indica que apenas 1,5% o vivenciou mais intensamente, tendo realizado esse procedimento por três vezes, seguidos de 9% dos que o efetivaram por duas vezes. Em sua maioria, o efetuaram apenas uma vez, com 89,5%, conforme Tabela 8.

Tabela 8: Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - número de cancelamentos efetuados

Cancelamento	Nº	%
Uma vez	866	89,5
Duas vezes	88	9,0
Três vezes	14	1,5
Totais	968	100

Fonte: CRESS - 9ª Região/SP, dez/2004.

Quanto aos motivos para o cancelamento, os dados constantes na Tabela 9 indicam que 55,1% dos assistentes sociais o efetuaram por não estar exercendo a profissão. Cabe lembrar que o assistente social apresenta a carteira profissional de trabalho, o que nos leva a refletir se, realmente, diante das alterações contratuais no cenário contemporâneo, esse dado pode ser confiável. Sem alusão à honestidade ou juízos de valor, às vezes, por dificuldades econômicas, pode se ocultar dados no sentido de não arcar com o valor da anuidade.

Com 28,8%, encontram-se os cancelamentos efetuados pelo CRESS, através de ex-ofício, pela não apresentação do diploma, dados que reforçam nossas análises quanto a tratar-se de assistentes sociais recém-formados.

Tabela 9: Assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados - motivos para o cancelamento

Motivos	nº	%
Saúde/Invalidez	05	0,6
Mudança de residência (Estado ou País)	11	1,1
Suspensão por alteração de contrato de trabalho	01	0,1
Aposentadoria	120	12,4
Cancelamento ex-ofício	279	28,8
Informou desemprego	08	0,8
Nunca exerceu a profissão	11	1,1
Não exerce a profissão	533	55,1
Totais	968	100

Fonte: CRESS - 9ª Região/SP, dez/2004.

Como podemos verificar, a predominância dos motivos para o cancelamento encontra-se naqueles que informaram não exercer a profissão ou desemprego, com

55,9%, o que nos induz à reflexão sobre as dificuldades de inserção nesse mercado de trabalho ou a inserção de maneira precarizada.

Com 28,8%, encontram-se os cancelamentos ex-offício, dados que apontam que são assistentes sociais formados nos últimos anos, apresentando diversas situações. A que predomina, é a não apresentação do diploma, por motivos variados, como a desistência da profissão, o exercício sem exigência de comprovação da formação na área e dificuldades econômicas nas Faculdades com pagamentos pendentes. Alguns depoimentos enfatizam as dificuldades em acertar os débitos na Faculdade, com isso, há problemas na liberação do diploma e na regularização da situação perante o CRESS.

“estou em débito ainda na Faculdade porque fiquei desempregada três anos.”

“decepcionada, muito mais por não conseguir permanecer na empresa por falta de documentação (diploma) que fica retido na Instituição e nem sequer eles chegam num valor próximo ao que eu poderia pagar.”

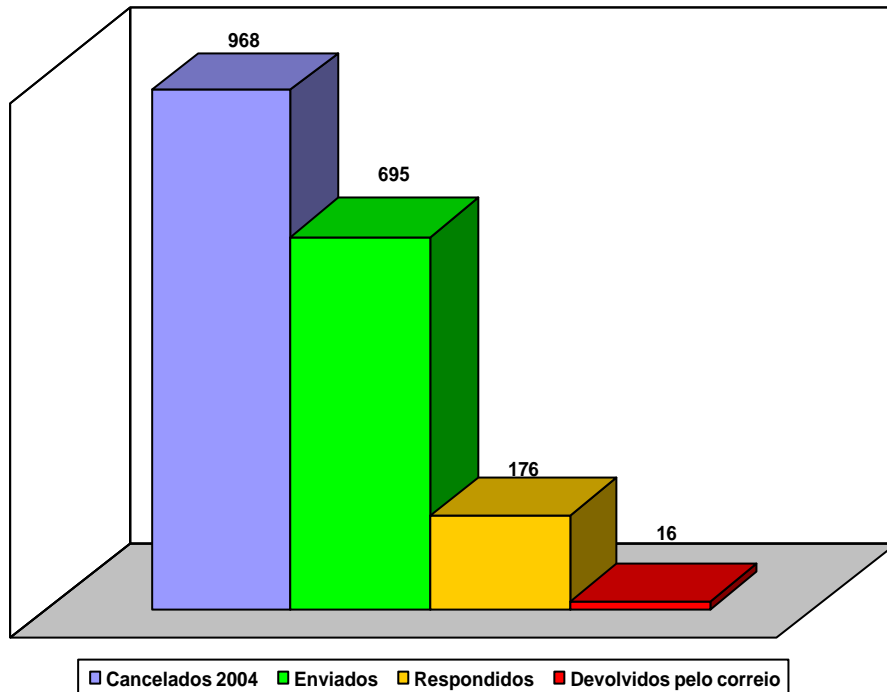
Ainda, de maneira relevante, constam os que efetuaram o cancelamento motivado pela aposentadoria, com 12,4%.

1.2 Assistentes sociais que responderam ao questionário em uma abordagem qualitativa

No sentido de qualificar e dar maior densidade aos dados e análises, mantivemos contato com os assistentes sociais que finalizaram o ano de 2004 com seus registros cancelados no CRESS, através de um questionário (ANEXO 4) com perguntas abertas e fechadas.

Inicialmente, nosso objetivo era o envio do questionário aos 968 assistentes sociais naquela condição, porém, o Setor de Cadastro do Conselho efetuara uma reconfiguração de seus dados e só foi possível a liberação de 695 endereços, ou seja, 72%. O índice de respostas pode ser visualizado no Gráfico 1 ocorrendo na ordem de 192, ou seja, 27,6%; sendo, os válidos (176), 25,3%.

Gráfico 1- Relação questionários enviados x recebidos



No que se refere ao gênero, em consonância com os dados gerais relativos à profissão Serviço Social, 99,4% corresponde ao sexo feminino; quanto à residência, em 2006, o interior prevalece com 49,4%, seguido da capital com 28,9%, conforme Gráfico 2 (distribuição por gênero) e Gráfico 3 (residência em 2006).

Gráfico 2: Distribuição por gênero

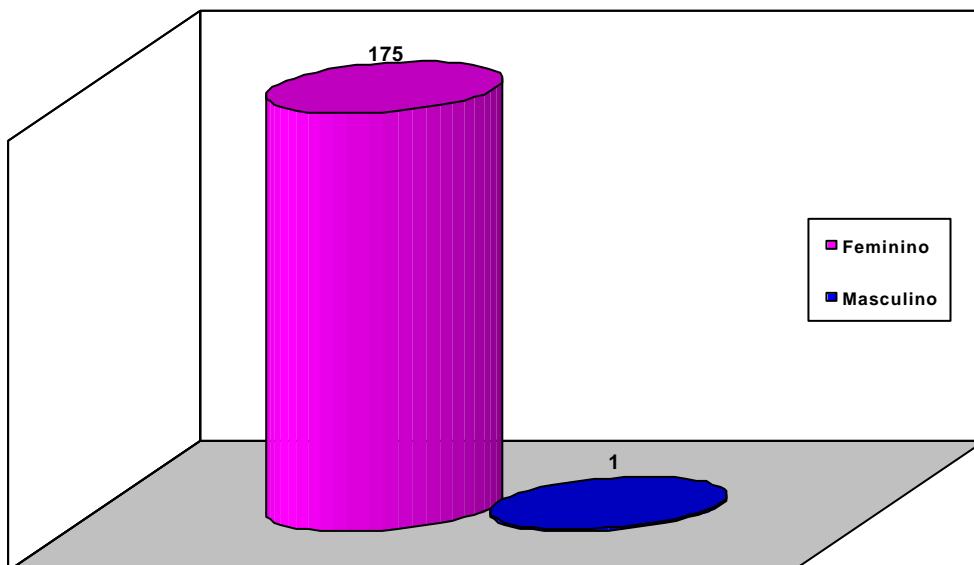
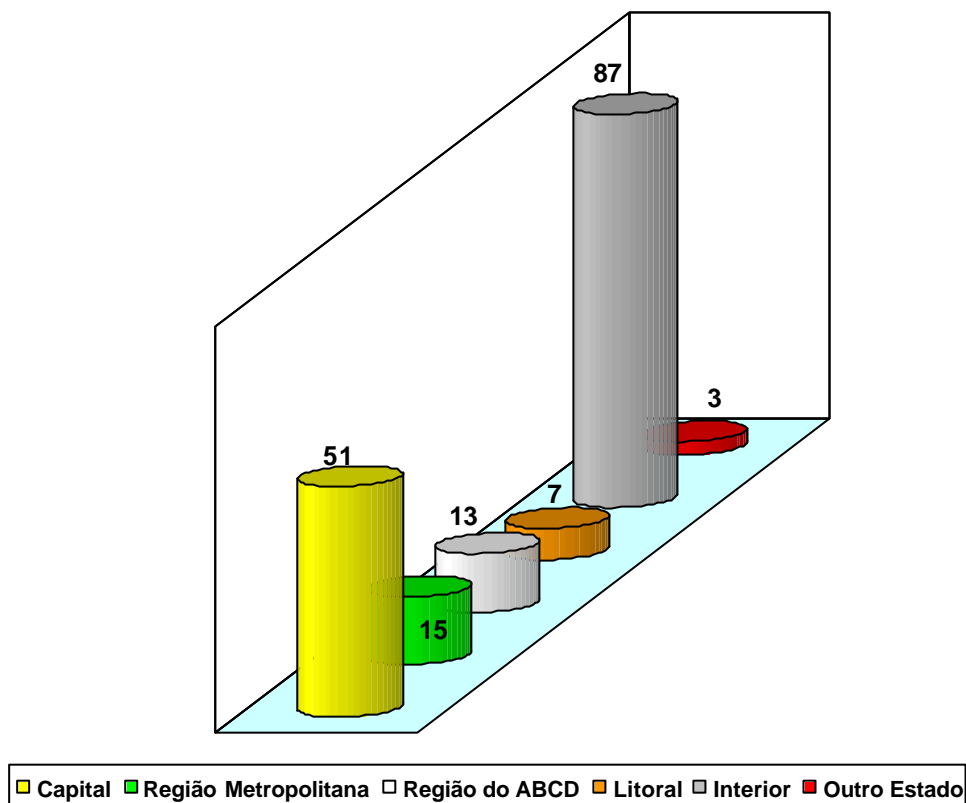


Gráfico 3 – Residência em 2006



As faixas etárias predominantes (Gráfico 4) encontram-se entre 48 a 62 anos, com 45,5%, dado que pode ser cruzado com o referente ao ano da graduação em Serviço Social (Gráfico 5), das faixas predominantes, entre os anos 1965-1985, com 54% dos que responderam ao questionário, ou seja, formadas há mais de 20 anos na área, apresentando em sua maioria, como motivo para o cancelamento, a aposentadoria.

Gráfico 4 – Faixa etária

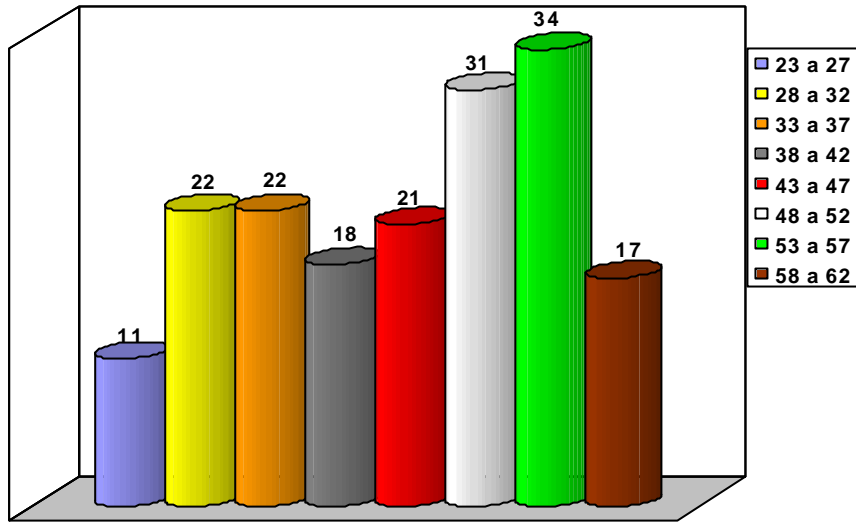
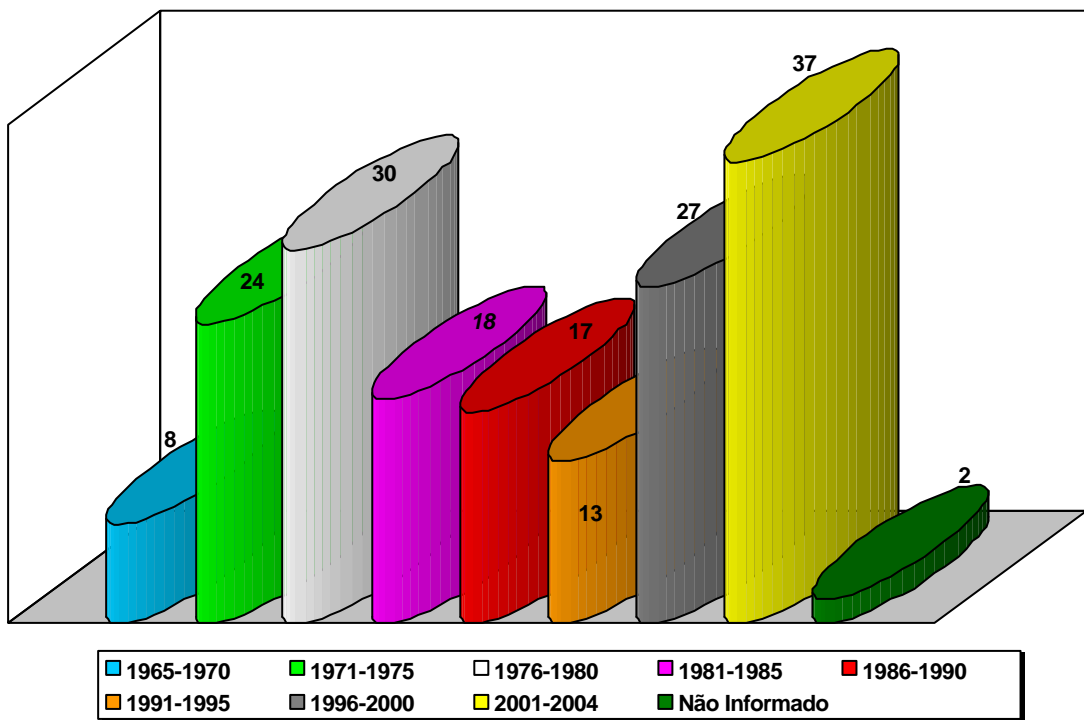
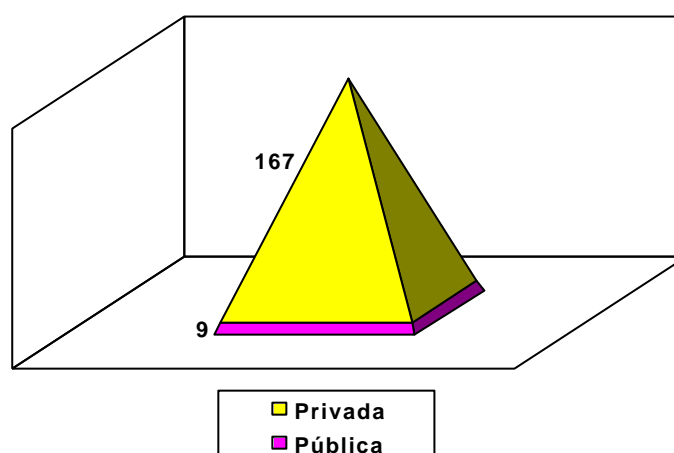


Gráfico 5 – Período de formação



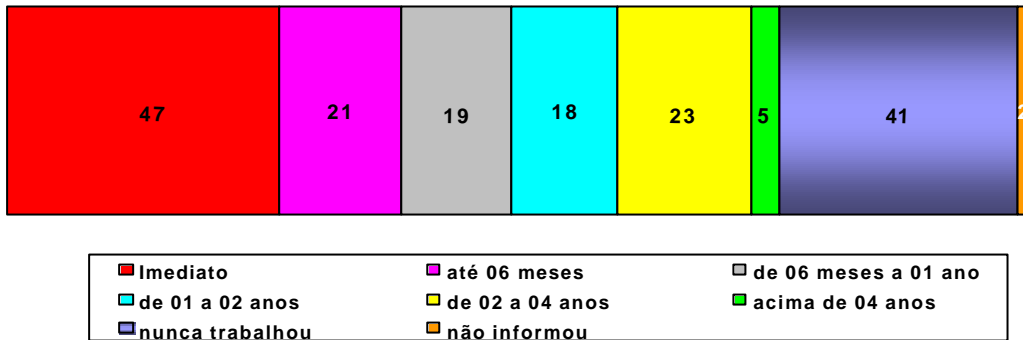
No que se refere ao tipo de Faculdade em que ocorreu a graduação, segue a tendência nacional da formação na rede privada (Gráfico 6), com 94,9%.

Gráfico 6 – Tipo de Faculdade da Graduação em Serviço Social



Quanto ao tempo para inserção no mercado de trabalho profissional (Gráfico 7), predominam os que iniciaram imediatamente, com 26,7%, precedidos dos que nunca trabalharam na área, com 23,3%. É importante destacar aqueles que demoraram entre dois a quatro anos para essa inserção, com 13% dos que responderam ao questionário.

Gráfico 7 – Tempo para inserção no mercado de trabalho profissional



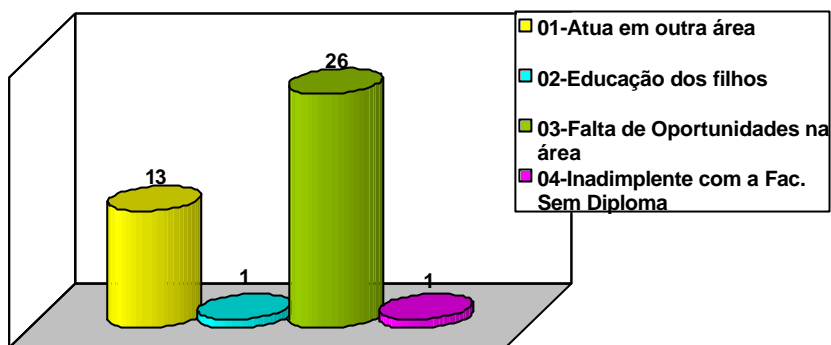
No que se refere aos que nunca trabalharam como assistentes sociais (Gráfico 8), os motivos estão ligados à falta de oportunidades, com 64,2%, e atuação em outras áreas, com 31%; em sua maioria, atuavam em outras áreas e por dificuldades de inserção, ou mesmo por vínculos empregatícios e condições salariais nessas áreas, lá permaneceram, apesar do sentimento de frustração, como ilustram os depoimentos:

“fiz um investimento onde depusitei todas as minhas expectativas mas diante do mercado de trabalho fui obrigada a atuar em outra área.”

“as oportunidades que apareceram não interessavam pois como funcionária pública há 16 anos é preciso muita certeza e também um salário que compense a troca pois minha família depende muito dele.”

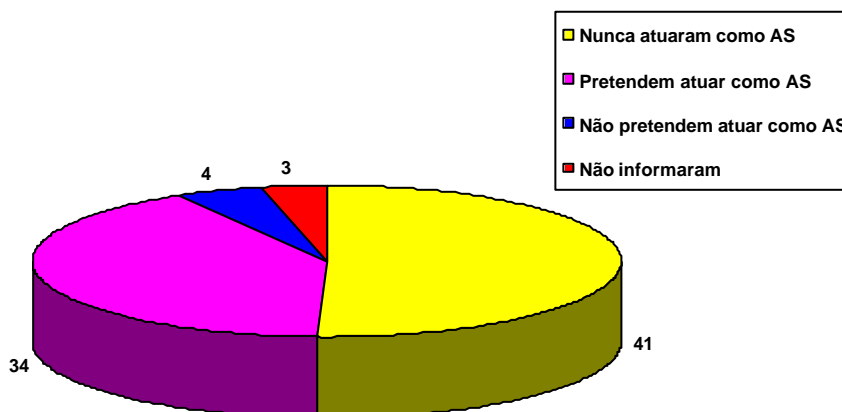
“frustração por não poder permanecer no cargo ou prestando serviço no mesmo local pois sou funcionária pública Estadual e este não permite tal feito”

Gráfico 8 – Motivos pelos quais nunca trabalhou como assistente social



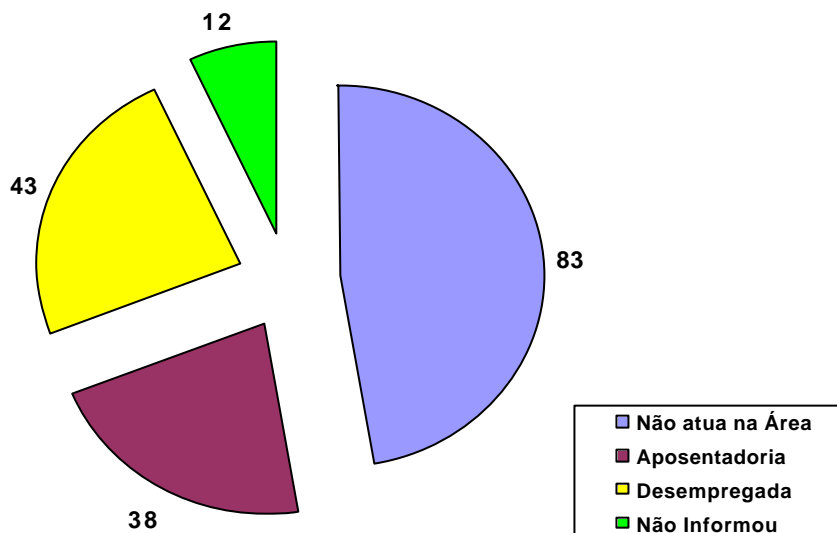
Apesar de nunca ter atuado na área, é grande a expectativa na inserção ao mercado de trabalho.

Gráfico 9 – Nunca atuaram na área x expectativas



Quanto aos motivos para o cancelamento de seus registros, temos a seguinte configuração dentre os que responderam ao questionário.

Gráfico 10 – Motivos para o cancelamento do registro profissional



Muitos dos que não atuam na área, demonstraram decepções quanto às condições salariais que os desmotivam para o exercício profissional. A inserção em outras áreas é motivada tanto por questões financeiras, em que se sentem melhor valorizados ou advindas das dificuldades de inserção na área do Serviço Social.

“quando aparece alguma oportunidade, a remuneração chega a ser, na maioria das vezes, um chiste. Como vendedora de papel, função que exige, no mínimo ensino médio, consigo ganhar quase três vezes mais que o salário oferecido no mercado para Assistente Social.”

“nunca imaginei ser tão difícil reingressar no mercado de trabalho nessa área. Quando aparece algo o salário é tão irrisório que descaracteriza o valor e interesse do profissional.”

“após quatro anos de dificuldades para terminar a Faculdade você percebe que, financeiramente falando, não foi compensatório. Enquanto que, pessoalmente a Faculdade é uma escola para sua vida, financeiramente a categoria não é valorizada.”

“não tinha perspectiva de atuar na área. Um dos motivos seria o meu atual trabalho, o outro, a precariedade no mercado de trabalho para assistente social, bem como baixos salários.”

“pretendo atuar como assistente social se conseguir um trabalho digno e salário compatível com a nossa função.”

“meu desligamento foi por falta de piso salarial. Hoje, as assistentes sociais são marginalizadas. As empresas pagam o que querem, contratam profissionais despreparados e não há plano de carreira. A relação pobreza e Serviço Social está lado a lado, fiquei e fico decepcionadíssima com tal situação. Espero que isto possa mudar um dia!”

“montei meu próprio negócio o que me dá um retorno financeiro muito melhor do que como assistente social.(...) Tenho vontade de retornar ao mercado de trabalho (mas) preciso de uma proposta razoável porque tenho medo de abandonar meu negócio que hoje sustenta a mim e minha família.”

A questão relativa ao tipo de Instituição vinculado antes da efetivação do cancelamento (Gráfico 11), confirma estudos anteriores no meio profissional como a vinculação profissional majoritariamente ligada à área pública precedida pela privada. Quanto ao vínculo formal de trabalho (Gráfico 12), o com carteira assinada predomina, com 33,5%.

Gráfico 11 – Tipo de Instituição em que trabalhava antes do cancelamento

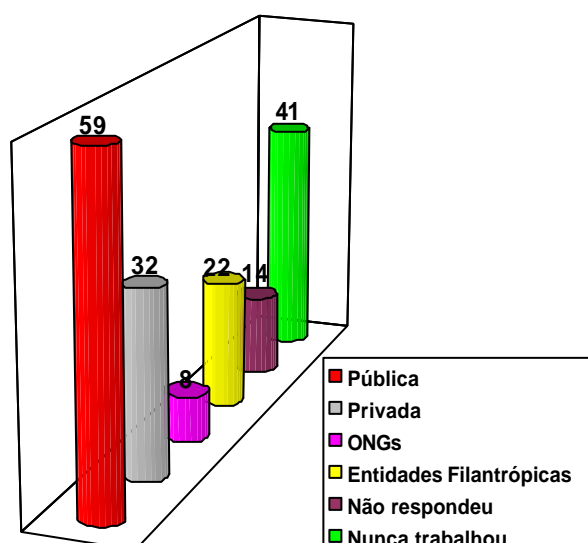
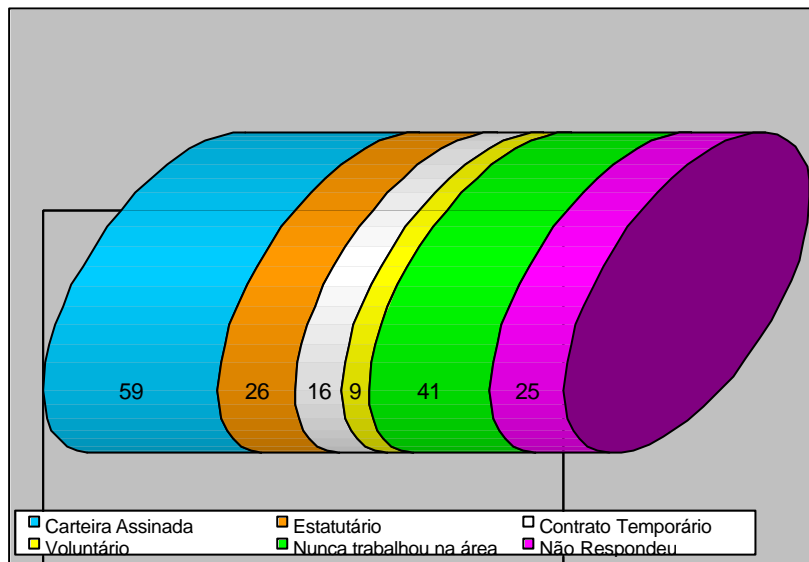
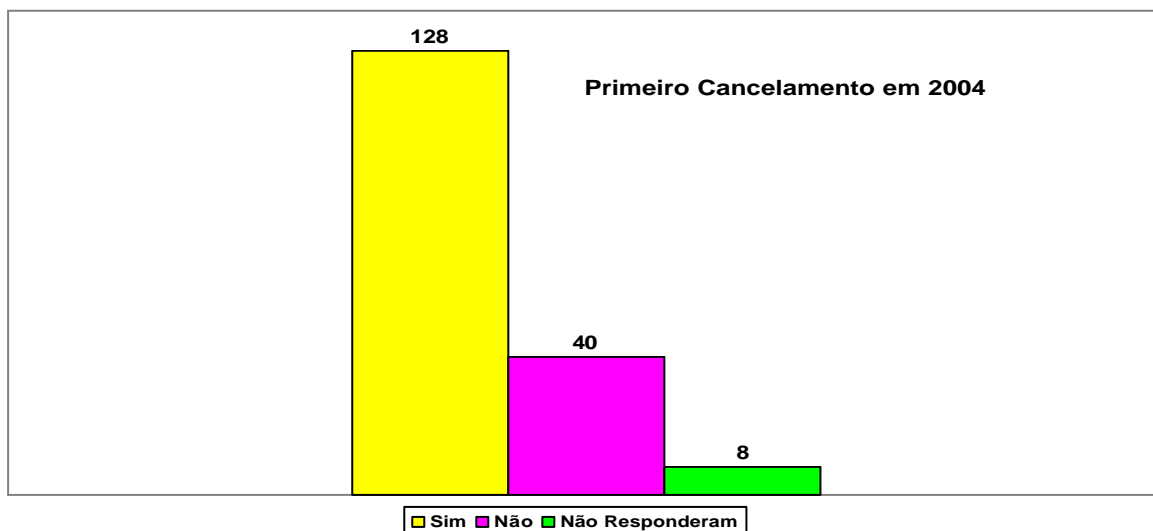


Gráfico 12 – Vínculo de trabalho antes do cancelamento



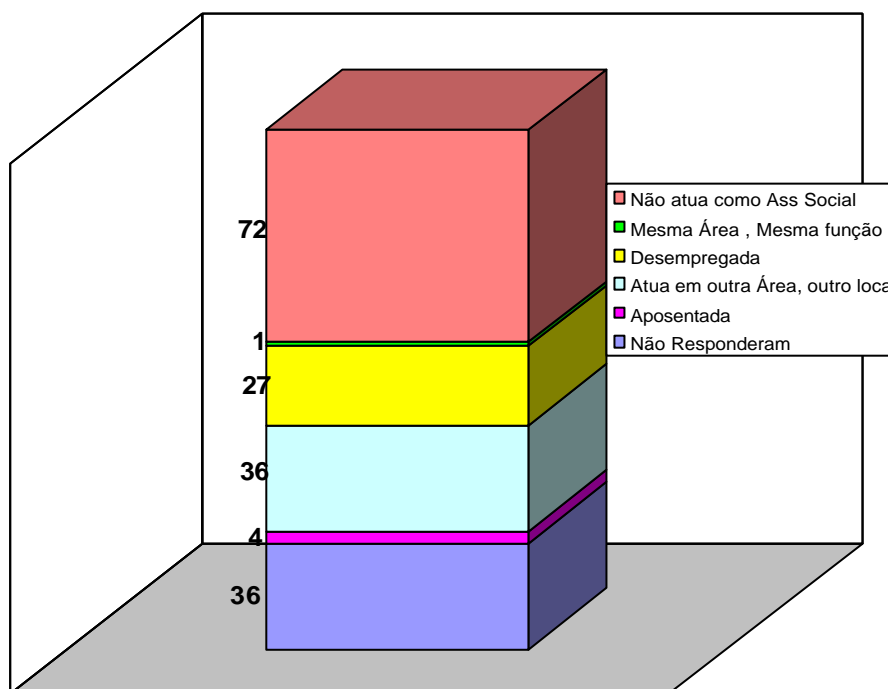
No que se refere ao cancelamento do registro (Gráfico 13), 72,7% informaram ter efetuado tal procedimento apenas uma vez, seguidos de 22,7% que o efetuaram duas ou mais vezes.

Gráfico 13 – Nº de vezes em que efetuou o cancelamento



Em relação às condições de trabalho atual (Gráfico 14), 41% informaram não atuar como assistentes sociais, porém, no conjunto das respostas, percebemos contradições, pois, algumas assistentes sociais informaram não atuar como tal e estão em outras áreas; em outros casos, informaram ter solicitado aposentadoria mas atuam como voluntárias, não concebendo a ação como trabalho profissional, como veremos posteriormente. Essa situação possibilitou perceber que esta questão, da maneira como foi formulada pela pesquisadora, trouxe dúvidas que dificultaram a análise dos dados apresentados. Mesmo com essas considerações, apresentamos o Gráfico 15 que expressa o conjunto das respostas obtidas.

Gráfico 14 – Condições de trabalho em 2006

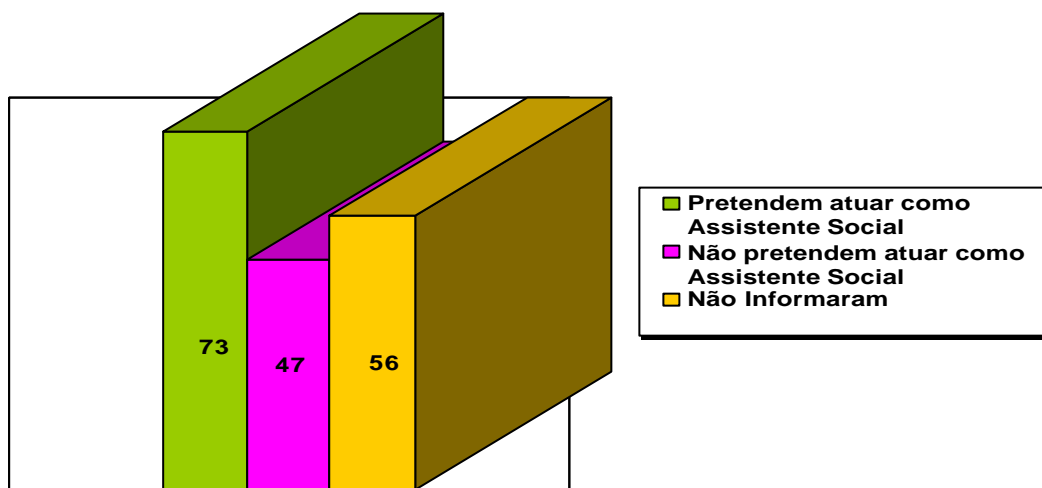


Apesar das dificuldades de inserção, persiste o desejo e a esperança da efetiva inserção no mercado de trabalho, com 41,5% dos assistentes sociais que responderam ao questionário, conforme depoimentos e Gráfico 15, que se seguem:

“se cancelei foi por não atuar, mas pensei bem e ainda estou em busca do meu espaço. Não desisti!”

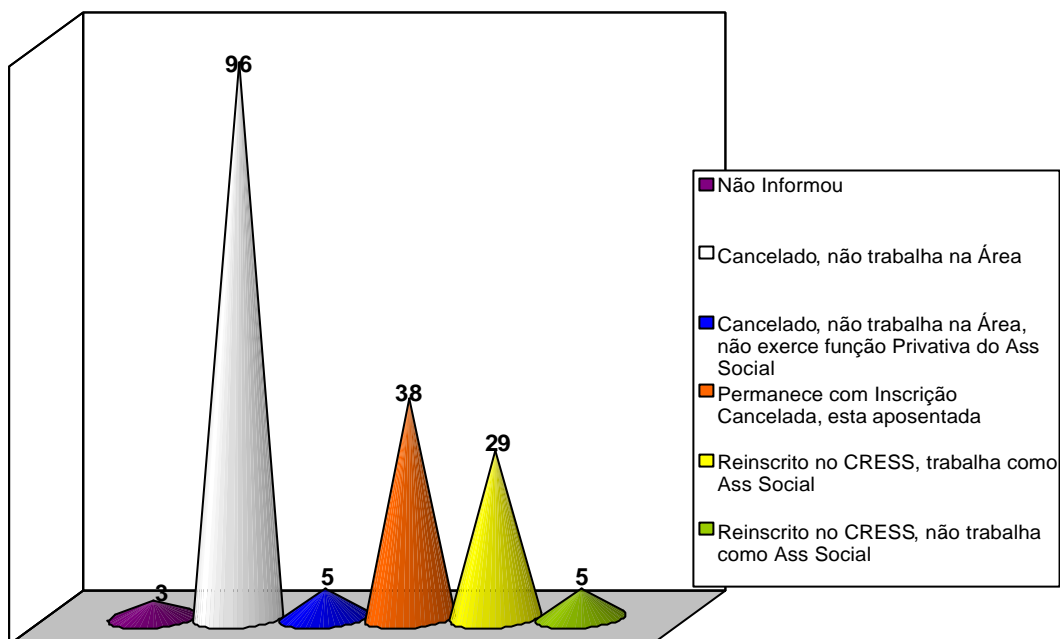
“me senti muito triste ao deixar a profissão escolhida. Mas ainda não desisti de voltar a exercê-la!”

Gráfico 15 – Expectativas/desejos em atuar como assistente social



No que se refere à situação em relação ao CRESS (Gráfico 16) há 57,4% que permanecem com os registros cancelados, seguidos por 21,6% que se encontram na condição de aposentados.

Gráfico 16 – Situação no CRESS em 2006



O Gráfico 16 aponta, ainda, outro dado importante, relacionado a 19,3% de assistentes sociais que se reincreveram, indicando a mobilidade da qual tratamos neste item, sendo que, desses, 16,5% retornaram ao mercado de trabalho profissional.

O sentimento relativo à reinscrição pode ser percebido no depoimento a seguir:

“da primeira vez (refere-se ao cancelamento) achei justo, já que não estava atuando. Não tive problemas. Na segunda vez era como se estivesse encerrando uma etapa em minha vida, não só profissional. Quando da reinscrição em 2005 foi com alegria que voltei. Não imaginava que isso ocorreria. Senti-me atuando, viva novamente e sei que nunca deixarei de ser assistente social.”

2. SENTIMENTOS E ESTRATÉGIAS NOS PROCESSOS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL

2.1 “Desânimo” e “esperanças”: faces de uma mesma moeda

“quando efetuei o cancelamento era como se tivesse jogado meu diploma no lixo”

“senti como se tivesse jogado quatro anos de minha vida fora, a busca do lado pessoal e profissional não foi encontrado na profissão; a desilusão bateu, cheguei a acreditar que eu era incompetente.”

“me senti fechando a porta de entrada dos meus sonhos, minhas expectativas.”

“hoje escrevo estas poucas palavras com lágrimas nos olhos, o meu sonho é atuar como assistente social, mas infelizmente o mercado de trabalho é muito restrito.”

Ao serem questionados quanto ao sentimento com o ato de solicitar o cancelamento de seus registros, a maioria das respostas dos assistentes sociais caminha no sentido de sentimentos extremamente negativos, tais como:

. tristezas, angústias, frustrações, desânimos, desconfortos, impotência diante da realidade, derrota pessoal, “coração dividido”, apreensão e resistência na decisão em efetuar o cancelamento, constrangimentos devido a não ter condições financeiras para manter-se com a inscrição ativa, inutilidade, inferioridade, infelicidade, fracasso e decepção por não conseguir trabalho na área, sem esperanças, revolta diante do desemprego ou mesmo das dificuldades de inserção no mercado profissional.

“é difícil para você optar por cancelar o registro da profissão em que trabalhou para conquistá-la.”

“a sensação é de derrota e para evitar as dúvidas, utiliza-se (e ainda bem que existe!) esse mecanismo de cancelamento – suspensão do registro, mas confesso que não é um procedimento agradável.”

O sofrimento surge com a sensação de inutilidade e derrota pessoal, com isso, personalizando e responsabilizando-se pela não inserção no mercado de trabalho, reconhecendo-se como incompetente. A força com que esses sentimentos se apresentam impede a compreensão da estrutura social como propulsora de

mecanismos que reforçam os processos de inclusão x exclusão, sendo o trabalho um desses elementos.

Castel (1998) enfatiza que o trabalho é um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, ocorrendo uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade. A ausência de participação em qualquer atividade produtiva induz à exclusão e a processos de vulnerabilidade social, marcados pela precariedade do trabalho.

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho fazem com que a não inserção seja internalizada como incapacidade pessoal de colocar-se nesse mercado sem outras correlações macrossociais que dificultam a viabilização desse desejo/necessidade.

Esse contexto propicia o reforço de aspectos negativos materializados em arrependimentos pela escolha da área de formação profissional, comparando-a, de maneira inferiorizada, a outras consideradas melhor remuneradas e reconhecidas, como podemos verificar a seguir:

“frustrada profissionalmente... arrependida da escolha da Graduação.”

“me senti como se não tivesse feito algo certo, produtivo. Ou seja, hoje jamais faria esta Faculdade! Me arrependo, sempre oriento as pessoas para pensarem melhor. Acredito que até Pedagogia tenha mais campo, é mais reconhecida e remunerada!”

“aí vem aqueles questionamentos da escolha do curso. Paguei quatro de Faculdade para quê? Há o questionamento sobre a atuação de determinados profissionais, da ausência de identidade, do assistencialismo.”

“me senti um tanto decepcionada pois passamos quatro anos sentada num banco de Faculdade, almejamos sair, conseguir algo na área e ressarcir tudo o que foi gasto neste período.”

Esse processo propicia intenso sofrimento e, conforme Dejours (1992:133), emerge em condições nas quais ocorre um choque entre desejos pessoais x realidade excludente ou dificultadora da realização desses desejos.

em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Este sofrimento de natureza mental começa (...) quando a relação homem-trabalho é bloqueada.

A superação do sofrimento só é possível quando se consegue estabelecer outras correlações que possibilitam justificar as dificuldades não apenas pela

perspectiva individual com também inerentes à dinâmica social em determinado momento histórico.

Esse movimento pode ser verificado em algumas das respostas dos assistentes sociais que se reconhecem na condição de trabalhadores e, com isso, inseridos em relações sociais mais amplas que fogem aos seus desejos e intencionalidades mais imediatas.

Cabe ressaltar que, apesar desse movimento, percebido em algumas das respostas dos assistentes sociais, a não inserção no mercado de trabalho fragiliza a identidade desse trabalhador; identidade considerada como processo de identificação vinculada às múltiplas determinações que estruturam as relações sociais e são mantidas pela atividade dos homens, o que permite afirmar que o trabalho também é uma forma de identificar-se como inserido em processos mais amplos. Os depoimentos a seguir ilustram tais afirmativas.

(Sentiu-se) *“como mais um desempregado, ficando às vezes, às margens da sociedade pois sem emprego perde-se a identidade.”*

“me senti extremamente frustrada, foi a confirmação que embora tenhamos que buscar a efetivação das políticas públicas, organização dos movimentos populares entre outros, tornei-me membro da parcela dos excluídos de um exército de reserva, totalmente indignada com a política de nossos governantes e inconformada com as questões que envolve a classe subalterna da sociedade, cada vez mais excluída de uma verdadeira condição de cidadãos.”

A consciência de tornar-se *membro da parcela dos excluídos* e a indignação *com a política de nossos governantes* incita algumas reflexões: inicialmente sobre o conceito de exclusão social e, posteriormente, sobre o papel esperado do Estado.

Dupas (1999:22) efetua um primoroso estudo acerca da exclusão social e, no conjunto de sua obra, aponta a diversidade de conceitos com que o termo vem sendo empregado que pode “significar estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam”. Quanto ao papel do Estado, “o sentimento de desamparo é reforçado pelo fato do Estado – desde o pós-guerra identificado como guardião das garantias sociais – estar passando por forte reestruturação e rediscutindo essa função” (Ibidem:208).

As reflexões contidas no depoimento anterior pontuam a pertinência de tais análises pois, ao sentir-se excluída, a assistente social enfatiza a não condição de

cidadã e, de maneira indignada, questiona a (no caso, falta de uma) *política dos nossos governantes*.

Em um contexto de ambigüidades, com sentimentos diversos, que assomam no ato do cancelamento, outro contingente de assistentes sociais vivencia esse momento de maneira tranqüila, fruto da opção pela não vinculação à área ou mesmo desistência do campo de trabalho profissional, como podemos verificar:

“por não estar trabalhando na área foi o melhor a ser feito.”

“muito bem, uma vez que não havia interesse pela profissão.”

“bem, pois desisti de atuar na área. Me senti tranqüila!”

Perceber o ato do cancelamento de seu registro de maneira positiva pode significar que o assistente social encontra-se vinculado a outras áreas de interesse profissional ou vivenciando o período da aposentadoria, situações menos traumáticas em relação àqueles que buscam a inserção no mercado de trabalho profissional.

De outro lado, os que vivenciam dificuldades de inserção no mercado de trabalho tomam consciência da importância do aprimoramento ou mesmo da realização de outros cursos que os tornem mais competitivos na luta pela inserção no mercado de trabalho.

2.2 A importância da capacitação continuada e a migração para outras áreas profissionais

“acredito que o fato de não ter feito especialização ou pós-graduação me enfraqueceu profissionalmente.”

A discussão da capacitação continuada transmuta-se na década de 1990, no Brasil, vinculada ao conceito de empregabilidade compreendida como um conjunto de atitudes e habilidades individuais que possibilitam ao trabalhador “tornar-se empregável”. O desemprego justificar-se-ia pela não capacidade desse trabalhador em se adequar aos novos padrões nos processos de trabalho. O que está implícito nesse discurso é a responsabilização do trabalhador pela não inserção no mercado de trabalho.

Em muitos discursos, o aprimoramento e a busca de novos conhecimentos caminham nessa direção, com a qual não concordamos, por acreditar que mediatiza as relações de trabalho em uma visão meramente mercantilista, além da responsabilização individual do trabalhador ficar descontextualizada de outras mediações necessárias nas relações capital-trabalho.

É importante enfatizar que consideramos fundamental a capacitação continuada que qualifica o trabalho profissional, porém é importante a clareza do uso de conceitos tão importantes que são transmutados de acordo com interesses contraditórios presentes na esfera do trabalho.

No conjunto de respostas dos assistentes sociais, a capacitação continuada é reconhecida como importante e inerente aos processos facilitadores para o ingresso no mercado de trabalho. O depoimento inicial deste item reflete o reconhecimento de fragilidades na inserção ao mercado pela não continuidade dos estudos, afirmativa presente em outros depoimentos.

“me sinto até em desvantagem por não conseguir realizar um curso de especialização. E as chances de se ingressar ao mercado de trabalho são cada vez mais difíceis sem cursos de especialização.”

“a realidade nos coloca da importância de se continuar o estudo pois só a Graduação não é suficiente para se estar bem preparado para o mercado de trabalho. É preciso se especializar e estar atualizada, capacitada sempre.”

O compromisso com essa atualização e capacitação permanente é fundamental na afirmação de um perfil profissional propositivo, com algumas características importantes, como:

culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. (IAMAMOTO, 1999:144)

Esse perfil é solicitado a todos os assistentes sociais, independentemente da vinculação ao mercado de trabalho. Aos que já estão inseridos no mercado, o investimento na formação continuada é fundamental no sentido da construção e efetivação de suas propostas de trabalho. Quanto àqueles que ainda não se encontram inseridos, possibilita ampliar as condições de inserção na medida em que se tornam mais preparados para processos seletivos, concursos ou mesmo outras

áreas de intervenção, no caso dos mestrados e doutorados que abrem o campo para a docência em Serviço Social.

Apesar do reconhecimento da importância da capacitação permanente, este processo é dificultado pela vulnerabilidade advinda da não inserção no mercado de trabalho, com dificuldades econômicas que, muitas vezes, inviabilizam essa intencionalidade.

“o problema é que tudo está envolvido em custos. Às vezes, não damos conta de arcar, diferentemente de alguns colegas que se acomodaram.”

“não tenho condições financeiras para fazer cursos de especialização. O valor da bolsa que pagam para os cursos de aperfeiçoamento é baixo para minhas despesas.”

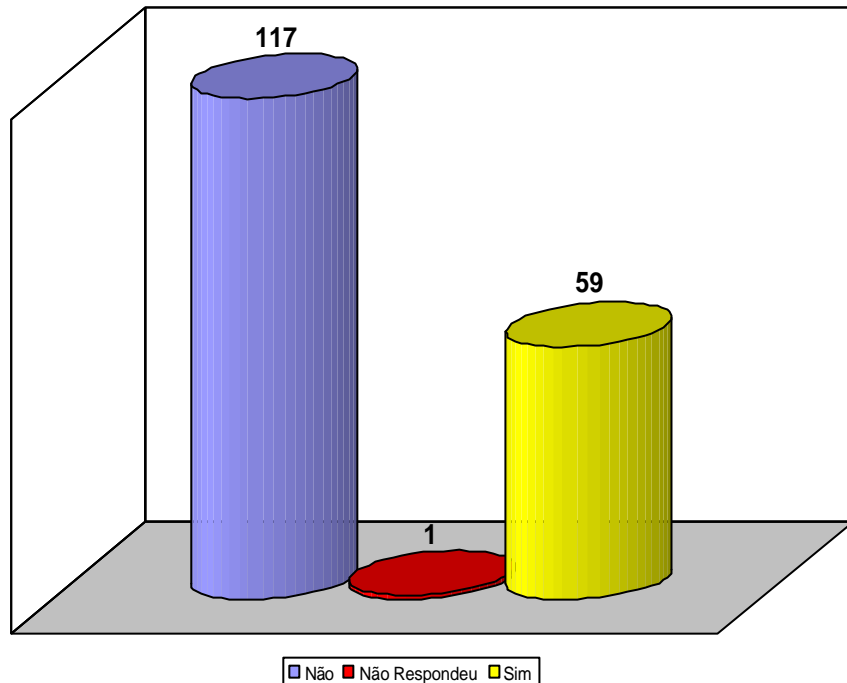
“desde então percebi que necessitava de mais cursos, relacionados a área para ter suporte de competitividade, porém nesses anos não foi possível pelos empregos que consegui (monitora de pré-escola, atendente em clínica médica, de academia de ginástica, lavanderia, faxineira e babá). Não tinha como me manter e ainda realizar cursos, ganhava até dois salários mínimos. O que consegui foi realizar cursos de atendimento ao público reconhecido pelo SEBRAE e computação.”

“particpei de palestras, workshops, seminários e encontros não só na minha área como em áreas afins e muitas vezes tive custos que às vezes eram difíceis de arcar justamente por não estar trabalhando.”

“a minha esperança é ter recursos financeiros para fazer o meu “Mestrado” para assim retornar a área atuando na área de ensino.”

Mesmo em condições adversas, como as relatadas, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho profissional incitam parcela dos profissionais a buscar maior capacitação. Em relação à realização de outros cursos de nível superior (Gráfico 17), 33,5% dos assistentes sociais que responderam ao questionário informaram ter feito outros cursos tanto na área de Serviço Social como em outras que acreditam ter maior capacidade empregatícia e remuneração.

Gráfico 17 – Realização de outro curso de nível superior

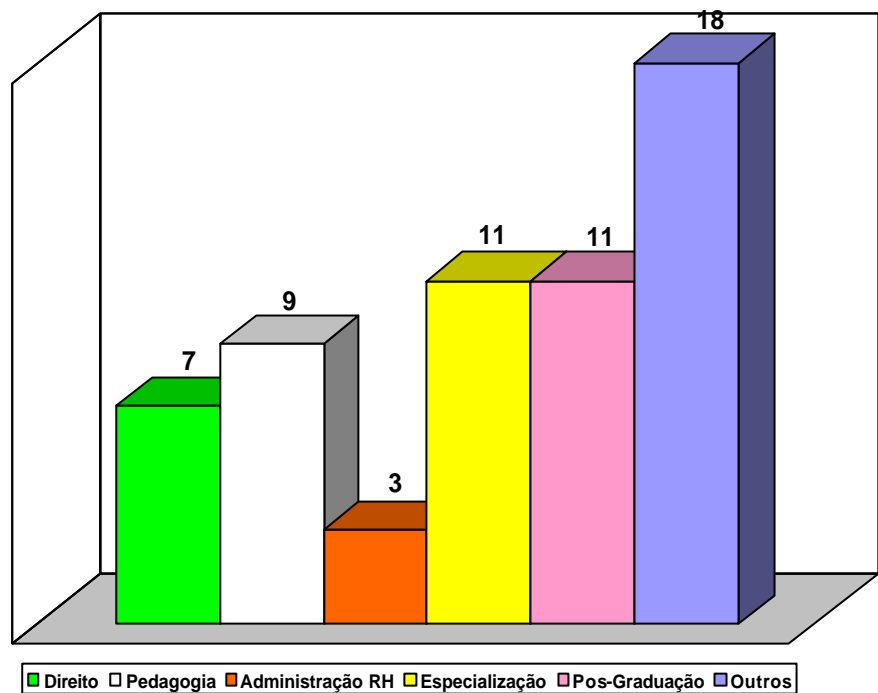


Entre os que informaram ter freqüentado outro curso de nível superior (Gráfico 18), predomina com 30,5%, a diversidade de áreas: Ciências Sociais, Administração de Empresas, Psicologia, Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, seguidos de cursos para especialização na área (18,7%) e realização da pós-graduação (18,7%), que tanto pode ser na área de Serviço Social como em outras, tais como na de Recursos Humanos, como enfatiza uma assistente social:

“estou terminando o curso de Pós-graduação em outra área, pois pretendo tentar oportunidades na área de Recursos Humanos.”

A migração para outras áreas também pode ser percebida para áreas como a Pedagogia e Direito, o que faz com que, posteriormente, o assistente social efetue o cancelamento e busque oportunidades de inserção no mercado de trabalho naquela área.

Gráfico 18 – Realização de outros cursos de nível superior/áreas



A atuação em outras áreas, ainda que de maneira temporária, também é um dos motivos pelos quais os assistentes sociais recorrem ao recurso do cancelamento e mesmo não atuando nas funções privativas do assistente social, as preocupações e compromisso com a profissão estão presentes, como podemos perceber no depoimento de uma das assistentes sociais que se encontra na função de conselheira tutelar em um município do Estado de São Paulo:

“faz apenas sete meses que sou Conselheira pois era suplente e como este cargo é temporário e as novas eleições já estão previstas aqui na cidade de (xxxx) vou tentar minha recondução por mais três anos, caso seja reconduzida, vou retornar minha inscrição para poder pegar estagiárias e contribuir para a formação de novas assistentes sociais.”

3. O CARÁTER CONTRADITÓRIO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO: SOLUÇÃO PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO?

O trabalho voluntário é secular e caracterizado pela efetivação de atividades realizadas por pessoas ou grupos que se reúnem no sentido de prestar serviços sociais ou ajudar pessoas em dificuldades. Carrega em si, valores agregadores de uma cidadania ativa e participativa por aqueles que o efetuam. São pessoas que não recebem remuneração pelo que fazem e nem são protegidas em termos de obrigações trabalhistas ou previdenciárias. Algumas recebem apenas o reembolso pelos gastos no exercício de suas atividades.

o voluntário é, na concepção que prevalece nos dias de hoje, o cidadão que, motivado pelos valores da solidariedade e da participação social, doa seu tempo, seu trabalho e seus talentos, de modo espontâneo e não remunerado, para causas de interesse comunitário, humanitário e social. A construção da cidadania apresenta-se como parte das motivações para que os cidadãos assumam responsabilidades sociais na vida em sociedade. (YAZBEK,2002:8)

Como perspectiva crítica desta ação, temos a necessária recorrência de que tais atividades, fortemente incentivadas nos últimos anos, carregam em si, a desresponsabilização do Estado no encaminhamento de suas funções na área social, contribuindo “para despolitizar e refilantropizar a abordagem da questão social”. (YAZBEK, ibidem:7)

As polêmicas que o tema comporta se apresentam na maneira contraditória com que os assistentes sociais responderam ao questionário. Em uma direção, o trabalho voluntário apresenta-se como uma possibilidade de “mostrar capacidade de trabalho” com o desejo de posterior contratação, o que nem sempre ocorre. Noutra direção, motivados pelos valores de solidariedade e de participação social doam seu tempo e seu trabalho para causas em que acreditam. Enfatizam a realização deste trabalho de uma maneira mais informal uma vez que não exige outras obrigações das quais, caso estivessem formalmente contratadas teriam; em outra direção, tem-se aqueles que percebem a precarização do trabalho presentes nestas relações e são contrários a esta forma de trabalho.

O trabalho voluntário vem se expandido e conforme ANTUNES (2005:79), como desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de se

serviços num quadro de desemprego estrutural movido por valores não-mercantis. O 3º Setor vem incorporando os trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho e estes passam a desenvolver atividades não-lucrativas e não-mercantis. O traço positivo refere-se à capacidade de reintegração além do sentimento de inclusão ao retornar para a realização de “atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil”.

Percebemos em diversos depoimentos que, na maioria das vezes, este trabalho não é compreendido como um trabalho profissional. Como não há vínculos contratuais não se trata de um trabalho profissional e o profissional não “se sente” como um assistente social. Com esta compreensão muitos que se encontram cancelados podem estar atuando e exercendo as funções privativas do assistente social, conforme depoimentos:

“o cancelamento do meu registro não me causou nenhuma preocupação, porque acredito que o trabalho que realizo agora com registro ou sem registro é muito mais gratificante, me deixa livre para realizar trabalhos que considero importante sem ter que me submeter a cartões de ponto, regras e programas sociais prontos que você é obrigado a realizar mesmo não concordando com os principais objetivos destes programas. O trabalho de voluntariado é feito com muita responsabilidade por mim e quase 70 pessoas que elaboram um calendário anual de atividades e são cumpridas perante a responsabilidade que assumimos junto a ONG.”

“hoje faço parte da Pastoral da Família e com a experiência adquirida, procuro ajudar as famílias carentes de minha comunidade.”

“atualmente trabalho como voluntária na (xxxxxx), recebendo ajuda de custo apenas, mas feliz por estar contribuindo de alguma maneira para uma instituição séria e importante na Região (único Hospital local e das proximidades).”

“não mais atuei como assistente social, apenas voluntariamente, o que faço até hoje, sem no entanto precisar do CRESS.”

Apesar das referências da expansão do Terceiro Setor com possibilidades do trabalho na área, alguns assistentes sociais enfatizam dificuldades mesmo com este tipo de inserção.

“veja a dificuldade, até mesmo como voluntária! Algumas instituições preferem ficar sem assistente social. O mercado é bem restrito. Não se tem oportunidade.”

Na direção contrária, alguns assistentes sociais se posicionam firmemente contra o trabalho voluntário e as condições precárias em que este se efetiva em alguns tipos de Entidades do Terceiro Setor. Consideram esta forma de inserção

precária, sofrendo pressões que descaracterizam o trabalho profissional e enfatizam a importância da ação do CRESS enquanto órgão de fiscalização do exercício profissional.

“não sou idealista mas não concordo com trabalho voluntário, estou aguardando concursos.”

“a decepção é maior quando pergunto em vários lugares se precisam de assistente social e me dizem que só se for voluntária, pois existe uma “madame” que não cobra nada para trabalhar e faz seu trabalho sem ter exercido nenhuma Faculdade. Preciso trabalhar, façam alguma coisa!!!”

“a profissão está sendo confundida com muitas sociedades civis, instituições (ONGs) que usam os profissionais para compor o quadro de funcionários, assinar seus relatórios e projetos e não os reconhece como tal, obrigando-os muitas vezes, a realizar tarefas que não condizem com a profissão e o profissional por necessidades particulares, acaba submetendo-se. Deveria haver fiscalização do Conselho de classe para evitar essas irregularidades.”

4. O OUTRO LADO DA MOEDA: A APOSENTADORIA E SEUS SIGNIFICADOS

“Naquele momento (refere-se ao cancelamento) muitas lembranças alegres e tristes passaram pela minha cabeça. Foram 13 anos da minha vida profissional em que pude conhecer muitas pessoas. O Curso de Serviço Social e a atuação como assistente social mudaram meu modo de pensar, meu jeito de ser. Passei a ser mais crítica, mais política e com uma vontade muito grande de ajudar a diminuir as barreiras que impedem a igualdade entre as pessoas. Consegui fazer muitas mudanças junto com as pessoas que pensavam igual a mim. Agora espero que as assistentes sociais tenham a oportunidade de exercerem essa profissão e dêem continuidade ao que já fizemos.”

A aposentadoria é vivenciada pelo trabalhador com sentimentos contraditórios. De um lado, vislumbrada e idealizada como um tempo livre para realizar desejos e atividades prazerosas não priorizadas anteriormente pela “falta de tempo”.

A sensação de liberdade e ansiosamente desejada, pois o trabalhador não terá mais necessidade do cumprimento de horários rígidos que, ao longo de sua vida foi obrigado a cumprir. (REY et al, 1996:148).

Por outro lado, este momento é também associado a perdas de ordem física, intelectual e social vinculadas à consciência do envelhecimento, fase de tomada de

consciência de que não é mais um trabalhador, produtor de bens ou serviços, aspectos extremamente valorizados na sociedade capitalista.

A desvinculação das funções formais relativas ao trabalho propicia sentimentos contraditórios, algumas vezes de desvalorização pessoal com o temor da identificação com o inativismo e a incapacidade.

É importante destacar que este período da vida pessoal do trabalhador será vivenciado de maneira diferenciada e vai depender das significações dadas em seus processos vivenciais o que propicia perceber este período como mais uma etapa existencial vinculada a outros projetos pessoais ou um período de amarguras e tristezas pelo “não vivido”.

Esta fase é ainda marcada por preocupações ligadas às condições financeiras pois, como aposentados, passam a depender do sistema previdenciário causando em alguns, inseguranças e mesmo a necessidade do retorno a postos de trabalho para complementação da aposentadoria.

Todos estes sentimentos estão presentes nas respostas dos assistentes sociais que efetuaram seus cancelamentos motivados pela aposentadoria.

Este período é vivenciado com sentimentos contraditórios: por um lado apresenta-se como uma etapa da vida onde se tem um balanço de desejos x sonhos x efetiva materialização destas expectativas no vivido do dia-a-dia em contraponto a algumas situações marcadas pela amargura do “não vivido” e pela necessidade da continuidade do trabalho, seja por questões financeiras, seja pelo sentido da capacidade de contribuição que possa ser dada à sociedade.

Na perspectiva positiva, este momento é visto de maneira feliz, tranqüila, com a sensação do “dever cumprido”, lembranças de trabalhos que propiciaram valorização e satisfação profissional, momento de efetivação de outros projetos que levam à realizações pessoais, tempo para “curtir a vida” de uma maneira mais solta, dentre outras colocações, como podemos verificar

“Missão cumprida.”

“o sentimento de alegria por ter concluído uma etapa da vida profissional.”

“aposentei-me com muita convicção. Tinha criado um outro projeto de vida além do que não queria mais estar trabalhando.”

“realizada enquanto profissional, pois sempre dediquei-me à profissão, porém com o dever cumprido podendo no momento em diante dedicar-me mais aos familiares e a mim “pessoalmente.”

“virando mais uma página da minha vida, iniciando um novo período, mais leve e diversificado.”

“tranqüila. Minha aposentadoria foi planejada e exerci com muito esforço e dignidade a profissão por mais de trinta anos. Estou realizada porque implantei o Serviço Social em Instituição pública e fazer sobreviver não é fácil. Implantei o Serviço Social no (xxxxxxx), o serviço de benefícios e a estrutura permanece até hoje.”

“frente a aposentadoria me senti vencedora e realizada profissionalmente uma vez que tenho a certeza de ter realizado o meu compromisso profissional com responsabilidade, consciência e respeito junto a clientela-população.”

“inicialmente considerei o cancelamento como uma “página virada” em minha vida profissional. Senti-me como “peixe fora d’água”, como se houvesse sido descartada. Porém, com o decorrer do tempo, passei a ter um novo olhar, encarando como um merecimento após 33 anos de serviços prestados, sendo vinte e seis como assistente social. Considero a atual posição de aposentada como merecimento. Condição privilegiada de poucos brasileiros: gozando de saúde, com alta disposição física e mental, com práticas diárias de musculação, yoga, hidroginástica, dança (dança do ventre e dança de salão). Ampliei meu rol de amizades. Realizo passeios, viagens, Participo mensalmente do (xxxxx - Grupo de Assistentes sociais em um determinado município paulista). É gratificante ser membro ativo do referido grupo. Em breve, farei curso básico de computação. E a vida continua, vislumbrando novos caminhos...”

Porém, nem todos vivenciam este momento desta forma. Algumas experiências marcantes no decorrer da vida profissional propiciam amarguras e tristezas que perduram por longo tempo, indicando dificuldades de superação.

“falando francamente, não sinto nenhum pesar por ter parado de trabalhar. Penso que cumpri minha parte com dedicação, às vezes até com dedicação acima da média. Fiquei longe de casa, não constitui minha própria família e me desgastei física e mentalmente. Agora quero ter o descanso merecido.”

“gostaria de avaliar também a mágoa que tive no período de serviço público, face à desvalorização que sentia quanto ao assistente social tanto no que diz respeito a salário como carga horária. Fazia parte da equipe interdisciplinar mas só na competência técnica pois os outros profissionais sempre eram recompensados e o assistente social discriminado no quadro de cargos e salários.”

Apenas uma das assistentes sociais que responderam ao questionário relatou a necessidade da aposentadoria visto às reformas da Previdência Social, como podemos verificar em seu depoimento:

“gostava muito de meu trabalho e me vi obrigada a aposentadoria precoce face à Reforma da Previdência, pois tinha muito tempo em CLT que me forçaria a trabalhar mais 10 anos para atingir os 20 de Serviço Público.”

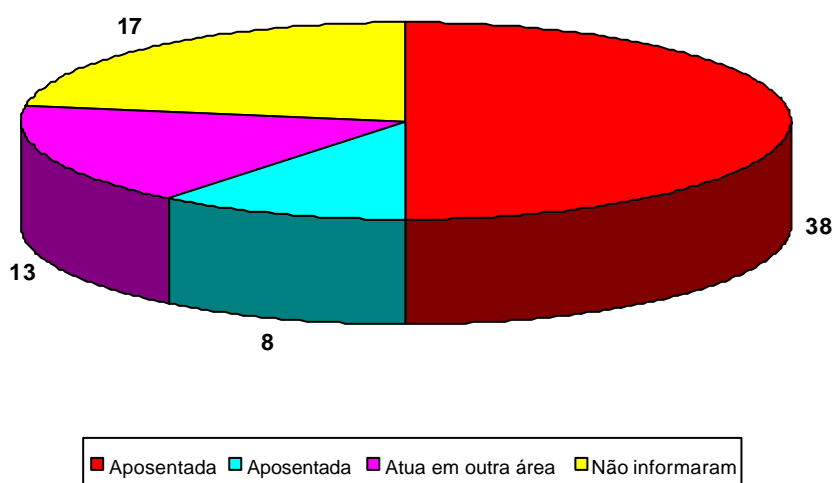
Em outra direção, alguns depoimentos apontam a continuidade no mercado de trabalho que se faz presente pelo trabalho voluntário. Acreditam que seus conhecimentos podem contribuir, independentes de vínculos formais ou ganhos salariais.

“após a aposentadoria em 1997 sempre trabalhei como voluntária em entidades sociais e assim seguirei até que tenha condições físicas e mentais.”

“através de uma amiga que é Psicóloga fui solicitada a colaborar numa Instituição social (como voluntária). Posteriormente a Instituição assumiu novas frentes de trabalho implicando no trabalho do assistente social – mais presente, mais envolvido com a rotina pertinente a nossa área social.”

Dos 38 assistentes sociais que informaram como motivo pelo cancelamento do registro a aposentadoria, 34,2% informaram estar atuando em outra área, muitas vezes, como assistente social voluntário, sem a concepção desta ação como trabalho profissional.

Gráfico 19 – Aposentados x situação atual



Como verificamos, em algumas situações, a sensação de felicidade pela aposentaria contrapõe-se ao desejo de retornar ao trabalho e quando isto ocorre com possibilidades concretas de vinculação salarial, há enorme satisfação. A sensação de que ainda é capaz e produtiva sobrepõe ao sentimento da aposentadoria como “fim da vida”, sem outras possibilidades, como verificado no depoimento:

(sentiu-se) “feliz por aposentar. Quando voltei a pagar, muito mais feliz pois estou nova e produtiva.”

Nas situações em que a aposentadoria ocorre por questões relativas à saúde, o sentimento que predomina é o de tristeza e desejo em retornar ao mercado de trabalho, às vezes, necessário por questões financeiras:

“na época que efetuei o cancelamento estava desempregada e passando por alguns problemas de família. Optei por ficar afastada por um tempo até recuperar e melhorar a situação. Porém as coisas foram resolvidas e tive dificuldades de retornar ao mercado, mesmo assim, assumi um contrato de 10 meses para elaborar um projeto na área de reurbanização o que fiquei muito feliz com a conclusão do trabalho e ao término do contrato voltei a ficar fora do mercado. Foi aí que resolvi dar entrada para minha aposentadoria. Este foi o motivo pelo qual cancelei o meu registro. Pretendo voltar pois necessito de complemento para meu salário, pois com 48 anos me sinto apta para o mercado e preciso me ocupar e desenvolver esta área pela qual eu escolhi como profissão, embora já faz anos que estou encaixada na área de saúde como terapeuta, que me deu novos conhecimentos.”

“aposentei-me após um ano de licença-médica; neste ano sofri duas cirurgias e submeti-me a seis sessões de quimioterapia. Havia portanto, a expectativa de aposentadoria e conseqüentemente cancelamento do registro profissional junto ao CRESS. Mesmo assim, o ato do cancelamento me abalou. Foi o fechamento de uma parte importante da minha vida, a atividade profissional que exerci durante cerca de 20 anos, com dedicação apesar de uma postura crítica quanto a profissão e a atuação de parte da categoria. No momento estou em recesso pensando se quero retornar alguma atividade relacionada a profissão.”

5. RELAÇÕES E EXPECTATIVAS FRENTE AO CONSELHO PROFISSIONAL

Conforme Resolução 378/98 - CFESS, no ato do cancelamento o assistente social tem entre suas obrigações, a de estar em dia com suas anuidades. Quando

isto não ocorre fica impedido de cancelar até que efetive o parcelamento dos referidos débitos. O parágrafo primeiro, do Art. 52 da Referida Resolução prevê:

o pagamento da anuidade será devido até o mês do pedido de cancelamento, adotando-se o critério da proporcionalidade para o pagamento da anuidade do exercício em curso.

A cobrança dos assistentes sociais em débitos, independente dos processos específicos relativos aos cancelamentos, é tarefa administrativo-formal dos Conselhos Profissionais e trata-se de procedimentos administrativos previstos em legislação.

Para o exercício de profissões regulamentadas para as quais a lei criou o conselho ou ordem fiscalizadora, há compulsoriedade na inscrição: só pode exercer com legitimidade a profissão aquele que está inscrito. (...) As sanções aplicadas pelos conselhos e ordens de fiscalização profissional têm natureza jurídica de sanção administrativa, podendo consistir em multas, interdição de atividades, suspensão ou cancelamento de inscrição (e conseqüentemente, suspensão ou cancelamento da autorização para o exercício da profissão), fechamento de estabelecimento, inutilização de produtos, vedação de comercialização de determinado produto, vedação de localização de estabelecimento etc. (GAMBA, 2004:3)

Nos ritos burocráticos dos CRESS encontram-se a emissão de comunicados e outras providências no sentido da cobrança amigável dos débitos, exemplos desta condução se encontram em diversas Campanhas realizadas pelo Conjunto CFESS-CRESS nos últimos anos, buscando a regularização com o Conselho em condições mais favoráveis.

Estes processos, no entanto, são dificultados pela não atualização dos dados profissionais no cadastro dos CRESS. Em muitos casos, os assistentes sociais mudam de residência ou mesmo de Estado e não alteram seus dados, dificultando a comunicação. Isto faz com que muitos assistentes sociais em débito só efetuem o contato com o CRESS quando seus débitos já se encontram na fase de cobrança judicial.

A compreensão de alguns assistentes sociais é a de que, por não estar trabalhando ou atuando na área, não têm nenhuma obrigação com o Conselho, com isto, não necessitam efetuar o pagamento das anuidades. Desconhecem ou “esquecem” que as obrigações com o pagamento das anuidades cessam apenas na condição do cancelamento que tem de ser solicitado pelo assistente social; por idade (após 60 anos, o próprio Setor de Cadastro mantém o profissional na condição de

ativo porém sem a responsabilidade do pagamento da anuidade) e nos casos de falecimento, cancelamento de maneira automática, extinguindo-se eventuais débitos.

As relações estabelecidas nos processo de cobranças entre o Conselho e a categoria são marcadas por tensões pois os assistentes sociais contatados reagem de maneira extremamente negativa às cobranças.

No caso dos pedidos de cancelamentos, muitos acreditam que, por não estar trabalhando há muitos anos ou pela falta de comunicação com o Conselho durante muito tempo, não tem nenhuma pendência e quando tomam ciência destas pendências o sentimento é extremamente negativo, criando com o órgão uma relação de amargura, “raiva” e indignação, embora estejam presentes em alguns depoimentos, o esquecimento ou desconhecimento da necessidade do pagamento dos débitos.

“após 31 anos sem receber nenhum comunicado do CRESS sobre a irregularidade da minha situação pensei que o meu registro já tivesse caducado.”

“eu havia esquecido de cancelar o registro e esta cobrança me deixou bastante aborrecida.”

Descobrir-se em débitos e forçados “legalmente” à regularização da situação perante o Órgão profissional propicia sentimentos de revolta e cobranças quanto ao papel do Conselho. Nesta direção, alguns assistentes sociais manifestam-se de maneira extremamente indignada:

“senti-me lesada pois há 20 anos não trabalho como assistente social e tive que quitar uma dívida junto ao CRAS retroativa, só para evitar constar em meu nome, débitos.”

“para me deixar mais descontente, o CRESS está me processando por anos anteriores. Agora me diz o que este órgão fez por mim ou pelos profissionais nestes todos anos de existência?”

“nunca senti qualquer apoio do CRESS para profissionais de empresas privadas. Na minha época era voltada para serviços públicos. Por isso a minha inscrição foi apenas para cumprir exigências fiscais. Fiquei extremamente nervosa quando recebi cobranças retroativas para cancelamento da inscrição pois nunca utilizei qualquer serviço do CRESS e a impressão que me causou foi uma arrecadação financeira, ou seja, oportunidade de aumento da receita. Não sei se você sabe mas para cancelar o registro você precisa quitar todas as anuidades em atraso. Era débito crescendo a cada ano e sem exercer a profissão. O pior é ter uma Entidade apática e agressiva para cobrança de débitos.”

“senti-me roubada por ter que dispor de quantia alta, sem nunca ter sido assistente social, tudo era tão longe que quando chegou a cobrança tive a nítida visão de um horroroso fantasma ressurgindo das cinzas. Um assalto, para mim o registro era parte de um passado mais que distante e mais distante que nem mais

existia. Mas o sentimento maior foi o de ter sido roubada, quase um assalto a mão armada.”

“sinceramente, hoje tenho “raiva” do CRESS como já disse por erros de outras pessoas da época, falta de orientação, falta de organização, etc., eu estou pagando até hoje. fora o constrangimento de pedir uma certidão e ai constar o processo já correndo há algum tempo e sem saber, isto tudo acontecendo com a nossa profissão, dá para acreditar? Foi contra tudo o que aprendi na Faculdade e aplique durante esses anos todos, decepcionante. Eu não vejo o CRESS com bons olhos.”

“meu sentimento com relação a esta Entidade é o seguinte: a considero uma farsa, sua finalidade verdadeira é explorar os profissionais a ela submetidos, não se preocupando com a realidade, dificuldades e necessidades de seus filiados. Me senti ultrajada.”

Este é o tom das críticas ao Conselho quando este, em sua natureza formal, efetua um de seus papéis, com personalidade jurídica que tem de responder por seus atos e obrigações na condição de autarquia, criado para executar atividades típicas da Administração Pública.

Outros depoimentos voltam-se às reclamações por não perceberem o custo-benefício no vínculo com a Entidade. Destacam, neste sentido, o Conselho como um órgão que “não dá respaldo à categoria”, “não demonstra interesse em manter os profissionais”, “não oferece nenhuma expectativa de mudança do quadro atual” referindo-se às dificuldades de inserção no mercado de trabalho profissional, “que fecha as portas para seus profissionais”, “não nos devolve nada muito útil”, “pouco representativo”, “não oferece nenhum respaldo”, “indiferente à realidade profissional”, “contato puramente comercial, poderia ser mais atuante em termos de informações não somente com o objetivo de cobrar anuidades”.

Ainda na direção das críticas, enfatizam os altos valores das anuidades diante da realidade salarial dos profissionais:

“acho o valor da anuidade muito caro perante o que o CRESS nos proporciona.”

“acho que a atuação do CRESS é muito fraca, em 14 anos de trabalho nunca ninguém apareceu por lá para averiguação (do CRESS), contatos ou seja, não há o menor retorno para o profissional que paga uma taxa “salgada” todos os anos.”

“gostava das informações que me eram mostradas sobre cursos e novidades mas o preço não é tão irrisório e não poderia continuar pagando sem estar atuando.”

“sinceramente este órgão nunca foi útil a mim em momento algum da minha carreira profissional porém fiquei enfurecida quando em 204 fui notificada, após 13 anos sem notícias com esse órgão que eu deveria

cancelar minha inscrição e ao mesmo tempo pagar uma dívida de alguns anos, mais ou menos 04 anos, porque eu deixei de cancelar. Recorri, fiz apelos devido a receber uma mísera aposentadoria eu não podia pagar, mesmo assim fui obrigada. Terminei agora em fevereiro de pagar tais mensalidades. Sei que sou uma assistente social, tenho orgulho disso, fiz uma carreira gratificante no campo empresarial. Tenho consciência do dever cumprido mas quanto ao CRAS não quero nem lembrar.”

“na verdade pagava... pagava o jornalzinho, único elemento palpável do CRESS chegava sempre na minha casa depois que ocorriam os fatos, reuniões, palestras, etc... enfim, com atraso. Me sentia apenas pagando um jornalzinho caro com chegada atrasada.”

“senti-me desrespeitada e com a sensação que o CRESS nos via apenas como cifrão. Não podia quitar a dívida porque estava desempregada e o CRESS só acatava cancelar após a total quitação da dívida.”

“por não estar atuando como assistente social não vi motivo para permanecer inscrita e pagando uma anuidade cara, caríssima a uma Instituição que nada tem a oferecer aos profissionais. Se comparado a qualquer outro órgão de classe o CRESS deixa muito a desejar.”

Nesta direção de críticas apontam ainda a ausência de uma ação mais forte do Conselho no que se refere às lutas pelo piso e carga horária da categoria profissional indicando que o Conselho precisa mobilizar-se neste sentido.

“pelo fato de nossa categoria não ter um piso salarial e um sindicato que nos apóie, temos que, às vezes, ser “trocadas” e substituídas por colegas que passam a receber o mesmo salário pelo aumento de horas (carga horária maior). O CRESS precisa se mobilizar e lutar pelo nosso piso salarial e carga horária.”

“vejo Instituição contratando profissionais de serviço social por R\$300,00. O CRESS deveria lutar por uma faixa salarial na categoria mais justa. Ter um trabalho de fiscalização mesmo.”

Em outra direção, não vinculados às críticas que permearam o tom das relações da categoria com o Conselho, depoimentos apontam sugestões no que se refere à ação fiscalizadora nos espaços profissionais.

“a título de sugestão para melhorar a manutenção do mercado de trabalho do assistente social, o CRESS deveria ser mais rígido nos casos dos profissionais de outras áreas que estão exercendo o trabalho do assistente social. Assistentes sociais que acumulam cargos de coordenação (acontece muito em Entidades Sociais) onde o Serviço Social fica em 2º plano, não atendendo os objetivos da profissão e desgastando nossa imagem. Nas Entidades Sociais quem as dirige são pessoas de outras áreas profissionais que entendem na grande maioria das vezes muito pouco da atuação de seus profissionais causando desentendimentos e demissão, caso não sejam atendidas suas exigências. Nesse caso também o assistente social deveria ter apoio para poder se defender. Concurso Público: no penúltimo concurso de AS do

Fórum de (xxxx), o Tribunal de Justiça (pelas informações que tive) não foram convocados nenhum dos aprovados. Vai aqui uma pergunta: para que fizeram o concurso se não chamaram ninguém para ocupar as vagas que existem na Região de (xxxx). Como expandir o mercado de trabalho se acontece esses tipos de situações que citei? Será que isso também está acontecendo em outras regiões do país. Me deparei também com assistentes sociais que ficam só nos Gabinetes fazendo projetos, etc, mais que pouco ou nada conhecem do dia a dia do assistente social que sai à luta nas periferias e esses projetos pela falta de conhecimento prático não funcionam.”

“acho que o CRESS poderia ser mais atuante também. Realizar mais cursos de capacitação. Com toda esta mudança na assistência com o SUAS-WEB, NOB-SUAS (...).”

Conforme percebemos, as relações da categoria com o CRESS nestes processos são extremamente tensas e apontam a necessidade de outras mediações que as facilitem. Uma delas talvez possa ser a de utilizar os espaços comunicativos do Conselho com a Categoria (jornal, mala-direta, Clipping, página da Internet, dentre outros) no sentido do esclarecimento mais continuado dos deveres e direitos junto ao Órgão.

CAPÍTULO IV

IMPACTOS DA DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL

1. RETRAÇÃO (?) AMPLIAÇÃO (?) OU VIAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DE MANEIRA PRECARIZADA?

A inserção ao mercado de trabalho apresenta ambigüidades próprias das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Na esfera da profissão Serviço Social, tem-se um conjunto de variáveis diferenciadas, demarcadas por:

- espaços onde a presença do assistente social pode ser substituída por outros profissionais, com formação diferenciada;

- espaços onde esta inserção enfrenta a disputa de vagas com outros profissionais de outras áreas ou mesmo, da mesma área, visto o contingente profissional crescente nos últimos anos;

- . áreas de expansão do mercado de trabalho;

- . retração no espaço privado.

A relação retração–ampliação do mercado de trabalho profissional indica não uma diminuição na oferta de trabalho e sim, uma inserção diferenciada advinda dos impactos relativos aos processos de desregulamentação no campo do trabalho.

As entrevistas das representantes do CRESS 9ª Região/SP e ABEPSS Nacional enfatizam que este é um mercado em expansão com configurações imanentes ao desenvolvimento das forças produtivas nesta quadra histórica. Ressaltam algumas áreas em expansão como a da saúde que ainda é a que congrega maior número de assistentes sociais, sendo acompanhada de perto pela assistência social, principalmente com a aprovação da PNAS.

“o campo profissional do assistente social tem ampliado, com certeza! Nestes 70 anos de profissão a gente viu que ele foi se ampliando e não está se fechando, mas eu acho que traz desafios diferentes, desafios novos! Desafios de inserção porque se antes era muito tranquilo você ter a vaga para o assistente social, hoje você não tem tanta tranquilidade. Onde o assistente social tem maior segurança de inserção é na política de assistência social, isso é certeza! E a saúde. A assistência social talvez vá

aumentar mais, até superar a saúde. A saúde é o primeiro campo de inserção. Mas a assistência com o SUAS, com os CRAS⁴⁵, vai criar um campo maior para o assistente social, mas não é o único! Uma outra tendência, o Serviço Social na educação que é um debate que está se colocando que não é novo Uma das questões para implantar é a questão orçamentária, é o financiamento.” (Eutália – CRESS/SP)

“o mercado de trabalho profissional, no meu entendimento, é um mercado em expansão. Eu acho que é um mercado em expansão por diversos fatores. Objetivamente ele hoje está em expansão por causa dos programas de enfrentamento da pobreza. Então, há um processo de interiorização das políticas sociais, em especial da assistência; mas há também da saúde, dos programas saúde da família. Há também, através de alguns empréstimos do BIRD, vários programas, por exemplo: de águas subterrâneas, programas de preservação do subsolo, programas chamados ambientalistas. Então, há expansão em determinados núcleos. Eu conheço projetos em bacias hidrográficas, por exemplo, em áreas ribeirinhas. São programas novos! Há uma expansão no Judiciário, a reforma do judiciário também levou à expansão do mercado de trabalho. Há expansão nas áreas de responsabilidade social das empresas, das Fundações, não tanto quanto se diz mas há! Então, eu acho que, objetivamente há expansão do mercado e não é apenas assistência, é todo um movimento! Agora, é um movimento objetivo, basta te dizer que, há dois meses atrás, pela primeira vez, o movimento migratório do Nordeste para São Paulo reverteu. Teve mais volta do que permanência. Então, há uma nova configuração em termos migratórios. Os programas de renda mínima, bolsa escola, bolsa família, criaram novo impacto. Isto antes do SUAS, antes mesmo das NOBs. A outra coisa que eu acho, não domino isso, mas o pessoal das Ciências Sociais está estudando e eu não conheço por isso não posso nem fazer a crítica, é uma nova definição do local a partir da categoria território. Então, isso também está mudando! Isto tem impacto. Impacto federativo na definição das políticas municipais, da descentralização dos recursos. Eu acho que o assistente social vive hoje um mercado em expansão.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

As entrevistadas ressaltam algumas áreas onde percebem o movimento de retração, nitidamente nas empresas que, em seus processos de reestruturação produtiva fecham alguns campos, ou mesmo, contratam profissionais ou assistentes sociais com outras denominações e funções.

Ana Elizabete resalta ainda, a necessidade de desmistificar o papel das ONGs quando se fala na expansão do mercado de trabalho para o assistente social.

“se há perdas de postos de trabalho, o lugar que identifico redução é nas empresas. É nítido o movimento de redução do Serviço Social nas empresas. Existe as ONGs ...eu acho que existe alguns mitos, por exemplo, quando se fala nas ONGS. Ora, as ONGs empregam relativamente e as ONGs não têm o perfil ocupacional definido. Para eles o que importa é a experiência, o domínio nas áreas temáticas.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

⁴⁵ Refere-se aos Centros de Referência de Assistência Social previstos no SUAS/PNAS.

“as empresas absorvem o profissional assistente social. É um campo de trabalho mas não é o mais importante numericamente falando, mas é um campo de trabalho!” (Eutália – CRESS/SP)

Apesar de considerá-lo em expansão, as entrevistadas enfatizam a necessidade deste mercado ser pensado em suas articulações com as mudanças na esfera produtiva e as condições precarizadas em que, muitas vezes, se efetiva, impondo ao trabalhador, no sentido de sua existência objetiva, a necessidade de outros vínculos de trabalho para complementação salarial.

Este dado aparece de maneira ainda pouco significativa na categoria profissional, sendo que, na pesquisa realizada pelo CFESS (2005), apenas 11% informaram ter dois ou mais vínculos de trabalho.

“em que condição se dá a expansão desse mercado? A tendência é que seja um trabalho precarizado.. é uma tendência sim, mas nesse meio você encontra também alguns trabalhos formalizados, alguns concursos ...você vai encontrar assistente social, mas em condições precarizadas, que essa é a tendência do mundo. Com baixos salários, na maioria das situações o trabalhador assistente social ganha pouco, ele passou a ter mais de um vínculo de trabalho, coisa que não era comum há algum tempo atrás. O mercado não é estável, o emprego não é permanente.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional)

Historicamente, o Setor público é o setor onde há maior número de profissionais em exercício, sendo a administração direta (federal, estadual ou municipal) a maior empregadora. Neste sentido, as expectativas são grandes no que se refere à inserção ao mercado de trabalho via concursos públicos, como as assistentes sociais reforçam em seus depoimentos:

“pretendo voltar (...) pretendo concorrer a concurso público.”

“... expectativas de passar no concurso.”

A expansão do mercado de trabalho pode ser verificada na abertura de vagas para assistentes sociais em vários concursos públicos em todo o País.

“não tem um grande concurso nacional que não tem Serviço Social. No Judiciário, no IBAMA, no INCRA ... todas essas instituições fizeram concurso nacional, porque parte da expansão do emprego de Lula, foram empregos de Estado.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

Esta afirmativa pode ser visualizada com os dados relativos aos concursos

divulgados pela Bolsa de Empregos⁴⁶ da Biblioteca do CRESS 9ª Região/SP, que acompanha e divulga os concursos e processos seletivos não só no Estado de São Paulo como no país.

Cabe ressaltar que são os concursos divulgados pelo CRESS não se referindo à totalidade de vagas⁴⁷ e/ou concursos para Assistente Social no país mas são significativos no sentido de demonstrar como se movimenta este mercado profissional. Os concursos divulgados no período de 2003 a junho de 2006 apresentam alguns dados importantes:

- na esfera federal ocorre a realização de grandes concursos, como os da Polícia Federal, da FAB, INCRA, INFRAERO, MEC, Marinha e Ministério Público, dentre outros;

- no campo do Judiciário, vagas foram abertas em vários Estados, como nos Tribunais de Justiça do AP, MG, SC, SP, SE e PR, somando apenas em 2004, 764 vagas;

- é expressivo o nº de concursos nas Prefeituras, sendo que no período de 2003-2006, foram divulgados 162 concursos, correspondendo a 52,4%, o que implica na análise da predominância da esfera pública municipal no mercado de trabalho profissional. Estes dados indicam possíveis impactos advindos da PNAS;

- na totalidade dos concursos, a área que predomina permanece sendo a da saúde, com os Editais já direcionados a estas vagas. Neste sentido, cabe destacar seus avanços dentre estes, o reconhecimento do assistente social como profissional da saúde⁴⁸ e as discussões nos espaços da ABEPSS para a inserção da temática nas diretrizes curriculares.

- concordando de que se trata de um movimento não restrito à área de saúde e assistência, é crescente o número de concursos em áreas como as de meio

⁴⁶ Serviço disponibilizado pela Biblioteca do CRESS-9ª Região/SP que efetua levantamento dos concursos realizados no país e os divulga através do site do CRESS, gravação telefônica na Bolsa de Empregos 24 horas, pessoalmente na Biblioteca e no Mural de Empregos. São pesquisados os Jornais: Diários Oficiais da União, do Estado e município de São Paulo; Jornal dos Concursos, Folha Dirigida além de diversos sites que divulgam concursos, como Vunesp, Conatec, mouramello, fundep, dentre outros.

⁴⁷ Muitos concursos não divulgam o número de vagas porém cabe destacar, conforme relatório da Biblioteca, que no período entre a 2004 a março de 2005, dentre os concursos que disponibilizaram esta informação, 2.700 vagas foram abertas.

⁴⁸ Resoluções n. 218 de 6 de março de 1997, do CNS; e 383, de 29 de março de 1999, do CFESS.

ambiente, energia, águas e saneamento, dentre outras.

Tabela 10: Concursos divulgados pelo CRESS 9ª Região/SP – bolsa de empregos - período: 2003 a junho/2006

Ano	Federal	Estado de São Paulo	Municípios de outros Estados	Total
2003	02	72 * 48 destes concursos para prefeituras . mais 24 locais c/vagas para Cursos de Aprimoramento – área de Saúde, majoritariamente. Bolsa FUNDAP	18* * 08 destes p/Prefeituras	92
2004	10	37 * 21 para Prefeituras * mais 23 locais com vagas para Cursos de Aprimoramento – Bolsa FUNDAP	21 * 06 p/Prefeituras	68
2005	05	44 * 28 para Prefeituras * mais 23 locais com vagas para Cursos de Aprimoramento – Bolsa FUNDAP	26 * 07 p/Prefeituras	75
até 06/2006	07	63 * 43 p/Prefeituras	04 * 01 p/Prefeitura	74
Totais	24	216 *140 p/Prefeituras	69 *22 p/Prefeituras	309

Fonte: Biblioteca Elma da Costa Ribeiro – CRESS 9ª Região/SP – jul.2006.

Apesar dos dados expressivos, Ana Elizabete destaca a necessidade de analisar a realidade em suas contradições: uma delas, a ampliação do emprego no Governo Lula e a expressiva expansão dos programas sociais, ações que em seu entendimento, apresentam como limite não se constituírem políticas públicas⁴⁹ com isto, sujeitas a determinada quadra histórica.

⁴⁹ Políticas públicas como linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É através delas que são distribuídos e redistribuídos bens e serviços sociais. É o direito que as fundamenta em uma perspectiva coletiva. Ver: PEREIRA, P.A.P. **Assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção social aos pobres no Brasil. (Brasília, 1996)

“uma coisa é a constatação da realidade, outra coisa é o que a gente analisa sobre essa realidade. Então, a análise é aquela clássica: à medida que há agravamento da pobreza e há uma definição política do Estado em trabalhar com programas de inserção, ou seja, aqueles programas que existem em uma quadra tal e depois deixam de existir. Essa é a questão! Há, de uma maneira ou de outra, queiramos ou não, há no Brasil uma expansão de programas sociais. Não significa que há uma expansão de políticas sociais públicas, mas há uma expansão de programas sociais.”
(Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

Esta afirmativa ganha materialidade ao analisarmos a expansão dos programas sociais no Governo Lula, tais como bolsa-escola, vale-gás, renda mínima, bolsa família, dentre outros, que atuam sobre os efeitos e não sobre as causas geradoras dos processos de exclusão, o que os fragilizam pela baixa capacidade em alterar estruturalmente o quadro social do país e mesmo, as condições da população beneficiária.

Outras preocupações são colocadas pelas entrevistadas no que se refere à natureza dos concursos públicos: alguns realizados para a formação de cadastros de reserva, outros para vagas temporárias; situações que reforçam análises quanto às dificuldades na inserção a este mercado e as condições de sua expansão acompanhadas pelas tendências mundiais de um trabalho precarizado.

Nesta direção, alguns assistentes sociais que vêm realizando concursos, relatam suas experiências enfatizando dificuldades na inserção ao mercado de trabalho por esta via, pelo elevado grau de concorrência não só com assistentes sociais que se encontram fora do mercado de trabalho profissional como também com outros que já se encontram neste mercado.

“no concurso havia muitas profissionais da área ou tentando efetivação ou já experientes na profissão, o que traz desvantagem a quem esta fora do mercado.”

“quando fiz um curso de 36 horas para me preparar para um concurso, haviam 50 pessoas na sala. Só sete trabalhavam com assistente social!”

“quanto aos concursos públicos, péssimos, poucas vagas, insuficientes para o número de formandos.”

Uma nova realidade nesta área refere-se à tendência do crescimento das vagas nos concursos públicos vinculadas aos cargos largos o que propicia o acirramento das disputas entre profissionais de diferentes formações e pode vir a fragilizar a profissão em relação às suas defesas ético-políticas.

“os concursos públicos na rede pública, para Prefeituras, Estados, municípios e União já estão colocando a questão dos cargos largos. Você faz concurso para um cargo com denominação larga, uma denominação que é comum para vários profissionais. Então, são cargos gente genéricos, largos, uma tendência nos órgãos do serviço público. Essa é uma tendência com a qual estamos nos deparando nos concursos novos. Como estamos vendo, às vezes, as vagas são para cargos amplos, não só para aquele profissional.” (Eutália – CRESS/SP)

Esta situação pôde ser verificada em alguns dos Concursos realizados no período de 2003 a junho de 2006. Dentre estes, temos os realizados pela FEBEM em SP, ofertando 1.123 vagas para “Agente Educacional” com a exigência de Superior na área de Ciências Humanas e o da Fundação para o desenvolvimento da UNESP para “Assessor Especial Agrário”, ambos realizados em 2004 e o da EMBRAPA para “Técnico de Nível Superior II”, em 2006.

A preocupação situa-se no parâmetro da importância do trabalho profissional em algumas áreas que poderão ficar descobertas caso a implementação dos cargos largos ocorra desvinculada de critérios.

“Imagina uma Secretária de Assistência Social! Nós ficamos perguntando: pode uma Secretária que está com defasagem enorme de assistente social e que é um serviço onde caberia um nº grande de assistentes sociais com a Política de Assistência Social nesta perspectiva de um concurso onde não seja mais por categoria profissional? A nossa preocupação é a seguinte: se você abre, você não garante vaga. Você pode até ter outra nomenclatura. O que temos discutido é que talvez a gente tenha que fazer o debate com esses Órgãos. Eles fizeram uma revisão nos cargos e salários, nas carreiras, fizeram uma reestruturação de carreira e de cargos e salários nos órgãos públicos.” (Eutália – CRESS/SP)

Eutália ressalta, ainda, a experiência da Prefeitura do Município de São Paulo que se encontra com esta proposta de reestruturação.

“a Prefeitura de São Paulo estava com um projeto de reestruturação. Eles fizeram a reestruturação do nível operacional e não fizeram a do nível superior porque começou a ter muita confusão. Nessa reestruturação estava previsto para o nível superior os tais cargos largos pegando todos os cargos de nível superior, mas excluía o médico. Quer dizer, têm algumas carreiras que são preservadas nessa história! O advogado é preservado, o médico é preservado e os arquitetos e engenheiros estavam brigando para sair dos cargos largos. O restante, todos estavam incluídos nesses cargos.” (Eutália – CRESS/SP).

Estes processos marcados pela relação desregulamentação x regulamentação encontram-se no cenário profissional impondo novos desafios ao Serviço Social, dentre estes, o referente à fiscalização do exercício profissional no

sentido das defesas quanto ao direcionamento ético-político do exercício profissional do assistente social.

2. A DESREGULAMENTAÇÃO E OS DESAFIOS NA DEFESA DOS PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS DA PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL

2.1 Desafios para a profissão considerando seu campo normativo: o papel do conselho profissional

A desregulamentação presente em diferentes instâncias coloca-se como desafios aos órgãos da categoria, principalmente os Conselhos, cuja função precípua encontra-se no campo da fiscalização das profissões.

os atos profissionais, em geral, podem gerar efeitos civis, penais e administrativos simultaneamente. Os Conselhos e ordens de fiscalização profissional apuram exclusivamente a responsabilidade administrativa, verificando a falta de ética ou de técnica do profissional e aplicando as penalidades estabelecidas em lei. A fiscalização das profissões é exercida, assim, tanto pelos fiscais de campo, que fiscalizam obras, entidades, responsabilidade técnica, como pelos agentes que atuam individualmente ou em colegiado, dentro dos Conselhos, deferindo inscrições, aprovando projetos, apurando falta de ética ou irregularidades no exercício da profissão”. (GAMBA:2004,3)

As reflexões a seguir são ilustrativas de alguns dos desafios na relação regulamentação x desregulamentação, sendo enfatizadas a importância da regulamentação via papel do Conselho Profissional em seu caráter também educativo, na linha da defesa de princípios éticos que qualifiquem o exercício profissional e o reconhecimento do papel político dos CRESS, com referências a alguns de seus desafios no exercício de suas funções precípua. A análise que se segue, da Presidente do CRESS 9ª Região/SP é expressiva neste sentido.

“há uma tendência no mercado de trabalho, da globalização, da desvinculação geográfica da produção. Eu acho que isto reflete na questão das especialidades. Hoje, cada vez mais o assistente social é um profissional que tem que dar conta de várias atividades, com isto, com formação mais ampla, menos específica e isso é um problema quando se trata de profissão regulamentada hoje. Nós estamos no campo de um Conselho que tem que fiscalizar essa profissão regulamentada! O Conselho existe exatamente para você proteger não só os profissionais mas aqueles que dependem do profissional para ter, de fato, um atendimento de qualidade! Então, a nossa preocupação hoje é basicamente essa! E eu acho que essa situação global vem na contramão

dessa preocupação! Tem essa tendência do mercado mas também a gente vê a necessidade de você estar preservando seu espaço profissional, você estar regulamentado, de você fazer essa fiscalização em função do papel social que essa profissão tem! Como é que ela está inserida nessa sociedade. Qual o papel social dela. Para quem ela existe. Para quem ela existe. Principalmente a nossa profissão que existe para uma população que é mais fragilizada, a que está menos protegida! A gente tem que trabalhar no sentido de garantir esse direito da profissão, de garantir essa função que é regulamentada. Eu acho que não podemos abrir mão disso, apesar desta tendência no mercado de trabalho. Agora, lógico que todos esses rebatimentos da conjuntura, do mercado de trabalho caem diretamente na fiscalização. Como é que você garante nos concursos, por exemplo, que o assistente social tenha a sua função privativa assegurada no desempenho da profissão, naquele espaço de trabalho onde ele está inserido?” (Eutália – CRESS/SP)

Nesta mesma direção situam-se as análises de Ana Elizabete.

“perdeu peso normativo a filiação aos Conselhos. Há uma desvalorização dos diplomas pela valorização das experiências. Isso para os CRESS é um horror! Porque há expansão no mercado mais isto não significa que você tenha o contrato de trabalho como assistente social. Pode ter! Há um momento de transição. Por isso que eu acho que está em crise o papel histórico dos CRESS como órgão fiscalizador e regulamentado. Eu não sei se estão em crise, mas mudou a conjuntura! Eu acho que há necessidade de ter o que eles chamam de um marco regulatório. Eu acho que há que ter uma atenção em termos de Código de Ética. Não existe profissão sem Código de Ética, sem reconhecimento do Estado e sem aparelho de formação. Eu acho que há uma mudança do papel dos CRESS. Os CRESS politizaram e redimensionaram esse papel fiscalizador. Essa fiscalização normativa tem que existir, ela é importante! É fundamental! Agora, acho que existem inúmeras profissões, novas atividades intermediárias que não tem nem como fiscalizar. O profissional não assina como assistente social, não é tratado como assistente social, então como é que vai fiscalizar? É outro tipo de compromisso que leva esse profissional a se vincular ao mercado de trabalho.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

As entrevistas revelam alguns dos desafios do exercício da fiscalização profissional diante de uma realidade em mudanças, com isto, a importância dos instrumentos legais construídos coletivamente como direcionamento a esta ação de cunho político-pedagógico, instrumentos fundamentais também no exercício profissional dos assistentes sociais como constitutivos dos princípios defendidos pela profissão.

“cresceu muito o papel político dos CRESS! Eu acho é que a realidade está colocando algumas questões para essa função específica de fiscalização que a gente ainda não conseguiu dar conta dela, porque ela é contemporânea demais.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

Ampliando as análises para o papel político da profissão, Eutália tece

importantes considerações.

“a nossa profissão avançou muito na discussão do nosso papel profissional. Do que é ser assistente social hoje e o que queremos com essa profissão. O nosso projeto ético-político é decorrente desta discussão! Então, ela não é uma profissão que você pode ficar em cima do muro. É muito difícil você ficar em cima do muro. Alguns até ficam, mas é exigido o tempo todo uma tomada de decisão, de posicionamento! Tem que ter clareza que sociedade é essa! Quais são suas contradições! Como atuar nessas contradições? O tempo todo nas contradições do capitalismo. Você tem que ter essa visão, você tem que ter uma posição! É muito difícil não ter! Temos um Código de Ética baseado nessa direção, mais politizada. Nós temos uma regulamentação também nessa direção. Nesse aspecto, a fiscalização tem uma conotação política. Tem também o papel educativo. Não atua apenas para saber se o profissional tem o diploma ou não, se está inscrito, se está pagando o Conselho. Vai para ver como ele está desempenhando a profissão, dentro do nosso Código de Ética, como é que pode melhorar o desempenho, como é que pode, cada vez mais, se comprometer com as perspectivas colocadas no nosso Código de Ética.” (Eutália – CRESS/SP).

Dentre outras preocupações colocadas pelas entrevistadas encontra-se o crescimento da importância dada ao campo das experiências, muitas vezes, em detrimento da valorização da formação/diploma.

Cabe destacar que esta demanda já é realidade no Conjunto CFESS/CRESS, com solicitações para o reconhecimento de áreas específicas de intervenção na profissão Serviço Social. Eutália destaca o parecer⁵⁰ emitido pela Prof^a Dr^a Marilda lamamoto ao CFESS, relativo a uma solicitação da ASPTJ/SP para o reconhecimento dos assistentes sociais do Tribunal de Justiça, como especialistas na área.⁵¹

“temos discutido a questão das especialidades e é complicado. Porque hoje, nós estamos indo do campo do macro para o da especialidade. As outras profissões podem ter feito o caminho inverso. A nossa não! A nossa, agora que está começando a discutir. Tem um parecer da Marilda. Ela é favorável desde que seja com uma Unidade de Ensino, o ensino teórico com uma formação específica aprofundada. Ela respondeu, na verdade, a uma solicitação da AASPTJ porque eles queriam que o Conselho de Serviço Social fizesse a mesma coisa que fez o Conselho de Psicólogos, de reconhecer os especialistas através da experiência prática profissional. E o Parecer da Marilda não vai nessa linha de reconhecer os especialistas a partir da experiência profissional. Tem que reconhecer a partir de uma formação com uma Unidade de Ensino por trás.” (Eutália – CRESS/SP).

⁵⁰ Parecer Técnico. Assunto: Regulamentação para reconhecimento e registro de título de especialista em serviço social pelo CFESS. Autoria: Dra. Maria Villela lamamoto. 25 jun.2003.

⁵¹ Cabe ressaltar as discussões relativas ao Serviço Social Clínico.

A formação do sujeito profissional é concebida como uma formação que supera o campo das especialidades e o das experiências. Cabe ressaltar que o campo das experiências é importante compondo determinados perfis profissionais mas não considerado suficiente no sentido da compreensão e intervenção desta profissão nos marcos da divisão social e técnica do trabalho.

Conforme o pressuposto central das diretrizes curriculares (ABEPSS:1997) é importante uma formação embasada em conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) que possibilitem o conhecimento dos processos sociais e elevados padrões de qualidade na formação do assistente social que sejam o sustentáculo a um exercício profissional na direção de

uma tomada de posição ética e política que se insurja contra os processos de alienação vinculados à lógica contemporânea, impulsionando-nos a dimensionar nosso processo de trabalho na busca de romper com a dependência, subordinação, despolitização, construção de apatias que se institucionalizam e se expressam em nosso cotidiano de trabalho. (ABEPSS:2004,79)

2.2 Desafios para a profissão considerando seu campo formativo

Especialidades x especificidades se contrapõem nos espaços do trabalho profissional exigindo dos assistentes sociais uma postura coerente na defesa de seu trabalho. Sendo assim, tão importante como pensar nos conteúdos necessários a determinados perfis é pensar os sujeitos que objetivam a direção desta profissão em seu trabalho profissional, num cenário em que as competências transmutam-se rapidamente.

A formação tem que ser percebida como mediação que qualifica o sujeito ao exercício da profissão, mas que, isoladamente, não dá conta da realidade sustentada em competências que se transformam muito rapidamente. Generalidade x especialidades são destaques nas análises de Eutália.

“pode ser um profissional com uma formação ampla, até porque eu acho que a nossa formação não é de especialidades. Ela é ampla do ponto de vista social, é mais generalista. Acho que hoje, cada vez mais, temos que estar mais preparados, com maior poder de argumentação sobre o que fazemos. Qual é a nossa atribuição específica. O que a gente tem que fazer. O mercado está exigindo isso. Se não tiver isso com muita clareza, não aprofundar neste debate sobre o específico, de qual é o nosso campo de trabalho, o que é específico, o que a gente não pode abrir mão, onde gente podemos estar trabalhando intersetorialmente eu acho que a gente perde o espaço, vai perder muito espaço, eu acho!”

O papel da formação, com destaque para os sujeitos que a materializam são ressaltados por Ana Elizabete.

“eu penso que nós não podemos deslocar o desafio da formação do sujeito dessa formação que são docentes e discentes. Não existe essa entidade abstrata chamada formação. Não existe essa entidade abstrata chamada diretrizes curriculares. O que nós temos é um processo do qual fazem parte os agentes, os sujeitos. Os sujeitos docentes e discentes são mediações desse processo. Eu acho que tem grandes desafios para a formação. Alguns bem encaminhados. A qualificação docente é um encaminhamento bem interessante. Outro grande desafio é a capacidade que tem a formação de não se descolar daquilo que dá sentido e existência a uma profissão. Não existe profissão como ideologia. As profissões têm ideologia, mas elas são, antes de mais nada, atividades profissionais que sobrevivem pelo mercado. Então, essa capacidade de articular formação – mercado. Agora, eu não tenho nenhuma ilusão que formação profissional seja o principal elemento que garanta o exercício profissional. Tem outras mediações, dentre elas, o assalariamento, as competências exigidas que podem não ser as competências formadas, a dinâmica da competência é muito rápida!”

A dinâmica da competência é muito rápida, passa a estar no princípio da organização do trabalho e vem assumindo papéis considerados tão ou mais importantes que a qualificação adquirida pelos processos formativos, ligados à profissionalidade. Ao trabalhador lhe são exigidos conhecimentos, habilidades e atitudes que superam a qualificação para atividades específicas.

enquanto o domínio de uma profissão, uma vez adquirido, não pode ser questionado (no máximo, pode ser desenvolvido), as competências são apresentadas como propriedades instáveis dentro e fora do exercício do trabalho. Significa dizer que uma gestão fundada na competência encerra a idéia de que um assalariado deve se submeter a uma validação permanente, dando constantemente provas de sua adequação ao posto, de seu direito a uma promoção ou a uma mobilidade promocional. (RAMOS:2002,194)

lamamoto (1992:184) enfatiza que a competência passa por “ir à raiz” e possibilita desvendar “a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação”; trata-se de uma “competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer”.

Neste sentido, tem-se a perspectiva de um perfil profissional “culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo” e “informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais”. (Ibdem:1999:144).

Na direção de pensarmos os sujeitos da formação - docentes e discentes cabe ressaltar que a materialidade de um projeto de formação objetiva-se nos perfis

de docentes e discentes e sendo assim, não podemos deixar de apontar mudanças nestes perfis. Entre os docentes, os vinculados à esfera pública vivenciam um quadro de sucateamento institucional e os da esfera privada, reduzida carga horária com dificuldades para outros projetos de qualificação profissional; o perfil discente é marcado pela predominância de alunos trabalhadores, com acentuados déficits educacionais e empobrecimento no universo cultural.

A conjugação destes fatores propicia fragilidades no perfil profissional que chega ao mercado de trabalho dificultando a inserção neste mercado, uma vez que novas exigências lhe são colocadas cotidianamente. A reflexão de Eutália expressa esta preocupação.

“o número de profissionais aumentou e tem a questão da desqualificação também. O número de Escolas aumentou e o conteúdo e a qualidade desse ensino não está acompanhando. O aumento do número não significa o aumento da qualidade. Eu acho que o profissional tem que estar mais preparado até porque o mundo está exigindo mais dele hoje. Exigindo que se coloque mais, que defina o que é capaz de fazer, quais as atribuições.”

Com o sentido da preocupação com a formação e as alterações advindas da LBD, alguns posicionamentos são firmes na defesa de uma educação com qualidade. Sendo assim, os cursos de graduação à distância, que já são realidade no Serviço Social, são duramente criticados, porém, com a consciência das dificuldades em reverter este processo que é mais amplo, envolvendo a política educacional.

“a graduação à distância... a gente é terminantemente contra! Agora, não acho que a gente tenha peso para barrar isso. Eu não vejo o movimento docente com uma pauta com densidade para isto, até porque é preciso ter clareza que a Universidade está na esfera da reprodução. O sujeito profissional das Universidades está absolutamente integrado à ordem. Só existe curso à distância porque existe adesão docente. Isso passa pelo sujeito. Agora, temos que distinguir: esse sujeito é um trabalhador e também alienado, não é só consciente. Isso é parte das contradições do processo, vai para a luta política, vai para a capacidade de amplitude da nossa intervenção, nossa capacidade de fazer política. A posição hoje da ABEPSS é contra os mestrados profissionalizantes e tem uma razão: é que nos fomos muito agredidas como área de conhecimento de mestrado acadêmico. Então, se nós abríssemos nessa conjuntura para o (mestrado) profissional, nós poderíamos perder o estatuto de área de conhecimento acadêmico. Então é tático, neste momento, não aceitar o profissionalizante.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

Na reflexão sobre a formação em Serviço Social, Ana Elizabete direciona suas análises para as diretrizes curriculares, em seus principais desafios.

“eu tenho uma crítica às diretrizes. Eu acho que as diretrizes não tinham que estar montadas em cima das competências, porque você tem competências que são universais. Agora, estas competências se singularizam. Planejar no campo da criança e do adolescente é uma coisa. Planejar no campo do judiciário é outra coisa. Planejar no campo da assistência, da previdência, da saúde é outra coisa. São singularidades. Essas singularidades são extensões da formação, estas estão descobertas. E quando estão cobertas, são cobertas pelo mercado privado, que são as especializações pagas.”

O processo desencadeado nacionalmente pela ABEPSS relativo à avaliação da implantação das diretrizes é colocado por Ana Elizabete como pedagógico com o objetivo de fortalecer a implantação das diretrizes, não visto em aspectos avaliativos, relativos à produtividade ou outros critérios que possam estabelecer parâmetros comparativos entre as Unidades de Ensino.

“a ABEPSS não é uma instituição avaliadora! O nosso investimento é formativo! Nós não estamos fazendo um julgamento, nem sobre a produtividade nem sobre aprendizagem nem sobre institucionalidade. Nosso objeto é a organização da formação embora a formação tenha todos esses aspectos. Nós estamos trabalhando com um que é a dimensão pedagógica da formação. Nosso objeto são os projetos pedagógicos e estamos trabalhando com os docentes dessas Universidades. Não posso prever qual será hoje o resultado mas não será mais a mesma coisa. Pode haver uma reação, pode haver uma oposição à ABEPSS e pode haver um fortalecimento desse isolamento, desse abandono que existe para muitos docentes. Uma coisa são esses docentes de universidades públicas, estadual, federal ou até então, confessionais, outra coisa é trabalhar em Universidade que não tem liberação para qualificação, que você é horista, etc., etc. Então é assim, essa é a condição! Então nós estamos investindo nisso!”

3. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA NECESSÁRIA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA

Articulações com os outros órgãos da categoria profissional, participações mais ampliadas, construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da desregulamentação do mercado de trabalho, uma nova forma de “fazer política”, são algumas das preocupações colocadas pelas entrevistadas, representantes do CRESS-9ª Região/SP (Eutália) e ABEPSS Nacional (Ana Elizabete).

Por considerarmos os depoimentos, carregados de significados, a seguir, elencamos os principais desafios apontados, na perspectiva de um debate em

aberto, com a necessidade de seu enfrentamento coletivo no sentido da direção política a ser construída por todos os sujeitos profissionais.

3.1 CRESS 9ª Região/SP

1 – *“Mobilizar a categoria é um desafio!”*

2 – *“Enfrentar essas discussões que estão postas! Como tem uma tendência dessas reestruturações, não só nas empresas privadas como também nas empresas públicas, pensar em algumas saídas. No caso dos cargos largos, a saída é que possa ocorrer a definição de vagas para determinadas profissões. São profissões importantes em determinados espaços e essas profissões têm que ser garantidas!”*

3 – *“articular com as Unidades de ensino, com a ABEPSS e com a ENESSO para poder ter mais força!”*

4 – *“a questão do sindicato. Eu acho que temos que abrir mais para essa discussão e até rever, se for o caso, os posicionamentos. Por mais que eu acredite que não dá para ter hoje, sindicato por categoria profissional forte, com poder de barganha, de repente é um espaço que a categoria está querendo que exista, pede o tempo todo, discute. Por que não? Então eu acho que não podemos fechar os olhos para isso. A gente teria que estar discutindo mais próximo com essas organizações sindicais. Não que tem que estar junto, tem que ter uma proximidade de discussão, discutir mais politicamente! Não achamos que é esse o caminho mas é uma discussão que tem que ser feita junto com a CUT. A gente tem que fazer articulação com o Sindicato, se eles existirem. Não acho que o CRESS possa existir à parte, tem que fazer articulação!” (Eutália – CRESS/SP).*

3.2 ABEPSS Nacional

1 – *“A ABEPSS está fazendo sessenta anos agora. Então, a história do Serviço Social brasileiro se confunde com a história da ABEPSS, que por sua vez, tem tudo a ver com a conjuntura de cada período histórico. No Brasil, a partir de 64, mais claro com os anos 70, final dos anos 70, meados dos anos 70, começa a expansão da pós-graduação. Então, há uma tendência, houve em todas as áreas de conhecimento, de se fazer duplicidade entre as associações de ensino, as associações de pesquisa e a pós-graduação. A ABEPSS resistiu a isso nos anos 90, quando foi proposta a criação de uma outra Entidade. Houve uma resistência a isso. A ABEPSS, eu acho que é a única Entidade que eu conheço que tem ensino e pesquisa, portanto graduação e pós-graduação. Eu fui diretora do CEDEPS em 95/96, quando nós, inclusive criamos o formato científico-acadêmico. A primeira vez que o Encontro de pesquisadores passou a ter a sigla ENPESS. A primeira vez que tivemos anais, resumos publicados foi em 96. Então, de dois em dois anos, a ABEPSS, durante um determinado período, se volta para pesquisa e pós-graduação. A partir desses 10 anos, a partir também do ENPESS, a ABEPSS começou a poder ser ouvida em alguns órgãos de fomento. Mas ela, mesmo que na organização tenha coordenação de pós-graduação e coordenação de*

graduação, não dá conta! O ensino tritura. A dimensão do ensino tritura a ABEPSS, principalmente nesta conjuntura de expansão dos cursos de graduação privados. Houve também, expansão da pós-graduação, toda ela era pública ou confessional. Hoje nós temos 23 cursos! Levamos 20 anos com 07 cursos, mas, de 20 anos para cá cresceu, nós temos hoje outra realidade! Nós temos o quadro docente, em sua grande maioria, com titulação de doutor. Se esses quadros não encontrarem formas de fazer pesquisa e a pesquisa só se dá a partir da pós-graduação, porque você não tem financiamento para pesquisa na graduação, é possível também que nós estejamos acompanhando a tendência das Universidades de excelência etc e tal, serem as universidades que tem graduação, mestrado e doutorado e as universidades dos extensionistas que se transformam em prestadoras de serviços e as Unidades que fazem os centros acadêmicos e as que só fazem graduação. Este desafio, ela vai ter que discutir, porque no sistema atual, a gente não pode publicar, formar redes de pesquisa, estimular encontros descentralizados de pesquisa, assumir o protagonismo com interlocutor junto ao MEC, junto aos órgãos de fomento, junto aos coordenadores dos cursos de graduação com essa estrutura que nós temos. Então, ou os cursos de pós-graduação nos reconhecem, se filiam como Entidades, disputam direções de coordenação de pós ou vamos fazer de conta que somos uma associação científica. Nós temos sido associação de ensino com muito orgulho! Agora, associação de ensino e pesquisa eu acho que é um desafio! Acho que foi sábio não criar uma Entidade paralela, mas acho que dado o vazio que existe sobre essa questão, nós temos duas tendências: ou vai sair um grupo aí, propondo a fundação ou há a tendência dos coordenadores dos cursos de pós-graduação assumirem, vamos dizer do ponto de vista formal, burocrático, um papel que a Entidade não conseguiu assumir.” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional).

Questionada se há um fortalecimento da Universidade neste caminho responde,

“Não! Essa é uma cultura a ser construída. É uma questão que pesquisadores e coordenadores de pós-graduação precisam entender sobre a importância de ter uma associação científica forte. Esse é um grande desafio da ABEPSS, a questão da sua representação, sua materialidade, sua dinâmica como associação científica. Eu faço questão de, aonde for, me apresentar como representante da associação científica. Então, o primeiro desafio, é o da dimensão de entidade científica da ABEPSS.”

2 –“outro grande desafio que a ABEPSS vai enfrentar que ainda não se colocou mas é potencialmente tendência a acontecer é que hoje as filiações na ABEPSS são mais privadas do que públicas. Eu atribuo a duas coisas: primeiro, é uma coisa cartorial, no MEC é obrigado se filiar na ABEPSS para você ter o curso credenciado, o curso aprovado. Então essa filiação é compulsória, embora não haja uma fiscalização e todos, quando vão fazendo três anos, pedem filiação pois precisam anexar ao processo. Então, esse é um dado cartorial, não político. A dimensão política, quando vai aparecer? Quando essas Entidades privadas começarem a disputar a direção da ABEPSS. Até o momento, isso não se colocou! Então, eu acho que esse é um processo que pode vir a acontecer principalmente para as novas gerações. E o desafio vai ser: é

possível para a ABEPSS continuar tendo uma direção política, crítica e articulada quando o Setor privado entrar? Eu faço uma distinção entre a instituição privada e o profissional da instituição privada. Eu não acho que exista mecanicismo: “há a instituição privada, portanto, todos que trabalham na instituição privada são cooptados, são conservadores.” Eu acho que não é por aí! Eu acho que é um coletivo profissional, pode ter resistência, por ser formado! Esse é o desafio da ABEPSS: apesar da privatização, conseguir manter uma organicidade entre os docentes da associação.”

3 – “outro desafio é, de fato, tornar compreensível as diretrizes e não que elas se transformem num código, numa palavra, uma coisa burocrática. O entendimento da lógica, dos princípios, das diretrizes, esse trabalho precisa ser feito!”

4 – “outro desafio neste momento é a questão da articulação latino-americana das Escolas. Acho que é um desafio que está em processo!”

5 – “acho que outro desafio é a gente conseguir politizar as demandas da ABEPSS, fazendo uma distinção do que está ao nosso alcance e o que extrapola a nossa finalidade até por absoluta falta de condições e remeter isso para o movimento docente. Demandas mil e condições de trabalho, denúncias e tal!”

6 – “a ABEPSS precisa de outra política para fazer política, porque outro desafio é sua estrutura. A ABEPSS tem estrutura continental. Eu digo que a ABEPSS de manhã é um sindicato, no meio do dia um partido político, de tarde uma associação de ensino, de noite de pesquisa, fora as demandas formais do MEC, das Fundações de pesquisa e tal. Nós somos muito poucos! Uma receita limitadíssima, muito trabalho! Então, com essa estrutura, eu acho difícil a gente dar conta de tudo isso. É um milagre, só o compromisso das pessoas!” (Ana Elizabete – ABEPSS Nacional)

São vários os desafios colocados pelas entrevistadas com pontos coincidentes, dentre estes, a importância da mobilização e articulação da categoria para o enfrentamento das questões postas, destacando a necessidade de “pensar saídas” para cenários como os relativos aos cargos largos, a politização das demandas e a organicidade entre os assistentes sociais na direção das defesas ético-políticas da profissão. São enfatizados os processos de articulação com os órgãos da categoria e maior abertura ao debate sindical, além da articulação internacional com as Escolas da América Latina, através da ALAETS.

Os desafios são muitos e acreditamos que seja tarefa dos profissionais a construção coletiva de estratégias que possam superá-los, o que vem sendo feito historicamente, possibilitando o fortalecimento desta profissão nestes 70 anos de Serviço Social no Brasil!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“o nosso campo de trabalho não é tão restrito! Há grandes possibilidades de trabalho, basta se preparar para conquistá-lo, pois hoje mais do que nunca, o Serviço Social é uma das profissões mais importantes..”.
(Assistente Social)

Ao iniciarmos este tese, embasadas na observação participante sobre os cancelamentos dos registros profissionais no CRESS-9ª Região/SP acreditávamos que poderia estar ocorrendo uma retração no mercado de trabalho do assistente social e conseqüente aumento do desemprego.

As reflexões assentavam-se em análises lineares e destituídas de movimento, com leituras reducionistas e simplificadoras do real baseadas na relação:

- profissionalização do Serviço Social nos anos 1930 quando o Estado amplia suas ações no campo social - expansão do mercado de trabalho;

- momento atual: mudanças societárias com a retração do papel do Estado e novas configurações no mundo do trabalho - impactos: retração ao mercado de trabalho do assistente social / desemprego profissional.

Após a finalização desta Tese, temos clareza que tais análises estavam destituídas das mediações necessárias à compreensão em uma perspectiva dialética.

Com vistas a aprofundarmos o estudo sobre a temática, realizamos um rigoroso percurso metodológico que nos permitiu conhecer a experiência dos sujeitos que vivenciam os processos de inserção ao mercado de trabalho, ouvir as representantes do CRESS-9ª Região/SP e ABEPSS Nacional e mapear a realização dos concursos públicos nos últimos anos.

Com base em todos estes elementos, podemos afirmar que esta profissão alcançou em seus 70 anos de existência no Brasil, legitimidade pela seriedade na condução de suas defesas, com intervenções concretas assentadas em concepções teórico-metodológicas, instrumentos, técnicas, valores e projetos diferenciados que extrapolaram seu campo endógeno.

Os impactos das mudanças societárias afetam, de uma maneira geral, as profissões e a todos os trabalhadores exigindo novas mediações. Como verificamos, a gênese das profissões vincula-se como conseqüência da divisão social e fabril do trabalho as quais estão ligadas, em uma relação dialética, às necessidades humanas

básicas e à organização da produção, com isto, sofrem alterações advindas das complexidades sociais de cada momento histórico. Sua legitimação advém da importância da intervenção em necessidades sociais a serem supridas exigindo mediações sócio-institucionais, construídas coletivamente, frente às demandas sócio-históricas. O conceito da profissionalização é vinculado à formação exigida dos sujeitos, ou seja, sua qualificação para determinado exercício profissional.

No século XX, especialmente entre as décadas de 20 a 40, centradas nos padrões tayloristas-fordistas, as profissões eram reconhecidas por sua eficiência técnica. O profissionalismo referia-se às habilidades técnicas e conhecimentos teóricos e a empregabilidade era pressuposto inerente à relação escolaridade – formação – emprego.

Com uma nova crise do capital no último quartel do séc. XX ocorrem inúmeras transformações, dentre estas, a reestruturação produtiva do capital, sendo um de seus aspectos, a desregulamentação do uso da força de trabalho, contexto em que o binômio escolaridade - formação não necessariamente indica a inserção ao emprego, pois as possibilidades de trabalho passam a depender de outras mediações, como as ligadas ao campo das competências, consideradas as fornecedoras da flexibilidade exigida nos processos de produção.

As conseqüências destes processos para os trabalhadores são extremamente adversas com um conjunto de tendências prejudiciais marcadas pela desregulamentação do mercado de trabalho e crescentes investidas nos direitos conquistados que intensificam a precarização do trabalho.

Este conjunto de mudanças estruturais atinge diretamente todos os trabalhadores e também o assistente social. Embora a profissão seja regulamentada como profissão liberal podendo o assistente social exercê-la de maneira autônoma, a condição do assistente social, majoritariamente, é a de um trabalhador assalariado com vínculos diretos nas relações que perpassam o mercado de trabalho.

O movimento dos cancelamentos dos registros profissionais dos assistentes sociais no CRESS - 9ª Região expressa uma realidade marcada por dificuldades na inserção e/ou permanência ao mercado de trabalho, com intensa mobilidade.

O movimento “inscreve-cancela-reinscreve-cancela” demonstra que uma parcela significativa da categoria profissional vivencia a luta pela inserção ao mercado de trabalho com incertezas e fragilidades, tendências a uma inserção precarizada, com baixos salários e mesmo, a convivência com o desemprego. Pela

necessidade de sobrevivência, alguns passam a atuar em outras áreas ou a buscar o aprimoramento/realização de outros cursos que lhes tornem mais competitivos na luta por esta inserção.

As baixas condições salariais são desmotivadoras ao exercício profissional e muitos dos que informaram não atuar na área enfatizaram ser este um forte motivo para buscar inserção em outras áreas consideradas mais vantajosas em termos financeiros.

A realidade apresenta ainda, maior competição neste mercado de trabalho advinda de um número crescente de novos assistentes sociais recém-formados buscando a inserção neste espaço, de assistentes sociais que já estão inseridos formalmente mas buscam complementar seus salários com outras vinculações institucionais e ainda, com profissionais de outras áreas que disputam vagas nos cargos largos.

As dificuldades de inserção são maiores para os assistentes sociais recém-formados e os que residem no interior do Estado sendo prejudicados pelas relações de maior proximidade (de parentesco ou políticas) que ainda são fortes e predominam nestes locais. Estas relações, marcadamente vinculadas aos interesses privados/individuais sobrepondo ao interesse público, prejudicam não só a inserção formal ao mercado de trabalho como também no direcionamento ético-político do exercício profissional.

Quanto aos motivos para o cancelamento dos registros profissionais no CRESS 9ª Região/SP, em 2004, o índice maior relaciona-se ao não exercício da profissão, porém este dado suscita dúvidas. Primeiro, conforme depoimentos de alguns dos assistentes sociais que cancelaram seus registros, muitos permanecem na área e atuam como voluntários mas não concebem o trabalho como exercício profissional; segundo, a carteira de trabalho profissional não é um documento que demonstra a real situação ocupacional do trabalho pois a vinculação muitas vezes passa por outras formas, como por exemplo, por contratos ou mesmo outras nomenclaturas que não tipificam as atribuições privativas do assistente social.

Sendo assim, muitos assistentes sociais podem estar atuando na área com outras vinculações/nomenclaturas e efetuam o cancelamento do registro, com isto, cessam suas obrigações com o CRESS no sentido do pagamento da anuidade mas permanecem atuando. Apesar destas considerações, cabe ressaltar que os dados são significativos quanto a não inserção efetiva na área profissional, o que reforça

nossas análises relativas às dificuldades de inserção ou permanência no mercado de trabalho profissional.

De maneira relevante, em segundo lugar, a não apresentação do diploma (formação recente) aparece como significativa, através dos cancelamentos efetivados via ex-ofício. São assistentes sociais com formação recente que apresentam maior dificuldade de inserção ao mercado (com isto, dificuldades de quitar pendências com a Faculdade/liberação do diploma), vias de inserção sem a necessária comprovação como bacharel na área, ou desistência em atuar na área por outros interesses/vinculações profissionais.

Em terceiro lugar, encontram-se os que efetuaram seus cancelamentos motivados pela aposentadoria. Apesar da condição de aposentados, isto não quer dizer uma não inserção ao mercado de trabalho pois alguns continuam trabalhando seja por necessidades financeiras ou motivados a uma atuação voluntária. Situação importante refere-se a grande parte não conceber tal atividade como exercício profissional, relacionando esta concepção ao vínculo formal (salário e registro no CRESS).

Nos depoimentos dos assistentes sociais, outra análise importante refere-se às relações estabelecidas entre o CRESS e a categoria nos processos relativos ao ato do cancelamento do registro. É notória a insatisfação apresentada pelos assistentes sociais. Estas relações são marcadas por tensões, sentimentos negativos com o Conselho e críticas quanto à sua atuação.

A entrevistada do CRESS 9ª Região/SP destaca que a relação estabelecida nos processos de cobrança/regularização com o Conselho é difícil mas necessária. Enfatiza que a consciência das dificuldades dos assistentes sociais relativas à inserção profissional e condições de salário e trabalho sempre foram motivos de intensas discussões no Conjunto CFESS/CRESS e muitas vezes, o reconhecimento destas dificuldades sobrepunham, em grau de importância, às atividades relativas aos procedimentos de cobrança das anuidades o que fez com que o nível de inadimplência ficasse extremamente alto. Mas, sendo este, um dos papéis formais do Conselho há um direcionamento atual e não se tem “como fugir “ desta função.

“a inadimplência era altíssima... isto foi um debate que aconteceu nos Encontros Nacionais porque não era só o CRESS/SP. Era o Conjunto que tinha uma dificuldade enorme de executar. Eu acho que vivi um pouco aquele papel... como é que o profissional que trabalha com a população mais empobrecida, com a população mais excluída começa a se colocar dentro das dificuldades do profissional! Então, hoje a gente sente

que os profissionais reclamam mesmo do CRESS estar exercendo esse papel, essa função, mas não tem como fugir dela! Se o CRESS fica deficitário, não tem como bancar as suas contas, porque existe uma não cobrança da anuidade. A Diretoria que está no CRESS é responsável por isto! Então, o CRESS deixou muito tempo sem fazer isso... pecou por falta de ação durante um período muito grande. A gente tem tentado estudar os casos mais críticos Mas isso não é uma regra, é exceção porque senão a gente perde o papel e a função. Tem uma insatisfação por parte daqueles que estão vivendo essa situação. Por outro lado, os outros que estão cumprindo com sua obrigação, exigem que o Conselho faça isso.” (Eutália – CRESS/SP).

Considerando os depoimentos, acreditamos ser importante que o Conselho possa reforçar as relações com a categoria profissional ampliando seus contatos no sentido do esclarecimento continuado dos deveres e direitos junto ao Órgão utilizando de seus espaços comunicativos como o jornal, a mala-direta, o Clipping, a página da Internet, dentre outros.

Esta Tese possibilitou verificar que a realidade profissional é marcada por maiores dificuldades na inserção ao mercado de trabalho mas não aponta uma retração a este mercado. Pelo contrário, trata-se de um mercado em expansão, impulsionado pela abertura de vagas na esfera pública, sendo a saúde ainda a que agrega maior número de assistentes sociais, seguida de perto pela assistência social porém com outras áreas em expansão.

Este contexto demonstra a legitimidade alcançada pela profissão em seus 70 anos de efetivo exercício profissional no Brasil. Sob a ótica da totalidade, como um tipo de ação profissional que atua na produção/reprodução social, sendo o objeto do trabalho do assistente social as múltiplas expressões da questão social este exercício profissional se consolida articulado a um projeto de sociedade com princípios ligados à defesa da democracia, equidade e justiça social, posicionando-se firmemente em favor de uma nova ordem societária sem dominação. Esta direção social encontra-se legitimada nas diferentes instâncias da categoria e presente na Lei de Regulamentação, no Código de Ética Profissional (1993) e nas diretrizes curriculares.

Apesar dos avanços da profissão, cabe ressaltar alguns de seus desafios contemporâneos:

- pelos processos de desregulamentação presentes na esfera societária, a fiscalização do exercício profissional, como função precípua dos CRESS, apresenta limites;

- a discussão das especialidades, a reestruturação dos espaços de trabalho, como vagas para os cargos largos e novas nomenclaturas, apontam a necessidade de mediações que possam fortalecer os princípios defendidos por esta categoria profissional;

- o papel da formação/qualificação neste momento histórico em que a lógica das competências (que se transmitem rapidamente) rege os processos produtivos;

- a organicidade entre os docentes e as diretrizes curriculares tendo como norte, a formação numa dada direção social, considerando o alargamento da esfera privada que apresenta desdobramentos vinculados à lógica da mercantilização do ensino;

- o fortalecimento dos órgãos da categoria profissional na defesa dos princípios defendidos em um momento de recuo/descrência na participação política;

- a construção de mediações que possibilitem a efetiva articulação entre os órgãos profissionais e maior abertura ao debate sindical; na esfera internacional o fortalecimento das articulações envolvendo ALAETS, Comitê Mercosul e FITS.

Estes são alguns dos desafios à profissão nesta quadra histórica. Apesar de inseridos em um momento histórico marcado pelas incertezas, podemos afirmar à luz de nossa experiência profissional e dos resultados da pesquisa, que os assistentes sociais que vem construindo esta profissão não se furarão de enfrentá-los através do debate e da construção coletiva de estratégias que têm sido a marca desta profissão.

Finalizando, temos clareza que esta Tese não exaure a temática, é uma contribuição na tentativa de desvendar processos em movimento, com isto, abre um leque de possibilidades para novas leituras e aprofundamentos que o tema comporta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. – O Serviço Social no século XXI. São Paulo: Cortez, Ano XVII, abr.1996. p. 143-171.

_____. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996).

_____. Formação profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS** n.7, Edição Especial ABESS 50 anos. São Paulo: Cortez, nov. 1997. p.58-76.

_____.;CEDEPSS. Configuração de um projeto profissional para o serviço social: o pensamento das entidades nacionais. **Cadernos de Pesquisa CEDEPSS**, n.1, ago. 1994.

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXV, especial, São Paulo: Cortez, 2004. p.72-81.

ABRAMIDES, M. Beatriz C.; CABRAL, M. do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social** - trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988. São Paulo: Cortez,1995.

ABREU, Ana Cristina. **Política nacional de fiscalização**. SEMINÁRIO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS COFIS. Belo Horizonte: CFESS (gestão 2002/2005), 9 a 11 de nov. 2002.

ABREU, Haroldo Baptista. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais** – capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS-CEAD/UNB, 1999. Módulo 1. p.33-44.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed., São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais** – capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS-CEAD/UNB, 1999. Módulo 1. p.18-31.

_____. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. (Org.). **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O caracol e sua concha** – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcel Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade** – o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp; Campinas/SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003. p. 107-152.

BARAN, P.A.; SWEEZEY, P.M. **Capitalismo monopolista** – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARROCO, M. Lúcia. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais** – capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS-CEAD/UNB, 1999. Módulo 2. p.119-136.

_____. **Ética e serviço social** – fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROS, Décio Silva. Serviço social – profissão ou ideologia? **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 13, São Paulo: Cortez, Ano IV, dez. 1983. p. 5-21.

BARTLETT, Harriett M. **A base do serviço social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

BAUM, Gregory. A Modernidade: Perspectiva Sociológica. Vários autores. A Modernidade em Discussão. **Revista Concilium**, n. 244, Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma** - desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAVERMAN, HARRY. **Trabalho e capital monopolista** – a degradação do trabalho no século XX. 3. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed, Petrópolis/RJ: Vozes, Ijuí/RS:Unijuí, 2005.

CAMARGO, José Márcio (Org). **Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, Denise B. Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

CARVALHO, Lejeune M.G. Xavier; AZEVEDO, Carlos Alberto Schimit de. As profissões liberais no Brasil: história e organização nacional. In: **Livreto da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL**. Brasília /DF, 2003. p.35-52.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CFESS. Serviço social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, São Paulo: Cortez, abr.1996. p.172-190.

_____. **Código de ética do assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3. ed. ver. e atual., Brasília, 1997.

_____. **Lei de regulamentação profissional**. Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957.

_____. **Resolução 378/98**. Altera a consolidação das resoluções do CFESS.

_____. **Resolução 383/99**. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde.

_____. **A contribuição do CFESS para o debate sindical**. Brasília/DF, jul. 2001. Mimeografado.

_____. **Atribuições privativas do (a) assistente social – em questão**. Brasília/DF, fev,2002.

_____. **CFESS manifesta**. Análises Conjunturais. Brasília (Gestão 2002/2005), jul. 2004.

_____. (Org). **Assistentes sociais no Brasil - elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília /DF, maio 2005.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; MENEZES-FILHO, Naércio A. (Orgs.) **Mercado de trabalho no Brasil - Salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças**. São Paulo: LTr, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CONSELHO Nacional de Saúde. **Resolução 218/97**. Reconhece o assistente social como profissional da saúde. Diário Oficial 83, 5 maio.1997.

CRESS – SP. **Legislação brasileira para o serviço social** – coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social. São Paulo: Cress/SP, gestão 2002-2005.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho** – estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed ampl., São Paulo: Cortez : Oboré, 1992.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** 2. ed., São Paulo: Senac, 2004. (Série Ponto Futuro: 10)

DUBAR, Claude. **A socialização** – construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social** – pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FERNANDES, Neide A. **A atuação do conselho regional de serviço social de São Paulo em relação às denúncias éticas: 1993 a 2000**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, São Paulo, mar.2004.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social – Temporalis, **Revista da ABEPSS**, ano 1, n. 1, jan./ jun. 2000. Brasília/DF, 2000. p. 81-97.

FREIRE, Lúcia M. B. **O serviço social na reestruturação produtiva** - espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIEDMAN, G.; NAVILLE, Pierre. **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix: Universidade de São Paulo, s/d.

GAMBA, Luísa Hickel. A fiscalização do exercício das profissões pelos conselhos e ordens. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região – EMAGIS, 30 jun.2004. Acesso à internet em 3 jul.2006.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. MINAYO, M. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social** – teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 21. ed., capítulo IV, 1994. p.67-80.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HENRIQUEZ, B. Alfredo. A teoria funcionalista das profissões e o serviço social. NEGREIROS, M. Augusta Geraldês et.al.. Serviço social - profissão & identidade. Que trajetória? **Cadernos do Futuro**, edição dos autores, São Paulo: Veras Editora, 1998. p. 67-98.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções** – 1789 -1848. 8. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A era do capital**– 1848-1875. 11. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO. Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 5. ed. São Paulo: Cortez; Lima-Peru: Celats, 1986.

_____. O serviço social em tempos de globalização. **Revista Inscrita**, n. III, ano II, Brasília/DF, nov.1998. p.13/18.

_____. O serviço social na divisão do trabalho. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992. p. 87-112.

_____. Competência e formação profissional. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992. p. 182-192.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais** – Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-CEAD/UNB, 1999. Módulo 1. p.111-128.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. **Atribuições privativas do(a) assistente social** – em questão. CFESS (Comissão de Fiscalização). Brasília (DF), 2002. p.13-46.

_____. Regulamentação para reconhecimento e registro de título de especialista em serviço social pelo conselho federal de serviço social – CFESS. **Parecer técnico**. Rio de Janeiro, jun.2003. Mimeografado.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, revista da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade, v. 8, n. 1. São Paulo, mar. 1994. p. 2-12.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS PARA DEBATES NO SIMPÓSIO INTERPROFISSIONAL SOBRE SERVIÇO SOCIAL, PSICOLOGIA E SOCIOLOGIA. **Comunicação**. Rio de Janeiro, 12 a 17 de maio de 1974.

KONDER, Leandro. **Marx**. Vida e obra. 6. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KREIN, José Dari. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade** – o Brasil dos anos 90. São Paulo: Unesp; Campinas/SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003. p. 279-322.

LEITE, Márcia de Paula. **Trabalho e sociedade em transformação** - mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINELLI, M. Lúcia. **Identidade e Alienação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O serviço social na transição para o próximo milênio – desafios e perspectivas. Temas Contemporâneos, **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XIX, n. 57, São Paulo. Cortez, 1998. p.133-148.

_____. (Org.). **Pesquisa qualitativa** – um instigante desafio. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (Nepi). São Paulo:Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Estudos e Pesquisa 1.)

_____. Pensar a identidade, eis a tarefa: um ensaio sobre a identidade profissional do Serviço Social. KARSCH, Úrsula M. (Org.). **Estudos do serviço social Brasil e Portugal II**. São Paulo: Educ, 2005. p. 65-78.

MARQUES, Rosa Maria. Mudanças do mundo do trabalho e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, revista da Fundação Seade, V.9., n.4, São Paulo, 1995. p.46-53.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. v.1, livro primeiro, São Paulo, abr. 1983.

_____. **Para a crítica da economia política do capital** – o rendimento e suas fontes. São Paulo: Coleção Nova Cultural Ltda., 1999. (Coleção Os Pensadores)

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MINAYO, M. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social** – teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 21. ed, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em Saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**: as determinações do serviço social na empresa. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. A cultura da produtividade e da insegurança no novo mundo do trabalho. **Revista Inscrita**, ano II, n. III, Brasília/DF, nov. 1998. p. 7-12.

NETO, João Clemente de Souza; LIBERAL, Márcia M. C. de. **A metamorfose do trabalho na era da globalização**. São Paulo: Arte Impressa, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, abr.1996. p. 87-132.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-CEAD/UNB, 1999, Módulo 1. p.91-110

_____. Notas sobre a reestruturação do estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. BOSCHETTI, Ivanete et.al. (Orgs.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UNB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004. p. 61-83.

_____. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 79, ano XXV – especial, São Paulo: Cortez, 2004. p. 5-26.

_____. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84, ano XXVI, São Paulo: Cortez, nov. 2005, p. 5-20.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. V. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Trabalho e Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. V. II – Perspectivas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, Carlos A. Barbosa de.; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil** – modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (des)qualificação da educação profissional brasileira**. V. 101, São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões de nossa Época)

PAIVA, Beatriz A. de et al. Reformulação do código de ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. BONETTI, Dilséa A. et al. (Orgs.). **Serviço social e ética** – convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, Brasília/DF: Cfess, 1996. p. 159-173.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada** – políticas de exclusão na educação e no trabalho. cap.III, São Paulo: Cortez; Buenos Aires/Argentina: Clacso, 2001. p. 49-64.

PAPI, Silmara de O. Gomes. **Professores**: formação e profissionalização. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2005.

PEREIRA, Ricardo T. do Valle. Histórico dos conselhos de fiscalização do exercício profissional. FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.) **Conselhos de fiscalização profissional** – doutrina e jurisprudência. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 2001. p. 19-30.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília/DF:Thesaurus, 1996.

_____. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.73, ano XXIV, São Paulo: Cortez, mar. 2003, p.75-100.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização** – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. **A década dos mitos** – o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. As perspectivas do trabalho na economia moderna. DOWBOR, Ladislau et.al. (Orgs.). **Desafios do trabalho**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 17-24.

PRÉDES. Rosa (Org.). **Mercado de trabalho do serviço social**: fiscalização e exercício profissional. Maceió/AL: EdUFAL, 2002.

RAMALHO, Jether P.; ARROCHELLAS, M. Helena (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez; Petrópolis/RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL), 2004.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

REVISTA DA FOLHA. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 out.2005.

REY, B. F. et.al. Preparação para a aposentadoria e os programas nesta área. Mundo do Trabalho, **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 52, ano XVII, São Paulo: Cortez, dez.1996, p. 146-160.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. v.16, 12. ed., São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época)

RODRIGUES, Iram Jácome. Transformações do trabalho e ação sindical no final do século XX: algumas questões. SILVA, Josué P. et.al (Orgs). **Crítica contemporânea**, cap. 7, São Paulo:Annablume:Fapesp, 2002. p. 153/168.

SALUM, M. Josefina Leuba et al.. **Pesquisa social em saúde**: lições gerais de metodologia – a elaboração do plano de pesquisa como momento particular da trajetória teórico-metodológica. São Paulo, 1999. (Trabalho apresentado no 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE (ABRASCO), dez.1999). Mimeografado.

SALVADOR. Evilásio. Implicações da reforma da Previdência sobre o mercado de trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 81, ano XXVI, São Paulo: Cortez, mar. 2005. p.7-39.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Nova Cultura, 3. ed., 1992.

SANTOS, Ariovaldo. A reforma trabalhista e sindical do Governo Lula: de volta aos parâmetros neoliberais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 81, ano XXVI, São Paulo: Cortez, mar.2005, p.40-57.

SCHERER, Elenise. **Tempo de contra-reforma**. Manaus/AM: Valer, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. rev. e ampl. de acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Márcia P. Mendes; VALLINA, Kátia de A. Lima (Org.). **O assistente social e as mudanças no mundo do trabalho**. Manaus: Edua, 2005.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, revista da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), v.10, n.1, São Paulo, jan./mar. 1996, p. 3-12.

_____. **Globalização e desemprego** – diagnóstico e alternativas. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Rosany B. de; AZEREDO, Verônica G. O assistente social e a ação competente: a dinâmica cotidiana. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXV, São Paulo:Cortez, nov. 2004. p. 48-58.

TARTUCE, Gisela L. B. Pereira. Algumas reflexões sobre a qualificação do trabalho a partir da sociologia francesa do pós-guerra. **Educação e Sociedade**, n. 87, v.25, Revista de Ciência da Educação, Centro de Estudos Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez; Campinas:Cedes, maio/ag. 2004. p. 353-383.

TELLES, Vera da Silva. A cidade e o trabalho. **Cadernos Le Monde Diplomatique** – um outro mundo urbano é possível. Instituto Abaporu, Pólis e Veraz Comunicação. Especial n.2. São Paulo, jan.2001. p. 34-37

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Terceiro setor e despolitização. **Revista Inscrita**, ano III, n. VI, Brasília/DF:Cfess, jul. 2000, p.13-18.

_____. Voluntariado e profissionalidade na intervenção social. **Revista Políticas Públicas**, v.6, n.2, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2002.

_____. O serviço social e o momento histórico da sociedade brasileira. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**, Introdução, São Paulo, Conselho Regional de Serviço Social, 9ª região, gestão 2002-2005, 2004, p.13-29. (Coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social)

Acessos à Internet

<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br>

<http://www.revistadoutrina.trf4.gov.br/artigos/administrativo/lhickel.htm>

www.abepss.ufpe.br

www.cfess.org.br

www.cress-sp.org.br

www.saserj.org.br

ANEXOS

1. FORMULÁRIO PREENCHIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL NO ATO DO CANCELAMENTO NO CRESS - 9ª REGIÃO/SP

ILMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 9ª REGIÃO/SP

Nome Completo: _____ CRESS nº _____
 Nacionalidade: _____ Natural de: _____ UF _____
 Nascido aos: _____ Estado Civil: _____ Fator Sangüíneo: _____ RH _____
 Filiação: _____ e _____
 Carteira de Identidade nº: _____ UF: _____ Expedição: _____
 CPF nº: _____ C.T.P.S. Nº: _____ Série: _____ UF _____
 Título de Eleitor nº: _____ Zona: _____ Seção: _____ Mun.: _____
 Emissão: _____ Cart. Reservista nº: _____ Cat.: _____ Emit.: _____ CSM _____
 Residente a: _____
 Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP: _____
 Tel.(Res.): _____ E-mail: _____
 Endereço comercial: _____
 Bairro: _____ Cidade/UF: _____ CEP _____ Tel/Fax: _____
 Diplomado pela: _____
 aos _____ Diplomado registrado sob nº _____

Vem solicitar a V. Sa. de acordo com as normas legais em vigor:

Inscrição Condicionada Inscrição Definitiva Direta
 Inscrição definitiva (entregº do diploma) Prorrogação de Inscrição Condicionada
 Reinscrição Transferência de _____ p/ o CRESS _____ Reg.
 Cancelamento Interrupção do Exercício Profissional
 Dispensa do pagto. Por ter completado 60 anos Cédula de Identidade Profissional
 Apostilamento do nome de casada Mudança de Estado Civil
 2ª Via da Carteira de Identidade Profissional por: _____ Perda Furto Outros: _____
 2ª Via da Cédula de Identidade Profissional por: _____ Perda Furto Outros _____

Justificativa: _____

Nestes termos,
 Pede Deferimento.
 Data _____

Assinatura

<p>Ao Setor de Inscrição <input type="checkbox"/> presente pedido encontra-se devidamente instruído e conferida a documentação. Sou portanto, favorável ao deferimento. São Paulo, ____/____/____</p> <p style="text-align: center;">Recepção</p>	<p>Sr. Presidente Setor de Inscrição acolhe o parecer São Paulo, ____/____/____ _____ Setor de Inscrição - Chefe Deferido à vista do parecer supra do Setor de Inscrição São Paulo, ____/____/____ _____ Presidente do CRESS</p>
<p>HOMOLOGAÇÃO: Homologado na _____ Reunião de Diretoria. Realizada no dia ____/____/____ pela Resolução. Nº _____ São Paulo, ____/____/____</p>	<p>PUBLICAÇÃO: Publicado no _____ Nº _____ de ____/____/____ _____ 1º Secretário do CRESS</p>

2. DECLARAÇÃO ASSINADA PELO ASSISTENTE SOCIAL NO ATO DO CANCELAMENTO NO CRESS - 9ª REGIÃO/SP

DECLARAÇÃO PARA CANCELAMENTO DE REGISTRO

Eu, _____, de nacionalidade _____, estado civil _____, assistente social devidamente registrada perante este Conselho Regional de Serviços Social – CRESS 9ª. Região, sob o nº _____, portador (a) da Cédula de Identidade RC nº _____, inscrita no CPF/MF sob nº _____, residente e domiciliada na cidade de _____, Estado de _____, à Rua/Av. _____, declaro, para os fins e efeitos de direito, que eu estiver com o registro cancelado não exercerei a profissão de Assistente Social ou qualquer função ou cargo que envolva o exercício da profissão partir de ____/____/____.

Diante de tal afirmação, solicito o cancelamento de meu registro junto a este órgão, anexando, para instrução de meu pedido cópia de minha Carteira Profissional, afim de que se comprove o não exercício da profissão.

Estou ciente de que o cancelamento do registro não cancela débitos gerados até a data deste pedido.

Fico ciente, de que serão aplicáveis as penalidades previstas no Código de Ética e no Código Penal Brasileiro, no caso de inverídicas as afirmações de ora declaro.

Conforme disposto no artigo 5º. da Lei nº 8662/93, de 7 de junho de 1993, "in verbis", declaro estar ciente de que são as atribuições privativas do assistentes social:

1. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
2. planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
3. assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
4. realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
5. assumir, no Magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
6. treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
7. dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social;
8. dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
9. elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para assistentes sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
10. coordenar seminários, encontros, congressos e eventos semelhantes sobre assuntos de Serviço Social;
11. fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
12. dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
13. ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Para maior clareza, firmo a presente declaração.

São Paulo, ____ de _____ e _____.

Assinatura da (o) Assistente Social

3. QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS QUE FINALIZARAM O ANO DE 2004 COM SEUS REGISTROS CANCELADOS

Prezada (o) Assistente Social,

Meu nome é Terezinha Rodrigues, sou assistente social e faço Doutorado na PUC/SP sob a orientação da Profª Drª Maria Lúcia Martinelli. Meu tema está ligado ao mercado de trabalho da (o) assistente social e estou verificando a situação das (os) assistentes sociais que efetuaram o cancelamento de seus registros no CRESS - São Paulo no ano de 2004, no sentido de analisar os motivos e outras situações ligadas à necessidade de tal cancelamento.

Sua experiência é importante para analisarmos os desafios que estão colocados à profissão, razão pela qual solicito suas respostas ao presente questionário mesmo que já tenha efetuado sua reinscrição no CRESS, ressaltando que o trato das informações será efetuado de maneira extremamente ética com o sigilo das informações, sendo as mesmas não tratadas de maneira individualizada.

A postagem desta correspondência já prevê o seu reenvio, sem ônus financeiro, e reitero a importância de sua resposta que será aguardada até o dia 20/04/06. Posteriormente, pretendo efetuar o retorno (devolutiva) das informações e neste sentido, caso queira, deixe seu e-mail. Agradeço a atenção dispensada.

I - IDENTIFICAÇÃO

1 - Sexo: () feminino () masculino

2 - Idade: _____

3 - Ano de formação em Serviço Social: _____

4 - Faculdade em que se formou: _____

() pública () privada () outros: _____

5 - Efetuou outros cursos de nível superior: () sim Qual (is): _____

() não

6 - Residência atual: () interior () capital () região do ABC () metropolitana de SP () outra:

II - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

7 - Tempo para o início da atuação como assistente social após a finalização da graduação

() início imediato () até 06 meses () de 07 meses a 01 ano

() 01 ano 01 mês a 02 anos () acima de 02 anos. Quantos e motivos: _____

() nunca trabalhei.

Só responda às questões de nºs 08 a 12, caso, antes do cancelamento em 2004, trabalhasse como assistente social

8 - Antes do cancelamento efetuado em 2004 qual era a sua vinculação ao local de trabalho:

() estatutária () contrato temporário () carteira assinada () voluntária () outra

9 - Tipo de Instituição em que trabalhava:

() pública () privada () Entidades filantrópicas () ONGs () outra

10 - Área de atuação:

() assistência social () saúde () previdência social () empresa

() outra: _____

11 - Faixa salarial deste trabalho:

() de 01 a 03 salários-mínimo () 04 a 07 SM () 08 a 11 SM

() 12 a 15 SM () 15 a 20 SM () acima de 20 SM

() voluntária

12 - Por quanto tempo trabalhou neste local:

() ainda trabalho () tempo: _____

Só responda às próximas questões caso nunca tenha trabalhado como assistente social.

13 - motivos pelos quais nunca atuou: _____

14 - deseja atuar como assistente social: () sim () não. Por quê efetuou o curso:

III - CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

15 - Seu primeiro cancelamento foi em 2004? () sim () não. Quantas vezes cancelou anteriormente. Motivos pelos cancelamentos anteriores: _____

16 - Motivos do cancelamento em 2004: _____

IV - SITUAÇÃO ATUAL

17 - Situação junto ao CRESS

- permaneço com minha inscrição cancelada pois estou aposentada
- permaneço com minha inscrição cancelada pois não estou trabalhando como assistente social. Há quanto tempo permanece nesta situação: _____
- permaneço com minha inscrição cancelada mas estou trabalhando na área, porém não exerço as funções privativas da (o) assistente social.
- retornei ao CRESS e me reinscrevi pois estou trabalhando como assistente social. Quanto tempo ficou com a inscrição cancelada: _____
- retornei ao CRESS e me reinscrevi porém ainda não estou trabalhando como assistente social

18 - Condições de trabalho atual:

- atua em outra área no mesmo local de trabalho. Qual: _____ Função/Cargo que ocupa: _____
- atua em outra área em outro local de trabalho. Qual: _____ Função/Cargo que ocupa: _____
- não atua como assistente social. Qual sua função/atividade atual: _____
- estou desempregada. Há quanto tempo encontra-se nesta situação: _____

Responda à próxima questão caso esteja trabalhando como assistente social:

19 - Como retornou ao mercado de trabalho:

- concurso público contratação temporária contratação CLT
- voluntariamente nunca saiu, apenas sua vinculação ao local de trabalho foi alterada.
- outra: _____

Responda a próxima questão caso ainda não esteja trabalhando como assistente social:

20 - Expectativas quanto à profissão:

- apesar de dificuldades quanto ao emprego, pretendo atuar.
- não pretendo retornar ao trabalho como assistente social. Motivos: _____

Agradeço a atenção dispensada no preenchimento deste questionário. Solicito ainda, sua resposta à questão abaixo.

Atenciosamente,
Terezinha Rodrigues

- Como se sentiu diante da necessidade de efetuar o cancelamento de seu registro como assistente social?

e-mail:

4. ROTEIRO DE ENTREVISTAS

CRESS 9ª REGIÃO/SP

- 1) A profissão Serviço Social como as demais profissões passa por alterações advindas de sua inserção em um mercado de trabalho que vem se desregulamentando. Como tais mudanças afetam o campo de trabalho profissional do assistente social?
- 2) A Lei de Regulamentação Profissional em seus artigos 4º e 5º estabelece as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais. Temos um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado, com novas determinações, dentre estas, a contratação para atividades privativas com outras nomenclaturas e mesmo outros profissionais. Como o Conselho analisa tal situação e que estratégias têm criado para seu enfrentamento?
- 3) Como o Conselho tem se posicionado em relação às diversas mudanças presentes no mercado de trabalho do assistente social? Quais são os aspectos positivos, negativos e os principais desafios?

ABEPSS

- 1) A profissão Serviço Social como as demais profissões passa por alterações advindas de sua inserção em um mercado de trabalho que vem se desregulamentando. Como tais mudanças afetam o campo de trabalho profissional do assistente social?
- 2) Destaque os principais desafios para a formação profissional diante das mudanças em curso no mercado de trabalho e as estratégias da ABEPSS perante tal situação.
- 3) Como a ABEPSS tem se posicionado em relação às diversas mudanças presentes no mercado de trabalho do assistente social? Quais são os aspectos positivos e negativos e os principais desafios?

5. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui informada que esta entrevista compõe o conjunto de análises que estão sendo efetuadas por Terezinha de Fátima Rodrigues em seu processo de Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profª Drª Maria Lúcia Martinelli.

Sua tese com o tema “A desregulamentação do mercado de trabalho e seus impactos no Serviço Social” busca analisar os impactos das mudanças do mercado de trabalho no campo profissional do assistente social.

Neste sentido, fui esclarecida que o material oriundo desta entrevista será utilizado integralmente nas análises.

Desta forma, esclareço que aceito participar da entrevista com a pesquisadora e a posterior utilização do material em suas análises.

São Paulo, ____/____/ de 2006.

Entrevistada

Terezinha de F. Rodrigues
pesquisadora

6. COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO CFESS/CRESS - 2006

Conselhos Regionais	Sede
1ª Região	Pará
2ª Região	Maranhão
3ª Região	Ceará
4ª Região	Pernambuco
5ª Região	Bahia
6ª Região	Minas Gerais
7ª Região	Rio de Janeiro
8ª Região	Distrito Federal
9ª Região	São Paulo
10ª Região	Rio Grande do Sul
11ª Região	Paraná
12ª Região	Santa Catarina
13ª Região	Paraíba
14ª Região	Rio Grande do Norte
15ª Região	Amazonas
16ª Região	Alagoas
17ª Região	Espírito Santo
18ª Região	Sergipe
19ª Região	Goiás
20ª Região	Mato Grosso
21ª Região	Mato Grosso do Sul
22ª Região	Piauí
23ª Região	Roraima
24ª Região	Amapá
Seccionais de base estadual (3)	Roraima (15ª Região) Tocantins (19ª Região) Acre (23ª Região)

Fonte: CFESS, 2006.

7. QUESTIONÁRIO – QUESTÃO ABERTA

COMO SE SENTIU DIANTE DA NECESSIDADE DE EFETUAR O CANCELAMENTO DE SEU REGISTRO COMO ASSISTENTE SOCIAL?

Nota: retornaram 176 questionários. O Banco de Dados iniciou a numeração dos questionários a partir do nº 06, finalizando em 182.

Código 06

Me senti meio “derrotada” pela profissão. Acredito que o fato de não ter feito especialização ou pós-graduação me enfraqueceu profissionalmente. Quando trabalhava na penitenciária me sentia “sozinha” pois em muitos momentos queria escrever projetos, queria trabalhar com planejamento estratégico, pois lá é um campo riquíssimo em termos de demanda com necessidade de nossa intervenção e de equipes interdisciplinares. Os profissionais lá eram desanimados, desarticulados e o governo fazia “de conta” que estava investindo em “reinserção”, “ressocialização”, mas não investia e nem fazia questão de trabalhar com projetos nesta área!

Código 07

O cancelamento do meu registro não me causou nenhuma preocupação porque acredito que o trabalho que realizo agora com registro ou sem registro é muito mais gratificante! Me deixa livre para realizar trabalhos que considero importantes sem ter que me submeter a cartões de ponto, regras e programas sociais prontos que você é obrigado a realizar mesmo não concordando com os principais objetivos destes programas. O trabalho de voluntariado é feito com muita responsabilidade por mim e quase 70 pessoas que elaboram um calendário anual de atividades e são cumpridas perante a responsabilidade que assumimos junto a ONG.

Código 08

Confesso que me senti um tanto com o coração dividido quando partiu de mim mesma no final de 2005. Fazer a escolha de ficar trabalhando de Assistente Social na área da saúde ou voltar a dar aulas. O coração dividido, pois gosto muito das minhas duas profissões, faço por amor! Mas chegou a um ponto que eu tive que escolher o melhor para mim no momento. Mas quem sabe um dia possa voltar a ser Assistente Social! Quem sabe no próximo mandato (eleição) de prefeito, pois já irei ter terminado a minha Faculdade e posso até pensar se receber um convite.

Código 09

Não queria que isto tivesse ocorrido, mas devido à circunstância do momento foi preciso. Acho o valor da anuidade muito caro perante o que o CRESS nos proporciona.

Código 10

Efetuei o cancelamento em 2004 por estar desempregada, foi angustiante por cancelar uma parte de minha vida e principalmente por não ter colocação no mercado profissional naquele momento.

Código 11

Muito chateada por ter que abandonar a profissão, mas aliviada pois não temos reconhecimento profissional.

Código 12

Impotente, paguei com muito custo minha Faculdade! Graças a Deus consegui atuar de imediato após concluir minha Faculdade. Trabalhei como estagiária durante dois anos e logo depois de formada fui efetivada. Sempre trabalhei na área, adoro o que faço e sempre faço o melhor, porém devido à situação econômica atual encontro-me desempregada e com meu CRESS cancelado. Pretendo voltar. Apesar da minha idade, pretendo concorrer a concurso publico. Porém, um problema que dificulta-me voltar a atuar na área: para voltar será necessário reativar meu CRESS e isso não pretendo, pois não tenho condições financeiras, apenas reativarei após conseguir passar e ser aprovada no concurso, já me custa muito pagar a taxa para participar do concurso, não teria condições também de pagar a taxa anual (proporcional) ao CRESS.

Código 13

Frustrada profissionalmente. Arrependida da escolha da Graduação. Desamparada pelo CRESS que não demonstrou interesse algum em manter-me como profissional. Afinal, pra quê gastar meu dinheiro num Conselho sem a menor estrutura e solidarismo?

Código 14

Senti-me lesada, pois há 20 anos não trabalho como Assistente Social e tive que quitar uma dívida junto ao CRAS retroativa, só para evitar constar em meu nome, débitos.

Código 15

Sinto que a profissão de Assistente Social é necessária na atualidade sócio-política e econômica, no entanto percebo e constato ser uma profissão "exclusão" do mercado de trabalho. O cancelamento junto ao CRESS é um marco histórico, é um retrato da nossa profissão! O CRESS, por outro lado, é um órgão que não oferece nenhuma expectativa de mudança do quadro atual. A minha esperança é ter recursos financeiros para fazer o meu "Mestrado" para sim retornar a área atuando na área de ensino.

Código 16

Me senti inútil por gostar da área e ter que cancelar. Gostaria de atuar na área em que me formei, mas infelizmente não encontro portas. A Prefeitura Municipal não abre oportunidades e pessoas não capacitadas, muitas vezes, fazem nosso trabalho tirando assim nossa vaga.

Código 17

Acredito que seja muito importante para todos profissionais ter o registro, no entanto pra mim não tive problemas por estar empregada em outra área e não cancelei por motivos de demissão ou outros e sim pela forma que fui atendida no escritório de (xxxxxx). Não pretendia cancelá-lo, pois prestava vários concursos. O próprio CRESS fecha as portas para seus profissionais, protesta sem negociação. Tenho também a formação de técnico de enfermagem e nunca tive conhecimento que o COREN tenha tido uma postura como o CRESS.

Código 18

Na realidade, estava querendo mudar de área por uns tempos e me desvincular do Serviço Social me causou um certo "alívio", principalmente financeiro.

Código 19

Frustração. Foi a primeira sensação que tive. Depois de anos de estudo não conseguir uma recolocação na área e quando aparece alguma oportunidade a remuneração chega ser, na maioria das vezes, um chiste. Como vendedora de papel, função que exige no mínimo, ensino médio, consigo ganhar quase três vezes mais que o salário oferecido no mercado para Assistente Social.

Código 20

Cancelei por falta de oportunidade na área de Assistente Social. Quando tiver oportunidade volto a pagar o CRESS.

Código 21

Sou professora e estou até dispensando trabalho!

Código 22

Aliviada, não dá para continuar pagando sem estar trabalhando com um salário cada vez mais aviltante e sem piso salarial; é muito decepcionante você investir numa formação que não tem retorno!

Código 23

Aliviada, principalmente depois da última parcela.

Código 24

Mal, pois tinha a expectativa de passar no concurso. No concurso havia muitas profissionais da área ou tentando efetivação ou já experientes na profissão, o que traz desvantagem a quem está fora do mercado.

Código 25

Com certeza não gostaria de ter cancelado mas como não tinha perspectiva de novos concursos na época e as condições financeiras não ajudava, cancelei. Faz apenas 07 meses que sou conselheira, pois era suplente e como este cargo é temporário e as novas eleições já estão previstas aqui na cidade de (xxxxx). Vou tentar minha recondução por mais três anos. Caso seja reconduzida vou retornar a minha inscrição para poder pegar estagiárias e contribuir para a formação de novas assistentes sociais.

Código 26

Fiquei muito aborrecida com o CRAS. Tive problemas sérios e infelizmente não tenho boas referências deste Conselho.

Código 27

Triste. Nunca imaginei ser tão difícil reingressar no mercado de trabalho nessa área. Quando aparece algo, o salário é tão irrisório que descaracteriza o valor e interesse do profissional.

Código 28

Eu não via a hora de conseguir, pois a situação de hoje está para nós cada vez pior. Só promessa e bucha e abacaxi para descascar!

Código 29

Senti-me muito triste. Deixei a profissão por motivo financeiro. Após a aposentadoria em 1997 sempre trabalhei como voluntária em Entidades Sociais e assim segurei até que tenha condições físicas e mentais.

Código 30

Virando mais uma página da minha vida, iniciando um novo período mais leve e diversificado.

Código 31

Naquele momento muitas lembranças alegres e tristes passaram pela minha cabeça! Foram treze anos da minha vida profissional em que pude conhecer muitas pessoas. O curso de Serviço Social e a atuação como Assistente Social mudaram meu modo de pensar, meu jeito de ser! Passei a ser mais crítica, mais política e com uma vontade muito grande de ajudar a diminuir as barreiras que impedem a igualdade entre as pessoas! Consegui fazer muitas mudanças junto com pessoas que pensavam iguais a mim. Agora espero que as Assistentes Sociais tenham a oportunidade de exercerem essa profissão e dêem continuidade ao que já fizemos. A título de sugestão para melhorar a manutenção do mercado de trabalho do Assistente Social o CRESS deveria ser mais rígido nos casos dos profissionais de outras áreas que estão exercendo o trabalho do Assistente Social. Assistentes sociais que acumulam cargos de coordenação (acontece muito em entidades sociais) onde o Serviço Social fica em 2º Plano, não atendendo os objetivos da profissão e desgastando nossa imagem. Nas entidades sociais, quem as dirige são pessoas de outras áreas profissionais, que entendem, na grande maioria das vezes, muito pouco da atuação de seus profissionais, causando desentendimentos e demissão, caso não sejam atendidas suas exigências. Nesse caso, também o Assistente Social deveria ter apoio para poder se defender.

Concurso Público: no penúltimo concurso de Assistente Social do Fórum de (xxxx) do Tribunal de Justiça, pelas informações que tive não foram convocados nenhum dos aprovados. Vai aqui uma pergunta: Para que fizeram o concurso se não chamaram ninguém para ocupar as vagas que existem na Região de (xxxxx)? Como expandir o mercado de trabalho se acontece esses tipos de situações que citei? Será que isso também está acontecendo em outras regiões do país? Me deparei também com Assistentes Sociais que ficam só nos Gabinetes fazendo projetos, etc. mais que pouco ou nada conhecem do dia a dia do Assistente Social que sai a luta nas periferias e esses projetos, pela falta de conhecimento prático, não funcionam.

Código 32

Embora reconheça que esta é uma medida regulamentar assim como necessária, traz um traço de inferioridade lá bem no fundo! Gostaria de ressaltar que jamais fiquei sem trabalho por tanto tempo. Que ironia! Onde estão os projetos sociais?

Código 33

Triste. Gostava muito de meu trabalho e me vi obrigada à aposentadoria precoce face à Reforma da Previdência, pois tinha muito tempo em CLT o que me forçaria a trabalhar mais 10 anos para atingir os 20 de serviço público. Gostaria de avaliar também a mágoa que tive no período de serviço público face à desvalorização que sentia quanto ao assistente social tanto no que diz respeito a salário como carga horária. Fazia parte da equipe interdisciplinar, mas só na competência técnica, pois os outros profissionais sempre eram recompensados e a assistente social discriminada no quadro de cargos e salários.

Código 35

Tranqüila, sem nenhum problema, pois já havia trabalhado 07 anos no serviço público e 31 no privado, sendo que em uma das empresas permaneci por 20 anos.

Código 36

Triste, desesperançada, decepcionada comigo mesma.

Código 37

Triste porque não pretendia deixar a área.

Código 38

É frustrante, pois após quatro anos de dificuldade para terminar a Faculdade você percebe que, financeiramente falando, não foi compensatório. Enquanto que pessoalmente a Faculdade é uma escola para sua vida, financeiramente a categoria não é valorizada!

Código 39

No caso muito triste, pois fiz um investimento onde depus todas as minhas expectativas, mas diante do mercado de trabalho fui obrigada a atuar em outra área. Hoje com esperanças, mas na área pública.

Código 40

Uma sensação de frustração, de fracasso! Estudar e se dedicar a um curso que, no início, acredita-se ser uma boa escolha. Veja a dificuldade, até mesmo como voluntária! Algumas instituições preferem ficar sem Assistente Social. O mercado é bem restrito. Não se tem oportunidade.

Código 41

Na época que efetuei o cancelamento estava desempregada e passando por alguns problemas de família; optei para ficar afastada por um tempo até recuperar e melhorar a situação. Porém as coisas foram resolvidas e tive dificuldade de voltar ao mercado mesmo assim, assumi um contrato de 10 meses para elaborar um projeto na área de reurbanização e fiquei muito feliz com a conclusão do trabalho, e, ao término do contrato voltei a ficar fora do mercado. Foi aí que resolvi dar entrada para minha aposentadoria. Este foi o motivo pelo qual cancelei o meu registro. Pretendo voltar, pois necessito de complemento para meu salário, pois com 48 anos, me sinto apta para o mercado e preciso me ocupar e desenvolver esta área pela qual eu escolhi como profissão, embora já faz anos que estou encaixada na área de saúde como terapeuta, o que me deu novos conhecimentos.

Código 42

Normal pois já tinha tomado a decisão de não mais trabalhar, mesmo em consultoria.

Código 43

A primeira vez foi por motivo de viagem à Inglaterra, fiquei sete meses lá, tive que deixar o trabalho que também não era na minha cidade. A segunda foi uma decepção pois me reinscrevi para trabalhar na Penitenciária da Região, mas tanto eu como muitas colegas passaram no concurso mas não teve a oportunidade de trabalhar; estou sem trabalho até hoje e vou continuar cancelada até começar a trabalhar na área.

Código 44

Procedimento burocrático. Contenção de despesas.

Código 45

Fiquei magoada pois decidi parar de pagar pois não tinha perspectivas de atuar na área. Um dos motivos seria o meu atual trabalho; o outro, a precariedade no mercado de trabalho para Assistente Social, bem como baixos salários.

Código 46

Missão cumprida!

Código 47

Quando efetuei o cancelamento era como eu tivesse jogado o diploma no lixo. Eu acredito que através deste questionário, alguém possa fazer algo urgente, pois está muito difícil uma oportunidade.

Obs. Eu só tenho 28 anos e fui discriminada pela idade pois querem assistentes sociais acima de 45 anos (falam que eu não tenho experiência, pois sou nova).

Código 48

Muito infeliz, me senti como se não tivesse feito algo certo, produtivo! Ou seja, hoje jamais faria esta Faculdade. Me arrependo, sempre oriento as pessoas para pensarem melhor. Acredito que até Pedagogia tenha mais campo, é mais reconhecida e remunerada. As pessoas, órgãos públicos, privados não levam a sério ou respeitam estes profissionais. Sempre ouço a mesma coisa: para quê uma Assistente Social em uma empresa? O que faz uma Assistente Social? Vocês só lidam com a pobreza? E tem outra coisa para me deixar mais descontente: O CRESS está me processando por anos anteriores. Agora, me diz: o que este órgão fez por mim ou pelos profissionais nestes todos anos de existência?

Código 49

Enfrentei um momento muito constrangedor pois é muito difícil deixar algo que você sempre sonhou como profissão para a vida toda e ainda mais por não ter qualquer tipo de renda para continuar mantendo o pagamento atualizado. É muito difícil você expor suas dificuldades financeiras para quem sempre ouviu e tentou solucionar os problemas do próximo.

Código 50

É uma situação difícil pois você se vê na obrigação de fazê-lo visto que não estando trabalhando não pode arcar com este ônus.

Código 51

“Na nossa sociedade a Universidade tem uma função particular: formar advogados para defender o capitalismo; médicos para a saúde da burguesia; veterinários para os grandes latifundiários; economistas para defenderem os interesses particulares dos capitalistas e os educadores, para conservar isso como esta”. A Luta continua!

Código 52

Precisei fazer o cancelamento do meu registro porque sabia que não ia voltar logo ao mercado de trabalho. Me senti triste mas confiante que voltaria a efetuar o registro no momento oportuno. Hoje estou novamente grávida e sem previsão de voltar ao mercado de trabalho.

Código 53

Me senti impotente diante da situação em decidir entre qual Conselho deveria cancelar; portanto, se surgir emprego na área volto a efetuar ou requerer junto ao CRESS a inscrição.

Código 54

Muito Feliz!

Código 55

Pretendo atuar como Assistente Social se conseguir um trabalho digno e salário compatível com a nossa função. Pelo fato de nossa categoria não ter um piso salarial e um sindicato que nos apóie temos que, às vezes, ser “trocadas” e substituídas por colegas que passam a receber o mesmo salário, pelo aumento de horas (carga horária maior). Por isso decidi, diante das minhas dificuldades, cursar outro curso em que eu tenha a oportunidade de trabalhar como autônoma, tendo que deixar de lado a minha experiência de 20 anos. Quanto ao cancelamento - me senti muito mal pelo fato de não poder exercer a profissão que escolhi por falta de oportunidade e de um Conselho que não nos oferece nenhum respaldo. O CRESS precisa se mobilizar e lutar pelo nosso piso salarial e carga horária.

Código 56

Nunca senti qualquer apoio do CRESS para profissionais de empresas privadas; na minha época era voltado para serviços públicos. Por isso, a minha inscrição foi apenas para cumprir exigências fiscais. Fiquei extremamente nervosa quando recebi cobranças retroativas para cancelamento da inscrição pois nunca utilizei qualquer serviço do CRESS e a impressão que me causou foi uma arrecadação financeira, ou seja, oportunidade de aumento de receita. Não sei se você sabe mas para cancelar o registro você precisa quitar todas as anuidades em atraso. Era débito crescendo a cada ano e sem exercer a profissão. O pior é ter uma Entidade apática e agressiva para cobrança de débitos.

<p>Código 57</p> <p>Não tive qualquer problema no cancelamento pois realizei-me profissionalmente enquanto Assistente Social e cancelei minha inscrição somente quando mudei minha área de atuação.</p>
<p>Código 59</p> <p>Derrotada pois é a profissão que escolhi por ser de acordo com todos os meus objetivos de vida!</p>
<p>Código 60</p> <p>Não gostaria de tê-lo feito pois gostava das informações que me eram mostradas sobre cursos e novidades mas o preço não é tão irrisório e não poderia continuar pagando sem estar atuando.</p>
<p>Código 61</p> <p>Bem tranqüila pois foi uma escolha.</p>
<p>Código 62</p> <p>Senti-me roubada por ter de dispor de quantia alta sem nunca ter sido Assistente Social. Tudo era tão longe que quando chegou a cobrança tive a nítida visão de um horroroso fantasma ressurgindo das cinzas. Um assalto! Para mim, o registro era parte de um passado mais que distante e mais distante que nem mais existia! Mas o sentimento maior foi o de ter sido roubada, quase um assalto à mão armada!</p>
<p>Código 63</p> <p>Senti como se estivesse jogado 04 anos de minha vida fora, a busca do lado pessoal e profissional não foi encontrado na profissão, a desilusão bateu; cheguei a acreditar que eu era incompetente mas depois descobri que nesta profissão é difícil você lutar por um ideal, você tem que seguir o sistema e eu não consegui me enquadrar ao sistema.</p>
<p>Código 64</p> <p>Assim que terminei a Faculdade (04 anos) tinha uma perspectiva e me decepcionei, fiquei triste em ter que solicitar o cancelamento mas sem dinheiro (desempregada na época) não teria como arcar com a anuidade que, por sinal, é cobrado um valor altíssimo pela classe uma vez que o CRESS não nos devolve nada muito útil.</p>
<p>Código 65</p> <p>Triste, mas por outro lado tenho uma missão que, a meu ver, se trata das mais importantes de todas as missões que é a educação e o encaminhamento das minhas duas filhas para a sociedade: uma delas tem 02 anos de idade e com certeza logo me sentirei mais segura devido à independência dela e irei voltar a fazer o que eu gosto além da situação já citada, que é meu aperfeiçoamento e exercer minha profissão que é meu maior desejo!</p>
<p>Código 66</p> <p>Fiquei muito chateada pois achava que ficaria muito tempo desempregada, fora da área do Serviço Social, tanto que tentei outras colocações em outras áreas, acreditando que seria muito difícil recolocar-me na área de Serviço Social, pois sabia de muitas amigas que se formavam e nunca tinha trabalhado na área pela dificuldade do próprio mercado de trabalho e pela alta concorrência da seleção, principalmente no meu caso onde minha experiência foi na área privada (empresa de ramo da indústria alimentícia de grande porte) que tem o campo de trabalho mais restrito. Mas fiquei feliz por ter conseguido após 06 meses e ter a possibilidade de conhecer outros campos de atuação do Serviço Social além de compreender que o nosso campo de trabalho não é tão restrito. Há grandes possibilidades de trabalho, basta se preparar para conquistá-lo pois hoje, mais do que nunca, o Serviço Social é uma das profissões mais importantes do final do milênio. Desafio da profissão: buscar a organização da categoria para definição do piso salarial e carga horária tendo em vista a grande disparidade entre os campos de trabalho.</p>

Código 67

A princípio um tanto desacreditada na profissão pois se cancelei foi por não atuar mas pensei bem e ainda estou em busca do meu espaço. Não desisti!

Código 68

Aposentei-me, com muita convicção tinha criado um outro projeto de vida além do que, não queria mais estar trabalhando; no ano 2000 doei livros de Serviço Social à Biblioteca Municipal. Não tenho saudades da profissão. Vez ou outra encontro-me com colegas que já se aposentaram e não mais atuam na área de Serviço Social. No dia do assistente social de 2005, na instituição onde trabalhei, houve um conagraçamento de profissionais do passado e do presente que foi muito alegre, afetuoso com estímulos e incentivos as que atuam por parte das que já encerraram a atividade.

Código 69

Inicialmente considerei o cancelamento como uma “página virada” em minha vida profissional. Senti-me como “peixe fora d’água”, como se houvesse sido descartada! Porém, com o decorrer do tempo passei a ter um novo olhar encarando como um merecimento após 33 anos de serviços prestados, sendo 26 anos como Assistente Social. Considero a atual posição de aposentada como merecimento. Condição privilegiada de poucos brasileiros: gozando de saúde, com alta disposição física e mental, com praticas diárias de musculação, yoga, hidroginástica, dança (dança do ventre e dança de salão). Ampliei meu rol de amizades. Realizo passeios, viagens. Participo mensalmente do (xxxx - refere-se a um grupo de assistentes sociais); é gratificante ser membro ativo do referido grupo. Em breve farei curso básico de computação. E a vida continua, vislumbrando novos caminhos...

Código 70

No início fiquei triste pois queria trabalhar como assistente social porém como não foi possível, achei melhor parar de pagar.

Código 72

A princípio senti-me apreensiva. Será que é isto mesmo? Talvez devesse tentar mais! Mas sem perspectivas na época na cidade onde moro e com a família formada foi a decisão correta.

Código 73

Só efetuei o cancelamento devido aos atrasos tanto da Caixa como do CRESS, foi neste momento que realmente senti que todo o investimento tinha ido por água baixo. Apesar de ter concluído este curso que foi tão difícil, até hoje não tive retorno; me sinto até em desvantagem por não conseguir realizar um curso de especialização. E a chance de se ingressar ao mercado de trabalho é cada vez mais difícil sem curso de especialização.

Código 74

Péssima, parecia que eu estava negando meus 04 anos de curso, negando meu juramento na colação de grau, quebrando minha ética. Porém estou em débito ainda na Faculdade porque fiquei desempregada 03 anos.

Código 75

Não foi necessidade, simplesmente por não estar atuando como assistente social não vi motivo para permanecer inscrita e pagando uma anuidade cara, caríssima, a uma Instituição que nada tem a oferecer aos profissionais; se comparado a qualquer outro Órgão de classe o CRESS deixa muito a desejar!

Código 76

Impotente, pois trabalho a 80 km de casa, viajava todos os dias, tinha filha pequena; optei pela educação das mesmas e hoje não aparece nada em minha Região. Não sou idealista mas não concordo com trabalho voluntário. Estou aguardando concursos pois já fiz vários e também não sou do tipo que pede favores a políticos e a amigos.

Código 77

Muito bem, estava cansada.

Código 78

Como me desvinculei do trabalho como assistente social pela opção de ingressar em outra área em um cargo efetivo, me senti revoltada por deixar vínculo com uma profissão a qual pretendia continuar me dedicando devido à fragilidade do contrato de trabalho que não garantia qualquer estabilidade. Após esta data, prestei e passei em alguns concursos públicos, incluindo o concurso da Secretaria Estadual da Saúde para o qual fui convocada duas vezes para escolha de vaga, porém não para a vaga efetiva divulgada no Edital mas para contratos temporários de 01 ano, um desrespeito com a carreira profissional!

Código 79

Fiz curso de Serviço Social com Comunicação, minha área de atuação foi saúde privada por anos. Meu desligamento foi por falta de piso salarial, sindicato. Hoje as Assistentes Sociais são marginalizadas, as empresas pagam o que querem, contratam profissionais despreparados e desmedidos, não há plano de carreira. A relação pobreza e Serviço Social estão lado a lado; fiquei e fico decepcionadíssima com tal situação. Espero que isto possa mudar um dia! Em tempo: Quando tenho oportunidade de refletir como uma profissional percebo o quão falta sinto, falta deste trabalho com que preparei-me com tanta dedicação, espero um dia poder voltar...

Código 80

Me senti muito mal porque a gente estuda, se empenha os 04 anos de Faculdade; fiz a monografia com capricho e vem outra pessoa que nem na Faculdade ia e paga para fazerem sua monografia e pega o seu serviço, a sua vaga só porque um parente importante coloca ela lá. Acho isso uma falta de ética enorme e uma falta de consideração com quem estuda e trabalha de verdade.

Código 81

Não senti nada pois devido à falta de emprego principalmente nesta área, não vejo o porquê continuar pagando um serviço como o CRESS sem ter um emprego garantido.

Código 82

Frustrada, enquanto estava na Faculdade idealizava meu trabalho, estudei corretamente aplicando-me e mantendo esperança de poder atuar. No interior, principalmente em pequenas cidades, ainda permanece o trabalho por indicação e "por lado político" o que implica que o profissional tem que estar sempre fazendo a análise de conjuntura e mediar sua própria situação enquanto profissional. Em cidades assim, como a que moro atualmente, é muito complicada a situação pois se perde muito a atuação do profissional, você passa a agir sobre o comando de outros. Isso é muito frustrante!

Código 83

Logicamente que não é fácil sentir-se desempregada porém hoje priorizo resolver meu problema de saúde pois sabemos que procurar emprego com 44 anos e portadora de um problema que necessitará cirurgia e com a cirurgia, alguns meses de repouso e dor constante.

Código 84

Me senti frustrada, tinha esperanças de conseguir emprego. Assim que consegui pagar a renegociação que fiz na Faculdade peguei o certificado de conclusão do curso, fiz a inscrição no CRESS cheia de esperanças para obter um emprego como assistente social. Mas fui percebendo que exigem experiência em todas as áreas, de 01 ano, 02 anos, etc. Não tenho condições financeiras para fazer cursos de especialização. O valor da bolsa que pagam para os cursos de aperfeiçoamento é baixo para minhas despesas, sou eu e minha mãe e não posso deixar as despesas da casa para tentar outra área embora tenha muita vontade de utilizar tudo o que estudei e ter oportunidade de aprender mais e voltar a estudar novamente.

Código 85

Para mim foi tranquilo e opção minha trocar meu local de trabalho e cancelar o registro.

Código 86

Me senti fechando a porta de entrada dos meus sonhos, minhas expectativas. Desabafo: aqui em (xxxx – refere-se a uma cidade do interior) quando existe vaga em alguma instituição é necessário ser “conhecida” de algumas pessoas, pois a indicação é muito grande. Trabalhei com Assistente Social, voluntária em uma ONG, por mais de um ano e havia uma Assistente Social contratada. A sogra dessa Assistente Social é da alta sociedade aqui em (xxxx) e conseguiu outra coisa para ela.... Sendo assim, ela se demitiu e foi para essa outra entidade e eu por estar lá achei que havia chegado minha vez, que iria ser contratada. Levei meu Curriculum à diretoria e eles disseram para aguardar que chamariam para uma entrevista. Após duas semanas fiquei sabendo que eles já haviam contratado, sem ao menos me chamar para a entrevista como combinado... e a contratada...adivinha.. é parente de um dos membros da Diretoria. Aqui em (xxxxx) a coisa funciona assim... infelizmente! Desculpe pelo desabafo.

Código 87

Tranqüila. Minha aposentadoria foi planejada e exerci com muito esforço e dignidade a profissão por mais de trinta anos. Estou realizada porque implantei o Serviço Social em instituição pública e fazer sobreviver não é fácil. Implantei o Serviço Social no IPEM-SP, o serviço de benefícios e a estrutura permanecem até hoje!

Código 88

Um pouco desestimulada afinal estava num ritmo intenso da minha atuação como profissional da área em que escolhi o que hoje em dia é difícil para um recém formado. Tinha vontade apenas de continuar com todo meu objetivo. Como aprendiz, sem emprego e sem condições financeiras, o cancelamento foi a melhor alternativa. O desestímulo vem da porta do CRESS que infelizmente não “olham” muito pela gente! O momento em que eu me encontro, acho que não era necessário cancelar, mas sim utilizar-se de outras formas e meios; nestas situações sinto o Conselho um órgão criado para nós mas indiferente à realidade profissional.

Código 89

Feliz por me aposentar. Quando voltei a pagar muito mais feliz pois estou nova e produtiva.

Código 90

A maior necessidade em solicitar o cancelamento do meu registro no CRESS se deu em decorrência, principalmente do fator financeiro e o fiz com muito pesar pois a minha escolha pela profissão se deu por ideal, por acreditar na possibilidade de alguma forma em contribuir com a melhora na forma de vida de nossos clientes.

Código 91

Fiquei um tanto triste pois pretendia continuar trabalhando não fosse o problema citado anteriormente. Aproveitando o espaço gostaria de colocar uma opinião: acho que a atuação do CRESS é muito fraca: em 14 anos de trabalho nunca ninguém apareceu por lá para averiguação (do CRESS), contatos, ou seja, não há o menor retorno para o profissional que paga uma taxa “salgada” todos os anos.

Código 92

No começo me senti decepcionada mas o mercado de trabalho está saturado, portanto trabalhei como temporária, como assistente administrativa mas sempre distribuindo Currículuns na área social e mantendo contatos até que surgiu uma oportunidade de trabalho. Fomos Assistente social no programa da Prefeitura de São Paulo, chama-se programa ação família-viver em comunidade, onde participamos de uma capacitação feita pela SMADS por 02 meses, mas com toda certeza, se não fosse pelos meus contatos com pessoas “ativas” na área social teria perdido esta grande oportunidade pois todas as entrevistas que fiz nos setor privado exigiam registro em carteira.

Código 93

Constantemente frustrada mas com esperança de um retorno. Estou tentando concursos públicos pois tenho estabilidade e me sinto insegura para exercer em instituição.

Código 94

Muito constrangedora e humilhante pois tive que pagar as anuidades dos últimos 05 anos para poder cancelar o meu registro no CRESS após 31 anos sem receber nenhum comunicado do CRESS sobre a irregularidade da minha situação; pensei que o meu registro já tivesse caducado. O mínimo que esperava do CRESS era um aviso prévio para que eu pudesse ter um prazo para regularizar o cancelamento.

Código 95

Aliviada pois pagar algo que você não vê respaldo é dolorido. Minha primeira experiência profissional foi decepcionante! A FEBEM contrata o Assistente Social, mas o fato do jogo político e apadrinhamento nos cargos de direção, fazem com que nós não conseguimos trabalhar, ou você entra no sistema ou o sistema acaba com você! Vi minha Faculdade e princípios serem jogados ao lixo, vi adolescentes serem tratados como animais e até uma tentativa de suicídio pelo descaso e maus tratos dos funcionários. Eu não estava preparada para essa situação. Vi um desperdício tão grande com o dinheiro público enquanto crianças da escola pública na qual a FEBEM é vinculada sem condições de comprar caderno. Confesso que ouvir falar que o nosso trabalho não é reconhecido e não temos lugar no mercado, infelizmente tenho que concordar, pois o avanço vem em passos de formiga.

Código 96

Falando francamente não sinto nenhum pesar por ter parado de trabalhar. Penso que cumpri minha parte com dedicação, às vezes até com dedicação acima da media! Fiquei longe de casa, não constitui minha própria família e me desgastei física e mentalmente. Agora quero ter o descanso merecido.

Código 97

Fiquei triste porque o cancelamento do registro significava que eu não estava atuando na área.

Código 98

Não foi nada fácil tanto que continuei pagando quase um ano após ter retornado a PMSP. Aí vêm aqueles questionamentos da escolha do curso, paguei 04 anos de Faculdade para que? Há o questionamento sobre a atuação de determinados profissionais, da ausência de identidade, do assistencialismo. Particularmente tive uma sensação de fracasso, desistir sem alcançar o objetivo. Hoje eu sei que a decisão tomada naquele momento foi a mais sensata e todo conhecimento e aprendizado absorvidos procuro aplicar no meu cotidiano, o que tem me auxiliado muito profissionalmente.

Código 99

Como mais um desempregado ficando, às vezes, às margens da sociedade pois sem emprego perde-se a identidade.

Código 100

Achei uma medida justa pois não utilizo a identificação para nada.

Código 101

Tranqüila. Já passei por períodos de desemprego nas décadas de 90, fiquei sem condições financeiras de pagar as anuidades do CRESS e, na época, não acatavam cancelar o registro temporariamente com dívida ativa. Aí sim, eu me senti muito mal. Senti-me desrespeitada e com a sensação que o CRESS nos via apenas como cifrão. Não podia quitar a dívida porque estava desempregada e o CRESS só acatava cancelar após a total quitação da dívida. Hoje a conduta do CRESS é outra, sinto-me acolhida frente à adversidade do desemprego mas e claro que preferia não precisar utilizar esse benefício.

Código 102

Não gostaria de ter solicitado o meu cancelamento mas não acho justo pagar a anuidade do CRESS sem estar atuando, principalmente porque pago a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)

Código 104

O sentimento de alegria por ter concluído uma etapa da vida profissional.

Código 105

Quando cancelei meu CRESS (registro) fiquei muito frustrada pois amo o que faço mas o Secretario que assumiu a pasta na Secretaria de Habitação era de outro Partido e não quis que eu permanecesse na função de Assistente Social pois ele ia sair para vereador e não confiava em mim pois eu era de outro Partido e a pessoa que havia me colocado lá era concorrente dele. Então fui transferida para Secretaria de (xxxxx), atualmente estou na Secretaria de (xxxxxx), vou reativar meu registro, só não havia feito por falta de dinheiro. Acho que o CRESS poderia ser mais atuante também. Realizar mais cursos de capacitação, com toda esta mudança na assistência com o SUAS-WEB, NOS-SUAS. Vejo instituição contratando profissionais de Serviço Social por R\$ 300, 00, o CRESS deveria lutar por uma faixa salarial na categoria mais justa. Ter um trabalho de fiscalização mesmo.

Código 106

Me senti perdida, é como se tal ato estivesse concretizando minha desmotivação. Mas em contrapartida, foi como um despertar para a necessidade que a realidade nos coloca da importância de se continuar o estudo pois só a Graduação não é suficiente para se estar bem preparado para o mercado de trabalho; é preciso se especializar e estar atualizada, capacitada sempre, o problema é que tudo estar envolvido em custos. Às vezes não damos conta de arcar, diferentemente de alguns colegas que se acomodam.

Código 107

Me senti um tanto decepcionada pois passamos 04 anos sentada num banco de Faculdade, almejamos sair, conseguir algo na área e ressarcir tudo o que foi gasto neste período. No meu caso prestei concurso logo que sai da Faculdade, passei - 2º lugar (para vagas que seriam abertas); aguardei durante longos 04 anos (trabalhando neste período em entidade filantrópicas, substituindo professores e como educadora profissional e este tão sonhado emprego estabilizado não saiu, caducou, nunca aconteceu e meu "CRESS" permaneceu cancelado. Hoje estou no aguardo para recomeçar a trabalhar numa nova oportunidade que surgiu. Já faz dois meses que estou esperando me chamarem e até agora nada. Então meu "CRESS" continuará cancelado. E quanto às entidades filantrópicas, deu-me a impressão que nos vê (o Assistente Social) como aquela "moça boazinha" "que quer fazer caridade" e o que pagam é muito pouco; não me senti valorizada quanto assistente social neste local. Nós, assistentes sociais, precisamos além da carteira assinada, de um bom convênio médico, cesta básica, transporte (passes) e principalmente começar a "NOS" valorizar mais. Lutar mais pela nossa valorização profissional pois é uma profissão maravilhosa e nós merecemos o melhor!

Código 108

Frustrada, revoltada, baixo astral, desanimada mas sempre acreditando que, enquanto eu estava cancelando, outras estavam se inscrevendo pois o mundo precisa de pessoas como você Terezinha, como a boa querida Dra. Maria Lucia Martinelli e outras que sonham com a transformação.

Código 109

Aposentei-me após um ano de licença médica; nesse ano sofri duas cirurgias e submeti-me a seis sessões de quimioterapia. Havia, portanto, a expectativa de aposentadoria e conseqüentemente o cancelamento do registro profissional junto ao CRESS. Mesmo assim o ato do cancelamento me abalou! Foi o fechamento de uma parte importante da minha vida, a atividade profissional que exerci durante cerca de 20 anos, com dedicação apesar de uma postura crítica quanto à profissão e a atuação de parte da categoria. No momento estou em recesso pensando se quero retornar alguma atividade relacionada à profissão.

Código 110

Impotente diante da situação profissional. Desde então percebi que necessitava de mais cursos relacionados a área para ter suporte de competitividade, portanto nesses anos não foi possível pelos empregos que consegui: Monitora de pré-escola, atendente de Clínica médica, de academia de ginástica, lavanderia, faxineira e babá. Não tinha como me manter e ainda realizar cursos, ganhava até 02 salários. O que consegui foi realizar cursos de atendimento ao público reconhecido pelo Sebrae e computação.

Código 111

Uma certa nostalgia pois foram cerca de 35 anos de profissão!

Código 112

Hoje escrevo estas poucas palavras com lágrimas os olhos. O meu sonho é atuar como assistente social mas infelizmente o mercado de trabalho é muito restrito. Senti e sinto muita tristeza, uma discriminação pelo fato de ter que cancelar meu registro e estar de mãos atadas pelo motivo da mensalidade ser cara e não poder pagar. Nós que estamos desempregadas poderíamos ter o direito de ter nossos registros ativos para podermos, pelo menos, procurar um emprego na área. Quem sabe um dia, haja uma mudança!

Código 113

Senti um certo desconforto, frustração por não poder permanecer no cargo ou prestando serviço no mesmo local pois sou funcionária Pública Estadual e este não permite tal feito. Hoje faço parte da Pastoral da Família e com a experiência adquirida procuro ajudar as famílias carentes de minha comunidade.

Código 114

Quando me formei em 1977 tinha muitas expectativas de atuar como assistente social, por isso providenciei minha inscrição junto ao CRESS, mas conforme o tempo foi passando e as oportunidades que apareceram não interessavam, pois como funcionária pública há 16 anos, é preciso muita certeza e também um salário que compense a troca, pois minha família depende muito dele, não foi possível realizar essa vontade. Me senti muito frustrada diante da necessidade de efetuar o cancelamento e espero muito que um dia eu possa voltar e pedir para ativá-lo.

Código 115

Revoltada por ter que pagar uma quantia alta sem nunca ter recebido nenhuma informação como jornal, avisos, cursos, etc. do CRESS.

Código 116

Como decorrência natural da não escolha de atuar na profissão.

Código 117

A situação se passou de maneira regular. Quando soube da necessidade de cancelar o registro telefonei para o CRESS/SP e pedi informação. Enviei os documentos solicitados de Paris e algum tempo depois tive o cancelamento. A reinscrição se passou sem nenhum problema.

Código 118

Frustrada, sempre tive sonho em ser assistente social e quando formada não via o momento em assumir a função. Hoje estou decepcionada quanto à questão salarial pois são desmotivadoras.

Código 119

Sinceramente este Órgão nunca foi útil a mim em momento algum da minha carreira profissional porém fiquei enfurecida quando, em 2004 fui notificada, após 13 anos sem notícias com esse Órgão que eu deveria cancelar minha inscrição e ao mesmo tempo pagar uma dívida de alguns anos: +- de quatro anos porque eu deixei de cancelar. Recorri, fiz apelos; devido a receber uma mísera aposentadoria eu não podia pagar mesmo assim fui obrigada. Terminei agora em fevereiro de pagar tais mensalidades. Sei que sou uma assistente social, tenho orgulho disso, fiz uma carreira gratificante no campo empresarial. Tenho consciência do dever cumprido mas, quanto ao CRAS, não quero nem lembrar!

Código 120

Um pouco triste e decepcionada por não ter oferta de emprego o que acabou levando ao cancelamento do registro até o presente momento e a estar atuando em outra área.

Código 121

Cara colega, desde 1997 não exerço a profissão; nunca recebi em minha residência, correspondência do CRESS. Em 1998, através de contato telefônico com a Entidade, fui informada por telefone que não constava débito pois meu registro estava suspenso, portanto poderia comparecer “quando possível” para fazer cancelamento definitivo. De fato, fui relapsa e esqueci do caso. Mas a única correspondência que recebi referente ao CRESS foi carta de decisão judicial me informando que receberia a visita do oficial de justiça para penhorar algum bem afim de quitar dívida junto ao CRESS. Eu poderia contestar a “ação judicial” pois não pude exercer meu direito constitucional de defesa mas preferi pagar pois não tenho condições de contratar um advogado. Bem, diante do exposto, meu sentimento com relação a esta Entidade e a seguinte: “a considero uma farsa”, sua finalidade verdadeira é explorar os profissionais a ela submetidos não se preocupando com a realidade, dificuldades e necessidade de seus filiados. “Me senti ultrajada!”

Código 122

Depois de ter cursado 04 anos de Faculdade, me esforçado tendo notas consideradas excelentes, cancelar meu registro foi muito triste! Foi me ver uma não inserida no mercado de trabalho, foi perceber que o Serviço Social não é valorizado, tanto que o atual governo irá inserir os “Educadores Comunitários” nas escolas para atuar como se fosse assistentes sociais, porém são os professores que estão recebendo esta formação de 120 horas pela USP-Prefeitura, mais uma vez derrubando o espaço para os profissionais sociais. Observação: estou fazendo o curso pois acredito que somente dessa maneira vou me inserir no campo de atuação comunitária através da área pedagógica e não mais pelo Serviço Social!!! Lamentável!

Código 123

Na realidade foi uma situação provisória pois estou Conselheira Tutelar e/ou estava, mas sou assistente social. Portanto, foi estranho dar “baixa” com o intuito apenas de não necessitar pagar anuidade de 03 anos. Observo que demorei a ingressar na área como profissional: foi somente em 97 em uma ONG em (xxxxx). Antes, trabalhei como voluntária no Cartório do Fórum de (xxxxx -de onde sou) e voluntária na Febem de (xxxxx). Também atuei lá na minha city em centro comunitário, quando trabalhava meio período fiquei “longe” –banco: de 1985 a 1996/97. Após a ONG, passei nos concursos Penitenciária Febem-SP, Prefeitura de (xxxxx) onde escolhi a vaga em 2000. Estou na fila de espera do Fórum de (xxxxxx – Assistente Social Judiciária - estou em 5º lugar) onde pretendo morar e trabalhar pois meu esposo mora em (xxxxxx) desde 97... coisas de trabalho e de destino. Não tenho filhos, nasci para “cuidar” em todos os sentidos.

Código 124

Sem qualquer problema, pois estou como empreendedora social mais atuante do que como assistente social.

Código 125

Só cancelei o registro após quase dois anos de desemprego na expectativa de recolocação imediata, como não aconteceu e com resistência efetuei o cancelamento. Sentimento de fracasso principalmente pela necessidade de reformulação, ajustes, etc., mas entendendo a conjuntura daquele tempo e com esperanças de mudança no panorama mundial.

Código 126

Realizada enquanto profissional pois sempre dediquei-me à profissão, porém com o dever cumprido podendo no momento em diante, dedicar-me mais aos familiares e a mim “pessoalmente”.

Código 127

Da primeira vez achei justo já que não estava atuando. Não tive problemas. Na segunda vez era como se estivesse encerrando uma etapa em minha vida não só profissional. Quando da reinscrição em 2005 foi com alegria que voltei! Não imaginava que isso ocorreria. Senti-me atuando, viva novamente e sei que nunca deixarei de ser assistente social. Atualmente trabalho como voluntária na Santa Casa de (xxxxxx) recebendo ajuda de custo apenas, mas feliz por estar contribuindo de alguma maneira para uma Instituição séria e importante na Região. (único hospital local e das proximidades)

Código 128

Muito triste e por não ter tido no curso, uma matéria nem que fosse por alguns meses, que iria nos ajudar orientando nestes acontecimentos sociais, também na vida de uma assistente social.

Código 129

Estava muito feliz no último trabalho há dois anos atrás, me sentia realizada pois até então só havia atuado como voluntária . Durante 11 meses fui trabalhar com minha auto-estima elevada, mas me decepcionei quando fui demitida sem cumprir aviso prévio por não concordar em por minha profissão em risco e correr o risco de ver minha carteira do CRESS e meu registro cancelado por fazer algo que não era de minha índole praticar e encher os bolsos dos administradores. Fiquei tão decepcionada que cancelei meu registro até encontrar outro emprego, mas infelizmente a decepção é maior quando pergunto em vários lugares se precisam de assistente social e me dizem que, só se for voluntária pois existe uma “madame” que não cobra nada para trabalhar e faz meu trabalho sem ter exercido nenhuma Faculdade. Preciso trabalhar, façam alguma coisa!

Código 130

Como há muito tempo não atuava como assistente social senti até um alívio porque tive que pagar 05 anos de Conselho. Eu havia esquecido de cancelar o registro e esta cobrança me deixou bastante aborrecida. Soube de uma pessoa que não tinha como pagar esta cobrança absurda pois não estava atuando e penhoraram sua televisão.

Código 13

Não foi difícil pois nunca atuei, só quando estava na Faculdade fiz estagio, só sinto falta das informações do jornal.

Código 132

Me senti muito triste ao deixar a profissão escolhida. Mas ainda não desisti de voltar a exercer. Em relação ao cancelamento em si me senti aliviada de não pagar todo mês uma quantia e não ver retorno, não sei se pelo pouco tempo em que exercia a profissão ou pelo fato de ser pouco representativo.

Código 133

No momento que assinei o requerimento senti muita tristeza, como se esta fase da minha vida estava acabando.

Código 134

Como já mencionei, só cancelei por não trabalhar na área; não ia ficar pagando se não estou atuando. Mas segundo informação que obtive, poderei ativar minha inscrição assim que desejar. Obs: das pessoas que conheço, inclusive as que se formaram comigo, não estão trabalhando na área por conta do salário que é muito baixo.

<p>Código 135</p> <p>Canchei em função de há 10 anos não estar exercendo a profissão. Pretendo arrumar uma colocação e reativar o registro. Acho importante usufruir da minha formação.</p>
<p>Código 136</p> <p>Para mim foi frustrante pois me identifico muito com essa profissão.</p>
<p>Código 137</p> <p>Terezinha, quando fiz um curso de 36 horas para me preparar para um concurso havia 50 pessoas na sala. Só 07 trabalhavam como assistente social; é uma completa vergonha o Estado não abrir vagas que absorvam as Assistentes Sociais e permitam que elas atuem e melhorem a situação de penúria da população menos favorecida.</p>
<p>Código 138</p> <p>Me senti constrangida porque é triste você cancelar a matrícula pois tendo o registro significava aparentemente que estava trabalhando na minha área, que era meu desejo desde que me formei.</p>
<p>Código 139</p> <p>Para mim foi uma atitude inerente ao pedido de aposentadoria.</p>
<p>Código 140</p> <p>Na época em que efetuei o cancelamento não pensei muito pois esta profissão tem mercado de trabalho na área pública e para tanto, depende de aprovação em concurso. Continuo fazendo os concursos que estão dentro de minhas possibilidades. Estou terminando o curso de pós-graduação em outra área pois pretendo tentar oportunidades na área de Recursos Humanos.</p>
<p>Código 141</p> <p>Por não estar trabalhando na área foi o melhor a ser feito.</p>
<p>Código 142</p> <p>Péssimo pois pretendia ainda conseguir uma vaga como assistente social mesmo sendo em albergue.</p>
<p>Código 143</p> <p>Na época foi ruim pois eu estava saindo da empresa e foi tudo chocante mas, com o tempo me recuperei mas não mais atuei como assistente social, apenas voluntariamente o que faço até hoje sem, no entanto, precisar do CRESS. Sinceramente hoje tenho "raiva" do CRESS, como já disse, por erros de outras pessoas da época, falta de orientação, falta de organização, etc., eu estou pagando hoje! Fora o constrangimento de pedir uma certidão e aí constar o processo já correndo há tanto tempo e sem saber, isso tudo acontecendo com a nossa profissão! Dá para acreditar? Foi contra tudo o que aprendi na Faculdade e apliquei durante esses anos todos, decepcionante! Eu não vejo o CRESS com bons olhos!</p>
<p>Código 144</p> <p>Nas duas vezes que solicitei o cancelamento: - evitar o pagamento das anuidades. Primeira vez: sentimento de distanciamento "temporário" em virtude de perspectivas fora da área; segunda vez: sentimento de distanciamento "definitivo" de uma escolha profissional.</p>
<p>Código 145</p> <p>Péssimo!</p>

Código 146

Bastante chateada mas durante todo este tempo (o meu cancelamento ocorreu em 2004 já estamos em 2006) estou me preparando financeiramente para reaver minha situação junto ao CRESS. Adoro ser assistente social, gostaria de realizar um grupo de trabalho junto às pessoas, as organizações quando deixam atuar como assistente social...

Código 147

É difícil para você optar por cancelar o registro da profissão em que trabalhou para conquistá-la. Porém, por motivos que me transformaram, preferi sair do emprego e cuidar mais de mim. Fico triste pois ter nível superior foi uma grande vitória que conquistei; hoje montei meu próprio negócio o que me dá um retorno financeiro muito melhor do que como assistente social. Tenho vontade de retornar ao mercado de trabalho porque longe da minha profissão não me sinto dona do meu próprio "nariz" (desculpe o termo utilizado), conquistar o seu próprio espaço no mercado é muito mais gratificante mas ao mesmo tempo, preciso de uma proposta razoável porque tenho medo de abandonar meu negócio que hoje sustenta a mim e minha família.

Código 148

Primeiro, eu desconhecia a necessidade de cancelamento, só tomei conhecimento quando precisei efetuar um contrato de locação e fui surpreendida com a informação de que estava inadimplente o que me fez recorrer ao CRESS verificar os débitos e parcelar o pagamento. Este procedimento fez com que me sentisse aliviada. Hoje atuando na área de formação, considero que tanto minha formação acadêmica como Assistente social como a experiência no trabalho muito contribuem para reflexões e transformações que exercito na área educacional.

Código 150

Muito ruim, algo estranho pois depois de cinco anos de dedicação ao curso e a especialização, você encontra um mercado de trabalho que não dá oportunidade para quem não tem QI (quem indica). Quanto aos concursos públicos, péssimos, poucas vagas, insuficiente para o número de formandos.

Código 152

Quando solicitei o cancelamento estava mudando de Estado, não tinha idéia de quando voltaria a trabalhar. Não queria ficar pagando a anuidade. Quando retornei ao trabalho de Assistente Social, procurei o CRESS 11ª Região - Paraná e fiz minha reinscrição.

Código 153

Frustrada pois a profissão está sendo confundida com muitas sociedades civis, instituições (ONGs) que usam os profissionais para compor o quadro de funcionários, assinar seus relatórios e projetos e não os reconhece como tal, obrigando-os, muitas vezes, a realizar tarefas que não condizem com a profissão; e o profissional, por necessidades particulares, acaba submetendo-se. Deveria haver fiscalização do Conselho de classe para evitar essas irregularidades.

Código 154

Não tive problemas para efetuar o cancelamento do registro. À época, estava muito descontente com algumas atitudes de assistentes sociais que observei durante o curso e sinto que o assistente social perde seu espaço para outras profissões talvez até por culpa dele mesmo que, a meu ver, não exerce como deveria a sua profissão. Penso que o assistente social deveria se impor mais, exigir mais respeito e melhor remuneração. Apesar de ter efetuado o cancelamento do registro e não ter intenção de atuar no mercado acredito no trabalho do assistente social e acho fundamental sua atuação.

Código 155

Após ter trabalhado desde que me formei em 1988 (17 anos) e já bem próxima à aposentadoria, visto que já trabalhava desde os 16 anos de idade (em outras funções), sinto me muito mal, sem esperanças diante de um mercado que não oferece perspectivas em uma cidade onde ainda se é perseguida politicamente, caso assuma uma posição contrária da atual administração pública. (sem esperanças!) Sinto falta das cidades grandes onde os profissionais se reúnem em grupos de estudos para várias questões, aqui não existe isto, ao contrario, só concorrência! E o pior é que, na maioria das vezes, esta concorrência é desleal, fere o código de ética...

Código 156

Após 30 anos de afastamento da profissão vi com surpresa a cobrança do CRESS por 04 anuidades. Achei o contato puramente comercial. Considero que o Conselho poderia ser mais atuante em termos de informações não somente com o objetivo de cobrar anuidades.

Código 157

Me senti arrasada, nunca senti nenhum apoio do Órgão, continuei sabendo que existia apenas pelas cobranças de mensalidades que não estavam quitados pois existia muitas confusões nas comunicações.

Código 158

Decepcionada, muito mais por não conseguir permanecer na empresa por falta de documentação (diploma) que fica retido na Instituição, e nem sequer eles chegam num valor próximo ao que poderia pagar.

Código 159

Muito bem uma vez que não havia interesse pela profissão.

Código 161

Me senti muito frágil, estudamos 04 anos e depois fazemos uma complementação de pós-graduação na área de Serviço Social. E quando vamos à procura de nos colocarmos profissionalmente no mercado de trabalho, as portas se fecham. Não há vaga para assistente social. Sim, para profissão de Psicóloga existe bastante vaga. As empresas não entendem o real papel da profissional de Serviço Social. Deveria ter uma campanha nacional pela inserção do papel e contratação de uma assistente social.

Código 162

Na ocasião que fiz não gostei mas como pagar uma mensalidade se não está atuando na área?

Código 163

Depois de tanto tempo atuando fiquei com saudades de atuar.

Código 164

Frustrada diante das muitas expectativas que acumulei durante o curso, principalmente no último ano porém num segundo momento, atentei que o registro no CRESS é apenas um procedimento burocrático, simples de ser feito e que não era e nem é, o foco do problema na luta para inserção no mercado de trabalho. Acredito na profissão e mesmo diante das dificuldades, particulares e generalizadas, continuo buscando a inserção na profissão.

<p>Código 165</p> <p>Foi muito tranqüila a decisão pois trabalhei sempre com muita dedicação me envolvendo no trabalho de forma a me sentir realizada, responsável pelo que fazia. O fato da minha aposentadoria ter coincido com a do meu esposo foi facilitadora para não buscar novo emprego. Através de uma amiga que é Psicóloga, fui solicitada a colaborar numa instituição social (como voluntária). Posteriormente, a Instituição assumiu nossas frentes de trabalho implicando no trabalho do assistente social mais presente, mais envolvido com a rotina pertinente a nossa área social.</p>
<p>Código 166</p> <p>Bem pois desisti de atuar na área. Me senti tranqüila!</p>
<p>Código 167</p> <p>Me senti frustrada e humilhada pelo fato de ter concluído a Faculdade após passar por um enorme problema particular e no final me encontrar desempregada e tendo que me submeter a funções que exigem apenas o 2º grau.</p>
<p>Código 168</p> <p>Eu dei um tempo mas como não consegui colocação precisei solicitar o cancelamento. Me senti muito triste, um pouco deprimida! A impressão que tenho é que quanto mais experiência se tem menos se tem chance. As empresas querem profissionais com alguma experiência para pagar salários mais baixos e com pouca idade.</p>
<p>Código 169</p> <p>Muito triste e frustrada pois sempre sonhei exercer minha profissão no meu Estado, dentro dos problemas sócio-econômicos de minha realidade. Quando nos formamos temos muitos sonhos profissionais, mas deparamos com o mercado de trabalho frio; estou desanimada porque todos querem explorar mão de obra voluntária, os profissionais da área no mercado vêem como ameaça; além de exigir experiência. Como poderão ganhar experiência se ninguém nos dá uma oportunidade, quando dá oportunidade a remuneração é péssima. Saí do meu Estado para ter oportunidade tanto de experiência como de salários. Mas sonho retornar e trabalhar no Estado de São Paulo.</p>
<p>Código 171</p> <p>Não fiquei contente pois na faculdade a gente sonha com o dia em que estaremos formadas e quando esse dia chega é difícil a colocação no mercado de trabalho. A sensação é de derrota e para evitar as dúvidas, utiliza-se (e ainda bem que existe!) esse mecanismo do cancelamento-suspensão do registro, mas confesso que não é um procedimento agradável para uma profissional que, com dificuldades, se formou.</p>
<p>Código 172</p> <p>Frente à aposentadoria me senti vencedora e realizada profissionalmente uma vez que tenho a certeza de ter realizado o meu compromisso profissional com responsabilidade, consciência e respeito junto à clientela-população. Não vejo o cancelamento de meu registro como assistente social como necessidade e sim uma opção de quem não tem perspectiva – intenção de nova atuação na área.</p>
<p>Código 173</p> <p>Naquele momento me senti muito frustrada porém aquele sentimento passou. Acho que valeu a experiência acadêmica.</p>

Código 174

Me senti extremamente frustrada, foi a confirmação que, embora tenhamos que buscar a efetivação das políticas públicas, organizações de movimentos populares dentre outros, tornei-me membro da parcela dos excluídos de um exército de reserva, totalmente indignada com as políticas de nossos governantes e inconformada com as questões que envolvem a classe subalterna da sociedade, cada vez mais excluída de uma verdadeira condição de cidadãos.

Código 175

Aliviada pois na verdade pagava, pagava o jornalzinho, único elemento palpável do CRESS que chegava sempre na minha casa depois que ocorriam os fatos, reuniões, palestras, etc.. enfim, com atraso! Me sentia apenas pagando um jornalzinho caro com chegada atrasada. Apesar de ter atualizado todos meus dados com eles, não enviavam e-mails e a página de Internet deles era muito desatualizada. A impressão que tinha é que o CRESS sempre demora para se atualizar, está sempre um passo atrás, na “era das cavernas”. As bases da sociedade devem ser sólidas sim mas o mundo é muito rápido e a informação deve estar ao alcance de todos, inclusive do Assistente Social e do CRESS.

Código 176

Foi uma decisão prática pois não estava usando o registro, mas não deixa de ser frustrante já que passei 04 anos me preparando para tal.

Código 177

Senti um pouco frustrada pois após ter trabalhado em um Projeto em 2003, só obtive nova colocação no mercado de trabalho em 2005. Participei de palestras, workshops, seminários e encontros não só na minha área como em área afins e muitas vezes tive custos que, às vezes, eram difíceis de arcar justamente por não estar trabalhando.

Código 178

Como foi um pedido de demissão muito bem pensado e desejado não tive maiores problemas.

Código 179

Tranqüila, talvez possa contribuir de outra forma com o CRESS que não seja em dinheiro. Talvez ajudar numa proposta de reformulação da grade curricular do curso de Serviço Social.

Código 180

Acuso o recebimento de seu questionário mas infelizmente não vou lhe ser muito útil. Sou formada no ano de 1971 em (xxxxxx) e neste mesmo ano me filiei ao CRAS, porque pretendia trabalhar na área hospitalar. Casei em seguida e fomos morar em (xxxxxx). Lá chegando não havia perspectiva de emprego em hospitais ou outro qualquer. A verdade era que a nossa profissão além de ser pouco reconhecida, não gozava de qualquer prestígio. Mais ou menos dois anos depois, não arrumando colocação, pedi o desligamento do “CRASS”, na agência de (xxxxx). Por volta de 2002, já morando em (xxxxx), recebo convites para palestras e seminários do “CRESS”, foi aí que tomei conhecimento da mudança do nome do Conselho e pasme! Recebi também uma notificação de cobrança de valores devidos (que está sendo apreciada em Juízo). Quero lhe explicar que nunca trabalhei na profissão de Assistente Social ou qualquer outra área de atividade remunerada. Quero registrar também o meu entusiasmo em ver a nossa profissão hoje valorizada e com tantas pessoas se instrumentalizando para melhor contribuir na sociedade.

Código 182

Tranqüila, me aposentei com 05 anos a mais do exigido por lei.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)